

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS

AUGUSTO JOÃO MORETTI JUNIOR

MILES CHRISTI FORTISSIMUS REX FERNANDUS: A
LEGITIMAÇÃO DO PODER DE FERNANDO III (1217-1252) NA
CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA

TESE DE DOUTORADO

Maringá
2022

AUGUSTO JOÃO MORETTI JUNIOR

***MILES CHRISTI FORTISSIMUS REX FERNANDUS: A LEGITIMAÇÃO DO
PODER DE FERNANDO III (1217-1252) NA CRÔNICA LATINA DOS REIS DE
CASTELA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Política. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis.

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M845m

Moretti Junior, Augusto João

Miles Christi Fortissimus Rex Fernandus: a legitimação do poder de Fernando III (1217-1252) na Crônica Latina dos Reis de Castela / Augusto João Moretti Junior. -- Maringá, PR, 2022.

260 f.color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Idade Média. 2. Fernando III - (1217-1252). 3. Castela. 4. Crônica latina de los Reyes de Castilla. 5. Nova história cultural. I. Reis, Jaime Estevão dos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 909.07

AUGUSTO JOÃO MORETTI JUNIOR

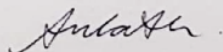
**MILES CHRISTI FORTISSIMUS REX FERNANDUS: A LEGITIMAÇÃO DO PODER
DE FERNANDO III (1217-1252) NA CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Política. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

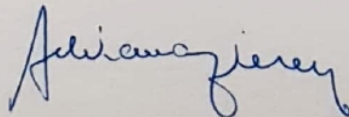
BANCA EXAMINADORA:



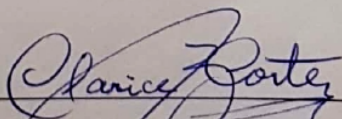
Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis
Presidente/Orientador



Prof.ª Dr.ª Leila Rodrigues da Silva
Membro Convidado (UFRJ)



Prof.ª Dr.ª Adriana Maria de Souza Zierer
Membro Convidado (UEMA)



Prof.ª Dr.ª Clarice Zamorano Cortez
Membro Interno (UEM)

Neilane Ramos Lima

Prof.^a. Dr.^a. Neilane Ramos Rocha de Lima
Membro Interno (UEM)

Maringá
2022

DEDICATÓRIA

*Para minha **mãe, Valdinete Alves de Barros**, com todo o seu amor e palavras precisas nos momentos de dificuldades; sua sabedoria é maior do que pode imaginar. Para meu **pai, Augusto João Moreti**, que com muito amor e trabalho criou os seus filhos.*

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por me manter forte nessa jornada que é a vida acadêmica, mesmo diante de tantas dificuldades – de auxiliar do assistente de marceneiro a doutor em História;

Ao **professor e orientador Dr. Jaime Estevão dos Reis**, que me acolheu como um filho acadêmico e me ensinou o lado bom e o lado difícil da vida acadêmica;

Às professoras **Dra. Leila Rodrigues da Silva, Dra. Adriana Maria de Souza Zierer, Dra. Clarice Zamonaro Cortez e Dra. Neilane Ramos Rocha de Lima**, por terem aceitado o convite para compor a Banca e dado importantes contribuições para a Tese;

À professora **Dra. Clarice Zamonaro Cortez**, por traduzir as cantigas em galego;

Aos **meus pais, Augusto Moreti e Valdinete Alves de Barros**, que com muito sacrifício e amor forneceram as condições para eu chegar onde cheguei. A eles, meu amor e minha gratidão eterna;

À minha **amiga, esposa e amante Evelyn Strictar**, que compartilha dos meus momentos de angústias e felicidades, sempre me dando forças para seguir em frente. Suas correções e incentivos me fazem um homem e um historiador melhor. Te amo! Muito;

À **Bere**, pelos momentos de alegria e parceria! Saudades;

Aos meus **irmãos João Pedro, Jéssica e Fernanda**, minha família;

Ao **professor Flávio Rodrigues**, que continua me incentivando na busca pelo conhecimento e empreendedorismo;

Ao **professor César Milani**, pelos conselhos e ajuda nos momentos de dificuldade; um forte abraço, excelentíssimo!;

Ao **professor Luiz Augusto Oliveira Ribeiro**, que como um irmão, compartilha comigo as incertezas e alegrias da vida acadêmica;

À **professora e coordenadora Marisa de Cácia Dal Castel**, que me acolheu e me ajudou nos primeiros anos da minha vida de professor. Sua dedicação e compromisso me mostram diariamente o caminho para ser um melhor profissional;

À **professora e coordenadora Priscilla Paixão**, exemplo de uma vida dedicada ao desenvolvimento da educação no Brasil. Uma pessoa inspiradora;

Aos colegas do **Laboratório de Estudos Medievais**, pelas discussões e formações;

Aos **professores do Programa de Pós-Graduação em História da UEM**, por seus ensinamentos; e aos **funcionários do PPH**, pela atenção e gentileza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1. Linha de sucessão do Reino de Castela – Séculos XII e XIII.....	63
MAPA 1. Castelos recebidos por Fernando III no Tratado de Cabreros.....	66
MAPA 2. Reino de Castela até 1217.....	76
MAPA 3. Campanha Militar de Alfonso IX contra Castela (1217).....	79
FIGURA 1. Carta de Rodrigo Díaz de Cameros para Luis VIII da França.....	83
FIGURA 2. Representação de Fernando III, do século XIII, como rei de Castela e Leão.....	87
MAPA 4. Reino de Leão em 1230.....	88
MAPA 5. Reconquista dos Reinos de Leão e Castela entre 1212 e 1230.....	92
MAPA 6. Reconquista da Baixa Extremadura e da Andaluzia Bética.....	103
FIGURA 3. Mosteiro de Santa María la Real de Las Huelgas.....	122
FIGURA 4. Mosteiro de Santa María la Real de Las Huelgas.....	122

FIGURA 5. Diploma expedido por Fernando III em 6 de abril de 1243.....	133
FIGURA 6. Diploma expedido por Fernando III em 6 de abril de 1243.....	134
MAPA 7. Recorte do reino de Castela em 1217 com destaque para o Rio Douro.....	161
QUADRO 2. Macroestrutura da Crónica Latina de los Reyes de Castilla.....	169
QUADRO 3. Período de composição da CLRC.....	171
FIGURA 7. Organograma das principais estruturas da crônica e as ideologias de legitimação do poder.....	189
FIGURA 8. Castelo de Capilla.....	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLRC	-	Crónica Latina de los Reyes de Castilla
CVR	-	Crónica de Veinte Reyes
Ed.	-	Edição
HHE	-	Historia de los Hechos de España
n.	-	Número
NHC	-	Nova História Cultural
p.	-	Página
pp.	-	Páginas
PCG	-	Primeira Crónica Geral
v.	-	Volume

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E AS CRÔNICAS MEDIEVAIS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	25
1.1 HISTÓRIA MEDIEVAL E O SÉCULO XX: CONSIDERAÇÕES RELATIVAS AO NOVO MEDIEVALISMO	26
1.2 A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E O "NOVO MEDIEVALISMO"	39
1.3 A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E AS CRÔNICAS MEDIEVAIS: TEORIA E METODOLOGIA.....	44
1.3.1 <i>As crônicas medievais como representação</i>	46
1.3.2 <i>As crônicas medievais: a história como "legitimação política"</i>	48
1.3.3 <i>As crônicas medievais: uma legitimação ideológica</i>	53
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO.....	57
CAPÍTULO II - FERNANDO III (1201-1252): UM REI ILEGÍTIMO?	58
2.1 A LEGITIMAÇÃO DO PODER DE FERNANDO III: DE FILHO ILEGÍTIMO À REI DE CASTELA	59
2.2 DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER EM CASTELA À UNIFICAÇÃO COM LEÃO: UM NOVO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DO PODER.....	77
2.3 O ÚLTIMO DOS REIS CRUZADOS HISPÂNICOS: DE UNIFICADOR DOS REINOS DE CASTELA E LEÃO A "REI INVICTO"	89
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO.....	105
CAPÍTULO III - A CULTURA NA LEGITIMAÇÃO DO PODER DE FERNANDO III	107
3.1 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE FERNANDO III: UM LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO DE SUAS PRIMEIRAS INFLUÊNCIAS.....	109
3.2 A CULTURA COMO "BENS" E "FERRAMENTAS" NO REINADO DE FERNANDO III..	123
3.2.1 <i>A cultura como "bens" no reinado de Fernando III</i>	126
3.2.2 <i>A cultura como "ferramenta" no reinado de Fernando III</i>	145
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO.....	153

CAPÍTULO IV - A CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E HISTÓRICAS	154
4.1 A AUTORIA “ANÔNIMA” DA CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA	155
4.2 AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA: PERÍODO DE COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA.....	167
4.3 CASTELHANISMO E PESSOALIDADE: A CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA, UMA CRÔNICA SINGULAR	173
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO.....	184
CAPÍTULO V - A CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA E A LEGITIMAÇÃO DO PODER DE FERNANDO III.....	186
5.1 IDEOLOGIAS E REPRESENTAÇÕES NA CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA	186
5.2 BLOCO A – A LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA DE FERNANDO III: <i>REX AUTEM CUM CLARISSIMA GENETRICE SUA</i>	191
5.3 BLOCO B E C – A EMANCIPAÇÃO DE FERNANDO III: DE <i>REX NOSTER A MILES CHRISTI</i>	204
5.4 BLOCO D - FERNANDO III: <i>MILES CHRISTI FORTISSIMUS REX FERNANDUS</i>	221
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO.....	233
CONCLUSÃO	234
REFERÊNCIAS.....	238
ANEXOS	254

MORETTI JUNIOR, Augusto João. **MILES CHRISTI FORTISSIMUS REX FERNANDUS**: a legitimação do poder de Fernando III (1217-1252) na Crônica Latina dos Reis de Castela. Maringá, 2021. 260f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar o processo de legitimação do poder de Fernando III a partir da análise das ideologias e representações desenvolvidas pelo chanceler do reino de Castela, Juan de Osma, na Crônica Latina dos Reis de Castela. Fernando III (1217-1252) é lembrado historicamente como um rei santo e como o maior reconquistador da Península Ibérica medieval. Nascido de um casamento considerado ilegítimo pela Igreja, o monarca precisou desenvolver uma série de estratégias políticas e culturais para legitimar seu poder ao longo de seu reinado. Como base teórica para a análise da legitimação do poder real de Fernando III, utilizamos a Nova História Cultural (NHC), uma das fases mais recentes do estudo da História Cultural, desenvolvida, principalmente, na década de 1990. Influenciada por disciplinas como a antropologia e a literatura, a NHC surgiu como uma resposta aos problemas apresentados nas décadas anteriores, especialmente os relacionados aos problemas epistemológicos. Essa linha teórica visa à construção de uma narrativa integrada com todas as manifestações culturais e, ao mesmo tempo, considera o indivíduo como um ponto de referência. Para isso, utilizamo-nos de autores como Roger Chartier e Gabrielle M. Spiegel, cujas obras possibilitam o estudo de um “*Novo Medievalismo*” que busca utilizar esses novos postulados teóricos em benefício do estudo do medieval, dos quais temos como referência historiadores como Jaume Aurell e José Fernando Tinoco Díaz. Com o respaldo desses pressupostos teóricos, analisamos a *Crônica Latina dos Reis de Castela* (CLRC) como uma fonte de características únicas da primeira metade do século XIII, que diferentemente das crônicas contemporâneas a ela, não obteve um registro histórico glamoroso e não foi celebrada ao longo dos séculos; na verdade, foi tardiamente descoberta, apenas no início do século XX, pelo historiador francês Georges Cirot. Apesar de a crônica não indicar o seu autor, é atribuída ao chanceler de Fernando III, Juan de Osma. Nascido em Soria, no reino de Castela, Juan se tornou bispo de Osma e Burgos, assim como ocupou o cargo de chanceler do reino de Castela desde 1217. O cronista apresenta características particulares se considerarmos o seu período de escrita. Crítico do *neogoticismo*, Juan defendeu a hegemonia de Castela e de Fernando III como líder dos cristãos e da Cruzada na Península Ibérica. Fundamentados em historiadores como José Nieto Soria, Carlos de Ayala Martínez, Francisco Bautista e Inés Fernández Ordóñez, investigamos como Juan de Osma, em sua narrativa, se utilizou de ideologias e representações, presentes em seu contexto histórico para construir uma imagem capaz de legitimar Fernando III e consolidar o seu poder em Castela perante os demais reis peninsulares, bem como outros monarcas europeus além do papado.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Fernando III; Castela; Crônica; Nova História Cultural; Crônica Latina de los Reyes de Castilla; Cultura.

MORETTI JUNIOR, Augusto João. *MILES CHRISTI FORTISSIMUS REX FERNANDUS*: the legitimation of the power of Fernando III (1217-1252) in the Latin Chronicle of the Kings of Castile. Maringá, 2021. 260f. Thesis (Doctorate in History) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the process of legitimizing the power of Fernando III from the analysis of ideologies and representations developed by the chancellor of the kingdom of Castile, Juan de Osma, in the Latin Chronicle of the Kings of Castile. Fernando III (1217-1252) is historically remembered as a holy king and the greatest reconqueror of the medieval Iberian Peninsula. Born of a marriage considered illegitimate by the Church, the monarch needed to develop a series of political and cultural strategies to legitimize his power throughout his entire reign. As a theoretical basis for the analysis of the legitimacy of the real power of Fernando III, we used the New Cultural History (NHC), one of the most recent phases of the study of Cultural History, developed mainly from the 1990s onwards. Influenced by disciplines such as anthropology and literature, the NHC emerged as an answer to the problems presented in previous decades, especially those related to epistemological problems. This theoretical line aims to build an integrated narrative with all cultural manifestations and, at the same time, considers the individual as a point of reference. For this, we used authors such as Roger Chartier and Gabrielle M. Spiegel, who, based on their works, enable the study of a "New Medievalism" that seeks to use these new theoretical postulates for the benefit of the study of the medieval, of which we have as reference historians such as Jaume Aurell and José Fernando Tinoco Díaz. Based on these theoretical assumptions, we analyze the Latin Chronicle of the Kings of Castile (CLRC) as a source of unique characteristics from the first half of the 13th century, which, unlike contemporary chronicles, did not obtain a glamorous historical record and was not celebrated in over the centuries, in fact, it was discovered later, only in the beginning of the 20th century, by the French historian Georges Cirot. Although the chronicle does not indicate its author, it is attributed to the chancellor of Fernando III, Juan de Osma. Born in Soria, in the kingdom of Castile, Juan became bishop of Osma and Burgos, as well as held the position of chancellor of the kingdom of Castile since 1217. The chronicler has particular characteristics if we consider his period of writing. A critic of neo-Gothicism, Juan defended the hegemony of Castile and Fernando III as leader of the Christians and of the Crusade in the Iberian Peninsula. Based on historians such as José Nieto Soria, Carlos de Ayala Martínez, Francisco Bautista and Inés Fernández Ordóñez, we investigate how Juan de Osma, in his narrative, used ideologies and representations present in his historical context to build a capable image to legitimize Fernando III and consolidate his power in Castile, in front of the other peninsular kings, as well as of other European monarchs, besides the papacy.

KEY-WORDS: Middle Age; Ferdinand III; Castile; Chronicle; New Cultural History; Latin Chronicle of the Kings of Castile; Culture.

INTRODUÇÃO

Fernando III, rei de Castela (1217-1252) e Leão (1230-1252), é conhecido como um rei santo da Espanha e um admirado líder militar da Reconquista ibérica. Esse reconhecimento deriva de seu sucesso político, tanto na unificação dos reinos de Castela e Leão, bem como de seu êxito na luta contra o Islã, por meio da qual conseguiu anexar aproximadamente 104.000 km² de territórios que estavam sob o domínio dos muçulmanos.

No entanto, existem certas lacunas na historiografia sobre a vida e o governo de Fernando III. De 1204 a 1218, o infante foi considerado pela Igreja um filho ilegítimo e, por isso, não teria o direito de assumir o trono de Leão ou Castela. Analisamos como a superação dessa ilegitimidade não ocorreu apenas devido a seus sucessos políticos-militares, já reconhecidos pela historiografia.

Investigamos a hipótese de que a superação da ilegitimidade política de Fernando III foi realizada, também, pelo desenvolvimento cultural incentivado por ele durante seu reinado. Como o monarca se utilizou direta ou indiretamente de elementos culturais, como cantigas e crônicas, para consolidar definitivamente o seu poder? De forma mais verticalizada, analisamos, com o respaldo da Nova História Cultural e do Novo Medievalismo, a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* como produto e produtora de sua realidade. Perquirimos de que maneira o seu autor, Juan de Osma, se utilizou de ideologias, já existentes em seu contexto, para criar representações capazes de realizar a legitimação política do monarca e, conseqüentemente, alterar a percepção de seu interlocutor sobre o poder real.

A respeito das obras escritas sobre Fernando III e seu poder podemos assinalar que são profusas, e sua composição se iniciou durante o seu governo. Na verdade, seu reinado é reconhecido como um dos mais prolíficos em relação à escrita de crônicas. Durante seu governo, três principais crônicas foram escritas: a *Crónica Latina de los reyes de Castilla*, atribuída ao bispo Juan de Osma; a *Historia de los Hechos de España*, do bispo Rodrigo Jiménez de Rada, e a *Chronica Mundi*, de Lucas de Tuy.

Após a sua morte, seu sucesso político fez com que as obras literárias referentes a sua vida continuassem sendo produzidas, principalmente porque

seu filho primogênito, Alfonso X, utilizou-se da imagem e da legitimidade do pai para consolidar seu poder na Península Ibérica. Em seu governo, foram escritas obras como a *Primeira Crónica Geral* que, entre outros assuntos, aborda o governo de Fernando III.

Depois do governo de Afonso X, as obras relativas a Fernando III ganham destaque no século XVI. Em 1516, Jacobo Cromberg editou a “*Coronica del sancto rey don Fernando tercero deste nombre q gano a Seuilla y a Cordoua y a laen y a toda el andaluzia. Cuyo cuerpo esta en la santa yglesia de Seuilla*”¹, iniciando uma das várias biografias de Fernando III que surgiram a partir de então. Alguns anos depois, em 1555, foi publicada, em Valladolid, a “*Chronica del sancto rey don Fernando tercero deste nombre q[ue] gano a Seuilla y a toda el Andaluzia*”² pela Casa Sebastián Martínez.

Os estudos se aprofundaram no século XVII, quando, em 1671, foi concluído o processo de canonização de Fernando III pelo papa Clemente X, o que fez com que a sua biografia fosse ainda mais divulgada. Em 1673, Alonso Núñez de Castro escreveu um dos livros que mais chamaram atenção acerca desse tema, a obra “*Vida de San Fernando el tercer rey de Castilla y León, ley viva de príncipes perfectos*”³, recolhendo e compilando informações pertinentes, reeditada nos anos de 1737 e 1787, então intitulada “*Vida de S. Fernando el III, Rey de Castilla y León, Protector de la Real Brigada de Caravineros, y ley viva de príncipes perfectos*”⁴.

Em 1759, foi publicada uma nova biografia de Fernando III por François de Ligny, “*La vie de St. Ferdinand, roi de Castille et de Leon*”⁵. Três anos depois, em 1762, Dom Diego Alejandro Gálvez editou a “*Dissertacion elogios de San*

¹ A obra pode ser acessada no original na *Library of Congress* por meio do link: <https://www.loc.gov/item/2021667055/>.

² A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León no link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=1&forma=ficha.

³ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León por meio do link: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=8422>.

⁴ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León por meio do link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=10&forma=ficha.

⁵ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León no link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=12&forma=ficha.

*Fernando Tercero... Contendidas en las quatro inscripciones de su sepulcro mal entendidas*⁶”.

Em 1800, Dom Miguel de Manuel Rodriguez, bibliotecário dos Reais Estudios de Madrid, publicou “*Memorias para la vida del santo rey Don "Fernando III"*”⁷ tendo como provável escritor o Padre Andrés Marcos Burriel. Passando ao século XIX, em 1844, foi publicado um breve texto relativo à conquista de Córdoba, intitulado “*Restablecimiento de un aniversario por la conquista que hizo de Córdoba, el santo rey D. Fernando III, en 29 de junio de 1236*”⁸.

Obras literárias também foram escritas ao longo da Idade Moderna e Contemporânea. A título de exemplo, citamos o poema de 1859, redigido por Dom Manuel García Muñoz, intitulado “*San Fernando, rey de Castilla y de León: poema en tres cantos*”⁹. Em sequência, no início do século XX, em 1911, Dom Luis de Eguilaz publicou uma novela denominada “*La espada de San Fernando: novela histórico-caballeresca*”¹⁰.

Em 1946, Julio González publicou a obra “*Las conquistas de Fernando III en Andalucía*”¹¹, na qual analisa as campanhas militares do rei. Poucos anos depois, em 1959, Francisco de Solano publica em Madrid, pela Publicaciones Españolas, uma breve biografia denominada “*Fernando III el Santo*”¹².

⁶ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León no link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=3&fo rma=ficha.

⁷ A obra pode ser acessada no original no Repositorio Institucional de la Universidad de Granada. Link para acesso: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/38051>.

⁸ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León no link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=7&fo rma=ficha.

⁹ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León por meio do link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=8&fo rma=ficha.

¹⁰ A obra pode ser acessada no original na Biblioteca Digital de Castilla y León por meio do link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=4&fo rma=ficha

¹¹ GONZÁLEZ, Julio. **Las conquistas de Fernando III en Andalucía**. Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, 1946.

¹² SOLANO, Francisco de P. **Fernando III el Santo**. Madrid: Publicaciones Españolas, 1959. A obra pode ser acessada no original por meio da Biblioteca Digital de Castilla y León no link: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/resultados_navegacion.do?id=418684&posicion=6&fo rma=ficha.

A historiografia sobre o reinado de Fernando III sofreu um forte impacto com a publicação da clássica obra de Julio González, “*Reinado y Diplomas de Fernando III*”¹³, publicada em três volumes nos anos de 1980 a 1986. O primeiro volume apresenta um estudo atinente ao contexto histórico, processo de Reconquista, economia, política e cultura. Os outros dois volumes versam acerca dos diplomas do governo de Fernando III, tornando essa obra uma leitura obrigatória para qualquer trabalho pertinente a esse rei.

Em 1993, Gonzalo Martínez Díez publicou a biografia intitulada “Fernando III 1217-1252”¹⁴ pela coleção Corona de España, trazendo novas informações referentes à vida de Fernando III. Nas décadas seguintes, outras duas grandes biografias sobre esse rei foram lançadas. Em 1998, Francisco Ansón publica “Fernando III: rey de Castilla y León”¹⁵ e, mais recentemente, em 2006, Manuel González Jiménez lançou a obra “Fernando III el Santo”¹⁶, discorrendo acerca de novas perspectivas e respondendo a debates historiográficos relativos à vida do monarca.

Além das biografias, é importante ressaltarmos algumas publicações que marcaram o desenvolvimento dos estudos da vida e do reinado de Fernando III. Em primeiro lugar, chamamos atenção para a tese de doutorado da historiadora Ana Rodríguez López, “*La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana. Expansión y fronteras durante o reinado de Fernando III*”¹⁷. Trata-se de texto fundamental para compreendermos o processo de Reconquista de Fernando III, mas principalmente em sabermos como o monarca organizou as fronteiras conquistadas de modo a agradar à nobreza sem perder ou diminuir seu poder frente a ela.

Em 1995, foi publicada “*Fernando III y su época*”¹⁸, uma compilação em formato de livro dos Anais da IV Jornadas Nacionales de Historia Militar. Esse

¹³ GONZÁLEZ, Júlio. **Reinado y diplomas de Fernando III**. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986. 3 Volumes.

¹⁴ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. **Fernando III (1217-1252)**. Palencia: La Olmeda, 1993.

¹⁵ ANSÓN, Francisco. **Fernando III: rey de Castilla y León**. Palabra, 1998.

¹⁶ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Fernando III el santo**. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2006.

¹⁷ RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana. Expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III**. Madrid, 1994.

¹⁸ **Fernando III y su época**. Actas IV Jornadas nacionales de historia militar. Sevilla, 1995.

arquivo reuniu artigos de grandes historiadores espanhóis, como Gonzalo Martínez Diez, Manuel González Jiménez e Francisco García Fitz, agrupados em quatro áreas de estudo: fontes documentais; a Conquista (questões militares); governo e organização (política); e religião e cultura.

Em 2003, como resultado do VIII Congreso de Estudios Medievales, a Fundación Sánchez-Albornoz publicou o livro *“Fernando III y su tiempo”*¹⁹, compilando artigos de historiadores como José Manuel Nieto Soria, Carlos de Ayala Martínez, Peter Linehan e Francisco J. Hernández. Em 2012, Carlos de Ayala Martínez e Martín Federico Ríos Saloma organizaram a obra *“Fernando III: tiempo de Cruzada”*²⁰, tratando de novas perspectivas e problemas relativos à temática cruzada no reinado do monarca, com trabalhos de renomados medievalistas como Hélène Sirantoine e Alexandre Pierre Bronisch.

Contemporaneamente, duas obras se destacam. Em 2019, em comemoração ao VIII Centenário da chegada ao poder de Fernando no reino de Castela, foi publicada, sob a coordenação de Félix Martínez Llorente, a obra *“Memoria de un rey, memoria de un reinado. Fernando III, Rey de Castilla y León 1217-1252”*²¹. E em 2020, sob a edição de Edward Holt e Teresa Witcombe, foi publicado *“The Sword and the Cross: Castile-León in the Era of Fernando III”*²², contendo as mais novas discussões acerca do governo desse monarca. Realçamos nesse livro o trabalho de Edward Holt, *“Laudes regiae: Liturgy and Royal Power in Thirteenth-century Castile-León”*, que discute o poder de Fernando III e sua legitimação; e demonstramos a atualidade do tema desta tese em investigar a legitimação de Fernando III pela *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (CLRC).

No tocante à CLRC, a quantidade de trabalhos produzidos é menor. Como pontuamos no capítulo IV, essa crônica só foi descoberta no início do século XX por Georges Ciotot, que a publicou pela primeira vez em 1912 sob o título de *“Une*

¹⁹ **Fernando III y su tiempo (1201-1252)**: VIII Congreso de Estudios Medievales [León, del 1 al 4 de octubre de 2001]. Fundación Sánchez Albornoz, 2003.

²⁰ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; RÍOS SALOMA, Martín (eds.), **Fernando III, tiempo de cruzada**. Madrid: Sílex Ediciones, 2012.

²¹ MARTINEZ LLORENTE, Felix (coord.) **Memoria de un rey, memoria de un reinado**. Fernando III, Rey de Castilla y León 1217-1252. Junta de Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 2019.

²² HOLT, Edward L.; WITCOMBE, Teresa. **The Sword and the Cross: Castile-León in the Era of Fernando III**. Brill, 2020.

Chronique latine inédite des rois de Castille jusqu'en 1236" na Revista *Bulletin Hispanique* na língua original de sua escrita, o latim.

Em 1984²³, em uma edição bilingue, Luís Charlo Brea traduziu a crônica para o espanhol e a reeditou novamente em 1999²⁴, dessa vez apenas na versão espanhola. Em 1985, María Desamparados Cabanes Pecourt publicou a sua versão da crônica.²⁵ Em 2002, Joseph F. O'Callaghan realizou a tradução da obra para o inglês²⁶ pelo *Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies Tempe*.

Com exceção das traduções da crônica, até a primeira década dos anos 2000, foram poucos os trabalhos publicados a seu respeito. A maioria envolvendo o debate historiográfico acerca de sua autoria. Como exemplo, o artigo de Derek Lomax, "*The Authorship of the "Chronique latine des rois de Castille"*"²⁷, publicado em 1963, tornou-se uma referência no que tange a esse assunto. Após a publicação, outras duas marcaram essa discussão. O artigo de Julio González, "*La crónica latina de los reyes de Castilla*"²⁸, e o de Luis Charlo Brea, "*¿Un segundo autor para la última parte de la Crónica latina de los Reyes de Castilla?*"²⁹, no qual o historiador se questionava sobre a possibilidade de a CLRC ter sido escrita por mais de uma pessoa.

As investigações com análises sobre a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* ganharam força quando, em 2006, a Revista *e-Spania Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* publicou um dossiê chamado *Chronica regum Castellae* sob a organização de Georges

²³ CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA. Ed. Luis Charlo Brea. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz, 1984.

²⁴ CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA. Ed. Luis Charlo Brea. Madrid: Akal, 1999.

²⁵ María Desamparados Cabanes Pecourt (ed.). **Crónica latina de los reyes de Castilla**, Zaragoza, Anubar, 1985.

²⁶ THE LATIN CHRONICLE OF THE KINGS OF CASTILE. Ed. Joseph F. O'CALLAGHAN. Arizona: Arizona Center for medieval and Renaissance Studies Tempe, 2002.

²⁷ LOMAX, Derek W. The Authorship of the "Chronique latine des rois de Castille". **Bulletin of Hispanic Studies**, v. 40, n. 4, p. 205, 1963.

²⁸ GONZÁLEZ, Julio. **La Crónica Latina de los Reyes de Castilla**. Confederación Española de Cajas de Ahorros, 1975.

²⁹ BREA, Luis Charlo. ¿Un segundo autor para la última parte de la Crónica latina de los Reyes de Castilla?. **Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval**, Madrid, 1995, p. 251-256.

Martin³⁰. Nele, foram publicados trabalhos determinantes para a forma como investigamos a CLRC. Entre eles, citamos o artigo de Inés Fernández Ordóñez³¹, o qual utilizamos como referência para compreender o processo de composição dessa crônica ao longo da primeira metade do século XIII, assim como quem pode ser considerado o autor da crônica.

Destacamos que nesta tese também objetivamos colaborar para a discussão histórica acerca da CLRC e de Fernando III. Investigamos o processo de legitimação do poder desse monarca a partir da análise das ideologias e representações desenvolvidas pelo chanceler do reino de Castela, Juan de Osma, na Crônica Latina dos Reis de Castela. Analisamos de que modo ela colaborou na construção da legitimidade do monarca mediante a representação de um rei guerreiro, cruzado, e acima de tudo, inspirado por Deus, o *Rex inspiratus Dei*.

Para compreendermos a construção da legitimidade de Fernando III na crônica citada, dividimos esta tese em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos a perspectiva teórico-metodológica da investigação: a *Nova História Cultural* (NHC) e o *Novo Medievalismo*. Primeiramente, discorremos sobre um breve panorama do desenvolvimento da História Medieval no século XX, passando pela Escola dos Annales, a superação da escola estruturalista, a formação da História das Mentalidades, o surgimento do *Linguistic Turn* e o da História Cultural, movimentos que contribuíram para a formação da linha teórica utilizada nessa tese, a Nova História Cultural (NHC).

Com o respaldo dos pressupostos teóricos da NHC, perquirimos a CLRC como produto e produtora de seu contexto histórico, e com tal propósito, desenvolvemos, também nesse capítulo, três discussões relativas às crônicas medievais: a) como representação; b) como mecanismo de legitimação política; e c) como um sistema de legitimação ideológica.

No segundo capítulo, investigamos o contexto histórico-político e os problemas de legitimidade enfrentados por Fernando III ao longo de sua vida,

³⁰ É possível ter acesso a todos os artigos desse dossiê consultando o link: <https://journals.openedition.org/e-spania/31>

³¹ FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria. *e-Spania*. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006.

buscando responder à seguinte pergunta: Fernando III foi um rei ilegítimo? Não seria possível uma análise teórica das fontes sem o conhecimento do contexto que influenciou as representações, ideologias e práticas presentes na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Para isso, pesquisamos os diferentes momentos de sua vida. De início, os problemas de legitimidade do casamento de seus pais até sua chegada ao trono do reino de Castela. Em seguida, a consolidação de seu poder em Castela e a unificação com o reino de Leão. Por fim, analisamos as conquistas militares do monarca, a partir de 1224, como um dos principais elementos de legitimação do seu poderio: as conquistas político-militares.

No terceiro capítulo, abordamos as contribuições da cultura no processo de legitimação de Fernando III. Analisamos, inicialmente, a formação do monarca. Realizamos um levantamento historiográfico acerca das primeiras influências culturais e educacionais que o infante obteve, para, assim, compreender de que maneira o rei se utilizou da cultura e do conhecimento como um instrumento de consolidação de seu poder. Destarte, investigamos como as obras literárias – crônicas, poemas e cantigas – foram importantes para consolidar a unificação dos reinos de Castela e Leão. Para realizarmos a investigação relativa à cultura, aplicamos a teoria do linguista israelita Itamar Even-Zohar, em conjunto com a NHC. De acordo com Even Zohar, a utilização da cultura pode ser examinada de duas maneiras: primeiro, a cultura como um “bem”. De que forma o patrocínio de escritores, de centros de saber (universidades) e da literatura colaboraram para consolidar o poder de Fernando III? E, por fim, a cultura pode ser analisada como uma “ferramenta”, que, por sua vez, nos permite inquirir como as produções culturais foram utilizadas como elementos de legitimidade do poder, de manipulação e de consolidação política.

No quarto capítulo, investigamos as características técnicas e históricas da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Pesquisamos quem foi seu provável autor, quais suas principais características, em que período foi escrita, quais suas fases de composição e suas particularidades ao século XIII, como o castelhanismo, a personalidade e a recusa ao neogoticismo que determinaram os sistemas ideológicos e de representações do cronista.

Por fim, no capítulo cinco, investigamos os sistemas de representações desenvolvidos por Juan de Osma na CLRC objetivando legitimar o poder de Fernando III. Examinamos como o autor adota, ao longo da escrita de sua obra,

diferentes representações acerca do monarca. Primeiro, recapitulamos os aspectos teóricos que utilizamos para investigar as ideologias e representações na CLRC – já apresentada no capítulo 1 – assim como apresentamos um organograma que demonstra a estrutura de análise que elaboramos para comprovar a nossa hipótese.

Em seguida, analisamos a CLRC a partir de suas etapas de composição, para, assim, compreender como a representação de Fernando III foi transformada à medida que o cronista escrevia seu texto ao longo de quase quinze anos. Inicialmente, no bloco A, investigamos como Juan de Soria desenvolve uma ideologia baseada na legitimidade dinástica, em que Fernando é vinculado diretamente à herdeira legítima de Castela, a sua mãe Berenguela, filha do vencedor de Las Navas, Alfonso VIII. Na sequência, nos blocos B e C, pesquisamos a criação da imagem de um monarca como líder político e militar da Península Ibérica quando o cronista cria representações que desvinculam a imagem do rei da de sua mãe, alterando a estratégia utilizada no bloco A. Finalmente, na análise do bloco D, pesquisamos a criação de uma representação/imagem de Fernando III como o *miles Christi fortissimus rex Fernandus*, um rei cruzado, independente de sua mãe, da Igreja e até mesmo de seu conselho de nobres. Um rei inspirado pelo próprio Deus cristão, a criação da imagem de um *Rex inspiratus Dei*.

CAPÍTULO I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E AS CRÔNICAS MEDIEVAIS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

[...] a narração, a compreensão, o impressionismo, o gosto de fazer as coisas parecerem vivas, não bastam para satisfazê-los (os historiadores): há também neles uma necessidade de inteligibilidade científica. [...] Esse apetite de inteligibilidade apenas começa a nascer, é ele, entretanto que carrega o futuro de nossa ciência (VEYNE, 1987).

Essa epígrafe revela o mote deste capítulo: a problematização da História. Temos por objetivo principal investigar uma fonte que embasa a tese que ora propomos: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Para tanto, é necessário iniciarmos lançando mão das perspectivas teórico-metodológicas apresentadas pelo Novo Medievalismo e pela Nova História Cultural. Analisamos as crônicas como produtos e produtoras de seu contexto histórico, de representações e de ideologias capazes de legitimar e transformar o comportamento de dada sociedade.

Para melhor compreensão da estrutura teórica escolhida, discorreremos, neste primeiro capítulo, sobre o resgate das principais escolas historiográficas que contribuíram para essa forma de se interpretar a História Medieval. Foi necessária a retomada dos paradigmas de algumas linhas teóricas consideradas elementares para os estudos da História Cultural.

Partimos do rompimento com o positivismo realizado pela Escola dos Annales e o início dos estudos das mentalidades na História, passando pelas influências do estruturalismo, da longa duração e, principalmente, como uma crise desses paradigmas, a tensão criada pelo pós-modernismo nas décadas de 1970 e 1980, influenciou a formação das metodologias da Nova História Cultural e do Novo Medievalismo.

Analisamos como as crônicas, na criação e desenvolvimento das representações e ideologias, possuíam uma “utilidade política” devido a sua

capacidade de legitimar o poder via reconstrução do passado para atender os interesses de seu próprio contexto.

1.1 História Medieval e o século XX: considerações relativas ao Novo Medievalismo

Uma vez que consideramos a História uma disciplina científica³², preocupamo-nos em apresentar a metodologia utilizada para a interpretação das nossas fontes, bem como os conceitos e o posicionamento historiográfico que caracterizam a nossa forma de analisar e fazer a História³³. Ainda que essas discussões não sejam capazes de compreender a multiplicidade dos fenômenos

³² Por ora, utilizamos o conceito de disciplina científica da mesma maneira como conceitua Michel de Certeau (2015, p. 47): “definir com esse termo a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” operações destinadas à produção de *objetos* determinados”.

³³ O debate sobre o conceito de História é amplo e perpassa pelas mais diversas linhas teóricas e historiadores. No entanto, o conceito aqui utilizado é o adotado por Michel de Certeau (2015), “história no sentido de historiografia. Quer dizer, entendo por história uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e sua relação”. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Forense Universitária, 2015. p. 46. Compreendemos a História como uma disciplina “científica”, que a partir de um método busca, por meio da construção de uma narrativa, explicar as relações do homem em seu tempo, em um local e contexto específicos. Destacamos, contudo, que a História não pode ser vista apenas como uma disciplina que investiga as ações humanas do passado; é necessário entender a sua escrita como parte de um processo histórico à medida que as relações presente e passado são inevitáveis. De acordo como Michel de Certeau (2015), é preciso “Encarar a história como uma operação, será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade poder ser apropriada “enquanto atividade humana” “enquanto prática”. Nessa perspectiva, destacamos que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*” (CERTEAU, 2015, p. 46-47).

históricos, acreditamos que sejam as responsáveis por ampliar nossas perspectivas de investigação³⁴.

Paul Veyne explica que é a existência desses elementos teóricos que mantém a cientificidade³⁵ da história, pois:

[...] ninguém se pode improvisar historiador [...] é preciso saber que questões abordar [...] O perigo da história é que ela parece fácil e não o é. [...] a dificuldade da historiografia é menos de encontrar respostas do que encontrar questões (VEYNE, 1987, pp. 268-269).

A publicação de recentes teses em nossa área de pesquisa, como a de José Fernando Tinoco Díaz, *La Cruzada en las fuentes cronísticas castellanas de la guerra de Granada* (2017)³⁶, e a de David Porrinas González, *Guerra y Caballeria en la Plena Edad Media: condicionantes y actitudes bélicas. Castilla y León, siglos XI al XIII* (2015)³⁷, revigoraram nossa busca por "novas" formas de interpretar a Idade Média. Ambos os historiadores apresentaram uma preocupação teórica na análise dos documentos e interpretação da História

³⁴ Lucien Febvre, em um de seus discursos, explica que gostaria de ser homenageado e lembrado por ter sido um historiador que se preocupou tanto com as ideias quanto com a Teoria, pois seriam elas as responsáveis pela ampliação na maneira de compreender o pensamento humano em um caráter mais científico. FEBVRE, Lucien Paul Victor. **Combates pela História**. Lisboa: Ed. Presença, 1977.

³⁵ Após o advento do racionalismo e do positivismo no século XIX, os historiadores, de tempos em tempos, foram compelidos a uma discussão acerca da validade de seu trabalho como uma disciplina científica, resultado da não utilização de um paradigma "galileano" em conformidade às ciências ditas exatas. Na segunda metade do século XX em diante, cansados dessas discussões, alguns historiadores se questionaram se o racionalismo científico traria resultados significativos para as análises historiográficas. A História se encontrou em um dilema: "ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância" (GINZBURG, 1989, p. 178). Para Carlo Ginzburg, tornou-se mais importante desenvolver teorias mais maleáveis e modos de interpretar a história do que conhecer "verdades" em paradigmas rígidos. Ora, se um método teórico mais abstrato e menos rigoroso nos leva a melhores resultados de interpretação da história, concordamos com Paul Veyne ao explicar que "é mais importante ter ideias do que conhecer verdades [...]" (1983, p. 55). Para essa discussão ver LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Unicamp. Campinas, 1990; VEYNE, P. **O inventário das diferenças**. História e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. Ou ainda, CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Forense Universitária, 2015.

³⁶ TINOCO DÍAZ, José Fernando. **La cruzada en las fuentes cronísticas castellanas de la Guerra de Granada**. 2017. (Tese de Doutorado). Orientação de Manuel Rojas Gabriel.

³⁷ PORRINAS GONZÁLEZ, David. **Guerra y Caballeria en la Plena Edad Media: condicionantes y actitudes bélicas. Castilla y León, siglos XI al XIII**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Extremadura, Cáceres.

difícilmente encontrada na historiografia espanhola mais antiga. David Porrinas González insere seu trabalho na *New Military History*³⁸ em complemento à Nova História Cultural (2015, p. 80), ao passo que José Fernando Tínocho Díaz explica a sua dívida com a historiografia clássica espanhola, mas também dialoga, em sua tese, com as mais recentes teorias, como o *New Medievalism*, vinculado, por sua vez, à mais recente fase da História Cultural. A perspectiva do autor é que as construções das fontes são resultado de processos ideológicos intencionais, os quais são analisados por meio dos paradigmas³⁹ da segunda metade do século XX (TINOCO DÍAZ, 2017, pp. 143-144).

Para a compreensão e aplicação desses novos paradigmas, empreendemos um resgate do desenvolvimento teórico, especialmente da segunda metade do século XX, verticalizado aos movimentos que mais influenciaram a criação da Nova História Cultural e a nova forma de interpretar a Idade Média. Tal resgate visa fornecer as bases para o cumprimento de nosso principal objetivo: compreender, a partir da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, o processo de construção histórico-ideológico responsável pela legitimação do poder no reinado de Fernando III de Castela e Leão.

Desse modo, antes de adentrarmos especificamente ao campo teórico que pretendemos trabalhar, o da História Cultural, ou melhor, da chamada *Nova História Cultural* (NHC), aliada ao *New Medievalism*, versamos sobre parte do processo percorrido pela historiografia ao longo do século XX que proporcionou o desenvolvimento dessas correntes e a valorização da cultura nos estudos da História Medieval.

A historiografia especializada em Idade Média, ao longo de todo o século XX, mostrou-se sempre atenta, quando não, na vanguarda das inovações

³⁸ Acerca desse novo campo de pesquisa, consultar BORREGUERO BELTRÁN, Cristina. Nuevas perspectivas para la Historia Militar: La "New Military History" en Estados Unidos". *Hispania*. LIV/1, n. 186, 1994.

³⁹ Utilizamos o conceito de paradigma na concepção de Thomas Kuhn (2013). Paradigma: um termo estreitamente relacionado com "ciência normal". Com a escolha do termo, pretendemos sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica (KUHN, 2013, p. 54). Para mais informações acerca dessa discussão teórica sobre o uso do conceito de paradigma ver AMORIM, Sertório de; NETO, Silva. O que é um paradigma? *Revista de Ciências Humanas*. v. 45, n. 2, 2011, pp. 345-354.

teóricas, fato que permitiu uma contínua reinterpretação do medieval. Foi graças a esse contínuo processo de renovação que possuímos muitas possibilidades de interpretação. Por mais que nossa preocupação teórico-metodológica busque as metodologias mais recentes, nossa interpretação e visão da Idade Média estão marcadas por essas diversas correntes teóricas, sejam da “nova história” social e econômica, do estruturalismo, das mentalidades ou ainda das críticas pós-modernas.

É esse resgate teórico que sustenta e ao mesmo tempo impulsiona a escrita de nossa tese; afinal, quando estudamos a Idade Média, não a analisamos por ela mesma, mas sim pelos métodos e teorias de pesquisadores das mais diversas áreas que "construíram a ideia de Idade Média que nós herdamos" (AURELL, 2005, p. 12) em todo o século XX. Assim, procuramos percorrer sobre os movimentos teóricos que marcaram a historiografia e que apesar de terem seus paradigmas criticados e "superados", legaram influências diretas e indiretas na maneira como pesquisamos a História.

Teoricamente, não é possível compreender a Nova História Cultural e a forma como os recentes estudos medievais investigam a História sem tratar das influências do medievalista Marc Bloch e do modernista Lucien Febvre. Juntos fundaram, em 1929, a revista *Annales d'histoire économique et sociale* e apresentaram uma *Nova História*⁴⁰, abandonando o método historicista alemão, o positivista francês e as temáticas ligadas à narrativa e à política. A revista e o movimento conhecido como *Escola dos Annales*⁴¹ renovaram o modo de se fazer História ao ampliar a concepção de documentos históricos, ao dedicar-se aos fenômenos socioeconômicos e ao valorizar a interdisciplinaridade. Essas características, apesar de questionadas, mantiveram-se até os dias de hoje na

⁴⁰ Para Jaume Aurell (2005), os trabalhos do início da primeira metade do século XX de autores como Marc Bloch, Johan Huizinga e Charles Haskins eram a mais fina herança do positivismo francês e do historicismo alemão, e a partir de novas concepções, métodos e fontes, foram capazes de elevar o medievalismo a uma verdadeira disciplina acadêmica (AURELL, 2005, p. 13).

⁴¹ De acordo com Jacques Le Goff (1996), a criação da revista "*Annales*" por Marc Bloch e Lucien Febvre é considerada o ato inaugural de se fazer uma *nova história*. Criou-se uma escola historiográfica que criticava a forma positivista de fazer história. Buscava-se uma análise em colaboração com outras ciências sociais, abandonava-se uma história política e narrativa, substituída pela história problema, como foco e outras áreas. Acerca do desenvolvimento das diferentes fases dessa escola historiográfica, indicamos a breve obra de BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

forma como a historiografia contemporânea compreende o período medieval, particularmente no campo da História Social e Econômica.

Marc Bloch utilizou-se amplamente de outras disciplinas como a Geografia, mas foi especificamente da Sociologia que o autor obteve suas mais fortes influências, principalmente de Émile Durkheim, professor da École, na época em que o historiador iniciou seus estudos (BURKE, 2010, p. 28). Bloch elaborou obras importantes para o estudo da História Social e das Mentalidades em uma perspectiva da história problema, obras que deixaram legados para a NHC, como *Les rois thaumaturges: Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre* (1924), *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931) e *La société féodale (1939-40)*⁴².

Lucien Febvre, por sua vez, também pensava de modo interdisciplinar, nutrindo apreço pelas instituições sociais, culturais e políticas; prova disso está em sua tese *Philippe II et la Franche-Comté* de 1912. No campo da geografia histórica, citamos *La terre et l'évolution humaine* (1922)⁴³, *Un destin: Martin Luther* (1928) e *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle* (1942). Por essas obras, tanto Marc Bloch quanto Lucien Febvre são considerados os precursores da *história das mentalidades* que tanto influenciou a criação da História Cultural e a abordagem sociológica e antropológica da História.

Quando a Escola dos Annales entrou em sua segunda geração, na segunda metade da década de 1940, sob a liderança de Fernand Braudel, uma renovação teórica ocorreu, colocando à margem os estudos da mentalidade coletiva e buscando outros paradigmas explicativos. A obra *O Mediterrâneo e o*

⁴² Tais obras foram publicadas originalmente como BLOCH, Marc. **Les rois thaumaturges**. Strasbourg: Istra, 1924; BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. **Bulletin de l'Association Guillaume Budé**, v. 33, n. 1, , 1931, pp. 56-62; BLOCH, Marc. **La société féodale**. 2 vols. Paris: Albin Michel, v. 40, 1939. Edição em português: BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa, Edições 70, 1979. Edição mais recente BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**, São Paulo, Editora Edipro, 2016.

⁴³ Publicados originalmente como FEBVRE, Lucien. **Philippe II et la Franche-Comté: étude d'histoire politique, religieuse et sociale**. H. Champion, 1912.; FEBVRE, Lucien; BATAILLON, Lionel. **La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire**. Renaissance du livre, 1922; FEBVRE, Lucien. *Un destin: Martin Luther*. Éditions du Sablon, 1928; FEBVRE, Lucien. **Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais**. Paris, Albin Michel, 1942.

*Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*⁴⁴, conforme Martín Ríos Saloma (2009, p. 97), foi a responsável pela inauguração da história estrutural e da história serial, modelos de análise que predominaram por praticamente duas décadas e que até hoje nos auxiliam na compreensão histórica⁴⁵.

O primeiro deles, o paradigma estruturalista, segundo Roger Chartier, tem como objetivo identificar "as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso (CHARTIER, 2002a, p. 82). As obras de Fernand Braudel também contribuíram para a criação de uma análise histórica submetida aos números e à quantificação, a dita História serial, e à possível criação de um paradigma "galileano"⁴⁶ para a História. Assim, a história estruturalista e a serial estavam estritamente ligadas.

Na segunda metade do século XX, especificamente na década de 1970, a História passou por uma nova crise de seus preceitos teóricos. Os historiadores questionaram a utilização do *estruturalismo* e do paradigma "galileano" que dominava a escrita histórica desde a década de 1950. A tomada de consciência pelos historiadores de que toda produção histórica ocorre por meio de uma

⁴⁴ Obra publicada originalmente como BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949. Além de inaugurar a história estrutural, também apresentou novas maneiras de se estudar a duração dos acontecimentos e processos históricos. A história seria "decomposta" em três planos que se articulam, a saber, o "tempo geográfico, o tempo social e o tempo individual" (LE GOFF, 1996, p. 130). Em 1958, o historiador publicou o artigo *História e Ciências Sociais: a Longa Duração* explicando a utilização do conceito de longa duração na História, ideia que influenciou determinantemente a escrita da História nas décadas seguintes. Para aprofundamento dos estudos sobre a importância de Fernand Braudel para a historiografia, consultar: BARROS, José D'Assunção. Fernand Braudel e a geração dos Annales. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. v. 6, n. 11, 2012.

⁴⁵ De acordo com Peter Burke (2010), a marginalização da História das mentalidades pela segunda geração dos Annales não ocorreu unicamente devido à falta de interesse de Fernand Braudel pela área, mas também por dois outros fatores. Primeiro, a maioria dos historiadores franceses acreditava que a história social e econômica era mais importante do que outros elementos do passado. Segundo, a história serial, quantitativa, não encontrava no estudo das mentalidades o suporte estrutural necessário para o seu desenvolvimento (BURKE, 2010, pp. 99-100).

⁴⁶ O "paradigma galileano" é um conceito utilizado por Carlo Ginzburg para definir um paradigma que busca a quantificação dos fenômenos e a formulação de estatísticas com o fito de "formular rigorosamente as relações estruturais que eram o objeto mesmo da história" (CHARTIER, 2002a, p. 83). O conceito é apresentado em contraposição ao paradigma indiciário, sendo este defendido em sua obra **Mitos, emblemas e sinais: raízes do método indiciário**. Para mais informações, ver nota 35.

narrativa deu início a um novo debate histórico-filosófico: questionaram os modelos de compreensão e inteligibilidade histórica até então dominantes.

O paradigma "galileano" foi questionado por historiadores como Carlo Ginzburg e Paul Veyne por não respeitar a particularidade de cada acontecimento⁴⁷. Em seu livro *Mitos, emblemas e sinais*⁴⁸ (1989), Ginzburg explana que a quantificação na história deveria ter uma função auxiliar, pois cada acontecimento é único, sendo assim, impossível analisar os acontecimentos de acordo com sua repetibilidade⁴⁹. É justamente a particularidade de cada acontecimento e a sua interpretação individualizada que impedem que a História se torne uma ciência "dura"⁵⁰ (GINZBURG, 1989, p. 156).

Por conta dessa rigidez do estruturalismo que a historiografia, de uma forma geral, passou a questionar esses paradigmas. Uma "nova" forma de se pensar a História iniciou-se nos finais da década de 1960 e tomou corpo principalmente durante a década de 1970. Ocorreu uma recuperação da *História das Mentalidades*, especialmente por parte da escola francesa, ao mesmo tempo em que se desenvolveu o "giro linguístico" no mundo anglo-saxão. Segundo

⁴⁷ Acerca dessa necessidade de analisar os acontecimentos históricos de forma individualizada, consultar a obra VEYNE, P. **O inventário das diferenças**. História e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. Para esse historiador francês, "explicar de maneira científica os acontecimentos e individualizá-los é a mesma coisa" (VEYNE, 1983, p. 40).

⁴⁸ Publicado originalmente como GINZBURG, Carlo; BOLLATI, Giulio. **Miti, emblemi, spie: morfologia e storia**. Torino: G. Einaudi, 1986. Edição em português: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: raízes do método indiciário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁹ A Nova História Cultural absorveu essa ideia em sua maneira de interpretar as fontes. Salientamos que parte dessa metodologia é utilizada nesta tese para interpretar as crônicas castelhanas do século XIII, como documentos únicos que apresentam maneiras individualizadas de compreensão e manipulação do contexto histórico. Investigamos quais artifícios ideológicos foram utilizados pelos cronistas, cada qual com seus objetivos, para a manipulação da história, bem como o porquê dessa atividade.

⁵⁰ Ginzburg propõe o *paradigma indiciário* da semiótica para uma análise mais indireta e individualizante dos acontecimentos históricos, sem abandonar, contudo, a ideia de totalidade – defendida pela escola francesa dos Annales –; esta deve ser buscada em uma conexão particular com cada um dos acontecimentos. Para Jacques Le Goff (1996), os conceitos trabalhados pelos historiadores, diferentemente de outras ciências, são metafóricos, pois devem abordar o concreto e ao mesmo tempo o abstrato, e dessa forma a história é "uma ciência, não tanto do complexo, como se gosta de dizer, mas do específico" (LE GOFF, 1996, p. 40).

Martín F. Ríos Saloma (2009), o desenvolvimento paralelo dessas novas correntes historiográficas foi responsável por

[...] mudanças profundas no panorama historiográfico ocidental, tais como a ampliação das temáticas abordadas, o abandono dos esquemas mais rígidos do materialismo histórico, o diálogo entre as distintas ciências sociais, a aparição de novos métodos de análise e uma nova reflexão epistemológica acerca das possibilidades e limites do conhecimento histórico⁵¹ (RÍOS SALOMA, 2009, p. 98, tradução nossa⁵²).

Autores como Peter Burke (2010) consideram essa renovação historiográfica uma "reação contra Braudel" e contra todo o tipo de determinismo na História. Prova disso foi a recuperação e aperfeiçoamento⁵³ da *História das Mentalidades*. Esta havia ficado às margens dos estudos históricos ao longo da segunda fase dos *Annales*. O trabalho nessa área já havia sido recuperado por Philippe Ariès em obras como *L'Enfant et la vie familiale son l'Ancien Régime* de

⁵¹ No original: "[...] cambios profundos en el panorama historiográfico occidental, tales como la ampliación de las temáticas abordadas, el abandono de los esquemas más rígidos del materialismo histórico, el diálogo entre las distintas ciencias sociales, la aparición de nuevos métodos de análisis y una nueva reflexión epistemológica acerca de las posibilidades y límites del conocimiento histórico" (RÍOS SALOMA, 2009, p. 98).

⁵² Doravante, todas as traduções de citações da historiografia e de passagens das fontes são de nossa responsabilidade.

⁵³ Utilizamos esses termos porque o próprio Marc Bloch, na obra **Les rois thaumaturges**: le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre. Librairie Istra, 1924 – edição em português BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra. Companhia das Letras, 1993 –, bem como Johan Huizinga, em **Le déclin du moyen âge**, 1932 – edição em português HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1985, assim como, a edição em português traduzida diretamente do holandês HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, entre outros, já haviam escrito obras consideradas História das Mentalidades, indicadas pelo próprio Jacques Le Goff no livro **História: novos objetos**, 1988, pp. 82 e 83.

1960, porém seu pleno desenvolvimento ocorreu nas décadas de 1960/1970 e teve como principais expoentes Georges Duby e Jacques Le Goff⁵⁴.

Em 1961, Duby publicou o artigo *Histoire des Mentalités*⁵⁵, no qual defendia a mentalidade como objeto de estudo em si mesmo. Apesar de esse trabalho abrir novas perspectivas, foi necessário esperar até 1974 a publicação da coleção *Faire l'histoire*⁵⁶ para que essa nova abordagem ganhasse impulso (RÍOS SALOMA, 2009, p. 101). Os temas foram expandidos e a História ganhou novos objetos, como o cotidiano, as práticas sociais, representações, signos, códigos, discursos, imagens, espiritualidades e mitos (AURELL, 2005, p. 15).

Apesar disso, a *História das Mentalidades* também foi criticada, particularmente devido à imprecisão e inconsistência do termo⁵⁷. Contudo, o que nos importa aqui é que o desenvolvimento dessa área contribuiu para o desenvolvimento de uma História Cultural, como afirma Le Goff:

A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos

⁵⁴ Entre as principais contribuições de Jacques Le Goff para a História das Mentalidades podemos indicar a obra **La naissance du Purgatoire** em 1981 – edição em português LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Editora Vozes Limitada, 2017 – e o artigo **As Mentalidades** uma história ambígua, publicado no Brasil em 1988 no terceiro volume da coleção Fazer História.

⁵⁵ DUBY, Georges. **Histoire des mentalités. L'Histoire et ses méthodes**, v. 11, 1961, pp. 964-965.

⁵⁶ A coleção consistia em 3 volumes denominados LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **Faire de l'histoire: nouvelles approches**. Paris: Gallimard, 1974; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **Faire de l'histoire: nouveaux problèmes**. Paris: Gallimard, 1974 e LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **Faire de l'histoire: nouveaux objets**. Paris: Gallimard, 1974. Publicados no Brasil como: LE GOFF, Jacques et al. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 e Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁵⁷ Os próprios representantes da *História das Mentalidades*, como Jacques Le Goff, reconheceram os benefícios, mas também os problemas de se trabalhar com esse conceito. Em entrevista para a revista francesa *L'Histoire*, o historiador foi questionado a respeito do trabalho com as mentalidades. Transcrevemos aqui sua resposta: “É uma questão que sempre se apresenta a nós um dia ou outro. A mim ela surgiu particularmente quando escrevi meu *São Luís*. E atualmente, por desilusão ou por prudência, eu não sei, mas o fato é que há algum tempo me afasto um pouco dessa noção nebulosa, que pode ser usada sempre, de “mentalidades”. Escrevi e continuo a pensar que mesmo essa nebulosidade foi muito útil [...] permitiu que fossem introduzidas grandes matrizes na história das ideias” (LE GOFF, 2008, p. 37).

quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram (LE GOFF, 1995, p. 78).

A partir da história das mentalidades, o estudo dos

[...] mitos, atitudes perante a morte, infância, sentimentos, medos, não eram mais uma atividade marginal, mas tornaram-se centrais nos estudos medievais. A economia não era mais o assunto chave, deixando o campo livre para um novo, aberto e pluridisciplinar conceito de cultura⁵⁸ (AURELL, 2005, p. 15).

Ao longo da segunda metade do século XX, a história das mentalidades sofreu um processo gradativo de abandono, que marcou o fim da primazia da Escola dos Annales na escrita da História. A partir de então, escolas historiográficas que se desenvolviam estabeleceram novos paradigmas teóricos introduzindo a filosofia pós-moderna e as "inquietações do mundo globalizado".

Duas linhas teórico-metodológicas foram fundamentais para essa renovação e forneceram as principais bases teóricas utilizadas pela historiografia nos fins do século XX e início do XXI, a primeira o *linguistic turn* ou "giro linguístico" no mundo anglo-saxão e, de forma mais ou menos paralela, o *cultural turn* que juntas contribuíram para a formação da Nova História Cultural (NHC), na França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Espanha (RÍOS SALOMA, 2009, pp. 105 e 106).

O *Linguistic Turn*⁵⁹, ou virada linguística, causou uma revolução na forma de interpretar os documentos históricos. Desenvolvida ao longo das décadas de 1960 e 1970, essa linha teórica baseou-se em autores e nos novos

⁵⁸ No original: [...] myths, attitudes towards death, infancy, feelings, fear, was no longer a marginal activity, but became central to Medieval studies. The economy was no longer the key subject, leaving the field free for a new, open and pluridisciplinary concept of culture (AURELL, 2005, p. 15).

⁵⁹ Para mais informações acerca dessa teoria, consultar as obras SPIEGEL, Gabrielle M. History, historicism, and the social logic of the text in the Middle Ages. *Speculum*, v. 65, n. 1, p. 59-86, 1990; SPIEGEL, Gabrielle M. **The past as text: the theory and practice of medieval historiography**. JHU Press, 1999; SPIEGEL, Gabrielle M. La historia de la práctica: nuevas tendencias en historia tras el giro lingüístico. *Ayer*, 2006, pp. 19-50.

questionamentos apresentados pelos pós-modernistas⁶⁰, como, por exemplo, Michel Foucault⁶¹ e a análise das relações de poder presentes e refletidas nos discursos e no conhecimento tida como o pós-estruturalismo; Jacques Derrida⁶² e a sua desconstrução dos conceitos de significado e significante e a ideia de que a linguagem não pode carregar verdades substanciais sobre o mundo, bem como a nova hermenêutica de Michel de Certeau⁶³.

O *linguistic turn* baseado nesses pensadores tem como parte de sua estrutura a ideia de que a própria historiografia cria um discurso com regras de elaboração e legitimação de seu próprio discurso (RÍOS SALOMA, 2009, p. 106). O novo medievalismo teve forte influência dessa ideia, e por isso, ao analisarmos as crônicas não temos o objetivo de conferir a veracidade de seu conteúdo, mas sim analisar o texto em suas estruturas literárias e gramaticais, pois elas, por si só, fornecem ao historiador informações que não podem ser encontradas de

⁶⁰ O conceito de *pós-modernismo* é complexo e não pode ser definido de uma maneira simples e objetiva; o próprio desenvolvimento de suas linhas teóricas provou a impossibilidade de impor fronteiras ao pós-modernismo. O que podemos afirmar é que essa corrente, intelectual e artística, desenvolveu-se, principalmente, na segunda metade do século XX e trouxe à tona a ideia de que o conhecimento é instável, questionando, no campo da História, a capacidade de se chegar ao estudo de uma realidade concreta. De acordo com Jaume Aurell, tal conceito ganhou força com a obra de Jean-François Lyotard, **La condition postmoderne** (1979), cujo objetivo foi agrupar uma série de teorias e correntes intelectuais que romperam "radicalmente", com as até então consolidadas, teorias e metodologias das ciências sociais (AURELL, 2006, p. 811). Em consonância com Martín Rios Saloma (2009, p. 110), a pós-modernidade é "uma crítica profunda a ideia de progresso que sustentou a atividade econômica, cultural e intelectual da sociedade 'ocidental' desde a Ilustração até a década dos anos setenta do século XX. Rüsén considera que a pós-modernidade aplicada a história e a historiografia é uma crítica contra os postulados racionalizadores que caracterizam o pensamento histórico [...]".

⁶¹ Entre as obras mais importantes de Michel Foucault sobre como interpretar e analisar a história, destacamos *A Arqueologia do Saber* e *A Ordem do Discurso*, publicadas originalmente como **L'archéologie du savoir**, Paris, Gallimard, 1969; e **L'ordre du discours**. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Paris, Gallimard, 1971. Apesar das grandes contribuições de Michel Foucault para repensar a escrita da história da história cultural, o filósofo nunca teve seu método – ou antimétodo – adotado pela historiografia. Conforme Lynn Hunt (1992, p. 11), Foucault recusava-se a oferecer análises causais e negava a validade de qualquer relação dedutiva entre as formações discursivas e seus contextos políticos, "[...] ele nunca especifica seu modo de determinar essa "verdade", ou mesmo qual seria o *status* epistemológico da mesma".

⁶² Entre as obras mais influentes de Jacques Derrida, ressaltamos **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973; **Escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971. Publicadas originalmente: Jacques Derrida, **De la grammatologie**, Paris, Les Éditions de Minuit, 1967, p. 445; **L'écriture et la différence**, Paris, Éditions du Seuil, 1967.

⁶³ Entre suas obras relativas à metodologia história, destacamos CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Forense Universitária, 2015. Publicado originalmente como **L'écriture de l'histoire**, Paris, Gallimard, 1978.

outras maneiras; por essa razão, a necessidade de um trabalho interdisciplinar entre história e literatura.

Roger Chartier (2002) afirma que a teoria do *linguistic turn*:

[...] considera a linguagem como um sistema fechado de signos cujas relações produzem por si mesmas a significação. A construção do sentido é assim, separada de qualquer intenção e de qualquer controle subjetivos, já que se encontra atribuída a um funcionamento linguístico automático e impessoal. A realidade não deve mais ser pensada como uma referência objetiva, externa ao discurso, mas como constituída pela e na linguagem (CHARTIER, 2002a, p. 88).

Ou ainda, como enuncia Martín F. Ríos Saloma:

A conclusão lógica dessas posturas era conceber a escrita da história como um processo de construção e, sobretudo, expor a possibilidade de analisar o processo de construção desses discursos - ou desconstruí-los - partindo de uma simples premissa: considerando que os discursos históricos falam da história, estão sempre situados na história e é possível estudar as relações existentes entre o texto escrito e seu contexto histórico. Dito nas palavras de Certeau, deve notar-se que as mensagens contidas nos discursos históricos não podem ser compreendidas se não tomarmos em conta o lugar de produção em que são elaborados e “a prática das quais tem origem”⁶⁴ (RÍOS SALOMA, 2009, p. 110).

No *linguistic turn*, a cultura e a linguagem, na qualidade de objetos históricos, ganharam destaque. Além dessa mudança no foco de análise, a proposta do “giro linguístico” acarretou um questionamento acerca do fazer História e, novamente, da impossibilidade dessa disciplina se constituir como ciência. Isso ocorreu graças às obras de Hayden White nas décadas de 1960 e 1970, tendo como sua principal obra *Meta-História: A imaginação histórica do*

⁶⁴ No original: La conclusión lógica de estas posturas era concebir la escritura de la historia como un proceso de construcción y, sobre todo, plantear la posibilidad de analizar el proceso de construcción de esos discursos – o desconstruirlos – partiendo de una sencilla premisa: en tanto que los discursos históricos hablan de la historia, están siempre situados en la historia y es posible estudiar las relaciones existentes entre el texto escrito y su contexto histórico. Dicho en términos de De Certeau, habría que señalar que los mensajes contenidos en los discursos históricos no pueden ser comprendidos si no se toma en cuenta el lugar de producción en el que son elaborados y “práctica de la que proceden” (RÍOS SALOMA, 2009, p. 110).

*século XIX*⁶⁵. A história era apenas um discurso, e por esse motivo, o trabalho do historiador não seria sobre os acontecimentos do passado, uma dita "realidade", mas sim sobre como os discursos construíram o passado que chegou até nós.

Devido a essa crítica, os historiadores tiveram que fortalecer suas bases teóricas-metodológicas e provar, literalmente, a possibilidade de a História se constituir como uma disciplina capaz de interpretar o passado de forma científica, entre os quais Roger Chartier⁶⁶ e Carlo Ginzburg⁶⁷.

O historiador Diogo da Silva Roiz (2009) resume as principais críticas feitas a essa linha teórica e ao pensamento de Hayden White:

a) White acabou criando um "novo positivismo", o da verdade do texto, o qual, além disso, ainda é visto a partir de uma hierarquia de "urdiduras de enredo"; b) dá-se ênfase apenas ao produto final, sem verificar as diferentes etapas de elaboração do texto histórico (e do literário), que está intimamente relacionado ao processo de pesquisa das fontes e à sua interpretação; c) indica-se a "visão de mundo" criada no texto pelo historiador, não se percebendo que essa visão foi produzida a partir de uma realidade "extratextual" e com base nessa realidade; d) destacam-se a forma, a linguagem, a eficácia e o convencimento retóricos, deixando-se de lado os agentes, os testemunhos, os resquícios, os indícios e as provas; e) presume-se que o texto é um deleite de profissionais, sem com isso se verificarem as circunstâncias e os problemas que possibilitaram a sua elaboração; f) priorizam-se o discurso, as interpretações e a verdade, quando de fato se deve dar maior atenção à pesquisa, à análise das fontes e à precisão da narrativa (ROIZ, 2009, p. 594).

Apesar das críticas, a ideia de que a escrita da História é tão importante quanto os resultados alcançados fez a historiografia reconsiderar, novamente, as suas metodologias de pesquisa. Nas décadas de 1980 e 1990, o materialismo

⁶⁵ Publicado originalmente como WHITE, Hayden. **Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe**. JHU Press, 1973. Edição em português: WHITE, Hayden: **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

⁶⁶ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁶⁷ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

histórico, bem como o estruturalismo, a história quantitativa, a história social estavam esgotadas, e o *linguistic turn* não havia convencido todos os historiadores, abrindo espaço para o surgimento de novas maneiras de interpretar e escrever a História, entre elas a "Nova História Cultural" (NHC), da qual compartilhamos nossas bases teóricas e metodológicas. A seguir, investigamos a Nova História Cultural como uma linha teórica e de que forma pode ser articulada com o "Novo Medievalismo".

1.2 A Nova História Cultural e o "Novo Medievalismo"

A Nova História Cultural (NHC)⁶⁸ pode ser considerada a fase mais recente da História Cultural⁶⁹. O estudo da cultura por parte dos historiadores não é algo novo; na verdade, esses estudos remontam há mais de duzentos anos. Todavia, o fortalecimento da relação entre história e antropologia, assim como a crítica aos métodos epistemológicos até então dominantes, propiciou, nas décadas de 1970 e 1980, um afastamento do campo econômico e social como as principais áreas de pesquisa da História. A disciplina se abriu para um aprofundamento do estudo da cultura de modo interdisciplinar, bem como a utilização de mais de um sistema teórico-epistemológico e, conseqüentemente, a um diálogo com as outras disciplinas das ciências humanas.

Em 1989, foram publicadas três obras que definiram a NHC como uma nova linha teórica e tornou conhecida a expressão "nova história cultural". Contribuíram para isso o livro de Carlo Ginzburg, *História Noturna*⁷⁰, o texto de

⁶⁸ Doravante, utilizamos a sigla NHC para abreviar a Nova História Cultural.

⁶⁹ Segundo Peter Burke (2008), a história da história cultural pode ser dividida em quatro fases. A primeira pode ser chamada de "Clássica" e é delimitada entre os anos de 1800 e 1950, marcada por clássicos como *A Cultura do Renascimento na Itália* de Jacob Burckhardt e *Outono da Idade Média* de Johan Huizinga; a segunda é a "História Social da arte" que teve início na década de 1930, e que foi fortemente marcada pela obra de sociólogos como Max Weber na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e *O Processo de Civilizador* de Norbert Elias; a terceira fase, "história da cultura popular", a partir dos anos de 1960 foi marcada pelo surgimento da New Left e por obras de uma "história vinda de baixo". como *História Social do Jazz* de Francis Newton (pseudônimo para Eric Hobsbawm) e *A formação da classe operária inglesa* de Edward Thompson. Por fim, a "Nova História Cultural", que entrou em ascensão na década de 1980 (BURKE, 2008).

⁷⁰ GINZBURG, Carlo. **Storia notturna**: una decifrazione del sabba. Torino: Einaudi, 1989. Edição em português GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

Roger Chartier *O mundo como representação*⁷¹, e, principalmente, a obra coletiva editada por Lynn Hunt *A Nova História Cultural*⁷². Com essas obras consolidavam-se os novos “postulados teóricos” que se formavam nos anos anteriores (RÍOS SALOMA, 2009, p. 117).

A NHC surgiu como uma resposta aos problemas apresentados nas décadas anteriores, particularmente os relacionados aos aspectos epistemológicos. A preocupação teórica é uma das principais características da NHC (BURKE, 2008, p. 70), pois consolidou-se perante uma intensa fase da história das mentalidades, declinando as propostas mais “radicais das teorias literárias” e se apropriando dos mais novos conceitos e ideias da antropologia simbólica⁷³, como as obras de Clifford Geertz⁷⁴, tornando-se um dos campos mais cultivados pelos medievalistas (AURELL, 2005, p. 16). A consolidação em meio a um período tão conturbado, teoricamente, resultou na conversão de uma série de diferentes tendências para a NHC. De acordo com Jaume Aurell, são várias as suas influências:

Primeiro, os historiadores de 1980 assimilaram os postulados do *linguistic turn* e outras tendências mais extremas como pós-estruturalismo e desconstrucionismo, deixando seus aspectos mais radicais para um lado. Segundo, esses historiadores continuaram a confiar nos efeitos positivos da abordagem interdisciplinar, beneficiando-se de propostas de filósofos como Michel Foucault, antropologistas como Clifford Geertz, historiadores da cultura popular como Peter Burke, narrativistas como Natalie Z. Davis, micro-historiadores como Carlo Ginzburg, historiadores das mentalidades como Georges Duby, expoentes da tradição materialista como Edward Thompson e

⁷¹ CHARTIER, Roger. "Le monde comme représentation". **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. Vol. 44. No. 6. Cambridge University Press, 1989. Empreendemos uma análise mais aprofundada do conceito de representação no tópico 1.3.1 deste capítulo.

⁷² HUNT, Lynn. **The New Cultural History**. Los Angeles/Londres: University of California, 1989.

⁷³ Lynn Hunt chegou a afirmar, em 1989, que “o modelo antropológico reina supremo nas abordagens culturais” (HUNT, 1989, p. 11).

⁷⁴ Entre as principais influências do antropólogo Clifford Geertz para a NHC está a sua "ideia" de cultura. Em sua obra **A Interpretação das Culturas**, explana a dificuldade de delimitar esse conceito, e devido às críticas à sua multiplicidade referente ao autor, explica que: "De qualquer forma, o conceito de cultura ao qual eu me atenho não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida" (GEERTZ, 2008, p. 66).

historiógrafos como Hayden White e Dominick LaCapra⁷⁵ (AURELL, 2005, p. 16).

A partir dessas influências, a NHC tem como:

[...] tentativa construir uma narrativa integrada dos todas as manifestações culturais. Por essa razão, disciplinas como história da arte, história intelectual e história da literatura se encaixam perfeitamente nessa nova corrente. Ao mesmo tempo, o indivíduo é o principal ponto de referência da nova história cultural em uma reação contra a história das mentalidades, que os novos medievalistas criticaram por sua tendência para deificar os fenômenos culturais⁷⁶ (AURELL, 2005, p. 16).

A compreensão da história, especialmente por esse viés da cultura, compreende as sociedades como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar a sua realidade (PESAVENTO, 2003). A NHC tem por objetivo a construção de uma narrativa integrada com todas as manifestações culturais, ao mesmo tempo que considera o indivíduo como ponto de referência e não os grandes fenômenos culturais. Ao contrário da história das mentalidades e da história estruturalista, a NHC não tem problemas em trabalhar com um fenômeno singular (AURELL, 2005, p. 16).

A sua ampla abordagem epistemológica permitiu que a história cultural, em suas mais diversas fases, "triunfasse" sobre a história estruturalista, quantitativa, e sobre o *linguistic turn*; por isso tornou-se a forma mais dominante de História praticada na virada do século XX a XXI⁷⁷ (BURKE, 2008, p. 68).

⁷⁵ No original: Firstly, the historians of the 1980s assimilated the postulates of the linguistic turn and other, more extreme tendencies such as post-structuralism and deconstructionism, leaving their more radical aspects to one side. Secondly, these historians continued to trust in the positive effects of the interdisciplinary approach, benefiting from the proposals of philosophers like Michel Foucault, anthropologist like Clifford Geertz, popular culture historians like Peter Burke, narrativists like Natalie Z. Davis, micro-historians like Carlo Ginzburg, historians of mentalities like Georges Duby, exponents of the materialist tradition like Edward Thompson and historiographers like Hayden White and Dominick LaCapra (AURELL, 2005, p. 16).

⁷⁶ No original: [...] attempts to build an integrated narrative of all cultural manifestations. For this reason, other disciplines such as art history, intellectual history or literary history fit perfectly into this new current. At the same time, the individual is the main reference point in the new cultural history in a reaction against a history of mentalities that the new medievalists criticize for its tendency to deify cultural phenomena (AURELL, 2005, p. 16).

⁷⁷ De acordo com Sandra Pesavento (2003), 80% da historiografia brasileira está vinculada à produção de História Cultural, seja em artigos, apresentações, dissertações ou teses.

Quando a História Cultural permitiu a expansão das abordagens metodológicas, os documentos passaram a ser reinterpretados; deixaram de ser simples fontes históricas e abriram-se a "novas perspectivas derivadas de sua consideração como um resultado ideológico intencional" (TINOCO DÍAZ, 2017, p. 143-144).

A aplicação dessas novas perspectivas à História Medieval foi determinante para a formação de uma corrente historiográfica conhecida como *novo medievalismo*⁷⁸. Na década de 1980, a historiografia especialista em Idade Média, principalmente a norte-americana, buscou renovar suas metodologias à luz de algumas ideias do *linguistic turn*, do *cultural turn* e conseqüentemente do pós-modernismo, sofrendo influência de teorias culturais, filosóficas e antropológicas como as de Michel Foucault e Jacques Derrida.

Os responsáveis pelo diagnóstico dessa transformação dos estudos medievais foram Paul Freedman e Gabrielle M. Spiegel, em um artigo publicado em 1998 sob o título de *Medievalism Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Studies*⁷⁹. Nele, os historiadores explicaram o surgimento de um novo medievalismo baseado nas novas teorias desenvolvidas ao longo da segunda metade do século XX.

Podemos afirmar que o *novo medievalismo* é a concretização das ideias pós-modernistas nos estudos da Idade Média (TINOCO DÍAZ, 2017, p. 144). Tornou-se uma ciência, não de fatos, mas dos discursos ou, ao menos, da codificação dos fatos: "[...] O texto contém múltiplos significados que requerem

⁷⁸ Sobre a formação e as características do *New Medievalism*, consultar: FREEDMAN, Paul; SPIEGEL, Gabrielle M. *Medievalism Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Studies*. In: **The American Historical Review**, v. 103, n. 3, 1998, p. 677-704; AURELL, Jaume. *El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos*. In: **Hispania: Revista Española de Historia**, vol. LXVI, n. 224. Madrid: CSIC, 2006, p. 809-832; BROWNLEE, Marina S.; BROWNLEE, Kevin; NICHOLS, Stephen G. (Ed.). **The New Medievalism**. Johns Hopkins University Press, 1991; I CARDONA, Jaume Aurell; LÓPEZ, Francisco Crosas (Ed.). **Rewriting the Middle Ages in the twentieth century**. Brepols Pub, 2005; NICHOLS, Stephen G. **Writing the New Middle Ages**. In: *PMLA*, 2005, pp. 422-441.

⁷⁹ FREEDMAN, Paul; SPIEGEL, Gabrielle M. *Medievalism Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Studies*. In: **The American Historical Review**, v. 103, n. 3, 1998, pp. 677-704.

estudos de vários lados, portanto, perspectivas pluridisciplinares" (AURELL, 2005, p. 20).

Nesse sentido, a principal mudança do *novo medievalismo* é a forma de compreender os documentos. Gradualmente, as "novas tendências" apresentaram a ideia de que nós, historiadores, não somos capazes de acessar diretamente o passado e de reconstruí-lo "senão simplesmente torná-lo presente novamente (representação)" (AURELL, 2006, pp. 812-813), recuperando as imagens que o próprio passado produziu sobre si mesmo.

A própria historiografia espanhola demonstra ressalvas à aplicação dessas novas metodologias por receio do relativismo que podem causar, conseqüentemente, retirando da História seu caráter científico. Mas felizmente, o advento de movimentos como a *Nova História Militar* e o *Novo Medievalismo* exemplificam a possibilidade de aproveitar apenas os postulados teóricos que forem benéficos para o estudo do medieval, como, por exemplo, o aumento da interdisciplinaridade e, especialmente, as novas formas de se compreender as fontes não como documentos históricos, mas como textos.

As novas linhas teóricas não têm, necessariamente, a finalidade de opor o "velho" ao "novo" e criar uma ruptura definitiva na historiografia, mas sim realizar um estudo da Idade Média pela incorporação de novas perspectivas e temas, tendo em vista que nessas novas correntes coabitam diferentes paradigmas teórico-metodológicos. É justamente devido a essa nova e variada maneira de abordagem das fontes que recorreremos a essas "novas" linhas teóricas para o desenvolvimento de nossa tese. Buscamos nesses postulados "um tratamento poliédrico das crônicas medievais, das quais interessa tanto o real quanto o imaginário, o verídico como a ficção, o expressado e o silenciado [...]”⁸⁰ (AURELL, 2006, p. 813).

Com base nesse suporte teórico-metodológico apresentado, contemplamos essas novas perspectivas desenvolvidas pela Nova História Cultural, assim como as novas formas de interpretação voltadas para o período medieval como o *novo medievalismo*. Ao considerarmos uma teorização das

⁸⁰ No original: Se postula así un tratamiento poliédrico de las crónicas medievales, de las que interesa tanto lo real como lo imaginario, lo verídico como lo ficcional, lo expresado como lo silenciado (AURELL, 2006, p. 813).

crônicas pela NHC, versamos sobre os pressupostos metodológicos utilizados para a análise de nossas fontes: compreender as crônicas como representações históricas manipuladoras do passado, que com a criação e organização de ideologias é capaz de legitimar um poder, justificar processos violentos, manter uma determinada organização social, e, por fim, manter os interesses do segmento social dominante.

1.3 A Nova História Cultural e as crônicas medievais: teoria e metodologia

Por meio do resgate teórico realizado e da apresentação dos novos postulados teóricos do medievalismo, podemos, agora, verticalizar nossa atenção para os aspectos teóricos-metodológicos da nossa principal fonte de estudo: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*.

Assinalamos que o conceito de crônica deriva do grego *khrónos*, que significa tempo. Já o termo em latim, *chronica*, representa a narração de uma história em ordem cronológica. Tal gênero literário ganhou destaque quando de sua utilização por autores cristãos, especificamente durante a Idade Média. As primeiras crônicas eram "universais" e abrangiam desde a criação do mundo até seu momento de elaboração. A mais antiga delas, *Historia Ecclesiae*, foi redigida por Eusébio de Cesaréia no século IV. Esse modelo dito universal foi comum até o século IX, quando as crônicas locais, de reinos e abadias, ganharam destaque (LOYN, 1997, p. 346).

De acordo com Jaime Estevão dos Reis e Luiz Augusto Oliveira Ribeiro (2017), as crônicas possuíam como finalidade

[...] elaborar um relato objetivo para garantir à posteridade a memória dos acontecimentos. Certamente os cronistas não podiam registrar todos os acontecimentos e a história presente nas crônicas refere-se, na maioria das vezes, a episódios memoráveis, feitos e ações gloriosas de monarcas, guerras e batalhas, ações de nobres e homens da Igreja. Nos reinos hispânicos medievais, particularmente em Castela e Leão, os cronistas, laicos ou eclesiásticos, eram homens vinculados, em sua maioria, às cortes reais (RIBEIRO; REIS, 2017, p. 227).

Bernard Guenée pontua que, apesar dessa seleção de acontecimentos, as crônicas medievais são parte da historiografia medieval⁸¹. Ainda que durante a Idade Média não houvesse historiadores profissionais ao modo moderno, a escrita da história era desenvolvida como uma atividade secundária, realizada por homens da corte e, particularmente, por religiosos. Possui como estrutura básica uma linha cronológica acompanhada de pequenos relatos históricos, frutos de um trabalho elaborado e erudito (GUENÉE, 2002). Porém, quando analisamos as crônicas a partir da História Cultural, a principal contribuição não está no sistema de datação ou na veracidade de seus relatos, mas sim no processo de compilação de outros documentos da época para a realização da crônica. O nosso trabalho como historiadores está na investigação adequada desse processo de seleção e sua relação com os contextos de produção, pois é a partir deles que podemos encontrar as reais intenções que seus autores possuíam e compreender o que foi exaltado ou omitido.

A análise das crônicas deve ser realizada mediante questionamento e entendimento de alguns elementos: a) quem as escreveu?; b) em qual contexto político, social e cultural estão inseridas?; c) qual era seu público-alvo?; d) quem ordenou/financiou a sua escrita? e) Qual foi a língua utilizada?

Esse procedimento metodológico inicial não tem o objetivo positivista de conferir a veracidade dos fatos narrados, mas de ajudar o historiador da História Cultural a compreender as crônicas medievais como um meio de acesso a outro mundo, marcado por intencionalidades. A análise desses elementos ajuda a revelar as estruturas de poder e os esquemas ideológicos de um determinado contexto histórico, esquemas que podem ser interpretados como intermediários entre o passado e o presente em que a crônica foi escrita, com um propósito já definido (WARD, 2000; AURELL, 2006).

O historiador da História Cultural deve criar, ou emprestar de outras disciplinas, instrumentos teóricos metodológicos capazes de analisar as estratégias de manipulação do passado via esquemas ideológicos (HUNT, 1992,

⁸¹ O conceito de historiografia não é utilizado no sentido moderno do termo, como uma escrita científica da História, mas sim como a atividade de escrita histórica presente na Idade Média.

p. 18). Procuramos desenvolver essa metodologia com o respaldo de alguns pressupostos teóricos do *Novo Medievalismo*, verticalizando no processo de construção histórico-ideológico responsável pela legitimação política de um determinado contexto.

Em nossa tese, examinamos a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* do século XIII como legitimadora da guerra, justificadora do poder e da ampliação territorial realizados no reinado de Fernando III de Castela e Leão. Investigamos como essa crônica, em um novo contexto marcado pela violência e expansão do domínio cristão, tinha como uma de suas principais estratégias a criação de representações a fim de atender seus objetivos políticos por meio de certos condicionamentos ideológicos.

1.3.1 As crônicas medievais como *representação*

A Nova História Cultural tem como um de seus principais conceitos o de *representação*, que colaborou para a elaboração de novas formas de se compreender a História e, conseqüentemente, de interpretar as fontes. Criado pelos sociólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim, o conceito de representação é o modo pelo qual grupos e indivíduos dão sentido ao meio em que vivem; são matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real (PESAVENTO, 2003).

Segundo Roger Chartier (2002), as representações do mundo social são determinadas pelos grupos que as criam. Por essa razão, quando analisamos as representações nas crônicas medievais, é preciso nos atentarmos ao grupo social a que pertencia o cronista e seu objetivo. É válido lembrar que as representações não são neutras, nelas constam “estratégias e práticas” que buscam instituir algum tipo de autoridade sobre outro grupo social que não seja aquele a que o seu autor pertença. Esses discursos almejam “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e consultas” (CHARTIER, 2002b, p. 17).

Nessa perspectiva, investigamos de que maneira os cronistas medievais utilizaram-se de narrativas para criar sistemas de representação

que legitimassem o poder de Fernando III e o processo de Reconquista⁸² na primeira metade do século XIII. Analisamos esses documentos em sua dupla natureza: como um produto e, ao mesmo tempo, produtor da realidade histórica.

De acordo com Sandra Pesavento (2002), na análise da História Cultural é possível compreender as narrativas como uma linguagem simbólica do homem, logo, portadoras de significados para além daquilo que é mostrado no campo visual. As narrativas são representações da realidade e, portanto, ressignificações daqueles que analisam seu contexto histórico. Assim sendo, as narrativas emergem como frutos de um momento de criação, constituindo uma interpretação ao mesmo tempo individual, social e histórica do que foi vivido. Chartier (2002, p. 94) enuncia que “as representações mentais, as práticas sociais são sempre

⁸² O termo Reconquista tem sido alvo de um debate acadêmico acerca de sua viabilidade como conceito histórico. Criado no final do século XVIII, esse termo surgiu para abranger o processo de recuperação da Península Ibérica pelos cristãos durante um conflito de aproximadamente seis séculos contra os muçulmanos (LADERO QUESADA, 2010, p. 26). No entanto, nos finais do século XIX e início do século XX, tal conceito passou a ser usado como um dos principais aspectos de fortalecimento do mito originário do nacionalismo espanhol. Inclusive, foi utilizado pela ditadura Franquista para fazer uma analogia de seu governo como uma “reconquista” contra os comunistas que teriam tomado o poder da Espanha antes da Guerra Civil espanhola (1936-1939). Na segunda metade do século XX, iniciou-se um processo de desvinculação desse conceito das ideias nacionalistas. Os pioneiros nessa discussão foram Abilio Barbeiro e Marcelo Vigil, que escreveram a respeito desse tema nas décadas de 1970 e 1980. A utilização desse conceito atualmente pode ser criticada devido à sua carga ideológica. No entanto, em 2009, o medievalista Francisco García Fitz escreveu um artigo denominado: **La Reconquista: un estado de la cuestión** em que ressalta a importância dos aspectos ideológicos que envolvem esse conceito, e também demonstra a viabilidade de sua utilização, tendo em vista que “con un único término se hace referencia, sin necesidad de mayores explicaciones, a un proceso clave en la Edad Media peninsular, como fue la expansión militar a costa del Islam occidental, que estuvo revestido e impulsado por una ideología militante basada en los principios de guerra santa y de guerra justa, y que además tuvo una incidencia decisiva en la conformación de unas sociedades de frontera. [...] No sabemos si en el futuro esta propuesta acabará cuajando en la historiografía, pero de momento sigue existiendo un consenso bastante amplio en torno a la utilización de Reconquista: después de todo, si con una sola palabra podemos aludir, intuitivamente, a dinámicas históricas tan complejas, quizás no sea necesario que acabemos con ella” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 201). Ou seja, apesar da carga ideológica, a palavra Reconquista continua sendo útil para se referir ao processo de expansão territorial dos reinos cristãos na Península Ibérica durante o período medieval. Para mais informações sobre esse debate historiográfico, consultar: ALVARO, Bruno Gonçalves. Bernardo de Sigüenza: A reconquista como fundamento para a dominação através do poder senhorial-episcopal em Castela no Século XII. **Diálogos**, v. 20, n. 3, 2016, p. 116-128; GARCÍA FITZ, F. La Reconquista: un estado de la cuestión. In: **Clio & Crimen**, nº6, 2009, pp.142-215; GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Reconquista: entre o debate historiográfico e a avaliação de uma realidade tardo-medieval. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 12, 2017, pp. 10-34; VÉREZA, Renata. Reconquista: conceito polissêmico. In: **Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval**. Rio de Janeiro, 2011, pp. 40-53.

governadas por mecanismos de dependência desconhecidos pelo próprio sujeito”.

Ao analisarmos as crônicas, é preciso recusarmos a sua literalidade; logo, torna-se fundamental adotar uma postura hermenêutica para assim encontrarmos os significados, decifrando os sentidos de algo que não está necessariamente aparente, de modo a perceber a realidade inerente a seu período de criação.

1.3.2 As crônicas medievais: a história como "legitimação política"

A historiadora estadunidense Gabrielle M. Spiegel⁸³ foi uma das principais responsáveis pela reformulação dos estudos das crônicas medievais mediante as novas perspectivas teóricas do Novo Medievalismo (WARD, 2000, p. 60). Em seu texto *Theory into practice: reading medieval chronicles* (1999)⁸⁴, apresenta "novas" estratégias teóricas para a análise de crônicas medievais das quais ressaltamos duas principais: a “estrutura ideológica do argumento” e a “lógica social do texto”.

A respeito da estrutura ideológica do argumento, trata-se de uma análise da forma como os cronistas medievais utilizaram-se da legitimidade que a abordagem histórica do passado conferia naquele contexto para servir aos objetivos propagandísticos de determinado grupo ou indivíduo, fato que a autora, ao interpretar a historiografia medieval, denominou "utilidade política da manipulação medieval do passado".

Essa metodologia analisa as

[...] maneiras pelas quais o próprio passado constituía uma estrutura ideológica de argumentação, que buscava legitimidade da autoridade emprestada da história, entendida como

⁸³ Entre os seus principais livros estão: **The Chronicle Tradition of Saint-Denis: A Survey** (Medieval Classics: Texts and Studies, no. 10) Leiden and Boston, 1978; **Romancing the Past: The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France** ("The New Historicism," University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1993); **The Past as Text: The Theory and Practice of Medieval Historiography** (Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1997). A autora possui mais dezenas de artigos publicados. Acerca de suas publicações conferir: <http://krieger.jhu.edu/history/wp-content/uploads/sites/32/2014/01/Spiegel-CV-2014.pdf>

⁸⁴ SPIEGEL, G. M. *Theory into practice: reading medieval chronicles*. In: KOOPER, Erik (ed.). **The Medieval Chronicle**. Amsterdam-Atlanta, 1994, pp. 1-12.

supostamente real [...] justamente a verdade do passado que garantiu a utilidade da historiografia para os governantes e atores políticos medievais, cujos interesses, com certeza, não estavam em recuperar uma explicação do que "realmente aconteceu", mas a legitimação de seus objetivos propagandísticos e políticos. O que tornou a escrita da história importante na Idade Média, [...] foi exatamente sua capacidade de abordar a vida política contemporânea por meio de um deslocamento para o passado e incorporar prescrição e polêmica em um relato aparentemente factual, porque realista, do legado histórico que o passado tinha legado⁸⁵ (SPIEGEL, 1999, p. 2).

Desse modo, a eficiência das crônicas medievais e de seus respectivos cronistas para o seu contexto não estava na busca pela verdade, mas sim na coerência de seu relato para com as motivações e intenções daqueles que a patrocinaram, bem como das inquietudes daqueles que seriam seus leitores. Para Marcella Lopes Guimarães, as crônicas possuíam o objetivo de recriar o real, ainda que para isso fosse necessária a utilização de elementos fictícios. As crônicas eram escritas "para legitimar seus promotores e servir de modelo para a sociedade política" (GUIMARÃES, 2012, p. 70).

Em seu artigo *Political utility in medieval historiography: a sketch*, publicado em 1975⁸⁶, Gabrielle M. Spiegel explica a metodologia utilizada para compreender essa "utilidade política" das crônicas durante o período medieval. A princípio, é preciso analisar tais documentos como uma historiografia, que se tornou politicamente importante devido a sua habilidade de utilizar o passado para legitimar os acontecimentos contemporâneos a sua escrita. Habilidade justificada pelo fato de a sociedade medieval ser regulada de acordo com os seus costumes e sua visão de seu próprio passado. Qualquer tipo de atividade social, práticas legais, e até mesmo inovações eram legitimadas pela "força dos

⁸⁵ No original: [...] ways in which that past itself constituted an ideological structure of argument, one that sought legitimacy from the borrowed authority of history understood as a putatively real [...] precisely the 'truth' of the past that underwrote the utility of historiography to medieval rulers and political actors, whose interests, to be sure, lay not in recuperating an account of 'what actually happened' but in the legitimation of their propagandistic and political goals. What made the writing of history important in the Middle Ages, [...] was exactly its ability to address contemporary political life via a displacement to the past, and to embed both prescription and polemic in an apparently 'factual', because realistic, account of the historical legacy that the past had bequeathed (SPIEGEL, 1999, p. 2).

⁸⁶ SPIEGEL, Gabrielle M. *Political utility in medieval historiography: a sketch*. In: **History and theory**, v. 14, n. 3, pp. 314-325, 1975.

costumes". Dessa maneira, as crônicas, ao resgatar feitos passados, manipulavam os acontecimentos de modo a criar representações da história para justificar os acontecimentos políticos contemporâneos a sua escrita (SPIEGEL, 1975).

É por essa manipulação do passado que os cronistas se utilizavam muitas vezes do "passado lendário" e de muitos elementos de ficção. Os cronistas construíam ideologicamente, a partir do passado, uma consolidação dos acontecimentos políticos de seu presente. E para atingir esse objetivo, as lendas e elementos imaginários contribuíram decisivamente (AURELL, 2006, p. 822).

Leonardo Funes assevera que tais elementos fictícios, para a perspectiva histórica cultural, não podem ser analisados como um problema, porque os próprios cronistas medievais os viam como

[...] uma solução, quer dizer, como um modo eficaz de apresentar a verdade histórica. É oportuno recordar que a mentalidade medieval, a ficção não era concebida como oposta verdade, se não como um caminho para chegar à verdade. E isto era assim porque além do critério de verdade por adequação se aceitam outros critérios, como o consenso, a eficácia didático-moral, a tradição⁸⁷ (FUNES, 2004, p. 83-84).

Assim como declara Cláudio Sánchez Albornoz:

As crônicas são indispensáveis para a história; e a paixão dos cronistas não torna o trabalho do historiador impossível, mesmo que isso dificulte o trabalho. [...] A paixão dos cronistas reflete um estado conflitivo na opinião pública do período estudado: uma onda de criação e mudanças que conflitam com as estáticas forças históricas [...]⁸⁸ (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1975, p. 45).

⁸⁷ No original: [...] sino como una solución, es decir, como un modo eficaz de presentar la verdad histórica. Es oportuno recordar que en la mentalidad medieval, la ficción no era concebida como opuesta a la verdad, sino como un camino alternativo para arribar a la verdad. Y esto era así porque además del criterio de verdad por adecuación se aceptan otros criterios, como el consenso, la eficacia didáctico-moral, la tradición (FUNES, 2004, pp. 83-84).

⁸⁸ The chronicles are indispensable for history; and the chroniclers' passion, does not make the historians' work impossible, even if it hampers it. [...] The chroniclers' passion reflects a conflictive state in the public opinion of the period studied: a wave of creation and change which clashes with static historical forces [...] (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1975, p. 45).

Os elementos tidos como fictícios fazem parte da abordagem do *Novo Medievalismo*. Nela, o historiador tem o papel de decifrar a relação entre o texto e os elementos que o influenciam, sejam culturais, políticos ou ideológicos, e, assim, compreender a importância das lendas e mitos para a produção do conhecimento histórico e a consequente legitimação e consolidação de seus objetivos políticos (RÍOS SALOMA, 2009, pp. 114-115).

A investigação do emprego das crônicas como parte de um processo de legitimação política deve ser realizada segundo o contexto histórico e suas ligações com os elementos econômicos, políticos e socioculturais que permeavam a escrita da fonte. Por mais que as crônicas estejam abertas às mais diversas interpretações diante dos mais variados paradigmas, o contexto histórico é o que limita o trabalho de interpretação do historiador, sendo a sua reconstrução uma das bases de seu trabalho. A princípio, trata-se de uma afirmação óbvia, pois os contextos dos documentos sempre foram pesquisados e explorados pelos historiadores (AURELL, 2006, p. 822).

Entretanto, destacamos a necessidade de o historiador captar, nas fontes, elementos que ultrapassam os planos da intencionalidade e do conteúdo. Apesar de as crônicas integrarem um gênero mais amplo, é preciso que cada uma seja analisada em seu próprio contexto (WARD, 2000, p. 60). Esses aspectos também foram contemplados por Gabrielle M. Spiegel, para quem a investigação do contexto visa à preservação de alguns elementos do mundo social, nos quais tanto o passado quanto o presente foram gerados. A autora desenvolveu o conceito de "Lógica social do Texto"⁸⁹.

Tal conceito pode ser definido como um

termo e um conceito que busca combinar em uma única, mas complexa estrutura, um protocolo de análise do local social do texto - o espaço social que ocupa, tanto como produto de um mundo social particular quanto um agente em trabalho/ação naquele mundo [...] Nesse sentido, o significado de um texto particular está essencialmente relacionado, não estável ou inerente ao próprio texto; só surge quando o texto está situado

⁸⁹ *Social logic of the text*. Para melhor compreensão acerca desse conceito, indicamos: SPIEGEL, G. M. *Theory into practice: reading medieval chronicles*. In: KOOPER, Erik (ed.). *The Medieval Chronicle*. Amsterdam-Atlanta, 1994; SPIEGEL, Gabrielle M. *History, historicism, and the social logic of the text in the Middle Ages*. *Speculum*, v. 65, n. 1, 1990, pp. 59-86; SPIEGEL, Gabrielle M. **The past as text: the theory and practice of medieval historiography**. JHU Press, 1999.

dentro de um ambiente local de redes sociais e políticas que ele procura moldar e que está sendo organizado em torno dele⁹⁰ (SPIEGEL, 1999, pp. 6 e 9).

Em suma, a lógica social do texto é uma abordagem dualista – da história e da crítica literária – que tem um duplo objetivo. Primeiro, a compreensão de como as alterações do meio social, político e cultural colaboraram para as alterações na configuração da gramática, da linguagem e dos gêneros literários. Segundo, analisa esses textos como agentes transformadores do próprio contexto dos quais são frutos, como, no nosso caso de análise, as crônicas castelhanas, porque são frutos do grande processo de expansão territorial e, ao mesmo tempo, do processo de legitimação e propaganda do reinado de Fernando III.

Essa dupla perspectiva permite ao historiador compreender as crônicas tanto como um espelho da sociedade quanto como geradora da realidade social, "uma função passiva e ativa" (AURELL, 2006, p. 824). Em síntese, os textos históricos, ao mesmo tempo em que são produtos de seu contexto, também são agentes transformadores e, no caso das crônicas, agem como produto ideológico e elemento de doutrinação (TÍNOCO DÍAZ, 2017, p. 145).

É pelo conhecimento do contexto em que os documentos foram articulados que se torna possível ao historiador adentrar nas análises da intencionalidade, nas manipulações e ideologias na perspectiva da Nova História Cultural. Realçada a importância do contexto histórico para a compreensão das fontes e para a legitimação política, apresentamos, na sequência, a principal ferramenta utilizada por essas fontes, as ideologias.

⁹⁰ [...] term and a concept that seeks to combine in a single but complex framework a protocol for the analysis of a text's social site - the social space it occupies, both as product of a particular social world and as an agent at work in that world [...] In that sense, the meaning of a particular text is essentially relational, not stable or inherent in the text itself; it emerges only when the text is situated within a local environment of social and political networks that it seeks to shape and that are being organized around it (SPIEGEL, 1993, pp. 6 e 9).

1.3.3 As crônicas medievais: uma legitimação ideológica

Ideologia é um dos conceitos mais complexos e abrangentes⁹¹. Sua utilização ocorre pelas mais diversas linhas teóricas, desde o marxismo até a Nova História Cultural, e, por isso, pode ser definida de diversas formas.

O conceito surgiu com o filósofo francês do século XVIII, Destutt de Tracy⁹². Para ele, o termo ideologia servia para designar os estudos relacionados à origem e formação das ideias. Foi somente no século XIX que o conceito ganhou uma abrangência mais ampla e passou a significar “um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política” (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2001, p. 99).

Apesar de suas múltiplas definições, é possível delinear a ideologia por meio de um significado “fraco” e um “forte”. Pelo significado “fraco” pode ser definida como um

... sistema de crenças políticas um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos [...]. No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas (STOPPINO, 1998, p. 585).

À medida que em seu sentido “forte”

[...] tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção de falsidade: a Ideologia é uma

⁹¹ Consta no Dicionário de Política (1998) que “tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos (STOPPINO, 1998, p. 585).

⁹² Antoine Louis Claude Destutt, o conde de Tracy (1754-1836), destacou-se pela publicação de *Éléments d'idéologie* (1817–1818). Juntamente a Cabanis, De Gérando e Wolney, fundou a Escola dos “ideólogos”. Manuel Cardoso (1994, p. 29) aponta que o termo originalmente significaria: “uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos que exprimem a relação do corpo humano como organismo vivo, com o meio ambiente. Elaboram uma teoria sobre as faculdades sensíveis responsáveis pela formação das ideias”.

crença falsa. [...] No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o carácter mistificante de falsa consciência de uma crença política (STOPPINO, 1998, p. 585).

O significado “forte” do conceito, diretamente ligado ao marxismo, desenvolveu, ao longo dos séculos XIX e XX, uma concepção negativa sobre as ideologias⁹³. Com o objetivo de livrá-la desse tom pejorativo, Georges Duby o apresenta assim como o filósofo Louis Althusser⁹⁴:

um sistema (possuindo sua lógica e rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, segundo a ocasião) dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma dada sociedade” (DUBY, 1995, pp. 131-132).

Dessa forma, influenciado por Althusser, Georges Duby analisa as ideologias como um projeto de agir sobre a sociedade e aponta alguns traços que as caracterizam, das quais salientamos dois:

1º Aparecem como sistemas completos e são naturalmente globalizantes, pretendendo oferecer da sociedade, de seu passado, de seu presente, de seu futuro, uma representação do conjunto integrada à totalidade de uma visão do mundo. [...] na Europa Medieval, por exemplo, toda representação das relações sociais procurava necessariamente apoio em alguns dos textos fundamentais do cristianismo. 2º As ideologias que tem como

⁹³ O marxismo concebe a ideologia como algo ruim, pois é vista como um sistema de ideias utilizadas pelas classes sociais dominantes para dominar a produção e justificar essa dominação sobre as outras classes. Por exemplo, na Idade Média a nobreza, em parceria com a Igreja Cristã, teria desenvolvido uma ideologia aristocrática para dominar os servos, cidadãos e burgueses. Ou ainda, pós-revoluções burguesas e industriais, a elite capitalista cria uma ideologia dominante, de carácter aparentemente verdadeiro e real, mas que tem como principal objetivo explorar os operários. Marx concebe ideologia como um instrumento de dominação de classe (SILVA; SILVA, 2009, p. 206).

⁹⁴ Na obra **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**, Louis Althusser propõe duas teses relativas ao funcionamento das ideologias, uma negativa e outra positiva. *Tese 1: A Ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência*. Nessa tese, apesar de as ideologias não condizerem com a realidade, elas: “fazem alusão à realidade, e que basta “interpretá-las” para reencontrar, sob sua representação imaginária do mundo, a própria realidade desse mundo (ideologia= ilusão/alusão). *Tese 2: A Ideologia tem uma existência material*. Para essa tese “o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, às quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segunda a sua crença” (ALTHUSSER, 1980, pp. 77-90).

primeira função consolidar, são naturalmente, deformantes. A imagem que fornecem da organização social é construída a partir da arrumação coerente de inflexões, escapatórias, distorções, a partir de uma tomada de perspectiva, de um jogo de luzes que tende a ocultar certas articulações projetando toda luz sobre outras, a fim de melhor servir a interesses particulares (DUBY, 1995, p. 132).

Em um artigo sobre as linhas de pesquisa da Nova História Cultural⁹⁵, José D'Assunção Barros escreve que o conceito de ideologia é fundamental para a História Cultural:

[...] a ideologia aparece [...] como um projeto de agir sobre determinado circuito de representações no intuito de produzir determinados resultados sociais. [...] ideologia corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses (BARROS, 2011, pp. 53-54).

É essa a concepção de ideologia relacionada ao poder e ao controle social⁹⁶ que utilizamos nesta pesquisa. Um sistema de ideias capaz de agir sobre a sociedade para atingir determinados objetivos. Investigamos de que modo as crônicas foram criadoras e organizadoras de ideologias que se apropriaram de elementos históricos-ideológicos para legitimar o poder. Adotamos, portanto, uma concepção de ideologia referente à “totalidade social” e não associada a grupos específicos de dada sociedade (BARROS, 2011, p. 54).

Com essa teorização, a seguir versamos sobre qual metodologia de análise pode ser utilizada para interpretar as ideologias presentes nas crônicas castelhanas medievais. Como nossa análise centra-se na “utilidade política” das crônicas e na forma como legitimam o reinado de Fernando III, um elemento é central: a ideologia bélica de base religiosa. Esta foi responsável por fornecer às sociedades hispânicas uma “representação global de seu dever histórico,

⁹⁵ BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, 2011, pp. 38-63.

⁹⁶ Esse posicionamento é importante, pois como assinalamos, o conceito de ideologia possui diversos sentidos. É preciso definirmos ideologia como um controle social exercido sobre os membros de uma sociedade sem que ela saiba, ainda que os próprios agentes produtores dessas ideologias não tenham consciência da forma como tal controle social é realizado (BARROS, 2011).

integrando passado, presente e futuro em uma dinâmica de evolução coerente” (GARCÍA-FITZ, 2009, p. 150).

As crônicas possuíam uma “utilidade política” por serem capazes de legitimar a política via criação de novas representações do passado, ou ainda, de organizar aquelas que já haviam sido criadas, como pontuamos. A ideologia responsável por esse processo de legitimação durante o governo de Fernando III foi a de *Guerra Justa* e *Guerra Santa* para os cristãos, e a de *yihad* para os muçulmanos.

Francisco García Fitz (2009) esclarece que essas ideologias bélicas de base religiosa forneciam à sociedade castelhana leonesa, durante o processo de Reconquista, um sentido para a sua história, sendo ainda responsáveis por três grandes processos. O primeiro é a criação de uma representação de seu passado, passando à população a ideia de que

[...] haviam sido injusta e violentamente despossuídos a raiz da invasão islâmica, cada geração tinha que cumprir no presente com a missão de lutar pela restauração da herança perdida [...] as ideologias militantes de base religiosa ofereciam a suas respectivas sociedades um passado desejável, um presente talvez doloroso, mas com uma missão teológica transcendente, e um futuro cheio de esperança [...] ⁹⁷ (GARCÍA FITZ, 2009, p. 150-151).

Segundo, assim como as ideologias bélicas justificam seu presente pelo passado, também funcionavam como sistemas de representações que justificavam as atitudes cotidianas. A ideia da realização de uma guerra justa e santa colaborava para a criação de um objetivo justo e sagrado que justificava as ações bélicas empreendidas contra seus inimigos, ou seja, a violência e os conflitos diários.

Por fim, essas ideologias serviram para fornecer características de identidade próprias que definiam a sociedade cristã frente a muçulmana. Com

⁹⁷ No original: “[...] habían sido injusta y violentamente desposeídos a raíz de la invasión islámica, cada generación tenía que cumplir en el presente con la misión de luchar por la restauración de la herencia perdida [...] las ideologías militantes de base religiosa ofrecían a las respectivas sociedades un pasado deseable, un presente quizás doloroso pero con una misión teológica y trascendente, y un futuro cargado de esperanza” (GARCÍA FITZ, 2009, pp. 150-151).

esse sentimento de identidade era possível reforçar a solidariedade interna, mas principalmente, legitimar politicamente qualquer monarca ou governante que estivesse disposto a liderar uma guerra contra seus inimigos (GARCÍA FITZ, 2009, pp. 150-151).

1.4 Considerações finais sobre o capítulo

Neste capítulo, abordamos a perspectiva teórico-metodológica de nossa investigação: a *Nova História Cultural* (NHC) e o *Novo Medievalismo*. Primeiramente, apresentamos um breve panorama acerca do desenvolvimento da História Medieval no século XX, passando pela escola dos Annales, a superação da escola estruturalista, a formação da História das Mentalidades, o surgimento do *Linguistic Turn* e da História Cultural, movimentos que contribuíram para a formação da linha teórica utilizada nesta tese, a Nova História Cultural (NHC).

Com os pressupostos teóricos da NHC, perquirimos a CLRC como um produto e uma produtora de seu contexto histórico e desenvolvemos, também neste capítulo, três discussões relativas às crônicas medievais: a) como representação; b) como mecanismo de legitimação política; e c) como um sistema de legitimação ideológica.

Após discorrermos sobre nossa fundamentação teórica, cabe-nos realizar uma investigação acerca do contexto histórico de Fernando III; afinal, as análises teórico/metodológicas das fontes (crônicas) devem levar em consideração o contexto dos cronistas. Por isso, no segundo capítulo examinamos os eventos que determinaram a criação de um sistema de legitimação para determinar se o poder de Fernando III em Castela e Leão era legítimo ou não.

CAPÍTULO II

FERNANDO III (1201-1252): UM REI ILEGÍTIMO?

[...] Nesse sentido, o significado de um texto particular está essencialmente relacionado, não estável ou inerente ao próprio texto; só surge quando o texto está situado dentro de um ambiente local de redes sociais e políticas que ele procura moldar e que está sendo organizado em torno dele⁹⁸ (SPIEGEL, 1999, p. 6 e 9).

A epígrafe de Roger Chartier explica bem o propósito deste capítulo: analisar o contexto político do reinado de Fernando III e a sua importância na construção das crônicas como instrumentos de legitimação e consolidação do poder monárquico. Antes de aplicarmos a teoria – apresentada no primeiro capítulo – nas fontes, se faz necessária uma análise do contexto, uma vez que as representações, ideologias e práticas não são apenas produtoras de uma realidade social, mas também produtos dela, pois os próprios interesses das crônicas são determinados e limitados pelo seu contexto.

Portanto, antes de compreendermos as estratégias utilizadas pelos cronistas para legitimar o poder, é preciso analisarmos as conjunturas históricas que limitaram e permitiram a criação desses mecanismos de controle social. Nesse sentido, analisamos o contexto político em que Fernando III nasceu, bem como o seu “tortuoso” processo de conquista do poder de Castela e Leão, verticalizando a discussão para os problemas de legitimidade que o monarca enfrentou nas três primeiras décadas de sua vida. Analisamos as diferentes fases de legitimidade e ilegitimidade que influenciaram a forma como as crônicas latinas foram escritas.

⁹⁸ No original: “[...] term and a concept that seeks to combine in a single but complex framework a protocol for the analysis of a text's social site - the social space it occupies, both as product of a particular social world and as an agent at work in that world [...] In that sense, the meaning of a particular text is essentially relational, not stable or inherent in the text itself; it emerges only when the text is situated within a local environment of social and political networks that it seeks to shape and that are being organized around it” (SPIEGEL, 1993, pp. 6 e 9).

2.1 A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela

Fernando III, o Santo (1201-1252); essa é a forma que o filho de Berenguela de Castela e Alfonso IX de Leão entrou para a história como o primeiro rei hispânico a ser canonizado⁹⁹. Esse epíteto, de maneira quase automática, nos remete às suas grandes façanhas comumente reconhecidas pela historiografia, das quais podemos citar a reunificação dos reinos de Castela e Leão em 1230 e a conquista das duas maiores cidades da Europa no século XIII: Córdoba (1236) e Sevilha (1248).

Diante de seus grandes feitos e do modo como entrou para a História da Espanha como um “rei invicto”, fica difícil acreditar que Fernando III teve seu poder contestado por diversas vezes e, por isso, foi obrigado a desenvolver um complexo sistema político, militar e ideológico de legitimação do seu poder. Para melhor compreender esse processo, resgatamos e analisamos o contexto histórico-político do monarca, verticalizando nas dificuldades jurídicas e religiosas que o obrigaram a desenvolver esse sistema de legitimação já nas primeiras décadas de seu reinado.

⁹⁹ O processo de canonização do monarca durou aproximadamente quatrocentos anos e foi finalizado em 1671 pelo papa Clemente X, quando foi aceito que o corpo do monarca estava incorrupto. Por si só, esse fato justificava a sua canonização. De acordo com Rodríguez Becerra (2006), o corpo incorrupto de Fernando III foi descoberto pela primeira vez em 1279, quando foram mover os restos mortais de Berenguela para a capela Real a mando de Alfonso X. **Nos Anexos I, II e III, apresentamos imagens do corpo incorrupto do monarca.** Após sua canonização, tornou-se patrono de diversas cidades, como Sevilla, Aranjuez, San Fernando de Henares, Maspalomas, Villanueva del Río y Minas, San Fernando de Apure, San Fernando de Occidente e de órgãos do governo como Arma de Ingenieros, do Cuerpo de Ingenieros Politécnico do Ejército de Tierra da Espanha, sua data festiva é 30 de maio. Para mais informações, consultar: LINCOLN, Kyle C. Coroporis Incorrupti Inspectio: The Remains of Fernando III and the Science of Confirming Sanctity in Seventeenth Century Sevilla. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies**, v. 42, n. 1, 2017, p. 5; RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador. Los santos en los procesos de formación de identidades locales: el mito de San Fernando y la ciudad de Sevilla. **Zainak. Cuadernos de Antropología-Etnografía**, n. 28, 2006, p. 163-181; MARTÍN, José Gámez. Los caminos para Dios. Fernando III rey de Castilla y León: la santidad en la Corona de España. In: **XVI Jornada de Historia de Fuente de Cantos**. Lucerna Asociación Cultural de Fuente de Cantos (Badajoz), 2016, pp. 255-280 e FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Laura. Muy noble, et mucho alto et mucho honrado. La construcción de la imagen de Fernando III. Ayala Martínez, Carlos; Ríos Saloma, Martín (coords.), **Fernando III tiempo de Cruzada**, Madrid, Sílex, 2012, pp. 137-174.

Fernando¹⁰⁰ nasceu por volta do dia 24 de junho de 1201¹⁰¹, em um monte próximo ao monastério de Valparaíso, entre Salamanca e Zamora, enquanto a sua mãe, Berenguela de Castela, estava a caminho de encontrar-se com seu esposo, Alfonso IX, em Benavente. O local de nascimento lhe rendera seu primeiro apelido, o de Montesino, uma vez que, ao contrário de outros príncipes, não veio ao mundo em um dos palácios reais (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 34). O príncipe é filho do segundo casamento de Alfonso IX (1171-1230), rei de Leão, com uma das herdeiras de Castela, Berenguela. As relações de poder em torno desse casamento e das linhas de sucessão dos reinos de Castela e Leão são elementos em que devemos nos aprofundar, pois são determinantes para compreendermos as dificuldades de legitimação do poder por parte de Fernando III.

A respeito da linha de sucessão real do reino de Castela, Fernando, o Montesino, aparentemente não possuía grandes chances de ocupar o trono, pois quem governava era o seu avô materno Alfonso VIII, casado com Leonor da Inglaterra¹⁰². Juntos tiveram uma longa descendência; a primeira a nascer foi a mãe do monarca, Berenguela, em 1180. A princesa, durante anos, foi o centro das atenções políticas como a provável herdeira¹⁰³ da Coroa de Castela, dado que o primogênito dom Sancho, nascido em 1181, morreu após poucos meses de vida. Posteriormente, nasceram três princesas: Sancha (1182-1184), Urraca

¹⁰⁰ Para Antonio Ballesteros Beretta (1984), o nome Fernando foi escolhido por seu pai, Alfonso IX, em homenagem ao seu pai, também rei de Leão, Fernando II. Ao dar esse nome ao montesino, Alfonso IX reiterava a sua homenagem, tendo em vista que seu primeiro filho, com Teresa de Portugal, também havia recebido o mesmo nome (BALLESTEROS BERETTA, 1984, p. 13).

¹⁰¹ Acerca de sua data de nascimento, na historiografia castelhana encontramos dois relatos sobre sua idade, da qual seria possível inferir seu ano da nascença. A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (CLRC) afirma que quando se tornou rei de Castela, o monarca começava a viver seu décimo sexto ano de vida (CLRC, 1999, p. 68). No entanto, quando Jiménez de Rada narra o mesmo acontecimento, declara que Fernando possuía dezoito anos (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 337).

¹⁰² Leonor (1161-1214) era filha de Enrique II da dinastia Plantagenetas, rei da Inglaterra de 1154 a 1189 com Leonor da Aquitânia, antiga rainha da França. Irmã de Ricardo Coração de Leão e João Sem Terra, ambos reis da Inglaterra de 1189 a 1199 e 1199 a 1216, respectivamente. Por meio de Leonor, a dinastia de Castela esteve no poder de três das grandes monarquias europeias do século XIII. Fernando III, seu neto, governara Castela e Leão de 1217 a 1252; Luís IX, filho de Blanca, governou a França de 1226 a 1270; e sua bisneta Leonor de Castela se tornou rainha da Inglaterra ao se casar com Eduardo I.

¹⁰³ De acordo com Jaime Estevão dos Reis, tanto o direito tradicional castelhano quanto o leonês não impediam as mulheres de serem herdeiras do reino (REIS, 2007, p. 30).

nascida em 1186 e que se casaria com Alfonso II de Portugal, e Blanca em 1188 que, por sua vez, se uniria ao rei da França Luís VIII (MARTÍNEZ DIEZ, 1996).

Dessa maneira, a ascensão de Berenguela ao poder seria uma vontade de seu próprio pai, que mediante o acordo em Carrión, em junho de 1188, prometeu a princesa para Conrado Hohenstauffen (1170-1196), duque da Suábia e filho do imperador do Sacro Império Romano Germânico Frederico I, Barbarossa (GONZÁLEZ, 1980, p. 62).

Conforme a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*¹⁰⁴:

Conrado [...] foi armado cavaleiro pelo rei de Castela. Com ele desposou a sua filha dona Berenguela, que tinha apenas oito anos, e fez com que todos do reino prestassem homenagem a ele de que o mesmo Conrado reinaria depois dele, se acontecesse de morrer sem descendência masculina [...] ¹⁰⁵ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 37).

No entanto, essa união nunca se realizaria. As explicações são escassas, a não ser pelo relato do cronista Jiménez de Rada:

Mas quando este Conrado voltou para a Alemanha, a dita donzela rejeitou em seguida o contrato nupcial, e uma vez realizada a separação por intermédio de Gonzalo, primaz de Toledo, e do cardeal Gregório, diácono de Santo Ângelo, legado da sede apostólica, a jovem Berenguela ficou solteira ¹⁰⁶ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 294).

Miriam Shadis (2009) aponta que essa passagem é esclarecedora. Berenguela tinha apenas oito anos, e independente de seus sentimentos pessoais considerados ou não, a objeção realizada por ela se apresenta como

¹⁰⁴ Nesse momento de contextualização do reinado de Fernando III, utilizamos das Crônicas Latinas como material historiográfico, tendo em vista que os cronistas viveram pessoalmente muitos dos momentos por eles relatados. Não realizamos uma análise teórica das crônicas e de como legitimavam o poder de Fernando III; relegamos essa tarefa para os capítulos 4 e 5. Por ora, a utilizamos para compreender o processo de ilegitimidade e legitimidade de Fernando III.

¹⁰⁵ No original: “Conrado [...] fue armado caballero por el rey de Castilla. Con él desposó a su hija doña Berenguela, que apenas tenía ocho años, e hizo que se le hiciera por parte de todo reino el homenaje de que el mismo Conrado reinaría después de él, si aconteciera que muriera sin descendencia masculina [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 37).

¹⁰⁶ “Pero al regresar este Conrado a Alemania, la citada doncella rechazó en seguida el contrato nupcial, y una vez llevada a cabo la separación por intermedio de Gonzalo, primado de Toledo, y del cardenal Gregorio, diácono de Sant’Angelo, legado de la sede apostólica, la joven Berenguela quedó soltera” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 294).

um fator chave para a dissolução do acordo. Para a autora, a passagem demonstra que as cortes castelhanas exploraram a resistência das mulheres jovens ao casamento, somada à exigência canônica de consentimento¹⁰⁷. O casamento foi cancelado no outono de 1191¹⁰⁸ (SHADIS, 2009, p. 58).

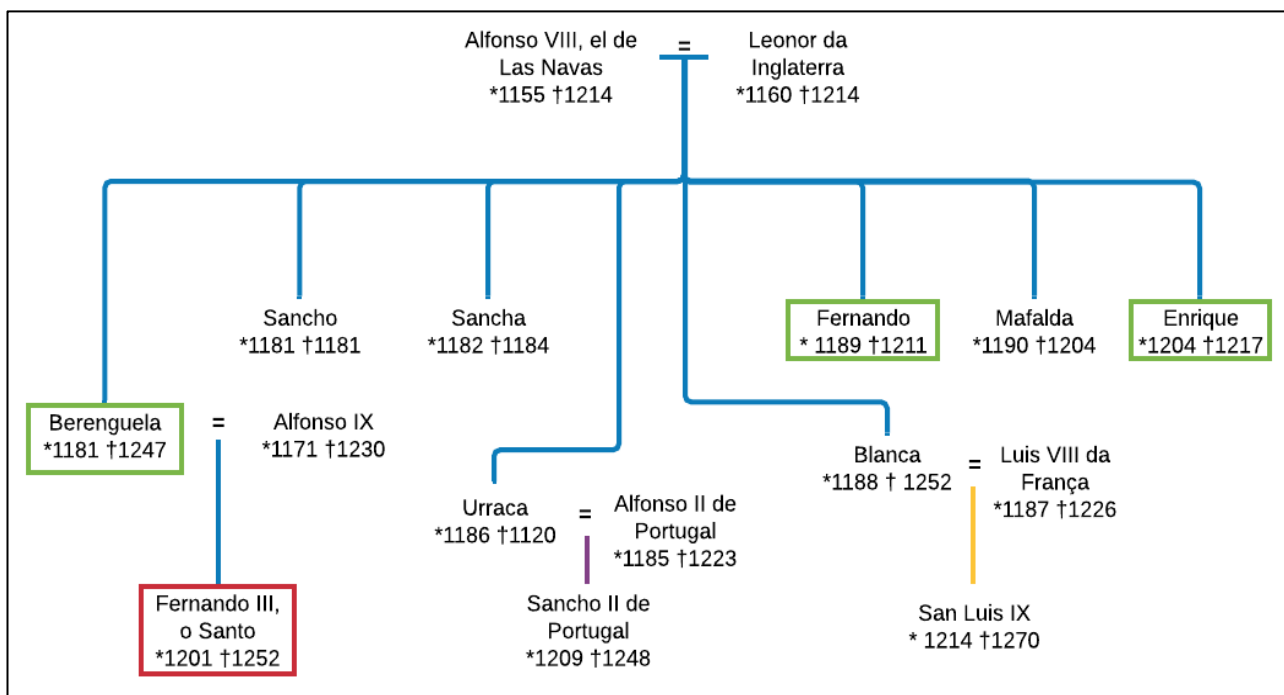
Contudo, antes mesmo da dissolução oficial do casamento de Berenguela, Leonor e Alfonso VIII tiveram mais três filhos. Em 1189, nasceu o novo herdeiro do reino de Castela, o príncipe Fernando¹⁰⁹. Este foi seguido por Mafalda, em 1190, e Enrique, em 1204, que devido à morte de seu irmão mais velho herdaria o reino de Castela aos dez anos de idade. Quando Fernando, o Montesino nasceu, a linhagem de sucessão de Castela era: primeiramente Fernando de Castela, seguido por Enrique e, depois, Berenguela, como demonstramos a seguir.

¹⁰⁷ Outro exemplo é o de Mafalda, filha do rei de Portugal. Após ter seu casamento anulado com Enrique I devido à consanguinidade, o conde Álvaro Núñez de Lara, que estava com a regência de Castela, quis: “[...] contraer matrimonio con la señora; pero ella, que era pudorosa, rechazó airadamente la propuesta” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 294).

¹⁰⁸ Conrado faleceu em 1196 e a causa não é certa. Uma das hipóteses é que morreu de infecção após ser mordido por uma mulher que tentou estuprar em meio a uma campanha militar (SHADIS, 2009, p. 190).

¹⁰⁹ Para facilitar a compreensão do contexto histórico, denominamos esse filho de Alfonso VIII como Fernando de Castela, evitando qualquer confusão com o monarca principal de nossa tese.

Quadro 1



Quadro 1. Linha de sucessão do Reino de Castela – Séculos XII e XIII. Os nomes contornados em verde apresentam a sequência dinástica que tornava improvável a sua ascensão ao trono no momento de seu nascimento. Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos observar no Quadro 1, Fernando, o Montesino detinha poucas chances de se tornar o rei de Castela. Entretanto, a situação era distinta acerca de seu direito ao reino de Leão, porque era o primeiro na linha sucessória, após seu pai Alfonso IX. Não obstante, quando examinamos seu direito de forma mais aprofundada, percebemos que apesar de estar em posição favorável, com o passar dos anos veio à tona uma série de problemas que poderiam inviabilizar a sua chegada ao trono, tendo vista as complexas relações de poder desenvolvidas entre os monarcas hispânicos.

Antes de se casar com Berenguela de Castela, Alfonso IX foi casado com Teresa de Portugal por quatro anos, de 1191 a 1194, com a qual teve três filhos: Sancha, Fernando¹¹⁰ e Dulce. Embora Fernando de Portugal fosse o primogênito de Leão, ficou sem direito ao trono após o casamento de seus pais ser declarado ilegítimo e anulado pelo papa Celestino III devido à consanguinidade. Diante da nulidade de seu casamento, Alfonso IX, no outono de 1197, buscando uma

¹¹⁰ Para facilitar a compreensão do contexto histórico, o denominamos Fernando de Portugal, evitando qualquer confusão com o monarca de nossa tese.

solução para uma disputa territorial com o rei de Castela, Alfonso VIII, casou-se com sua filha herdeira, Berenguela¹¹¹. Nesse casamento, o pai da princesa fez questão de deixar determinado o máximo de direitos para a sua filha e a sua prole, por meio da assinatura de acordos. Por meio desses, Fernando, filho de Berenguela e Alfonso IX, seria o herdeiro legítimo do reino de Leão (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, pp. 16-17).

A legitimidade do príncipe é comprovada pela presença de seu nome nos diplomas do reino de Leão logo após o seu nascimento. Seu destino a ser rei parecia consolidado, todavia a situação começou a se alterar quando o papa Inocêncio III declarou o casamento de seus pais ilegal. A própria *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* indica a ilicitude do casamento: “[...] pois segundo o direito não era possível, já que os reis eram parentes em segundo grau de consanguinidade”¹¹² (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 42). Como resultado, em uma bula expedida em cinco de junho de 1203, o Sumo Pontífice Inocêncio III condenou o casal a se separar devido a sua proximidade sanguínea, visto que Berenguela era sobrinha em segundo grau de Alfonso IX, relação condenável pelo direito canônico, uma espécie de incesto (*sub huius incesti specie*) (HERNÁNDEZ, 2003, p. 110).

Após a separação, no verão de 1204, o Papa insistiu na ilegitimidade de sua prole, ou seja, não possuíam direitos de sucessão ao trono (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 35). A nulidade do casamento tornou-se o primeiro grande problema de legitimidade de Fernando III. A anulação papal apresentava argumentos contrários à sua ascensão ao poder de Leão, ou ao menos fornecia subsídios para que Fernando de Portugal, filho de Teresa, pleiteasse o trono de Leão, visto que possuía a mesma situação política.

O filho de Berenguela e Alfonso IX, contudo, possuía um grande protetor, seu avô materno, Alfonso VIII. Em busca de manter os direitos de seu neto, o rei de Castela iniciou difíceis negociações com o rei de Leão que atravessaram os anos de 1204 a 1206, até que no dia 26 de março de 1206 se firmou, na cidade

¹¹¹ Desse matrimônio resultaram cinco filhos, sendo dois mais velhos que Fernando III, a primogênita Leonor (1198-1202), seguida de Constanza (1200-1242). E dois mais novos: Alfonso de Molina (1202-1272) e Berenguela (1204-1235) (GONZÁLEZ, 1980, p. 62).

¹¹² No original: “[...] porque según derecho no era posible, ya que los reyes eran parientes en segundo grado de consanguinidad” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 42).

de Cabreros, um tratado que selaria a paz e, momentaneamente, resolveria os problemas de sucessão do príncipe. O tratado foi dividido em três partes. Na primeira, Alfonso VIII doava para seu neto as vilas de Monreal, El Carpio, Almanza, Castrotiera, Valderas, Bolaños, Villafrechós, Siero de Riaño e Siero de Asturias (GONZÁLEZ, 1980, p. 66).

Na segunda parte, sua mãe doava a Fernando a vila de Cabreros, bem como renunciava às suas *arras*¹¹³ e colocava em suas mãos os seguintes castelos:

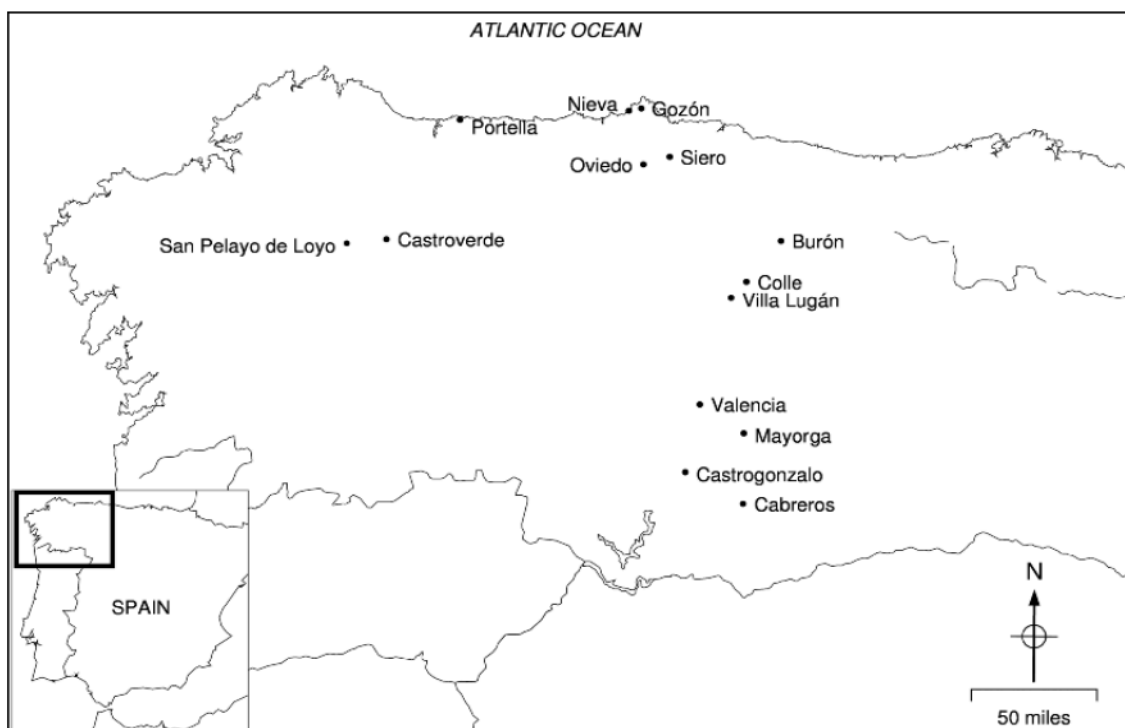
Na Galícia: San Pelayo de Lodo, Agulares de Mola, Alba de Bupal e Aguilar de Predrajo; em Terra de Campos: Veja, Castrogonzalo, Valencia de don Juan, o castro dos judeus de Mayorga, Villalugán y Castroverde; nas Somozas: Colle, Portilla, Alión e Peñafiel; nas Asturias: Siero próximo de Ovieda, Aguilar, Gozón, Tudela, Coriel, a Ilha, Ventosa, Buanga, Mirande de Nieva, Peñafiel de Aller e Santa Cruz de Tineo¹¹⁴ (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 20).

A seguir, reproduzimos o mapa das Arras da rainha Berenguela, com alguns dos castelos recebidos como dote de casamento e que foram doados para seu filho Fernando no Tratado de Cabreros.

¹¹³ Segundo Miriam Shadis (2009, pp. 25-26), “Os acordos de Arras variavam em fórmula e escopo, mas consistentemente representam uma dotação de um marido para uma esposa após o casamento, na tradição da antiga *donatio propter nuptias romana*, como as vezes eram chamados. As nobres castelhanas no século XIII podiam esperar até um terço da riqueza de seus maridos em suas arras, mas isso era para uso na viuvez e não era alienável. As esposas castelhanas também podem receber um presente em dinheiro, que pode ser gasto. O costume regional variava as quantias dadas e o grau de controle da esposa sobre seu dote. Os dotes, por outro lado - isto é, propriedades ou bens trazidos ao casamento pela noiva - não eram essenciais em Castela [...]. Essas práticas não eram comuns até o final do século XIII, quando a lei romana (e os dotes romanos) começaram a prevalecer sobre o costume castelhano. Como as mulheres cristãs na Península Ibérica recebiam uma parcela igual dos bens e propriedades de seus pais, elas tinham menos probabilidade do que suas contrapartes do norte de receber um dote no momento do casamento. Das filhas de Leonor que se casaram, apenas Berenguela e Leonor receberam doações de arras de seus maridos, Alfonso IX de Leão e Jaime I de Aragão e Barcelona, respectivamente. [...] As arras enfatizavam a santidade do casamento como uma instituição ordenada por Deus e pela igreja”.

¹¹⁴ No original: “En Galicia: San Pelayo de Lodo, Agulares de Mola, Alba de Bupal y Aguilar de Predrajo; en Tierra de Campos: Vega, Castrogonzalo, Valencia de don Juan, el castro de los judíos de Mayorga, Villalugán y Castroverde; en las Somozas: Colle, Portilla, Alión y Peñafiel; en Asturias: Siero cerca de Ovieda, Aguilar, Gozón, Tudela, Coriel, La Isla, Ventosa, Buanga, Mirande de Nieva, Peñafiel de Aller y Santa Cruz de Tineo” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 20).

Mapa 1



Mapa 1. Mapa contendo os castelos recebidos por Berenguela de Castela como arras de seu casamento com Alfonso IX. Fonte: SHADIS, 2009, p. 65.

Por meio desse tratado em Cabreros, o rei de Leão, Alfonso IX outorgava a Fernando o seu reino após sua morte, reconhecendo-o como o verdadeiro herdeiro de Leão. Ademais, confirmou todos os castelos das *arras* de sua mãe e lhe dotou de outros mais: Luna, Arbuejo, Gordón, Ferrera, Tiedra e Alba de Aliste. Esse tratado chegou ao conhecimento de Inocêncio III, que ciente dos problemas políticos existentes entre os dois reinos, optou por deixar o caminho livre para as negociações. Esse problema seria definitivamente resolvido apenas com a morte de Inocêncio III, em 1216, e a ascensão de Honório III, responsável por uma reviravolta nessas questões legais. Reconheceu, em 1218, a legitimidade dos filhos de Berenguela e conseqüentemente o direito ao trono de Fernando. A situação foi aceita com base no argumento de que Alfonso IX teria adotado o príncipe segundo o costume de seu reino (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, pp. 20-21).

Apesar de justificada a situação irregular de seus pais, inclusive consumada pela separação, permaneceria na memória de castelhanos e leoneses, tornando-se uma importante arma para os vários inimigos cristãos que

o monarca angariou nas primeiras décadas de sua vida e governo (HERNÁNDEZ, 2003, p. 110).

Fernando, o Montesino teria que esperar até a morte de seu pai, em 1230, para pleitear o trono de Leão. No entanto, contrariando as possibilidades referidas, o príncipe disputaria o trono de Castela muito antes de chegar ao poder do reino que de fato lhe estava prometido.

Essa reviravolta começou com a morte do príncipe herdeiro, Fernando de Castela, em 1211. A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (CLRC)¹¹⁵ nos fornece um retrato acerca desse acontecimento e dos impactos sobre o reino:

Fernando, filho do rei, flor da juventude, glória do reino e braço direito do pai, corroído por uma febre aguda, morreu em Madrid. O coração do rei estava desmoralizado, os príncipes e nobres da terra ficaram atônitos, os plebeus das cidades ficaram mudos e os sábios ficaram aterrorizados, considerando que a ira e indignação de Deus haviam decretado destruir a terra¹¹⁶ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 47 e 48).

Assim como a CLRC, o bispo de Toledo Jiménez de Rada relata a morte do príncipe:

A sua morte foi o pranto da pátria, a dor implacável do seu pai, porque se inspirava nele como o espelho da sua vida, de forma que era amado por todos, e o que a idade ainda não concede aos adolescentes, nele já se manifestava a graça. E assim morreu na fortaleza de Madrid, na diocese de Toledo¹¹⁷ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 306).

O cronista se aproveita desse momento para informar sobre quem recaía a sucessão do trono:

¹¹⁵ Doravante utilizamos a sigla CLRC para identificar a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*.

¹¹⁶ No original: “Fernando, hijo del rey, flor de la juventud, gloria del reino y mano derecha de su padre, corroído por una aguda fiebre, murió en Madrid. Se desmoralizó el corazón del rey, los príncipes y nobles de la tierra se quedaron atónitos, enmudecieron los plebeyos de las ciudades y se aterrorizaron los sabios, considerando que la ira e indignación de Dios había decretado asolar la tierra” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 47 e 48).

¹¹⁷ No original: “Su muerte fue el llanto de la patria, el dolor implacable de su padre, porque se miraba en él como en espejo de su vida, pues tal modo que era amado por todos, y lo que la edad aún no concede a los adolescentes, ya lo manifestaba la gracia en él. Y así falleció en la fortaleza de Madrid, en la diócesis de Toledo” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 306).

[...] de tudo o necessário para o funeral e as honras, o choro e a dor, sua ilustre irmã a Rainha Berenguela, sobre quem logo recaiu a sucessão do trono de Castela; nessas circunstâncias, brilhou de tal forma a totalidade de suas virtudes que sua prudência superou a piedade do sexo devoto e a generosidade de suas esmolos a generosidade dos reis [...] Mas seu nobre pai, que só encontrava nas ações o consolo pela morte de seu filho, formou um exército próprio, invadiu as terras dos sarracenos [...] ¹¹⁸ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 306).

Além de indicar Berenguela ao trono do reino, o cronista tece longo elogio à rainha e, em seguida, introduz os preparativos para o que seria uma das batalhas mais importantes da Reconquista: Las Navas de Tolosa¹¹⁹. Os anos que seguiram a essa “gloriosa” conquista de Alfonso VIII em 1212, foram de grande calamidade, haja vista que Castela¹²⁰ foi atingida por uma grande onda de fome e mortes entre os anos de 1213 e 1214, acontecimentos que também colaboraram para a chegada de Fernando, o Montesino ao trono de Castela.

Nesse período, vários membros da nobreza e da realeza morreram, entre os quais Pedro Fernández de Castro, Diego López de Haro e os reis Pedro II, de Aragão, Alfonso VIII e sua esposa Leonor. Morrera ainda em 1214 o filho de Alfonso IX com Teresa, Fernando de Portugal, que nos anos seguintes poderia ter reclamado a coroa do reino de Leão para si (GONZÁLEZ, 1980, p. 7).

¹¹⁸ No original: “[...] de todo lo preciso del funeral y de los honores, del llanto e el dolor, su muy ilustre hermana la reina Berenguela, sobre quien luego recayó la sucesión del trono de Castilla; en esas circunstancias, brilló de tal manera la totalidad de sus virtudes que su prudencia superó a la piedad del devoto sexo y la prodigalidad de sus limosnas a la prodigalidad de los reyes [...] Pero su noble padre, que soló encontraba en la hazañas el consuelo por la muerdo de su hijo, formado un ejército de los suyos, irrumpe en las tierras del sarraceno [...]” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 306).

¹¹⁹ Alfonso VIII teve relevante papel na história da Reconquista Cristã. Após sua derrota na batalha de Alarcos, em 1195, o monarca reuniu, com a ajuda do papa, um grande exército com participação direta do rei de Aragão, Pedro II, do arcebispo de Toledo, Don Rodrigo Jiménez de Rada, das Ordens Militares dos Templários, Hospitalários, Calatrava, São Tiago e Alcântara. Reforços de cavaleiros vieram de diversos locais como França, Provença, Navarra e Portugal. No ano de 1212, o exército cristão se encontrou com os almóadas na região das Navas de Tolosa, a qual dá nome à batalha. Os cristãos venceram e os muçulmanos foram obrigados a fugir. Suas perdas seriam sentidas por muitos anos. De acordo com Lomax (1984), tal batalha gerou tanta repercussão em histórias e lendas que quase todas as famílias nobres da Espanha quiseram declarar que possuíam descendência dos homens que ali venceram (LOMAX, 1984, p. 168). No reinado de Fernando III, tal batalha ainda gerava efeitos nas conquistas cristãs devido ao abalo psicológico imposto aos muçulmanos pela derrota. Para mais informações, ver GARCÍA FITZ, F. **Las Navas de Tolosa**. Barcelona: Ariel, 2005; O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010; LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica. 1984.

¹²⁰ No Dicionário Porto de Espanhol, o conceito *Hispania* é utilizado para representar o território que hoje compreendemos como Península Ibérica.

Devido às mortes de Fernando de Castela e Alfonso VIII, restava Enrique, com apenas dez anos de idade, na linha de sucessão. Este, após a morte de sua mãe, Leonor da Inglaterra, ficou sob a tutela da rainha regente, a sua irmã Berenguela. Foi a partir desse momento, em 1214, que as disputas políticas se endureceram contra Berenguela e seu primogênito.

Após a proclamação de Enrique como rei, Berenguela conseguiu manter a tutela de seu irmão por cerca de quatro a cinco meses (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 38). O motivo dessa curta regência foi a pressão que os nobres, principalmente da família Lara¹²¹, realizaram sobre a rainha para obter a tutela do rei. Na crônica de Jiménez de Rada consta que, apesar da “brilhante” atuação de Berenguela como tutora, os irmãos Fernando Núñez de Lara, Álvaro Núñez de Lara e Gonzalo Núñez de Lara começaram a articular a tomada da tutela, o que lhe confeririam um poder sobre todo o reino, como haviam realizado antes¹²² (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 331-332).

Segundo a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, alguns nobres elegeram o conde Álvaro Núñez como tutor do rei. A pressão e o poder da nobreza castelhana eram tão grande que:

A rainha dona Berenguela, seja como for, foi obrigada a aceitar que o citado Álvaro Núñez tinha o rei e o reino, de tal forma, porém, que nos assuntos difíceis e importantes se requereria o conselho e a vontade da rainha e sem ela nada seria feito, Álvaro Núñez jurou tudo isso e com respeito a essas coisas prestou homenagem à rainha [...] ¹²³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 64).

Assim que recebeu a tutela e a regência do reino, Álvaro de Lara começou a quebrar abertamente o juramento que fizera. Seus primeiros atos foram devastar vários territórios e tomar os bens de outras famílias nobres (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 141).

¹²¹ Essa linhagem começou a ganhar destaque político com o conde Pedro González de Lara e seus três filhos: Manrique Pérez de Lara, Álvaro Pérez de Lara e Nuño Pérez de Lara.

¹²² A família Lara já havia disputado a tutela de outro príncipe: Alfonso VIII.

¹²³ No original: “La reina doña Berenguela, sea como sea, fue obligada a aceptar que le citado Álvaro Núñez tuviera al rey y al reino, de tal manera, sin embargo, que en los asuntos difíciles e importantes se requeriría el consejo y la voluntad de la reina y sin ella nada se haría, Álvaro Núñez juró todo ello y con respecto a estas cosas prestó homenaje a la reina [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 64).

O desgoverno do conde levou a uma ruptura entre a nobreza e a um grande conflito¹²⁴. Contrários à família Lara e a favor de Berenguela estavam don Lope Díaz de Haro, senhor de Vizcaya; don Álvaro Díaz, senhor de Cameros; don Alfonso Téllez de Meneses e don Gonzalo Ruiz Girón. Durante o ano de 1216, as tensões aumentaram entre o regente do reino e os outros nobres, e Álvaro Núñez de Lara exigiu que Fernando fosse retirado do reino de Castela, ciente de que seria um obstáculo a seu poder. Desde os fins de 1216, após aproximadamente quinze anos vividos com sua mãe, Fernando foi enviado para Leão (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 24).

Em agosto de 1216, os “magnatas” de Castela se encontraram em Valladolid para tentar estabelecer a paz no reino. Em vez de unidade, o encontro resultou em mais discórdia e em uma nova ruptura entre os nobres. Após essa reunião, o conde Álvaro Núñez de Lara partiu com o rei para a região da Extremadura e Transierra (GONZÁLEZ, 1980, p. 72), e na primavera de 1217 deixou Valladolid, marchando contra a Tierra de Campos, uma região de domínio das famílias Téllez e Girón. Iniciou seus ataques no vale de Trigueros contra os bens da família de Gonzalo Ruiz para então marchar contra o castelo de Montealegre. Os nobres atacados, apesar de possuírem força o suficiente para fazer frente ao conflito, em fidelidade ao monarca Enrique I entregaram as possessões que lhes foram pedidas (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 27).

As devastações e tomadas territoriais continuaram, a ponto de as fontes relatarem que Berenguela, reunida com seus nobres em Autillo:

[...] não sabiam o que fazer pois não podiam atacar um exército no qual se encontrava o rei ou suportar os insultos que lhes eram feitos. Por isso decidiram de comum acordo devolver ao rei sua terra e aguardar o socorro do céu¹²⁵ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

Ironicamente, o acontecimento que resolveria o problema de Berenguela veio do céu. Quando o rei Enrique I estava brincando na cidade de Palência com

¹²⁴ As atitudes de violência e as manifestações de poder por parte da nobreza são fatores essenciais para compreendermos o processo de legitimação real executado pelas crônicas da primeira metade do século XIII.

¹²⁵ No original: “[...] no sabían qué hacer pues no podían atacar a un ejército en que se hallaba el rey ni soportar las afrentas que se les hacían. Por ello determinaran de común acuerdo devolverle al rey su tierra y aguardar el socorro del cielo” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

outras crianças nobres, “[...] umas das crianças, ao lançar por acidente uma telha da torre, atingiu o rei na cabeça e, como consequência do golpe, ocorreu sua triste morte alguns dias depois”¹²⁶ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

Apesar da realização de uma intervenção cirúrgica, uma trepanação, o jovem monarca faleceu. O conde Álvaro Nuñez de Lara tentou esconder o acontecimento e trasladou o corpo do rei para o castelo de Tariego. Contudo, a notícia não pode ser silenciada e antes mesmo de se tornar pública chegou a Berenguela na cidade de Autillo. Rapidamente reuniram-se com a princesa os seus nobres para tomar as decisões necessárias.

O direito ao trono de Berenguela era legal do ponto de vista jurídico, tendo em vista que o direito castelhano não excluía as irmãs de assumirem o trono. De acordo com as *Siete Partidas*,

[...] Homens sábios e entendidos, ao buscarem o bem comum [...] estabeleceram por direito que o senhorio não seria detido por ninguém que não fosse o filho mais velho com a morte de seu pai. [...] E para evitar tantos males que ocorreram no passado e que ainda podem acontecer, estabeleceram que o senhorio real fosse sempre herdado por quem vem da linhagem direta, assim como que se não houvesse filho do sexo masculino, a primogênita que seria a herdeira¹²⁷ (Partida II, Título XV, Ley II).

As Partidas, mais especificamente a segunda, ao recolher a tradição castelhana-leonesa, explicitam que a tradição permitia que as filhas mais velhas assumissem o poder se não houvesse filhos homens. No entanto, além dos aspectos jurídicos, lembramos que o rei Alfonso VIII, em Carrión, no ano de 1188, fez reconhecer em todo o reino os direitos de sucessão de sua filha Berenguela no caso de sua morte sem um herdeiro (GONZÁLEZ, 1980, p. 235).

Alfonso IX, contudo, também teria direito ao trono de Castela se fosse levado em consideração o tratado de Sahagún, realizado no dia 23 de maio de

¹²⁶ No original: “[...] uno de los niños, al arrojar por accidente una teja desde la torre, alcanzó al rey en la cabeza, y a consecuencia del golpe se produjo su triste muerte a los pocos días” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

¹²⁷ No original: “[...] los hombres Sabios y entendidos, al buscar el bien común [...] establecieron por derecho que el señorío no lo habría de tener nadie más que el hijo mayor a la muerte de su padre. [...] Y a fin de evitar muchos males acaecidos en el pasado y que podrían aún suceder, dispusieron que el señorío real debería ser siempre heredado por aquellos que proceden de la línea derecha, así como que si no había hijo varón, la primogénita mujer sería la heredera” (Partida II, Título XV, Ley II).

1158 pelos então herdeiros de Castela Sancho III e o de Leão, Fernando II. Ali, ficou acordado que se um deles morresse sem deixar herdeiros legítimos o outro teria o direito de reunificar os reinos, e tal acordo deveria ser mantido pelos seus filhos ou netos legítimos (GONZÁLEZ, 1980, p. 61). Caberia apenas interpretar o termo *hijo*, no latim *filio*, se teria sido utilizado para excluir as filhas. Interpretação esta aproveitada por don Álvaro Núñez de Lara que assim poderia afastar do trono Berenguela de Castela (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 32).

Diante desses empecilhos, Berenguela e seu conselho de nobres decidiram por uma estratégia de associação. A rainha renunciaria a seu direito ao trono em favor de seu primogênito, Fernando. Entretanto, o príncipe estava morando com seu pai na cidade de Toro. Era necessário levá-lo a Castela sem que seu pai descobrisse a morte de Enrique; caso contrário ele poderia alegar seu direito ao trono. Sendo assim, foram encontrar-se com Alfonso IX don Gonzalo Ruiz Girón e don Lope Díaz. Ambos obtiveram êxito e conseguiram a permissão do rei de Leão para levar o príncipe até sua mãe (GONZÁLEZ, 1980, p. 235 e 236). Não se sabe ao certo o que teriam dito para o monarca; a *Crónica de Veinte Reyes* afirma que a desculpa utilizada pelos nobres castelhanos foi a necessidade de levar Fernando, já com dezesseis anos, para proteger a sua mãe de um possível ataque da família Lara (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 292).

Alfonso IX teria descoberto a farsa, mas quando tentou impedir a partida de seu filho era tarde demais. Fernando foi levado até sua mãe em Autillo, onde inicialmente não ocorreu nenhuma celebração, houve apenas a decisão dos nobres de partirem para a cidade de Palência. Nessa cidade, os esperavam o bispo Tello Téllez, que os recebeu com uma celebração honorífica, e em seguida rumaram ao castelo de Dueñas. A poucos quilômetros daquela região encontrava-se Álvaro Núñez de Lara, e em uma tentativa de instaurar a paz no reino, os nobres de Castela se encontraram com o conde (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 67).

O acordo de paz não foi realizado devido à inflexibilidade de Álvaro Núñez de Lara que insistia em obter a guarda de Fernando do mesmo modo que havia recebido a de Enrique. Esse fato demonstra que apesar dos conflitos, ambos os lados admitiam o direito de Fernando ao poder. O pedido, porém, foi negado pela nobreza e por Berenguela, e a comitiva dirigiu-se à cidade de Valladolid, onde

foi recebida com grande festa e honras. Ali, o conselho reunido decidiu passar o rio Duero, entrar na Extremadura, e rumar para a cidade de Segovia (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 32).

Nesse momento, Fernando enfrentou seu primeiro problema de legitimidade e poder. Ao chegarem à vila de Coca, os portões não foram abertos para Berenguela e Fernando, que tiveram que passar a noite em uma vila mais ao sul, chamada de Santiuste. Foi lá que lhes informaram que o conselho de nobres de Extremadura e de Transierra estava reunido em Segovia debatendo uma tomada de posição em relação à substituição do rei. Essa nobreza estava dividida, haja vista que ao mesmo tempo que possuíam ligações com a família Lara, os mesmos juraram em 1188 o direito de Berenguela em Carrión. Também lhes informaram que não seriam recebidos em nenhuma cidade da região enquanto o conselho não tivesse chegado a uma decisão. Por fim, também ficaram sabendo que naquela região corriam perigo, pois a mando de Alfonso IX, Sancho Fernández invadirra Castela com uma grande quantidade de homens com o objetivo de capturá-los¹²⁸. Diante de tais informações, Berenguela, Fernando e seus nobres não tiveram outra opção a não ser voltar para a segurança da cidade de Valladolid (GONZÁLEZ, 1980, p. 237; MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 36-37).

Em busca de resolver esses problemas, emissários de Berenguela foram enviados à Extremadura com a finalidade de convidar o conselho de Segovia para discutir a questão de substituição do rei na cidade de Valladolid (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 45). O pedido foi aceito e novas reuniões começaram a ocorrer em dois de julho de 1217. Lembramos que havia duas questões jurídicas a serem discutidas: a primeira era se Alfonso IX tinha direito ao trono de Castela de acordo com o tratado de Sahagún (1158) aqui assinalado, ou se Berenguela, como mulher, também era uma herdeira legítima. Segunda: Alfonso VIII por duas vezes – em 1180 e 1188 – fez o reino reconhecer e jurar

¹²⁸ Em consonância com a CLRC: “El conde Álvaro, después que la reina con los suyos se retiró de Dueñas, se acercó personalmente al rey de León y, prometiéndole muchas cosas que sin embargo por la gracia de Dios no pudo cumplir, indujo al rey para que, reunido un ejército, entraran en el reino de Castilla y, puesto que estaba vacante, lo ocupara entero o al menos gran parte de su territorio. El rey de León asintió al consejo del conde: reunió al ejército, tomó Villagarcía, después Urueña y Castromonte, y llegó a una aldea que hay entre Valladolid y Simancas y que se llama Arroyo, donde puso su campamento” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 67).

Berenguela como sua sucessora, decisão que havia sido jurada pelos conselhos que estavam ali reunidos agora (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 37- 38).

Não podemos esquecer que naquele momento, julho de 1217, o Papa Honório III ainda não aprovara Fernando como herdeiro legítimo; logo permanecia seu problema perante a Igreja Cristã, o que poderia pesar muito sobre a decisão do conselho. Esse problema só foi resolvido em 1218, quando esse mesmo papa reconheceu que o poder de Fernando era autêntico, mas não com base no casamento anulado de seus pais, mas sim pelo fato de seu pai, Alfonso IX o ter adotado como herdeiro conforme a tradição daqueles reinos.

A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, mais uma vez, apresenta uma visão bastante acurada do que ocorreria em seguida:

O povo da Extremadura, então, e outros, que se aglomeraram às pressas fora do portão de Valladolid em campo aberto, chegaram ao mercado e suplicaram à Rainha Berenguela que fosse com seus filhos àquele lugar: tamanha era a multidão que não caberia no palácio do rei [...] Uma das pessoas dos povos, em nome de todos os que o consentiram, reconheceu que o reino de Castela era devido por direito à Rainha Berenguela e que todos a reconheceram senhora e rainha do reino de Castela. No entanto, todos eles imploraram por unanimidade que cedesse o reino, que lhe pertencia por direito de propriedade, ao filho mais velho, Dom Fernando, porque, sendo mulher, ela não poderia suportar o peso do governo do reino. Ela, vendo o que ela havia desejado ardentemente, concordou com o pedido e concedeu o reino ao filho mencionado acima. Todos eles exclamaram em voz alta: Viva o rei!¹²⁹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 68).

Jiménez de Rada nos fornece mais alguns detalhes da coroação ao afirmar que o novo rei fora levado até a

¹²⁹ No original: “Los extremeños, pues y otros, que se habían reunido apresuradamente fuera de la puerta de Valladolid en un descampado, llegaron al mercado y suplicaron a la reina doña Berenguela que se llegara con sus hijos a ese lugar: tanta en verdad era la multitud de pueblos que no los podía albergar el palacio del rey [...] Uno de las personas de los pueblos, en nombre de todos que consentían en lo mismo, reconoció que el reino de Castilla se debía por derecho a la reina doña Berenguela y que todos la reconocían señora y reina del reino de Castilla. Sin embargo, todos por unanimidad suplicaron que cediera el reino, que era suyo por derecho de propiedad, a su hijo mayor don Fernando, porque siendo ella mujer no podría soportar el peso del gobierno del reino. Ella, viendo lo que ardentemente había deseado, accedió gratamente a lo pedido, y concedió el reino al hijo antes dicho. Todos exclamaron a viva voz: ¡Viva el rey!” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 68).

Igreja de Santa Maria e ali foi elevado ao trono do reino, contando, então, com 18 anos¹³⁰, enquanto o clero e o povo cantavam *Te Deum laudamus, Te dominum confitemur*. E ali mesmo todos prestaram-lhe homenagem e juraram-lhe a devida lealdade, e desta forma ele foi conduzido novamente com glórias ao palácio real¹³¹ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

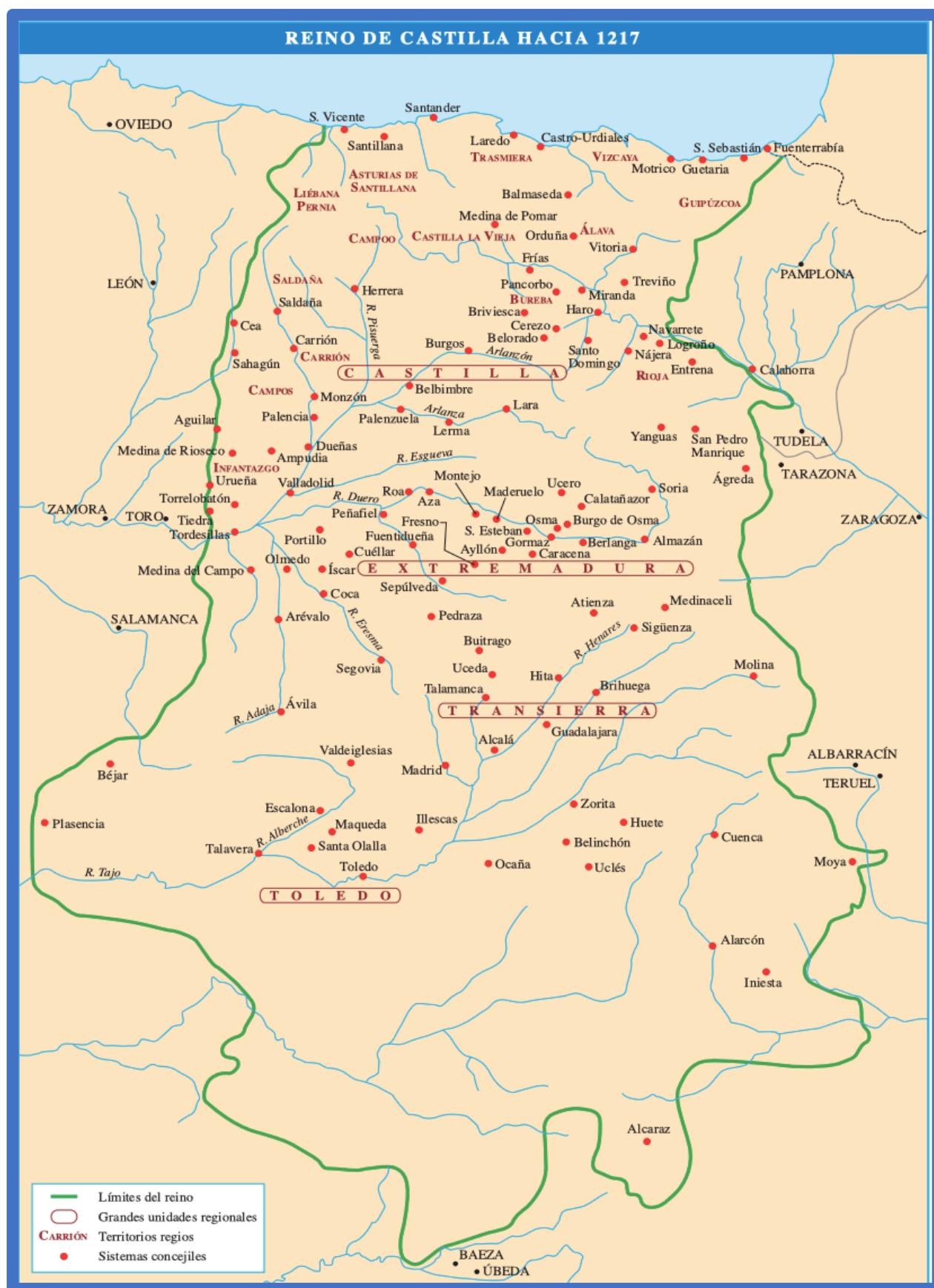
Por decisão dos conselhos e de sua mãe Berenguela, no dia dois de julho de 1217 chegava ao poder Fernando III, rei de Castela. O então príncipe e agora rei vence sua primeira batalha de legitimidade política.

Para facilitar a compreensão da geografia castelhana, apresentamos a seguir um mapa do reino de Castela no momento em que Fernando III assumiu o poder.

¹³⁰ A historiografia prefere a versão da CLRC, que fala em dezesseis anos completos.

¹³¹ No original: "Iglesia de Santa María y allí es elevado al trono del reino, contando entonces 18 años, mientras el clero y el pueblo entonaba *Te Deum laudamus, Te dominum confitemur*. Y allí mismo todos le rindieron homenaje y juraron la lealtad obligada al rey, y de esta forma fue llevado de nuevo con honores de rey al palacio real" (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

Mapa 2



Mapa 2. Reino de Castela em 1217. Fonte: MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 137.

2.2 Da consolidação do poder em Castela à unificação com Leão: um novo processo de legitimação do poder

Embora aclamado como monarca em 1217, os problemas de legitimidade de Fernando III apenas começavam. A própria forma como foi coroado rei de Castela demonstra que sua situação política estava atrelada à decisão das famílias nobres, e o recém-monarca seria obrigado a lidar com tais questões se quisesse se manter no poder.

Um fato que nos chama atenção é o condicionamento de sua coroação a algumas regras determinadas pela nobreza. Primeiro, foi reconhecido que sua mãe, a rainha Berenguela, não renunciaria totalmente ao poder, ela apenas realizaria uma concessão especial ao mesmo tempo em que manteria consigo seus direitos de propriedade. Por isso, apesar de receber o título de rei, Fernando estava submetido às decisões e vontades de sua mãe quando fossem necessárias tomadas de decisões importantes (GONZÁLEZ, 1980, p. 238). Por isso, desde os primeiros documentos oficiais de 1217 até 1246, com a morte de Berenguela, verificamos que Fernando governava com o “consentimento” de sua mãe. Sendo assim, é comum encontrarmos na documentação fernandina a seguinte fórmula: “*quod Ego Ferrandus, Dei gratia rex Castelle et Toleti, ex assenso, beneplacit et mandato domine Berenharie regine, genitrisis mee*/Eu Fernando, pela graça de Deus Rei de Castela e de Toledo, com o consentimento, aprovação e mandato de minha mãe a rainha Dona Berenguela” (GONZÁLEZ, 1983, p. 10, n. 3).

Segunda condição: o rei prometeu aos conselhos de nobres respeitar os seus direitos, jurando não lhes retirar aldeias para dar a outros; terceiro: o rei prometera não ceder vila alguma nem tomar decisões importantes por sua própria conta até completar 20 anos de idade. E por fim, prometeu respeitar as *tenencias*¹³² que os nobres possuíam (GONZÁLEZ, 1980, p. 239).

Com a aceitação dessas condições, Fernando III subiu ao trono de Castela. No entanto, o conde Álvaro Núñez de Lara continuava a articular a tomada do poder junto a Alfonso IX, instigando-o a continuar suas expedições

¹³² Benefícios de caráter temporário concedidos pelo rei ou um senhor, que consiste na cessão do governo de castelos, terras ou outras localidades (NIEVES SÁNCHEZ, 2000, p. 412 apud REIS, 2007, p. 29).

militares sobre Castela com o argumento de que ele era o herdeiro legítimo do reino conforme o tratado de Sahágun. Por conseguinte, o rei de Leão tomou as regiões de Villagarcía, Urueña e Castromonte, e três dias após a coroação de seu filho chegou em Arroyo, uma vila muito próxima de Valladolid, local onde Fernando foi aclamado rei. Nesse momento, Berenguela, para conter os ataques de seu ex-marido a seu filho, enviou os bispos Mauricio, de Burgos, e Domingo de Avila¹³³ para negociar com o monarca e pedir que desistisse da ideia de prosseguir com os ataques (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 337).

Junto aos bispos, Fernando teria enviado uma carta ao seu pai rogando que interrompesse suas incursões

Senhor, pai dom Alfonso, rei de Leão, que furor é este pelo qual me fizestes guerra, eu que não a mereci? Bem, parece que me quereis muito bem, e muito prazer vos dá ter um filho rei de Castela, que sempre será vossa honra, e não há rei cristão nem mouro que temendo a mim se levante contra vos. E de onde vem esta fúria? De Castela não virá guerra em meus dias, onde costumáveis estabelecer-vos muito mal, maltratado e com grandes desonras, de onde vos queixáveis duramente, e enquanto venhais onde éreis guerreado e maltratado, sereis agora guardado e temido [...]¹³⁴ (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 299).

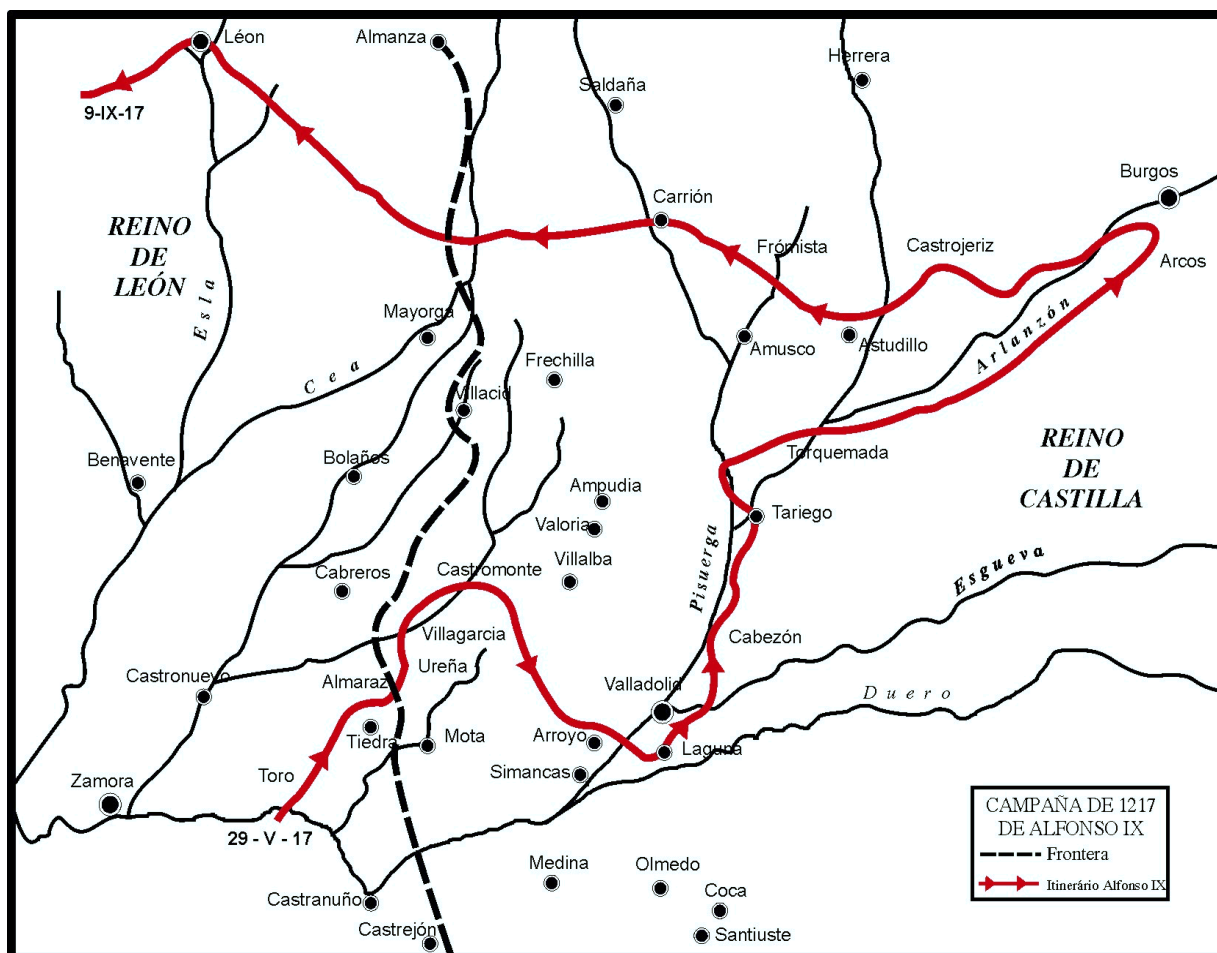
Todavia, mesmo diante desses pedidos, Alfonso IX negou-se a abandonar sua campanha contra Berenguela e Fernando, pois estava convencido de que possuía o direito ao trono. Por essa razão, levantou acampamento e devastou o território até chegar em Arcos, nas proximidades da capital castelhana, a cidade de Burgos. Ao preparar seu ataque, o rei de Leão descobriu que a cidade estava fortemente protegida por Dom Diego López de Haro e outros nobres castelhanos. Ao perceber que seu esforço não geraria resultado, o monarca abandonou sua campanha e voltou para as terras de Leão, mas não sem

¹³³ Para a CLRC, os bispos enviados foram Maurício, bispo de Burgos, e Dom Tello Téllez, bispo de Palência (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 68).

¹³⁴ No original: “Señor, padre don Alfonso, rrey de León, ¿qué saña es está porque me fazedes guerra, yo non vos lo mereciendo? Bien semeia que vos pesa de mi bien, e mucho vos deuíe placer por aver un fijo rrey de Castilla, que siempre será vuestra onrra, e que non ay rrey christiano nin moro que rrezelano a mí se enfestase a vos. ¿E dónde vos viene esta saña?, que de Castilla non vos verná guerra en los mis días, donde vos solía venir mucho mal e mucho daño e grandes desonrras, e donde vos quexades fferamente, e mientes vos deue venir dónde érades guerreado e maltrecho sodes agora guardado e rrezelado [...]” (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 299).

devastar as vilas e campos que encontrou em seu caminho (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 199, p. 69). A seguir, reproduzimos o mapa do percurso realizado por Alfonso IX em seu ataque à Castela.

Mapa 3



Mapa 3: Campanha Militar de Alfonso IX contra Castela (1217). Fonte: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006.

No dia vinte e seis de novembro de 1217, Fernando III conseguiu uma trégua com seu pai. Ficavam acordadas a paz e a entrega para Alfonso IX das possessões de Cubillas, Villalar, La Mota de Marqués, San Cebrían de Mazote, Urueña, Villagarcía, San Pedro de Latarce, Santervás, Herrera e Belvís. Esse acordo permaneceu até abril/agosto de 1218, quando se firmou um tratado definitivo (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 45). A paz foi alcançada graças aos esforços e intervenção do papa Honório III, que solicitava a paz entre os reinos, para que se dedicassem aos assuntos que verdadeiramente competiam aos reis

cristãos: a realização de uma nova cruzada e o combate ao Islã¹³⁵. Como parte do acordo, Alfonso IX reconheceria Fernando III como rei de Castela após o pagamento de uma quantia de onze mil maravedís¹³⁶ (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, pp. 100 e 101).

Apesar do acordo entre os reinos, os conflitos com a família Lara permaneceram e só foram resolvidos com a morte do maior inimigo de Fernando III e Berenguela, o conde Álvaro Nuñez de Lara. Segundo a CLRC, quando o conde soube do acordo entre os reinos, percebeu que

[...] estavam privados do conselho e da ajuda tanto do rei de Leão como do rei de Castela, se lamentaram por não saberem para onde ir e o que deveriam fazer. Então o conde Álvaro caiu no leito da enfermidade em Toro e, desesperançado de sua vida, tomou o hábito e a ordem dos irmãos da milícia de Santiago, e assim morreu e foi sepultado em Úcles¹³⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 199, p. 69).

De acordo com o arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada, com a morte do conde Álvaro

[...] desapareceram os problemas do novo rei e assim se mitigou durante seis meses uma revolta que parecia que ia durar para sempre, de modo que o rei Fernando, aceito por todos, começou a exercer seu poder real em todos os lugares¹³⁸ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

¹³⁵ Carlos de Ayala Martínez (2020) afirma ser possível que o esforço do papa Honório III para instaurar a paz e garantir o reino de Fernando III em Castela fosse uma jogada política. Alfonso IX, em situações anteriores já se mostrara alguém em quem o papa não poderia confiar para liderar a Cruzada na Península Ibérica. Fernando seria alguém muito mais provável de conseguir levar a cruzada ibérica adiante (AYALA MARTÍNEZ, 2020, p. 20).

¹³⁶ Moeda espanhola, algumas vezes efetiva e outras, imaginária. Possuía diferentes valores e qualidades (ALONSO, 1986, p.1359 apud REIS, 2007, p. 34).

¹³⁷ No original: “[...] estaban privados del consejo y ayuda tanto del rey de León como del de Castilla, se dolieron ignorando adónde ir y qué debían hacer. Entonces el conde Álvaro cayó en el lecho de la enfermedad en Toro, y desesperando de su vida tomó el hábito y orden de los hermanos de la milicia de Santiago, y así murió y fue sepultado en Uclés” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 199, p. 69).

¹³⁸ No original: “[...] desaparecieron los problemas del nuevo rey y así se aplacó durante seis meses una revuelta que parecía que iba durar para siempre, de manera que el rey Fernando, aceptado por todos, comenzó a ejercer su poder real en todas las partes” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 335).

Não obstante o clima de tranquilidade e segurança relatado pelo cronista, o poder de Fernando III ainda não estava completamente consolidado: restariam ainda algumas questões de legitimidade para serem resolvidas em Castela. Ciente dessas suspeitas sobre o governo e seu filho, Berenguela passou a articular um casamento que legitimasse de uma vez por todas a coroa de Fernando III.

A escolhida para se casar com Fernando foi Beatriz da Suábia, uma alternativa estratégica. Segundo a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*,

Vivia então na Alemanha uma jovem muito nobre e muito bonita, de costumes honrados e, como em tal idade, modesta, filha de Felipe, rei da Alemanha, imperador eleito dos romanos, filho de Frederico, o Grande, imperador dos romanos. A mãe desta jovem era filha do imperador de Constantinopla Isaac, e ela, portanto, neta dos dois imperadores considerados os maiores e mais ilustres do mundo¹³⁹ (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 72).

Com essa escolha, Berenguela ligava matrimonialmente Fernando III a duas das mais poderosas famílias do século XIII, uma vez que Beatriz era filha do duque da Suábia e prima do imperador Frederico II, da dinastia Hohenstaufen. Além disso, por parte de mãe era descendente da linhagem dos Ângelos, que governavam o Império Bizantino. Esse fato ajudou a consolidar politicamente Fernando no poder¹⁴⁰, além de auxiliar a evitar novos problemas com a Igreja, pois não existia nenhuma relação de parentesco entre eles (REIS, 2007, p. 35). A cerimônia foi realizada pelo bispo de Burgos, Mauricio no dia trinta de novembro de 1219, no monastério real de las Huelgas. Com esse casamento, Fernando III conseguiu mais um elemento de consolidação de seu poder: herdeiros. Do casamento com Beatriz nasceram: Alfonso X (futuro rei de

¹³⁹ No original: “Vivía entonces en Alemania una joven muy noble y muy hermosa, de costumbres honradas y, como en tal edad, honesta, hija de Felipe, rey de Alemania, emperador electo de los romanos, hijo de Federico el Grande, emperador de los romanos. La madre de esta joven era hija del emperador constantinopolitano Isaac, y ella, por tanto, nieta de los dos emperadores considerados los más grandes y preclaros en el mundo universo” (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 72).

¹⁴⁰ A *Crónica de Veinte Reyes* apresenta o casamento de Fernando III como um acontecimento anterior ao desfecho do conflito entre Castela e Leão e o estabelecimento da paz com a família Lara. Já a *Crónica latina de los Reyes de Castilla* relata que o matrimônio teria ocorrido um ano após o acordo com Alfonso IX e a morte do conde de Lara.

Castela e Leão), Fadrique, Fernando, Leonor, Berenguela, Enrique, Felipe, Sancho, Manuel e María (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 381).

O poder de Fernando III como rei de Castela parecia consolidado e o momento propício para iniciar as suas campanhas militares contra os muçulmanos. Porém, quando tudo parecia estar alinhado, o monarca passou por mais uma grave contestação da sua legitimidade ao trono. Duas das famílias mais importantes de Castela, que inclusive ajudaram a derrotar a família Lara e Alfonso IX entre 1217 e 1218, iniciaram uma revolta afirmando não reconhecer Fernando como rei.

Os primeiros a contestar foram Rodrigo Díaz de Cameros com seu irmão Alvaro Diaz, detentores das *tenencias* Cameros, Logroño, Calahorra e Soria. Ambos haviam sido defensores de Fernando III contra as maquinções de Álvaro Núñez de Lara, contudo Rodrigo teria cometido uma série de abusos em seu território que teriam chegado aos ouvidos do rei. Chamado à cidade de Valladolid para dar explicações, o nobre teria se irritado e ido embora sem prestar contas com seu rei. Devido à insolência, Fernando III o destituiu de seus cargos e tenencias, mas o nobre resistiu a entregar os castelos que possuía (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 61).

Esse episódio não foi aprofundado pela historiografia até o trabalho do historiador Francisco Javier Hernández (2003), em um texto bastante inovador, em que narra a resposta de Rodrigo Díaz de Cameros às retaliações de Fernando III, cartas enviadas secretamente para o rei da França, Luís VIII¹⁴¹ entre os anos de 1223 e 1224¹⁴². De acordo com o historiador, as cartas consistiam em

[...] Um pacote de oito cartas originais [...] Seu conteúdo é substancialmente o mesmo em todas. Começam reiterando que eles, os seus familiares e amigos, estão dispostos a seguir o rei até à morte e lhe oferecem estas mesmas cartas e os selos que as endossam como prova [...] Acrescentam que atuam desse modo porque o rei Afonso VIII, em seu leito de morte e estando eles presentes, havia declarado que se seu filho Enrique morresse sem sucessão, Castela deveria passar para o filho do

¹⁴¹ Luís VIII era casado com Blanca, filha de Alfonso VIII com Leonor da Inglaterra e irmã da rainha de Castela, Berenguela.

¹⁴² Essas cartas se encontram no Arquivo Nacional da França em Paris e são conhecidas desde o século XVII, sendo publicadas pela primeira vez no século XIX.

rei da França por direito hereditário¹⁴³ (HERNÁNDEZ, 2003, p. 113).

Os nobres pretendiam impressionar o rei da França; para isso, ao invés de usarem cera, utilizaram prata para fazer o selo da carta. A mensagem seria o próprio metal precioso que o rei poderia obter se aceitasse o pedido. A seguir, reproduzimos uma imagem da carta enviada pela família de Cameros ao rei francês Luis VIII.

Figura 1



Figura 1: Carta de Rodrigo Díaz de Cameros para Luis VIII da França. Selo em prata. Fonte: HERNÁNDEZ, Francisco Javier. La corte de Fernando III y la casa real de Francia: documentos,

¹⁴³ No original: “[...] un paquete de ocho cartas originales [...] Su contenido es sustancialmente el mismo en todas. Empiezan reiterando que ellos, sus parientes y sus amigos, están dispuestos a seguir el rey hasta la muerte y le ofrecen estas mismas cartas y los sellos que las refrendan como prueba [...] Añaden que actúan de ese modo porque el rey Alfonso VIII, en su lecho de muerte y estando ellos presentes, había manifestado que si su hijo Enrique moría sin sucesión, Castilla debía pasar al hijo del rey de Francia por derecho hereditario” (HERNÁNDEZ, 2003, p. 113).

crónicas, monumentos. In: *Fernando III y su tiempo (1201-1252): VIII Congreso de Estudios Medievales*. Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, p. 113.

Em 1221, juntou-se à família de Cameros outro nobre do reino, Gonzalo Pérez de Lara, que também enviou cartas ao rei da França com a mesma proposta. Além de contatar o rei, Gonzalo passou a destruir territórios em Castela.

Apesar da tentadora proposta, Luís VIII nesse momento já havia tentado, e falhado, obter o reino da Inglaterra com base no direito de sua esposa Blanca. Não podia realizar o mesmo tipo de atitude na Península Ibérica, tendo em vista que ele mesmo possuía problemas de consolidação na Normandia, na recuperação do condado de Poitou e ainda havia um conflito com os albigenses. O rei da França, no entanto, guardou as cartas para o caso de a oportunidade favorável surgir¹⁴⁴ (HERNÁNDEZ, 2003, p. 118).

Tal oportunidade não apareceu, porque Fernando III negociou com Díaz de Cameros. O nobre entregaria seus territórios ao monarca em troca de receber uma quantia de 14 mil maravedís para ajudá-lo em sua peregrinação à Terra Santa como um cruzado (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 73). Em relação à Gonzalo Pérez de Lara, o monarca agiu de forma enérgica e marchou sobre a região de Molina, devastando todo seu território. Também assediou o castelo de Zafra, que fortemente protegido, não pode ser tomado. Novamente, Berenguela teve uma participação relevante ao mediar a situação e conseguir um acordo (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 343).

Com o reino pacificado e seu poder consolidado, Fernando pode iniciar sua campanha militar contra os muçulmanos, que naquele momento passavam por um processo de desagregação do Império Almóadas¹⁴⁵. As campanhas

¹⁴⁴ Sobre esse assunto, consultar: RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana. Quod alienus regnet et heredes expellatur. L'offre du trône de Castille au roi Louis VIII de France. *Le Moyen Âge*, 105 (1), 1999, pp. 109-128.

¹⁴⁵ De acordo com Julio Valdeón Baruque, “Nos finais do século XII desembarcaram em solo hispânico os almóadas, os quais haviam constituído alguns anos antes, um novo império no território do Magreb. Tratava-se de um império de crenças rigorosas, o que prejudicava, como ocorreu com os almorávidas, aos cristãos e aos judeus que viviam na al-Andaluz. O termo ‘almóada’ significa literalmente o monoteísta” (VALDEÓN BARUQUE, 2006, p. 110). Acerca da formação e desenvolvimento do Califado Almóada ver SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. *La España Musulmana*. Espasa-Calpe, Madrid, 1973, V. 3, pp. 250-257.

tiveram início em 1124, quando Fernando III, em consonância com os conselhos de nobres, consultou a rainha acerca do início das incursões militares

[...] A porta está aberta e o caminho livre. A paz foi devolvida ao nosso reino; discórdia e profundas inimizades entre os mouros, seitas e pendências sendo seu instrumento novamente. Cristo, Deus e homem, de nossa parte; da parte dos mouros, o infiel e condenado apóstata Maomé. O que falta? Rogo, clementíssima mãe de Deus, tenho tudo que possuo, que vos agrade que declare guerra aos mouros¹⁴⁶ (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

Berenguela concordou com o início das campanhas, desde que fosse do agrado do conselho. Sendo assim, as tropas de Fernando III marcharam sobre a Al-Andaluz¹⁴⁷ e conquistaram diversos territórios de forma sucessiva até 1230, a saber: Quesada (1224), Salvatierra (1225), Capilla (1226), e Baeza (1226).

Contudo, em 1230, Fernando foi obrigado a interromper as suas campanhas devido à morte de seu pai, Alfonso IX. O monarca foi obrigado a dirigir-se às pressas para o reino de Leão, onde um novo movimento de contestação de seu poder estava sendo realizado. A *Crónica de Veinte Reyes* retrata melhor a situação:

[...] Estando lá chegou-lhe a notícia de que havia morrido seu pai, o rei Alfonso de Leão, e enviou mensagem à rainha, sua mãe, que viesse e não fizesse nada mais ali, e que fosse contra o reino de Leão porque os galegos queriam fazer rei a dom Alfonso, o infante, seu irmão. E essa era a verdade, mas ele não o quis. E ele teve por bem fazer o que sua mãe lhe havia mandado¹⁴⁸ (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304).

¹⁴⁶ No original: “[...] La puerta está abierta y el camino expedito. La paz nos ha sido devuelta en nuestro reino; discordia y profundas enemistades entre los moros, sectas y riñas de nuevo originadas. Cristo, Dios y hombre, de nuestra parte; de parte de los moros, el infiel y condenado apóstata Mahoma. ¿Que falta? Ruego, cruentísima madre, de la, después de Dios, tengo todo lo que poseo, que os agrade que declare la guerra a los moros” (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

¹⁴⁷ O termo al-Andaluz se referia ao território ocupado efetivamente e que estava sob o domínio muçulmano entre os séculos VIII e XV. Logo, o território de al-Andaluz era extremamente dinâmico em função do aumento ou recuo das fronteiras muçulmanas (LADERO QUESADA, 2010, p. 22).

¹⁴⁸ No original: “[...] Estando y llególe mandado cómo era finado su padre, el rrey Alfonso de León, e enbióle decir la rreyna, su madre, que viniese e non fiziese ende ál, e que fuese contra el rreyno de León, ca los gallegos quérien alçar rrey a don Alfonso, el infante, su hermano. E por verdat asy era, más non lo quiso él ser. E él touo por bien de fazer lo que su madre le enbiaua mandar [...]” (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304).

Os nobres da Galícia queriam coroar o irmão de Fernando III, Alfonso de Molina, como rei de Leão. Uma vez mais, as habilidades políticas de Berenguela seriam essenciais. Mesmo com o reconhecimento de Honório III sobre a legitimidade de Fernando, Alfonso IX deixou documentos afirmando a sua vontade de que o reino fosse herdado pelas suas filhas com Teresa de Portugal: Sancha e Dulce. A solução encontrada foi um acordo firmado em onze de dezembro de 1230 e confirmado pelo papa Gregório IX.

A Crónica Latina de los Reyes de Castilla descreve os termos ali firmados

As condições, pois, da discórdia foram estas: o rei designou à suas duas irmãs fixos de 30.000 maravedís, que haviam de receber anualmente enquanto vivessem [...] As irmãs, por sua vez, renunciaram ao direito, se algum possuíam sobre o reino, e destruíram as cartas paternas sobre a sucessão ou sobre a doação do reino a elas¹⁴⁹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

Assinado o acordo, as irmãs destruíram as cartas paternas que legavam seu direito ao trono e Fernando dirigiu-se à cidade de Leão junto aos bispos, nobres castelhanos e leoneses, onde foi recebido e coroado rei de Leão e Castela. A seguir, apresentamos uma representação, do século XIII, de Fernando III como monarca dos dois reinos.

¹⁴⁹ No original: “Las condiciones, pues, del a concordia fueron éstas: el rey asignó a sus dos hermanas en lugares fijados 30.000 maravedís, que habían de recibir anualmente mientras vivieran [...] Las hermanas, por su parte, renunciaron al derecho, si alguno tenía en el reino y destruyeron las cartas paternas sobre la sucesión o sobre la donación del reino a ellas” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

FIGURA 2

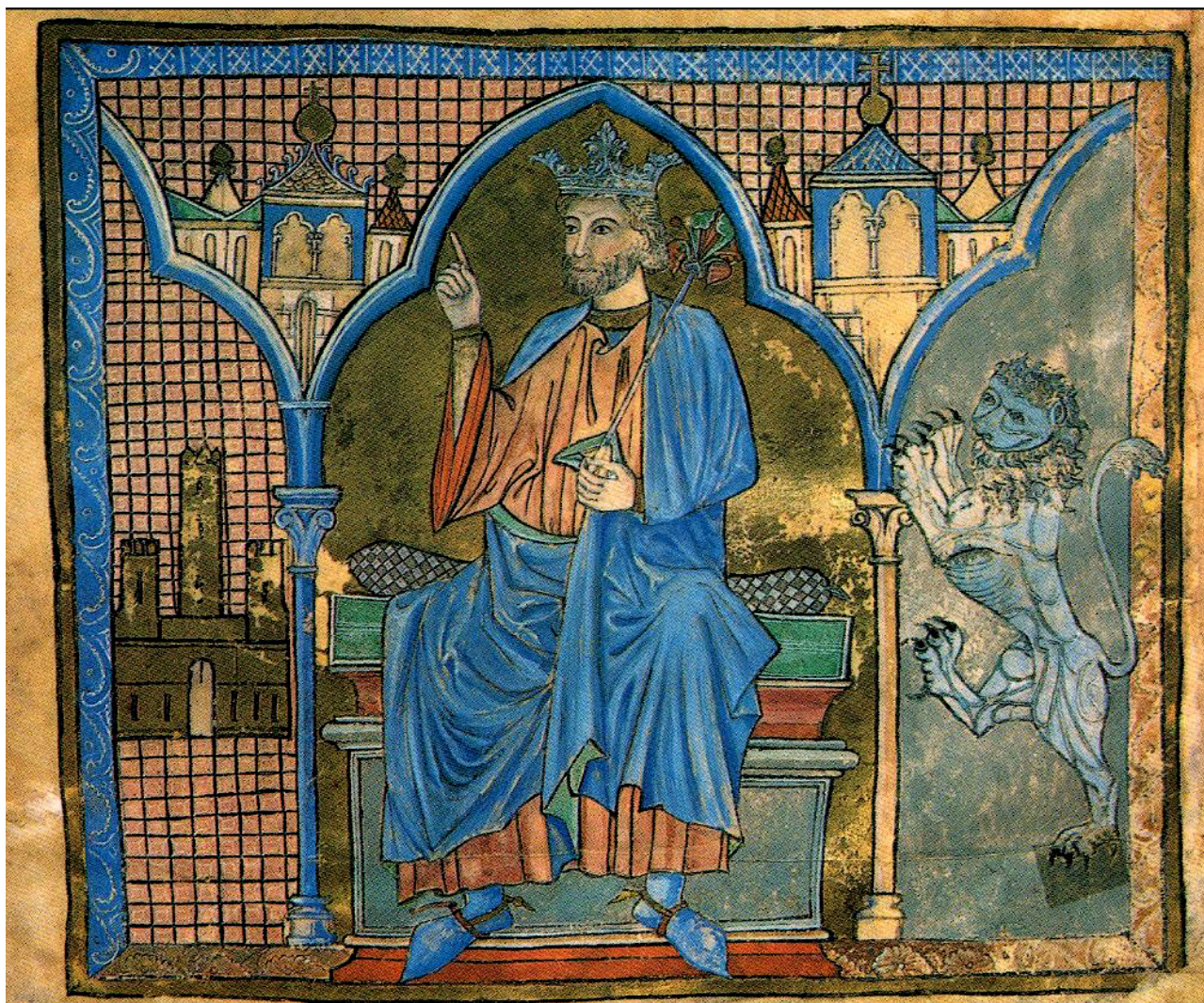


Figura 2. Fernando III de Castela, representado no Índice de los Privilegios reales de Santiago de Compostela. Data: século XIII.

Fonte: <http://www.jdiezarnal.com/public/santiagocatedraltumbo07.jpg>

Para selar de vez seu poder no novo reino, foram necessárias, em 1231, incursões sobre a Galícia, onde alguns nobres persistiam na ideia de alçar Alfonso Molina ao poder. Não demorou para que o monarca conseguisse pacificar a região (REIS, 2007, p. 42).

A seguir, transcrevemos o mapa do reino de Leão no ano em que Fernando III unificou os reinos.

Mapa 4



Mapa 4. Reino de Leão em 1230. Fonte: MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 138.

Com tal feito, Fernando III tornou-se rei de Castela, Leão e Galícia, o monarca mais poderoso da Península Ibérica. Com todo esse aparato político militar, pode começar uma “guerra total contra os verdadeiros inimigos da fé”: os muçulmanos (AYALA MARTÍNEZ, 2012, p. 63). Fernando representava a nova geração de homens dedicados a realizar a reconquista territorial, uma geração responsável por muitos avanços políticos militares e também pelo desenvolvimento das cidades, da agropecuária, do comércio e da cultura (GONZÁLEZ, 1980, p. 7-10).

2.3 O último dos reis cruzados hispânicos: de unificador dos reinos de Castela e Leão a “rei invicto”

Fernando III iniciou o processo de reconquista antes mesmo da unificação dos reinos de Castela e Leão, em 1230. Foram as suas inúmeras conquistas militares que forneceram legitimidade ainda maior a seu governo. As habilidades políticas e militares que detinha levaram ao reconhecimento de seu poder por cristãos e também por líderes muçulmanos. A própria alcunha de “rei santo”¹⁵⁰ está vinculada à conquista de aproximadamente 104.000km² de territórios, cidades e fortalezas que estavam sob o domínio islâmico. Desse modo, o processo de legitimação do poder de Fernando III está atrelado aos conflitos políticos e às conquistas territoriais.

As conquistas fernandinas iniciaram-se em 1224, após um longo período de trégua¹⁵¹, como resultado de uma fragilidade do Império Almóada¹⁵², tendo em vista que após a morte de seu califa, Abu Yaqub Yúsuf II al-Mustánsir, em 1224, foi escolhido como novo líder Abu Muhammad al-Wahid (1153-1224). Tal nomeação, porém, não agradou ao governante de Murcia, Abu Muhammad ben Almansur al-Adil (1170-1227), que negou sua fidelidade ao novo líder, e com o apoio de Abu-I-Ulâ Idrís al-Mamun (1186-1232), Abu Muza e Abu Muhammad

¹⁵⁰ Ver nota 99.

¹⁵¹ Essa trégua foi estabelecida por Enrique I com o califa al-Mustánsir em 1214, sendo renovada em 1221 pelo próprio Fernando III (REIS, 2007, p. 37).

¹⁵² Assim como outras dinastias islâmicas, os almóadas não possuíam um sistema de leis que determinava uma forma de transmissão do poder dentro de uma mesma dinastia, o que frequentemente resultava em crises (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 85).

al-Bayyasí – governadores de Málaga, Granada Córdoba e Sevilha – se autoproclamou governante de Al-Andaluz. Com esse apoio, al-Adil conseguiu derrubar al-Wahid e tornou-se o novo califa dos almóadas. Contudo, mesmo com sua vitória, novas rupturas políticas ocorreram.

Por conta de uma inimizade, al-Adil expulsou al-Bayyasí dos seus territórios de Sevilha, Córdoba e Jaén até que este fosse obrigado a estabelecer-se no reino de Baeza, onde, em contraposição a al-Adil, também se proclamou califa sob o título de al-Zafir (GONZÁLEZ, 1980, p. 289-291).

Ameaçado pelas tropas de al-Adil, em 1224 al-Bayyasí enviou ao reino de Castela uma embaixada para solicitar auxílio militar a Fernando III com o fito de frear o avanço de seus adversários muçulmanos¹⁵³. Ante esse pedido, o rei de Castela reuniu seu conselho, composto pelas famílias nobres, pelo arcebispo de Toledo, Jiménez de Rada, e pelas ordens militares de Calatrava e Santiago, e juntos decidiram responder positivamente ao pedido de ajuda.

Com a aceitação do acordo, em 1224 al-Bayyasí e Fernando III,

Passaram pelo Porto de Muradal e pegaram a estrada para a vila de Quesada¹⁵⁴. Quando chegaram à vila, invadiram-na imediatamente e, encontrando-a cheia de riquezas, saquearam-na de todos os seus bens; atiraram seus muros no chão e levaram cativos homens e mulheres, idosos e crianças (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 76)¹⁵⁵.

¹⁵³ Em um primeiro momento, pareceria lógico que Fernando III negasse tal ajuda. não obstante, a aliança com os reinos muçulmanos, por meio de pactos de vassalagem, constituiu-se em uma das principais estratégias de anexação e consolidação territorial do reino de Castela e Leão. Tal estratégia mostrou-se eficiente no conflito contra o islã, tendo em vista que de 1224 a 1226 foi capaz de conquistar diversos territórios como Quesada (1224), Salvatierra (1225), Capilla (1226) e Baeza (1226). Como aponta Francisco García Fitz, tanto as campanhas militares quanto os tratados políticos possuíam um objetivo principal: “a destruição da al-Andaluz como entidade política, a anexação do espaço ocupado pelos muçulmanos e a subjugação ou expulsão da população islâmica” (GARCÍA FITZ, 2002, p. 14).

¹⁵⁴ Sobre o ataque cristão a Quesada em 1224, ver ESLAVA GALÁN, J. **La campaña de Quesada (1224)**. Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas, 12-13: 5-23 (1984). Disponível em: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/30249/1/CEM-012-013.001-Art%C3%ADculo-001.pdf>

¹⁵⁵ No original: “Pasaron el Puerto de Muradal y tomaron el camino hacia la villa de Quesada. Cuando llegaron a la villa, la invadieron al momento, y, encontrándola llena de riquezas, la expoliaron de todos los bienes; tiraron sus muros al suelo y se llevaron cautivos a hombres e mujeres, a mayores y lactantes” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 76).

Após a vitória em Quesada, foi realizado o *Pacto de las Navas de Tolosa* com a finalidade de consolidar a vassalagem entre os monarcas. Nesse tratado, al-Bayyasí colocou-se como vassalo de Fernando III, entregando seu próprio filho como prova de fidelidade¹⁵⁶. A vassalagem é comprovada pela documentação da chancelaria real de Castela, sendo o acontecimento descrito com frequência no encerramento dos diplomas produzidos no período de janeiro a abril de 1226. O fato está sempre associado ao ano de governo e à tomada do rei de Baeza como vassalo: “[...] *Facta carta apud Munno, XXI.^a die Februarii, era M.^a CC.^a LXII.^a, anno regni mei IX.^o eo uidelicet anno quo Aceyt Aben Mafomat, rex Baecie, deuenit uassallus meus et osculatus est manus meas/[...]*” (GONZÁLEZ, 1983, n. 210, p. 254).

Com a fragmentação do poder em al-Andaluz e o aumento do impasse com o califa al-Adil, o irmão de al-Bayyasí, Zayd Abu Zayd (1195-1268), rei de Valencia, também se apresentou em Castela e tornou-se vassalo de Fernando III. Na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*,

[...] o rei de Valência, irmão do rei de Baeza, enviou mensageiros importantes ao nosso rei, implorando-lhe que permitisse vir junto a ele [...] Veio, pois, *Aceit* de Valencia junto a nosso rei para a vila de Moya, e ali mesmo ele se tornou seu vassalo, vendo todos os que estavam presentes, e beijou sua mão e um pacto foi assinado entre eles¹⁵⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77).

A *História de los Hechos de España* não descreve nenhum fato sobre essa vassalagem do rei de Valencia. Entretanto, pode ser comprovada por um diploma publicado pela chancelaria castelhana no dia 26 de maio de 1225 em que consta: “[...] *eo uidelicet anno quo Azeyt Abu Zeit, rex Valencie, accedens*

¹⁵⁶ Segundo Julio González (1980), o filho do rei de Baeza permaneceu em Castela e quando batizado assumiu o nome de Fernando. Foi um dos beneficiados com terras após a tomada da cidade de Sevilha. Ainda como prova de fidelidade al-Bayyasí comprometeu-se a entregar os castelos de Martos, Andújar e Jaén, assim como, todos os castelos que Fernando III quisesse receber da terra dos mouros (GONZÁLEZ, 1980, p. 294).

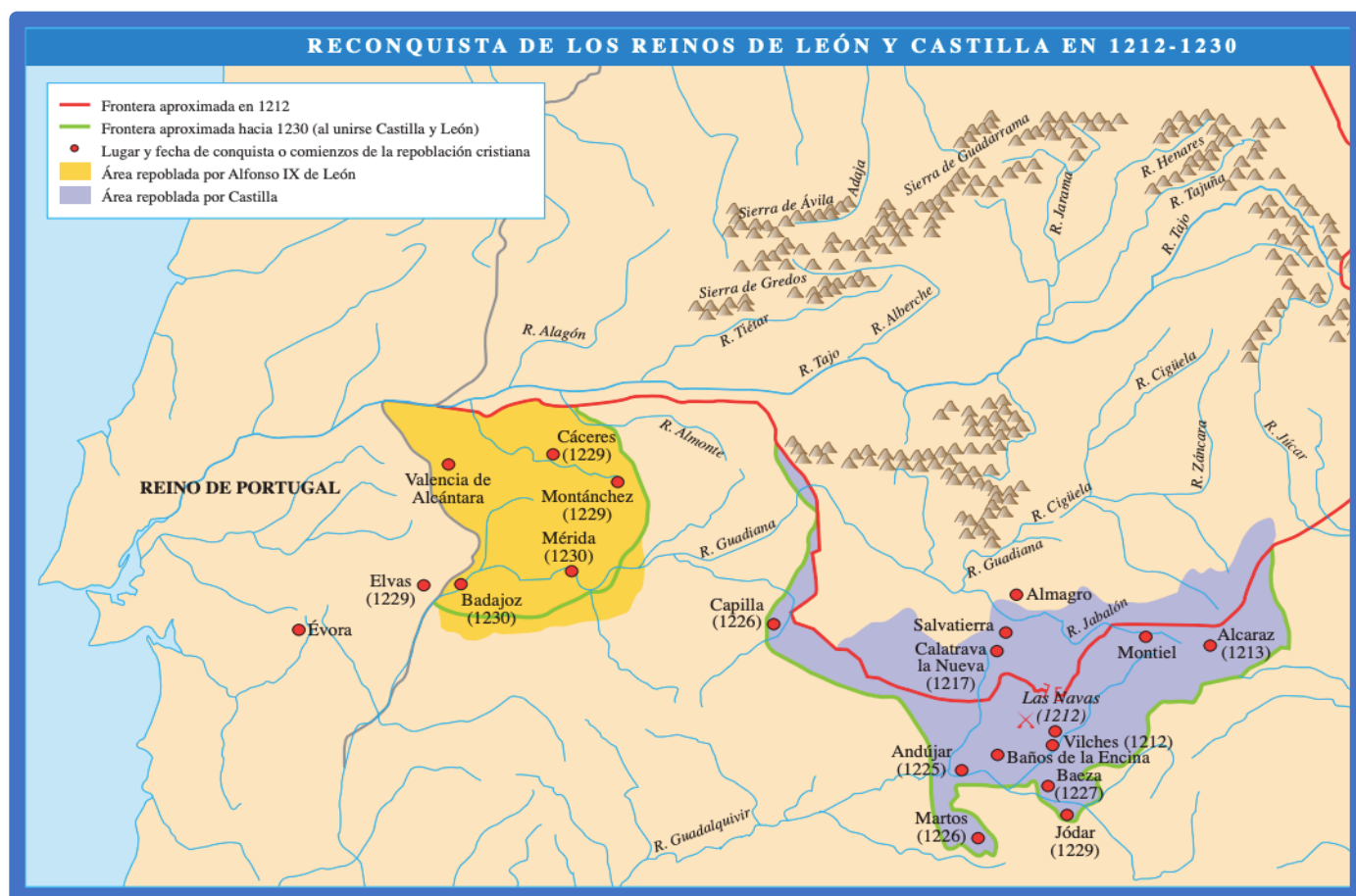
¹⁵⁷ No original: “[...] el rey de Valencia, hermano del rey de Baeza, envió a nuestro rey unos importantes mensajeros suplicándole que permitiera venir junto a él [...] Vino, pues, *Aceit* de Valencia junto a nuestro rey a la villa de Moya, y allí mismo se hizo vasallo suyo, viendo todos los que estaban presentes, y besó su mano y se firmó entre ellos un pacto [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77).

ad me apud Moyam deuenit uasallus meus et osculatus est manus meas" (GONZÁLEZ, 1983, n. 205, p. 247).

É importante notarmos que apenas um ano após o início das incursões fernandinas contra o islã, em 1224, o rei de Castela já havia se tornado senhor dos dois principais governantes muçulmanos que enfrentava na Península Ibérica (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 113). Com o apoio desses vassallos, Fernando III planejou a conquista da cidade mais fortificada da região, Jaén.

Para facilitar a compreensão geográfica, reproduzimos a seguir um mapa das regiões conquistadas pelos cristãos entre os anos de 1212 e 1230.

Mapa 5



Mapa 5: Reconquista dos Reinos de Leão e Castela entre 1212 e 1230. Fonte: MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 153.

Unidos pelo *Pacto de Las Navas*, em 1225 Fernando III e al-Bayyasí iniciaram campanhas contra a cidade fortificada de Jaén e as vilas de Priego, Loja, Alhama, Vega de Granada e Huelmo. Diante das dificuldades para

conquistar a cidade e suas vilas, o rei castelhano aplicou uma estratégia de desgaste¹⁵⁸, destruindo campos, plantações, vinhas e colheitas. Contudo, devido à impossibilidade de tomar a cidade de Jaén¹⁵⁹, as tropas levantaram acampamento e atacaram as fortificações de Priego e Loja, ambas conquistadas após três dias de conflitos (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 78).

Fazia parte do acordo com al-Bayyasí que dessa expedição a Jaén Fernando III obteria os castelos de Andújar, Martos e outras fortalezas menores. Por isso, mesmo com a derrota na cidade de Jaén, essa excursão possibilitou a tomada de pontos estratégicos na al-Andaluz, além de fornecer um grande botim que financiaria as campanhas dos próximos anos.

Fernando III retornou a cidade de Toledo, porém deixou parte de seu exército sob a liderança de don Alfonso Téllez e do bispo de Cuenca, encarregados de ajudar al-Bayyasí nos ataques ao reino de Murcia. Juntos, conseguiram uma série de vitórias e ocuparam a vila de Tejad, situada a oeste da cidade de Sevilha. A vitória da coligação cristã-muçulmana forneceu a al-Bayyasí uma nova ascensão política, cujo principal efeito foi seu reconhecimento como príncipe da cidade de Córdoba (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 96).

Ao saber dessas novas conquistas, Fernando III retornou à fronteira e fez valer seu poder de suserano sobre al-Bayyasí, que diante de sua dependência das forças cristãs para combater al-Adil, foi obrigado a entregar as fortalezas Salvatierra, Borjalamel e Capilla aos cristãos. Como garantia da entrega desses pontos fortes, foi dada aos cuidados da Ordem de Calatrava a fortaleza da cidade de Baeza.

Salvatierra e Borjalamel foram entregues aos cristãos, todavia Capilla apresentou uma forte resistência e teve que ser assediada pelas tropas fernandinas ao longo de 1226. Durante esse cerco, um acontecimento entre os muçulmanos evidenciou que os pactos estabelecidos por Fernando III com al-Bayyasí resultaram não somente na entrega de cidades e fortalezas, mas

¹⁵⁸ A guerra de desgaste foi uma das principais estratégias de expansão territorial no processo de Reconquista Ibérica. A destruição dos campos, pomares, colheitas e a tomada de pequenas fortalezas minaram economicamente os inimigos, diminuindo sua capacidade de resistência, possibilitando uma conquista futura (GARCÍA FITZ, 2001, p. 123; DOUGHERTY, 2010, p. 132).

¹⁵⁹ Jaén seria conquistada apenas vinte anos depois, após três tentativas.

também, na criação de um “ciclo de conquista”¹⁶⁰. Um dos principais exemplos desse ciclo ocorreu em 1226, quando os habitantes da cidade de Córdoba, revoltados com as relações políticas de al-Bayyasí com Fernando III, descobriram que seu líder

[...] enviava comida aos cristãos, eles alçaram-no para matá-lo. E ele, com medo, saiu da vila por um pomar [...] para refugiar-se no castelo de Almodóvar. E os mouros foram atrás dele e alcançaram-no antes que se refugiasse no castelo, na encosta. Ali, dois mouros poderosos mataram seu senhor, lhe cortaram a cabeça e levaram de presente para Abullaleque, que era rei de Sevilha [...] ¹⁶¹ (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 303).

Com a morte de al-Bayyasí, Fernando III foi aconselhado por seus nobres a abandonar o cerco a Capilla e que se dirigisse a Córdoba vingar a morte de seu vassalo; todavia, sob o conselho de sua mãe, manteve o ataque ao castelo. Os muçulmanos, sem conseguir ajuda externa, foram obrigados a capitular e entregar Capilla ao rei de Castela (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 81). Ainda em 1226, Fernando incorporou Baeza. As conquistas dessas fortalezas consolidaram a presença dos cristãos ao norte de Sierra, criando a possibilidade de excursões capazes de conquistar as cidades de Córdoba e Sevilha.

Diante do avanço de Fernando III no Norte de al-Andaluz, em 1227, o até então rei de Sevilha, Abu-I-Ulâ, foi obrigado a realizar uma trégua com os cristãos, sob a condição do pagamento de altos impostos. Esse acordo resultou em um novo “ciclo de conquista”. Em 1228, as altas taxas levaram à insatisfação popular e ao surgimento de um novo líder em Murcia, Abu Abd Allah Muhammad ibn Yúsuf ibn Hud al-Yadamí (nascimento no fim do século XII – 1238), mais

¹⁶⁰ Denominamos “ciclo de conquista” um processo político pelo qual Fernando III, em meio a uma disputa de poder interna no mundo muçulmano, aproveitava para fazer acordos de vassalagem e conseguir a doação de terras, fortalezas e dinheiro em troca de sua ajuda militar. Em consequência, aqueles que aceitavam serem vassalos eram obrigados a aumentar a quantidade de impostos sobre a população, o que com frequência resultava em uma revolta popular e na perseguição, quando não morte, do vassalo de Fernando III. Com sua morte, iniciava-se uma nova crise interna que permitia ao monarca castelhano a anexação do território ou ainda a realização de um novo pacto que daria início a um novo ciclo.

¹⁶¹ No original: “enbiaua vianda a los christianos, aluoroçaronse para lo matar. E él, con miedo, salió de la villa por vna huerta [...] por se acoger al castillo de Almodóuar. E los moros fueron en pos dél e alcançaronse ante que se acogiese al castillo, en la cuesta. Allí mataron su señor dos moros poderosos, cortáronle la cabeça e leuáronla en presente Abullaleque, que era rrey de Seuilla [...]” (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 303).

conhecido como Ibn Hud. Este, aproveitando-se da fragmentação do poder muçulmano, declarou guerra aos almóadas que colaboravam com Fernando III e se autoproclamou emir, conquistando o apoio de cidades como Córdoba, Jaén, Sevilha e Granada. Assim o descreve a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*

Perseguiu com ódio implacável os almóadas, pregando publicamente que não lhes devia obedecer como cismáticos que eram dentro de sua lei, já que não obedeciam ao Senhor de Bagdá, que é da família de Maomé. Dizia que, por essa razão, suas mesquitas deveriam ser purgadas da contaminação da superstição dos almóadas. Dizia também que esses mesmos almóadas eram opressores do povo e violentos fiscalizadores¹⁶² (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 84).

Por conta de tal situação, o mundo muçulmano encontrava-se fragilizado e dividido em pelo menos três poderes: o emir almóada Yahya al-Nasir, que estava na África; Abu-I-Ulâ em Sevilha; e Ibn Hud no reino de Murcia. Conforme Gonzalo Martínez Díez, “Fernando III não podia deixar de sentir satisfação, pois esta situação era o resultado [...] das terríveis incursões de saque e castigo praticadas pelas forças castelhanas desde o ano de 1224”¹⁶³ (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 91).

A perseguição de Ibn Hud aos almóadas que se aliavam a Fernando III só colaborou no fortalecimento de um novo ciclo de conquista. Diante do crescimento de Ibn Hud, o rei de Sevilha Abu-I-Ulâ foi obrigado a efetuar uma nova trégua com Fernando III. Em troca de paz e de ajuda no norte da África, empreendeu um pagamento de trezentos mil *maravedís*. Com esse financiamento, o rei castelhano, de 1228 até 1230, realizou incursões contra al-Andaluz com o fito de consolidar seus territórios nas fronteiras e realizar uma nova tentativa de conquistar Jaén mediante, mais uma vez, a estratégia de

¹⁶² No original: “Perseguió con odio implacable a los almohades, predicando públicamente que no se les debia obedecer como cismáticos que eran dentro de su ley, ya que no obedecian al señor de Bagdad, que es de la familia de Mahoma. Decía que por esta causa sus mezquitas debían ser purgadas como manchadas de la superstición de los almohades. Decía también que estos mismos almohades eran opresores del pueblo y violentos fiscalizadores [...]” (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 84).

¹⁶³ No original: “Fernando III no podía menos de sentir satisfacción, pues esta situación era el resultado [...] de las terribles incursiones de razia y castigo practicadas por las fuerzas castellanas desde el año de 1224” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 91).

desgaste. Por isso, em 1229, o rei partiu para Úbeda e conquistou Sabiote, Jódar e Garciez (RODRÍGUEZ LOPÉZ, 1994, p. 115).

Após o enfraquecimento e a conquista das regiões próximas, em abril de 1230, Fernando III iniciou um novo ataque a cidade de Jaén, com o objetivo de enfraquecer Ibn Hud. Apesar de inferir muito dano, o cerco de três meses foi encerrado com a chegada da notícia da morte Alfonso IX de Leão. De acordo com a *Crónica de Veinte Reyes*,

[...] Estando lá chegou-lhe a notícia de que havia morrido seu pai, o rei Alfonso de Leão, e enviou mensagem à rainha, sua mãe, que viesse e não fizesse nada mais ali, e que fosse contra o reino de Leão porque os galegos queriam fazer rei a don Alfonso, o infante, seu irmão. E essa era a verdade, mas ele não o quis. E ele teve por bem fazer o que sua mãe lhe havia mandado¹⁶⁴ (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304).

Esse fato obrigou o monarca a desistir de suas expedições militares contra o islã para dedicar-se ao processo de unificação e pacificação dos reinos de Castela e Leão¹⁶⁵, encerrando o primeiro período de conquistas fernandinas na al-Andaluz. Entretanto, apesar desse período internamente conturbado de 1230 a 1233, Fernando III não abandonou completamente as campanhas de reconquista, haja vista que ordenou a realização de duas delas.

A primeira teve início em dois de janeiro de 1231, quando Fernando III concedeu ao arcebispo Jiménez de Rada e à Igreja de Toledo as vilas de Quesada e Toya, que ainda não haviam sido conquistadas¹⁶⁶, sob a condição de que a Igreja de Toledo arcasse com os custos da expedição. Diante dessa oportunidade, o arcebispo conseguiu com o papa Gregório IX, em sete de abril de 1231, uma bula de cruzada para quem participasse das campanhas. No relato do próprio arcebispo,

¹⁶⁴ No original: “[...] Estando y llególe mandado cómo era finado su padre, el rrey Alfonso de León, e enbióle decir la rreyna, su madre, que viniese e non fiziese ende ál, e que fuese contra el rreyno de León, ca los gallegos quérien alçar rrey a don Alfonso, el infante, su hermano. E por verdat asy era, más non lo quiso él ser. E él touo por bien de fazer lo que su madre le enbiaua mandar [...]” (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304).

¹⁶⁵ Tema analisado no tópico 2.2 Da consolidação do poder em Castela à unificação do reino com Leão: um novo processo de legitimação do poder.

¹⁶⁶ Essa doação pode ser encontrada nos diplomas de Castela do dia 20 de janeiro de 1231. “Da la cathedral y al arzobispo de Toledo las villas de Quesada y Toya con sus aldeas y términos” (GONZÁLEZ, 1983, n. 295, p. 338).

[...] após três meses da doação, o arcebispo Rodrigo, armado com um exército, marchou contra Quesada com um enorme contingente de soldados, e após expulsar os árabes que estavam reconstruindo as ruínas do castelo, ele o tomou, e em homenagem ao rei, que havia concedido à igreja de Toledo, defendeu-o e continua defendendo juntamente com outros castelos¹⁶⁷ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 349).

A campanha foi um sucesso, tendo em vista que, além de Quesada, também conquistaram Pelos, Toya, Lacra, Aosín, Fuente de Julián, Torres de Alicún, Fique, Maulula, La Iruela, Dos Hermanas, Villamontín, Nubla, Cazorla, Cuenca y Chiellas (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 349).

Simultaneamente a essa campanha, Fernando III enviou seu irmão, Alfonso de Molina, e os nobres Alvar Pérez de Castro e Gil Manrique a uma incursão à Baixa Andaluzia para enfrentar Ibn Hud. O exército cristão marchou pela região de Córdoba, saqueando e destruindo tudo o que encontrava em seu caminho. Após conquistarem Palma del Río, chegaram a Jerez onde enfrentaram e venceram o emir de Murcia. As consequências dessa cavalgada foram narradas pela *Crónica de Veinte Reyes*

Convém que saibas o que esta história te conta que a coisa no mundo que mais afligiu aos mouros, porque a Andaluzia vieram a perder e a ganharam os cristãos deles, foi esta cavalgada de Jerez, que deixou aflitos os mouros, que não puderam depois ter o atrevimento nem o esforço que antes tinham contra os cristãos; tamanho foi o espanto e o medo que tiveram dessa vez!¹⁶⁸ (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 309).

A incapacidade de Ibn Hud de proteger o mundo islâmico das incursões cristãs levou a uma nova fragmentação do poder em al-Andaluz e,

¹⁶⁷ No original: “[...] al cabo de tres meses de la donación, el arzobispo Rodrigo, armado un ejército, marchó contra Quesada con un enorme contingente de soldados, y tras ahuyentar a los árabes que reconstruían las ruinas del castillo, se hizo con él, y en honor del rey, que lo había concedido a la iglesia de Toledo, lo defendió y lo sigue defendiendo junto con otros castillos” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 349).

¹⁶⁸ No original: “Convienes que sepades lo que esta estoria oyre-des que la cosa del mundo que más quebrantó a los moros, por que al Andaluzia ovieron a perder e la ganaron los christianos dellos, fue esta caualgada de Xerez, ca de guisa fincaron quebrantados los moros, que non pudieron después auer el atreimiento nin el esfuerço que ante avien contra los christianos; tamaño fue el espanto e el miedo que tomaron desa vez!” (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 309).

consequentemente, a mais um “ciclo de conquista”. A cidade de Sevilha se rebelou e organizou um governo regido por um conselho popular e posteriormente ofereceu o poder para Abu Merwan Ahmed el-Baggí, que recusou. Também em 1232, foi a vez de Arjona proclamar um novo líder, Muhammad Ibn al-Ahmar al-Nasr (1195-1273), que recebeu o reconhecimento do rei de Marrocos, assim como o apoio de Jaén e Granada. Dessa forma, em 1232, os muçulmanos na Península Ibérica se dividiam entre aqueles que seguiam Ibn Hud, senhor de Murcia, Málaga e Córdoba; Ibn al-Ahmar em Arjona, com o reconhecimento das cidades de Granada e Jaén e, por fim, o conselho popular de Sevilha (GONZÁLEZ, 1980, p. 317-318; MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 127-128).

Ao saber desse novo contexto de fragmentação, Fernando III, em dezembro de 1232, reuniu suas tropas na cidade de Toledo e retomou suas incursões contra as terras muçulmanas. Com o auxílio das ordens militares e do bispo de Plasencia, o monarca tomou o castelo de Trujillo e a cidade de Úbeda.

O poder de Ibn Hud estava se fragmentando, as recentes percas de Trujillo e Úbeda para os cristãos, de Arjona para Ibn al-Ahmar, Ceuta para os almóadas e Sevilha para a população obrigaram o líder muçulmano a realizar uma trégua com Fernando III sob o pagamento de mil dinares diários (GONZÁLEZ, 1980, p. 319).

Em 1235, as incursões cristãs foram retomadas, dessa vez contra as terras de Arjona e Jaén, obrigando, mais uma vez, Ibn Hud a selar um acordo com Fernando III. Em troca de uma trégua de três anos, o líder de Murcia concordou em pagar 430 mil maravedís, bem como entregar os territórios de Iznatoraf e San Esteban. Outros territórios foram conquistados nesse mesmo período, a saber: Medellín, Alange, Santa Cruz e Magecela (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 143-144).

A partir de 1236, iniciou-se o período de grandes conquistas de Fernando III. Após doze anos (1224-1235) de contínuas campanhas contra al-Andaluz, os “ciclos de conquistas” impostos pelo monarca resultaram no enfraquecimento do poder islâmico, permitindo que de 1236 até 1252 Fernando III não conquistasse

apenas cidades, vilas e fortalezas, mas reinos inteiros¹⁶⁹ (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 145).

A queda da antiga capital do Califado Almóada, Córdoba, teve início por uma traição de alguns sarracenos. O cronista Jiménez de Rada relata que, no final de 1235, “[...] alguns sarracenos que estavam confrontando com os responsáveis da cidade recorreram a alguns cavaleiros cristãos com a promessa de que lhes entregariam um bairro¹⁷⁰ da cidade”¹⁷¹ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 349). Esses cavaleiros cristãos, chamados de almogávares¹⁷², munidos das informações que os traidores forneceram, executaram um ataque surpresa¹⁷³ à cidade na noite do dia 24 de dezembro, vindo a tomar, de maneira furtiva, as muralhas e as torres do bairro de Ajarquia, iniciando o processo de conquista da cidade de Córdoba.

Contudo, ao amanhecer iniciou-se a resistência da cidade. Os cristãos eram minoria e precisavam de reforços imediatos. O primeiro a acudir foi Ordoño Alvarez, que ao saber da conquista parcial da cidade, reuniu suas tropas e, enquanto marchava, enviou um mensageiro até Fernando III para informar a situação do assédio. Os primeiros a chegar em Córdoba foram Álvaro Perez de Castro, seguido dos bispos de Baeza e de Cuenca (GONZÁLEZ, 1946, p. 76).

Fernando III estava na cidade de Benavente quando foi comunicado sobre o que estava acontecendo em Córdoba. Imediatamente reuniu o seu conselho,

¹⁶⁹ Nessa nova fase, uma das características mais importantes é a participação direta do monarca nos conflitos. Diante desse foco na guerra, sua mãe, Berenguela de Castela, ficou responsável, parcialmente, pelo governo do reino, principalmente os assuntos relativos à obtenção de recursos para a guerra. A rainha-mãe realizou esse trabalho até a sua morte em 1246, quando assumiu essa responsabilidade o irmão de Fernando III, Alfonso de Molina (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 123).

¹⁷⁰ O bairro seria Ajarquia, uma região amuralhada que apesar de estar fora da cidade, fornecia a possibilidade de conquista de Córdoba.

¹⁷¹ No original: “[...] unos sarracenos que estaban enfrentados con los principales de la ciudad acudieron a unos caballeros cristianos con la promesa de que les entregarían un arrabal de la ciudad” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 349).

¹⁷² Tropas que se dedicavam a fazer incursões rápidas na fronteira (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 349).

¹⁷³ Segundo Moretti Junior, “A conquista pelo furto consistia em uma tomada sigilosa do ponto forte e geralmente apresentava uma série de dificuldades para aqueles que a realizavam, devido às condições específicas da ação. A *Partida II* define os cuidados que a operação exigia. A necessidade de sua realização à noite e em meio ao mau tempo, de ser uma operação rápida e escondida, com entradas pelos lugares mais perigosos da fortaleza. Os que a realizavam corriam muitos perigos, pois não podiam ver o que ocorria lá dentro e também não recebiam ajuda dos que estavam do lado de fora” (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 75).

que devido à aproximação do inverno e das chuvas, não concordou com a realização de um assédio à cidade. Destarte, a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* relata que o monarca, inspirado pelo “espírito do senhor”, não deu ouvidos a seus nobres e partiu para Córdoba com apenas cem cavaleiros (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98).

As tropas reais chegaram à cidade em fevereiro de 1236 e adotaram uma estratégia de bloqueio. Durante meses bloquearam a entrada de suprimentos até a cidade, controlando as pontes do rio Betis que ligavam Córdoba a Écija. Feito isso, a única salvação para a cidade seria a ajuda do emir Ibn Hud, porém este preferiu enviar suas tropas para socorrer o reino de Valência que também estava sendo atacado por Jaime I de Aragão (1208-1276) (COSTA, 2008).

Sem auxílio externo, a população de Córdoba não pode resistir ao bloqueio de mais de quatro meses, e em 29 de junho de 1236, Abû Hassân entregou a cidade para Fernando III. O relato da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* representa bem a importância de tal feito:

E assim, em virtude de Nosso Senhor Jesus Cristo, Córdoba, cidade populosa, dotada de um peculiar esplendor e riqueza especial, e que durante tanto tempo – desde o tempo do rei dos godos Dom Rodrigo –, foi mantida cativa, foi devolvida ao culto Cristão graças ao trabalho e coragem do nosso rei Fernando¹⁷⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 101-102).

A conquista de Córdoba representava o ápice da reconquista territorial cristã até então, e colaborou, inclusive, para uma aproximação da coroa de Castela e Leão com o papa Gregório IX. Após três meses da tomada dessa cidade, o papa concedeu proteção canônica ao monarca e a toda sua família, assim como indulgências para todos aqueles que lutassem ao lado do monarca. Além disso, outorgou ao rei o poder de intervir nas igrejas restauradas durante a reconquista (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 178). Com essas prerrogativas,

¹⁷⁴ No original: “Y así, por virtud de Nuestro Señor Jesucristo, Córdoba, ciudad populosa, dotada de un peculiar esplendor y riqueza especial, y que durante tanto tiempo – desde el tiempo del rey de los godos don Rodrigo –, estuvo retenida cautiva, fue devuelta al culto cristiano gracias al trabajo y valor de nuestro rey Fernando” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 101-102).

Fernando consolidava, definitivamente, a legitimidade do seu poder na Península Ibérica em relação à Igreja Cristã.

Munido do apoio papal, nos anos posteriores à tomada de Córdoba, Fernando III continuou suas incursões pelo território de al-Andaluz, especificamente no vale de Córdoba, onde anexou Ecija, Almodóvar, Estepa e Lucena. Nesse período, a morte de Ibn Hud culminou em uma nova fragmentação do poder islâmico. Embora Abu Bakr Muhammad Ibn Hud al-Watiq bi-llah, filho de Ibn Hud, assumisse o reino de Murcia, logo foi deposto pela própria população. Somada a essa fragilidade política, as pressões militares exercidas pelos cristãos resultaram, em 1243, na entrega do reino de Murcia como estado vassalo de Castela e Leão (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 128).

Em 1236, o rei de Granada, Arjona e Jaén, al-Ahmar, assinou um tratado de paz com os cristãos até 1242. Com o fim da trégua, os sarracenos iniciaram a retomada de territórios que culminou na derrota dos cristãos em Martos, no ano de 1243. Em resposta, Fernando III iniciou suas campanhas sobre a região, conquistando muitas fortalezas e a própria cidade de Arjona, em 1244. No ano seguinte, o monarca assediou pela terceira vez a cidade de Jaén¹⁷⁵.

Após a conquista das regiões e fortalezas periféricas, assim como a devastação dos campos¹⁷⁶, em 1245, as tropas de Fernando III cercaram, pela última vez, a fortaleza de Jaén. As dificuldades se mostravam intensas, principalmente devido às condições climáticas. Segundo a crônica alfonsina, o “[...] frio era tão grande e as águas tão tempestuosas, que a gente se via em grande perigo, perdendo muitos animais e muitos homens”¹⁷⁷ (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 746).

¹⁷⁵ De acordo com Gonzalo Martínez Díez, Jaén possuía a fama: “de ser uma cidade muito populosa e muito bem fortificada com um forte castelo, com excelentes muralhas bem estabelecidas e torres robustas” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 195).

¹⁷⁶ A destruição dos campos, hortas e pomares fazia parte da guerra de desgaste. Segundo Augusto Moretti Junior, essa estratégia era composta “principalmente pelas incursões, teve um papel fundamental na expansão territorial conduzida por Fernando III. Essas incursões, também chamadas de cavalgadas, tinham como objetivo minar a resistência dos inimigos: “[...] Assim, podemos afirmar que essa estratégia teve um papel essencial como atividade preparatória para a anexação de pontos fortes e, conseqüentemente, para a guerra de posição” (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 66).

¹⁷⁷ No original: “[...] los frios eran tan grandes et las aguas tan afortunadas, que las gentes se veyen en muy grant peligro et perdiense muchas bestias et muchos omnes [...]” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 746).

O cerco se prolongou por sete meses, a contar de agosto de 1245. As difíceis condições climáticas, somadas aos frequentes ataques dos sitiadores e a falta de quaisquer chances dos muçulmanos do norte da África virem em seu socorro, fizeram com que o rei de Granada e senhor de Jaén, Muhammad ibn Nasr al-Ahmar, decidisse entregar Jaén para Fernando III. Contudo, a rendição dessa cidade ficou vinculada a um pacto que colocaria al-Ahmar como vassalo do rei cristão. O rei de Granada ficou obrigado a cumprir todas as já tradicionais obrigações – fazer a guerra e paz em nome do rei e ir até a corte anualmente – assim como, um pagamento de 150.000 maravedís anuais (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 129; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, pp. 195-197).

O domínio sobre a fortaleza de Jaén e a vassalagem do rei de Granada colocavam Fernando III como senhor da região do alto Guadalquivir¹⁷⁸. Foi essa vassalagem que forneceu as condições necessárias para a conquistar a região do baixo Guadalquivir e principalmente da maior cidade da Europa até então, Sevilha, cuja conquista não teria sido possível sem a aliança com o reino granadino (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, pp. 198-199). A seguir apresentamos o mapa 6, demonstrando a região do Guadalquivir, local onde ocorreram as últimas conquistas de Fernando III.

¹⁷⁸ Com o objetivo de ajudar na situação geográfica das últimas conquistas de Fernando III, indicamos, no mapa 6, as cidades de Córdoba, Jaén e Sevilha, situadas próximas ao rio Guadalquivir.

Diante dessa situação política, Fernando III reuniu os seus nobres para a última das suas grandes conquistas: Sevilha. Essa campanha o consolidaria como o maior reconquistador ibérico. Seguindo o seu já famoso *modus operandi*, o monarca iniciou a destruição e a captura das vilas e fortalezas próximas à cidade.

Na descrição do medievalista Jaime Estevão Reis,

Na primavera de 1247 Fernando III reiniciou as campanhas militares, tendo dessa vez como objetivo final a conquista de Sevilha. A primeira vila atacada foi a de Carmona. Depois a hoste seguiu até o rio Guadalquivir, e enquanto as milícias dos Conselhos lideradas pelo prior de San Juan ocupavam Lora e Setefilla, o monarca, acompanhado pelo restante do exército, atravessou o rio até Cantillana, cuja população foi rendida, e avançou pela margem direita até Alcalá del Rio (REIS, 2007, p. 64).

Quaisquer localidades que pudessem abastecer a cidade de Sevilha, em meio ao cerco, foram tomadas previamente. Inicialmente, foram subjugadas as fortalezas de Carmona, Alcalá de Guadaira, Lora, Cantillana, Guillena e Gerena (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 57).

Realizada a conquista da região periférica à cidade, Fernando III pode iniciar o que seria o maior e mais longo cerco de todas as suas campanhas. Para obter sucesso, ficou decidida a necessidade de realizar um bloqueio terrestre e fluvial. O nobre Ramon Bonifaz foi convocado pelo rei a organizar uma frota de navios nos portos cantábricos e posteriormente levá-los até o rio Guadalquivir, onde bloquearia a principal via de abastecimento da cidade, impossibilitando-a de ser socorrida pelos muçulmanos do norte da África.

Reunidos em Córdoba, Fernando III marchou em direção à cidade de Sevilha acompanhado de seus nobres e das ordens militares¹⁸⁰. A campanha efetiva contra a cidade iniciou-se em agosto de 1247, e o cerco foi reforçado a partir de 1248, quando se juntaram ao monarca as tropas lideradas pelo seu filho primogênito, Alfonso, e o nobre Diego de López Hara.

¹⁸⁰ Acerca dos recursos para a conquista de Sevilha, o monarca conseguiu ajuda da própria Igreja. No dia 15 de abril de 1247, o papa Inocêncio IV concedeu ao monarca um terço dos dízimos de todas as igrejas de seu reino (MARTÍNEZ DíEZ, 1993, p. 208).

A distribuição das tropas cristãs no cerco de Sevilha foi realizada de forma a cercar todas as possibilidades de abastecimento da cidade; e após a chegada de seu primogênito, Fernando possuía forças para levantar novos acampamentos e bloquear efetivamente a cidade.

O golpe final nos sevilhanos foi a destruição da ponte que ligava Sevilha ao bairro fortificado de Triana, o último bastião capaz de abastecer a cidade. Dois navios foram lançados sobre a ponte e um deles obteve sucesso em sua missão (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006, p. 218). Devido a sua situação, os sevilhanos tentaram por três vezes negociar com Fernando III. Em um primeiro momento, ofereceram todas as rendas das cidades. No segundo, prometeram ao monarca um terço da cidade e o senhorio dessa região. Novamente o acordo não foi aceito. Por fim, prometeram metade da cidade, que também não foi aprovado (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 343).

Após dezesseis meses de campanha e a certeza de que a cidade não escaparia ao cerco do monarca, os sevilhanos se entregaram. No dia 22 de novembro de 1248, Fernando III entrou, gloriosamente, na maior cidade de Europa e se tornou o maior rei de toda a Reconquista Ibérica.

O menino, filho de um casamento ilegítimo, que enfrentou problemas de legitimidade frente à Igreja, com seu pai e até por seus próprios nobres, foi capaz, juntamente a sua mãe, de unificar os reinos de Castela e Leão e conquistar as principais cidades da al-Andaluz: Córdoba, Jaén e Sevilha. Fernando III tornava-se o rei invicto da Hispania e alguns séculos depois seria canonizado pelos serviços prestados ao cristianismo, não deixando mais dúvidas acerca de sua legitimidade e poder.

2.4 Considerações finais sobre o capítulo

Neste segundo capítulo, analisamos como Fernando III enfrentou problemas de legitimidade política ao longo de toda a sua infância, juventude e, inclusive, após se tornar rei de Castela, em 1217, e até mesmo após 1230, quando se tornou rei de Leão. A legitimidade do monarca somente se concretizou nas décadas finais de sua vida, quando ocorreu a sua consolidação como um dos maiores reis cruzados da Europa e o maior conquistador de terras

no processo de Reconquista, sendo o responsável por subjugar cidades como Jaén, Córdoba e Sevilha.

Nosso objetivo nesta tese é demonstrar que tal legitimidade não foi construída apenas por seus feitos políticos, mas também pelas suas habilidades e estratégias culturais. No capítulo a seguir, analisamos o desenvolvimento cultural no reinado de Fernando III para compreendermos o contexto cultural em que a *Crónica latina de los reyes de Castilla* foi escrita e, além disso, entender como o monarca se utilizou da cultura, de forma direta e indireta, para consolidar seu poder.

CAPÍTULO III

A CULTURA NA LEGITIMAÇÃO DO PODER DE FERNANDO III

“Uma obra histórica nasce [...] do encontro de uma cultura, de um autor e de um público” (GUENÉE, 2002, p. 525).

Quando analisamos a produção historiográfica relativa ao governo de Fernando III, não há dúvidas de que se trata de um dos monarcas mais estudados da Península Ibérica medieval¹⁸¹. Acreditamos que esse interesse marcante se deve, principalmente, ao seu sucesso político, que como assinalamos, unificou os reinos de Castela e Leão e conquistou dos muçulmanos aproximadamente 104.000 km², sendo considerado pela historiografia o rei de maior sucesso militar em toda a Reconquista Ibérica.

Defendemos que seu reinado também deve ser lembrado pelos feitos culturais, tendo em vista que foi um período de criação e conservação de uma quantidade significativa de obras culturais. Obras de caráter histórico como as crônicas, das quais podemos citar a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, com a autoria atribuída a Juan de Osma, *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy, e *Historia de los Hechos de España*, de Jiménez de Rada, além de obras de caráter político

¹⁸¹ Acerca da historiografia especializada, podemos citar algumas das principais obras e compilações de artigos: **Fernando III y su época**. Actas IV Jornadas nacionales de historia militar. Sevilla, 1995; **Fernando III y su tiempo** (1201-1252). Actas del VIII Congreso de Estudios Medievales. León: Fundación Sanchez-Albornoz, 2003; AYALA MARTÍNEZ, C. e SALOMA, M. R. (Eds.) **Fernando III tiempo de cruzada**. Sílex, 2012; GONZÁLEZ, J. **Reinado y diplomas de Fernando III**, 3 tomos, Córdoba, 1980-1986; MARTÍNEZ DÍEZ, G. **Fernando III**, Palencia, 1993; RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana**. Expansión y fronteras durante o reinado de Fernando III. Madrid, 1994. E de forma mais recente, podemos citar duas obras: HOLT, Edward L.; WITCOMBE, Teresa. **The Sword and the Cross: Castile-León in the Era of Fernando III**. Brill, 2020 e MARTÍNEZ LLORENTE, Félix. **Memoria de un rey, memoria de un reinado: Fernando III, Rey de Castilla y León, 1217-1252: VIII Centenario de su acceso al trono (1217-2017)**. Junta de Castilla y León, 2019.

e jurídico como *Fuero Juzgo*, o *Libro de los Doze Sabios*, o *Tracttado de la Nobleza y Leatad e Las Siete Partidas*¹⁸² e dos diplomas¹⁸³ de seu governo.

Temos como hipótese a ideia de que a legitimação do poder de Fernando III não ocorreu exclusivamente como resultado de suas grandes façanhas políticas, mas, também, da utilização da cultura. Se quisermos ter sucesso em alcançar nosso objetivo central de investigar a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* como um instrumento legitimador do poder, é primordial que façamos uma contextualização cultural do período em que foi escrita. E mais do que isso, é preciso entender de que maneira os mecanismos culturais foram utilizados pelo monarca, de forma intencional ou não, em prol da legitimação de seu poder.

Embora existam algumas pesquisas referentes a esse tema, a cultura no reinado de Fernando III nos parece um assunto relegado às margens da historiografia quando a comparamos com estudos relativos a outros aspectos do governo do monarca, como o político e o militar. Provavelmente, essa defasagem se deve aos seus sucessos políticos, mas também ao destaque às questões culturais do reinado de seu avô materno, Alfonso VIII, e de seu filho herdeiro, Alfonso X, o sábio.

Apesar de essa defasagem, a historiografia reconhece que o imenso desenvolvimento cultural realizado por Alfonso X:

[...] somente são explicáveis com a existência de fortes precedentes no reinado de Fernando III. No entanto, o grande desconhecimento que possuímos sobre este último, mal escondido por nossas informações sobre a sua ação conquistadora, explica que, até agora, não se aprofundou o

¹⁸² Não há um consenso historiográfico sobre o início da composição do *Libro de los Doze Sábios* e das *Siete Partidas*. A historiografia se divide, questionando se esses documentos começaram a ser escritos já no governo de Fernando III ou apenas no de seu herdeiro Alfonso X, o Sábio. Acerca desse debate historiográfico, consultar o texto: REIS, J. E. A construção da figura heroica de Fernando III no *Libro de los Doze Sabios*. In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Livia B.; ABRANTES, Elizabeth Souza. (Org.). **História Antiga e medieval. Sonhos, Mitos e Heróis: Memória e identidades**. 1ed. São Luís: UEMA, 2015, v. 5, p. 125-136.

¹⁸³ De acordo com o Dicionário da Real Academia Espanhola, a palavra diploma significa: “Despacho, bula, privilegio u otro instrumento autorizado con sello y armas de un soberano, cuyo original queda archivado, y, por ext., documento importante”. Disponível em: <https://dle.rae.es/?id=DpWPdjE>. Os diplomas do reinado de Fernando III foram compilados na clássica obra: GONZÁLEZ, J. **Reinado y diplomas de Fernando III**, 3 tomos, Córdoba, 1980-1986.

suficiente no estudo de tais precedentes¹⁸⁴ (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2003, p. 25).

Cientes dessa lacuna historiográfica, neste capítulo temos o objetivo de investigar o desenvolvimento cultural no reinado de Fernando III e como foi utilizado para legitimar o poder monárquico. A partir da historiografia e da documentação, queremos contribuir para tal debate, demonstrando como o monarca foi importante para a cultura no século XIII, não ficando restrito apenas aos feitos políticos-militares.

Para isso, dividimos nossa análise em duas partes principais. Primeiramente, realizamos um levantamento historiográfico acerca do processo educacional de Fernando III e como isso impactou em seu governo e feitos culturais. Em um segundo momento, analisamos a cultura como “bem” e “ferramenta” de poder, investigando de que forma o monarca utilizou-se das universidades, da literatura e da língua como estratégias de manutenção, unificação e pacificação nos reinos de Castela e Leão.

3.1 A educação e a formação de Fernando III: um levantamento historiográfico de suas primeiras influências

Apesar da existência de ampla documentação, como as crônicas e de uma historiografia especializada na biografia de Fernando III, pouco sabemos sobre a sua educação e de que maneira teria influenciado em seu governo. Os relatos que possuímos concentram-se, majoritariamente, nos aspectos políticos e militares. Uma explicação plausível sobre essa falta de informações está justamente em sua complexa situação de ilegitimidade, explicada no capítulo dois desta tese. Lembramos que, não obstante de ter nascido como herdeiro de Leão, a bula de Inocência III, em 1203¹⁸⁵, teria invalidado o casamento de seus pais e, conseqüentemente, o seu direito ao trono. Sendo assim, durante a sua infância o monarca, embora tenha sido educado como um membro da realeza,

¹⁸⁴ No original: “[...] sólo son explicables con la existencia de sólidos precedentes en el reinado de Fernando III. Sin embargo, el amplio desconocimiento que poseemos sobre este último, apenas disimulado por nuestras informaciones sobre la acción conquistadora, explica que, de momento, no se haya profundizado lo suficiente en el estudio de tales precedentes” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2003, p. 25).

¹⁸⁵ Vide, item 2.1: A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela.

não obteve uma educação régia como a de seus tios maternos Fernando e Enrique de Castela.

Destarte, independentemente dessa falta de informações, julgamos necessário realizar algumas considerações acerca dessa lacuna historiográfica. Afinal, um monarca que enfatiza e empreende um labor cultural, com intencionalidades políticas ou não, só o pode fazer se possuir as bases culturais necessárias a um empreendimento como esse. Ou seja, compreender a formação intelectual de Fernando III, sua educação e preparação cultural é importante para entendermos como a cultura também foi utilizada para legitimar o seu poder.

Nessa direção, para atingir o nosso objetivo, podemos iniciar a investigação com algumas considerações mais amplas relativas a seu contexto. Posteriormente, verticalizamos a discussão para o reino de Castela e Leão, em um levantamento específico do que sabemos acerca de sua formação.

O reinado de Fernando III está situado temporalmente no século XIII, considerado como o “apogeu do Ocidente Medieval” (LE GOFF, 2007, p. 143). Foi nesse período que ocorreram diversas transformações como o crescimento urbano; a renovação do comércio e o desenvolvimento do saber, este último o nosso principal objeto de investigação.

Esse apogeu está diretamente relacionado ao contato do homem medieval com as obras clássicas gregas e com a filosofia árabe, que somadas aos demais fatores históricos, como o renascimento comercial, contribuíram para o que a historiografia denomina “Renascimento do século XII”¹⁸⁶. Esse movimento cultural foi responsável pelo processo de “codificação” e desenvolvimento do saber nas mais diversas áreas (RUCQUOI, 1993, p. 2). O contato com os gregos e árabes possibilitou uma grande transformação na teologia e na filosofia, gerando movimentos intelectuais como a própria escolástica.

Foi nesse contexto que Fernando III foi educado. Gonzalo Martínez Díez (1993) explica que nos primeiros anos de vida, entre 1201 e 1203, o infante Fernando teria recebido como ama de leite a nobre leonesa, Teresa Martínez.

¹⁸⁶ No tocante ao Renascimento do século XII, consultar: HASKINS, Charles Homer. **The twelfth century Renaissance**. Cambridge, MA, 1927; BROOKE, Christopher. **O renascimento do século XII**. Lisboa: Verbo, 1972.

Esta foi a responsável por ensinar as primeiras palavras do dialeto asturo-leonês, que se mesclariam ao castelhano de sua mãe, tendo em vista que nesse período permaneceu ao lado de seus pais, na itinerante corte leonesa entre as cidades de Astorga, Zamora, Benavente, Salamanca etc. (MARTÍNEZ DIEZ, 1993, p. 16). Entregar o filho às amas de leite era algo previsto pelo próprio sistema jurídico. Segundo as *Siete Partidas*, era dever do rei e da rainha:

[...] atribuir-lhes amas-de-leite saudáveis, de bons hábitos e linhagem distinta, pois assim como a criança é governada e criada no corpo da mãe antes de nascer, da mesma forma é governada e criada pela ama-de-leite até deixar o peito, e o tempo dessa educação é mais longo que o da mãe, de modo que é impossível que ela não seja influenciada pelos costumes de sua ama, por isso os antigos Sábios, que falavam dessas questões com naturalidade, diziam que os filhos dos reis devem ter amas-de-leite que lhes forneçam leite abundante e tenham bons hábitos, sejam saudáveis, bonitas e de boa linhagem, para que possam criar filhos saudáveis e fortes¹⁸⁷ (Partida II, Título VII, Ley III).

Entregar os filhos para serem amamentados pelas amas de leite não era um costume apenas da realeza, mas de toda a nobreza (REIS, 2010, p. 2).

Devido à bula do Papa Inocêncio III anulando o casamento de seus pais, em 5 de junho de 1203, Fernando foi considerado filho de um relacionamento incestuoso, o que lhe teria retirado o direito ao trono. Com a separação de seus progenitores e a volta de Berenguela para Castela, o infante permaneceu com seu pai e com seus outros três irmãos. O montesino “foi, portanto, criado sob os olhos de seu pai. Os detalhes desta educação são absolutamente inexistentes”¹⁸⁸ (LAURENTIE, 1910, p. 27).

Segundo Francisco P. Solano, a infância de Fernando teria sido triste e apagada, pois estando na corte leonesa seu único título era o de infante, já que

¹⁸⁷ No original: “[...] asignarles nodrizas sanas, de buenas costumbres y linaje distinguido, porque así como el niño se gobierna y se cría en el cuerpo de la madre antes de nascer, de la misma manera es gobernado y criado por la nodriza hasta que deja el pecho, y el tiempo de esta crianza es más largo que el de madre, de modo que es imposible que no sea influenciado por las costumbres de su ama, por lo que los Sabios antiguos, que hablaron de estas cuestiones con naturalidad, dijeron que los hijos de los reyes deben tener nodrizas que les proporcionen abundante leche y tengan buenas costumbres, sean sanas, hermosas y de buen linaje, para que puedan criar niños sanos y recios [...]” (Partida II, Título VII, Ley III).

¹⁸⁸ No original: Ferdinand fut donc élevé sous les yeux de son père. Les détails de cette éducation font absolument défaut (LAURENTIE, 1910, p. 27).

suas meias-irmãs, Dulce e Sancha, eram as herdeiras legais do trono de Leão, e os seus tios, Fernando e Enrique, eram os herdeiros do trono de Castela. O montesino, quando criança, teria pouca importância em ambas as cortes e teria sido alvo de compaixão dos nobres, porque vivia longe de sua mãe e sob os comandos de seu pai, que possuía a fama de colérico. O futuro unificador dos reinos de Castela e Leão vivia transitando entre essas duas cortes, mas possivelmente sem se sentir completo em nenhuma delas (SOLANO, 1959, p. 11).

Não há muitas informações relativas à formação do monarca nos primeiros dez anos de sua vida. Apesar dessa lacuna, sabemos que o infante teria passado seus primeiros anos junto a seu pai, Alfonso IX. No entanto, existem algumas divergências quanto ao local preciso de sua educação inicial, se teria ocorrido nas cidades leonesas ou em terras galegas¹⁸⁹.

De acordo com Gonzalo Martínez Díez (1993), embora tenha perdido seus direitos sucessórios, Fernando teria permanecido próximo de seu pai no reino de Leão, acompanhando-o em viagens anuais à Galícia (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, pp. 17 e 18). Antonio Ballesteros Beretta (1984) apresenta uma discussão distinta acerca dos primeiros anos do infante. Para o historiador, Fernando não teria realizado excursões à Galícia entre os anos de 1204 e 1209; na verdade, ele teria sido criado e educado nessas terras, longe da corte, como determinava a tradição leonesa. Seu próprio pai, Alfonso IX, e seu avô, Fernando II, teriam passado pelo mesmo processo. Apesar de não sabermos ao certo em qual região, tudo indica que esteve “[...] na região de Orense. Os nomes de *Monterrey* e *Villar del Rey* conservam uma recordação de fundação real ou da estadia de um príncipe”¹⁹⁰ (BALLESTEROS BERETTA, 1984, p. 13).

¹⁸⁹ Explicamos o porquê dessa discussão. Saber o local de sua educação nos ajuda a compreender qual o nível de domínio da língua galega do monarca. Essa informação é importante para uma análise posterior, tendo em vista que essa língua fora utilizada como instrumento cultural de unificação e pacificação dos reinos de Castela e Leão após 1230. Mais adiante, neste capítulo, no subtítulo 3.2.2. *A cultura como “ferramenta” no reinado de Fernando III*, desenvolvemos essa discussão sobre a utilização das cantigas em galego como instrumento de aproximação e criação de uma identidade comum em sua corte, recém-unificada, em 1230, dos reinos de Castela e Leão.

¹⁹⁰ No original: “[...] en la región de Orense. Los nombres de Monterrey y Villar del Rey conservan un recuerdo de fundación real o de la estancia de un príncipe (BALLESTEROS BERETTA, 1984, p. 13)”.

O objetivo de manter o príncipe afastado era de protegê-lo dos perigos: “da convivência em uma corte itinerante, pouco propícia ao seu desenvolvimento físico e mental. Preferia-se o convívio em aldeias pequenas, a vida tranquila do campo e o contato com a natureza” (REIS, 2010, p. 2). Sendo assim, as viagens de Alfonso IX à Galícia não eram realizadas com a companhia de Fernando, mas sim como uma maneira de verificar o desenvolvimento da criança que ali se formava.

Por volta de 1209, devido a uma negociação de Alfonso VIII e Alfonso IX, o infante teria sido levado à cidade castelhana de Burgos para viver e ser educado próximo a sua mãe, Berenguela, e seus avôs Alfonso VIII e Leonor da Inglaterra (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 17 e 18). Essa provável mudança para Castela é mencionada em uma das cantigas de Alfonso X, a Cantiga 221. Segundo essa cantiga, o infante, ainda muito novo, teria sido curado de uma grave doença por Nossa Senhora de Oña¹⁹¹:

CANTIGA 221

Como Santa Maria curou em Burgos, o Rei Dom Fernando,
quando era menino, de uma grande enfermidade que tinha.

Bem por permanecerem os reis amarem Santa Maria, (Refrão)
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

Visto que devem amá-la muito, porque Deus nossa figura
(aparência)
tomou dela e fez carne; outra vez, porque veio de sua
natureza,
e dela tem justiça e direito
o Rei, este nome de Deus, porque ele todavia reina.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.
E por um grande milagre direi, que veio quando
era jovem pequenino o muito bom Rei Dom Fernando,
que sempre Deus e sua Mãe amou e foi do seu lado,
porque conquistou o maior dos mouros em Andaluzia.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

**Este menino em Castela com o Rei Dom Alfonso [que] era
seu avô, que do reino da Galiza o fizera**

¹⁹¹ Oña era uma cidade castelhana próxima a Burgos.

**vir e que o amava, a grande e forte maravilha,
e outra vez estava aí sua mãe, a que muito ensejo fazia,**

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

E sua avó era ali, filha do Rei d'Inglaterra,
mulher do Rei Dom Alfonso, por que ele passou a serra
e foi entrar em Gasconha, por outra vez pela guerra,
e possuiu a maior parte, pois todo bem merecia.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

E depois voltou-se a Castela, desde ai em Burgos morava,
e fazia um hospital ele, e sua mulher lavravam
o mosteiro das Olgas; e enquanto assim estavam,
dos seus filhos e dos netos recebiam grande prazer.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

Mas Deus não quer que o homem esteja sempre em uma
situação,
quis que Dom Fernando, o seu neto, fosse tão sofredor
de uma grande enfermidade, que foi dele desesperado
o Rei; porém, então, sua mãe ficou como louca.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

E ouviu falar de Burgos, onde havia grande virtudes;
disse ela: "quero leva-lo lá, e assim Deus me ajude,
por que bem creio que a Virgem lhe dará vida e saúde"!
E quando esta ouviu o que foi dito, de seu pai se despedia

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

Quantos lá foram assim viram grande piedade,
e muito mais pelo menino, a quem todos queriam bem;
e com ela iam pessoas chorando muito e lamentavam
como se ele estivesse morto, porque tal dor sentiam.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

Porque dormir ele nunca podia e não comia nem migalhas,
e lhe saíam muitos e grandes vermes sem parar,
pois a morte já vencera, sua vida estava sem grande
entusiasmo,
mas chegaram logo em Burgos e fizeram uma vigília.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

Diante do altar maior, logo, e pois diante da Rainha,
Virgem santa gloriosa, rogando-lhe e que agia
em tão grande enfermidade, pusesse sua mezinha,
ao serviço do menino em algum tempo [queria].

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

A Virgem Santa Maria, logo com sua piedade
salvou o menino e sua enfermidade
lhe deu saúde longa e vontade de dormir,
e depois que despertou, logo pedia o que comer.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia.

E em quinze dias ficou robusto e curado
tão bem que nunca mais fora [doente]; e também lhe deu bom
sentido.

Quando o Rei Dom Alfonso ouviu esse milagre,
logo se colocou a caminho de Burgos em romaria.

Bem por permanecerem os Reis de amarem Santa Maria...
por muitas grandes dores ela os socorre e guia¹⁹² (ALFONSO
X, Cantiga 221, grifo nosso).

¹⁹² Tradução do original em galego realizada pela Prof. Dr. Clarice Zamonaro Cortez. No original: "(Ben per esta aos reis) - Como Santa Maria guareceu en onna al Rei Don Fernando, / quand' era meno, da grand' enfermidade que avia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria, / ca enas mui grandes coitas ela os accorr' e guia. / Ca muito a amar deven, porque Deus nossa figura / fillou dela e pres carne; ar porque de sa natura / vo, e porque justiça ten del e dereitura, / e Rei nome de Deus éste, ca el reina todavia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

E porend' bem gran miragre direi, que avo quando / era moço peque[ni]nno o mui bem Rei Don Fernando, / que senpre Deus e ssa Madre amou e foi de seu bando, / por que conqueceu de mouros o mais da Andaluzia. / Bem per está aos reis d'amaren Santa Maria... / Este men' en Castela con Rei Don Alfonso era, / seu avoo, que do reino de Galiza o fezera / vir e que o amava a gran maravil[la]a fera. / E ar era y sa madre, a que muit' ende prazia, / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

E sa avoa y era, filla del Rei d'Ingraterra, / moller del Rei Don Alfonso, por que el passou a serra / e foi entrar en Gasconna pola ga[ann]ar per guerra, / e ouv' end' a mayor parte, ca todo ben merecia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

E pois tornou-ss' a Castela, des i en Burgos morava, / e un espital fazia el, e sa moller lavrava / o mōesteiro das Olgas; e enquant' assi estava, / dos seus fillos e dos netos mui gran prazer recebia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

Mais Deus non quer que o ome esté senpr' e[n] un estado, / quis que Don Fernando fosse, o seu neto, tan cuitado / da grand' enfermidade, que foi del desesperado / el Rei; mas enton sa madre tornou tal come sandia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

E oyu falar de Onna, u avia gran vertude; / diss' ela: «Leva-lo quero aló, assi Deus m' ajude, / ca ben creo que a Virgen lle dé vida e saude.» / E quand' aquest' ouve dito, de seu padre s'espedia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

Quantos la [yr] assi viron gran piadad' end' avian, / e mui mais polo meno, a que todos ben querian; / e yan con ela gentes chorando muit', e changian / ben come se fosse morto, ca atal door avia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

A parte em destaque demonstra que a doença de Fernando III colaborou para sua ida ao reino de Castela. Antonio Ballesteros Beretta (1984) explana que Fernando não se mudou para Castela até o momento de sua doença. De fato, seria a própria doença a responsável por esse traslado. Segundo o autor, em uma das viagens de Alfonso IX pela Galícia, este procurou saber da saúde de seu filho, descobrindo que

[...] o pequeno crescia doente. Faltava os cuidados de sua mãe, imprescindíveis naquela idade [...] e o clima saudável da comarca orensana não era suficiente para fortalecer o pequeno e fraco corpo do príncipe Fernando. [...] As notícias acerca do infante não eram satisfatórias. Como as más notícias cruzam com velocidade o espaço, logo a corte de Castela soube das preocupações, que se traduziram em uma demanda urgente da mãe de ter ao seu lado o filho para fornecer seus cuidados. O pai realizou uma marcha precipitada a Galícia em meio ao bruto inverno. Confirmou a grave doença e, temendo pela vida do pequeno infante, ordenou com presteza o traslado para Castela¹⁹³ (BALLESTEROS BERETTA, 1984, p. 16).

Esse fato seria confirmado pela seguinte passagem da Cantiga 221:

Ca dormir nunca podia nen comia nemigalla, / e vermes del sayan muitos e grandes sen falla, / ca a morte ja vencera sa vida sen gran baralla. / Mas chegaron log' a Onna e teveron sa vegia / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

Ant' o altar mayor logo e pois ant' o da Rea, / Virgen santa gloriosa, rogando-l[í]e que aga / en tan grand' enfermidade posesse sa meeza, / se serviço do meno en algun tempo queria. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria...

A Virgen Santa Maria logo con sa piadade / acorreu ao meno e de ssa enfermidade / lle deu saude conprida e de dormir voontade; / e depois que foi esperto, logo de comer pedia. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria... / [E] ante de quinze dias foi esforçad' e guarido / tan ben que nunca mais fora; demais deu-l[í]e bon sentido. / E quand' el Rei Don Alfonsso ouv' este miragr' oydo, / logo se foi de camo a Onna en romaria. / Ben per está aos reis d'amaren Santa Maria..." (ALFONSO X, Cantiga 221).

Disponível em ALFONSO X. **Cantigas de Santa María**. 4v. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=1933 Acesso em 30 de novembro de 2020.

¹⁹³ No original: “[...] El pequeñuelo crecía enfermizo. Le faltaban los cuidados de la madre, imprescindibles en aquella edad. [...] u el clima sano de la comarca orensana no era bastante a robustecer el cuerpecillo flaco de príncipe Fernando. [...] Las noticias acerca del infante no eran satisfactorias. Como las malas nuevas cruzan con velocidad el espacio, pronto la corte de Castilla supo de inquietudes, que se tradujeron en demanda apremiante de la madre de tener a su lado al hijo que prodigarle sus cuidados. El padre emprendió archa precipitada a Galicia en crudo invierno. Confirmó la grave enfermedad y, temiendo por la vida del infantito, ordenó con presteza el traslado a Castilla” (BALLESTEROS BERETTA, 1984, p. 16).

Este menino em Castela com o Rei Dom Alfonso [que] era seu avô, que do reino da Galiza o fizera vir e que o amava, a grande e forte maravilha. e outra vez estava aí sua mãe, a que muito ensejo fazia, [...] (ALFONSO X, Cantiga 221)¹⁹⁴.

Tais versos da Cantiga demonstram que o infante fora trazido das terras galegas por causa de sua doença. Tais acontecimentos teriam ocorrido entre os meses de maio e junho de 1209. Independente da discussão historiográfica, se o infante morou em terras galegas ou fazia incursões para essa região, o que fica evidente é o contato e conhecimento de Fernando sobre o galego, além de outras línguas e dialetos da Península Ibérica, como o asturo-leonês e o castelhano.

Esse conhecimento foi de vital importância durante o processo de unificação dos reinos de Castela e Leão. Afinal, como explicam as linguistas Lidiane Coelho e Diana Mesquita, “é por meio da língua que a cultura se constitui e é difundida e é também por meio dela que ocorrem os processos de identificação” (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 25). Dessa forma, a linguagem pode ser considerada um dos principais aspectos de uma cultura e de um processo de legitimação do poder, pois é o instrumento utilizado no processo de criação de uma identidade em comum¹⁹⁵.

Sabemos que devido a sua doença e cura em Oña, Fernando e seu irmão, Alfonso, teriam sido autorizados por seu pai a ficarem juntos com sua mãe no reino de Castela. Acontecimento que seria determinante na formação do monarca, tendo em vista que foi extremamente influenciado pela progenitora, como podemos analisar no capítulo segundo desta tese. A princesa e futura rainha teve que revezar-se entre suas famosas obras de caridade e a educação de seus filhos (BALLESTEROS BERETTA, 1984, p. 17).

Nesse aspecto, a historiografia é uníssona. Berenguela desempenhou papel essencial no processo educativo de Fernando III. Inclusive, destaca o fato de que apesar de o infante possuir uma ama de leite em seus anos iniciais, a princesa de Castela fez questão de alimentar o filho de seu próprio peito,

¹⁹⁴ A cantiga de Santa Maria nº 221, denominada “*Ben per esta aos reis*”, apresenta a doença e a cura de Fernando pela intercessão de Nossa Senhora de Oña.

¹⁹⁵ Ressaltamos, novamente, que essa discussão é desenvolvida no subitem 3.2.2, *A cultura como “ferramenta” no reinado de Fernando III*.

diferentemente do que outras rainhas faziam naquele período (ÁNSON, 1998, p. 43). Os cuidados pessoais para com o infante não se limitaram a isso.

Julio González, ao traçar os aspectos morais de Fernando III, enuncia que existe uma influência muito clara de sua mãe tanto em suas decisões econômicas, políticas, amorosas e, inclusive, nos assuntos bélicos. Foi com ela que teria aprendido como negociar com os nobres e a utilizá-los em seu favor para benefício do reino (GONZÁLEZ, 1980, p. 74), atividade que o monarca realizou com excelência. Para o cronista Rodrigo Jiménez de Rada,

[...] o rei Fernando assumiu o reino em paz e tranquilidade, sendo a inspiradora de tudo a nobre rainha, que educou seu filho com tanto cuidado que {este} levou com paz e moderação as rédeas do reino e da pátria até o ano vigésimo quinto de seu reinado, seguindo o padrão de seu avô, o nobre Alfonso¹⁹⁶ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 341).

Nessa passagem, nos chama atenção o fato de o cronista expressar a influência de Berenguela na educação de Fernando III, já rei de Castela. A rainha orientava o monarca a manter um governo de paz e prosperidade aos moldes de seu avô, Alfonso VIII. Sendo assim, ainda que em seu reinado tenha ocorrido uma série de inovações e progressos desde a política até a cultura, seu governo é apresentado por Jiménez de Rada como uma espécie de continuidade, sendo as suas próprias ideias uma “frutificação das de sua mãe e de seu avô” (GONZÁLEZ, 1980, p. 75).

Por essa razão, Fernando é considerado por Martínez Díez (1993) como um

[...] verdadeiro reflexo de uma época repleta de energia e dinamismo. Foi herdeiro de dois grandes monarcas, muito diferentes, é verdade: seu avô Alfonso VIII, vencedor de Las Navas, e seu pai Alfonso IX de León. Do ponto de vista pessoal, Fernando deve muito à mãe, Dona Berenguela, em cuja sombra cresceu e cujos conselhos inspirou¹⁹⁷ [...] (MARTÍNEZ DÍEZ, 1993, p. 7).

¹⁹⁶ No original: “[...] el rey Fernando se hizo con el reino en paz y tranquilidad, siendo la inspiradora de todo la noble reina, que educó a su hijo con tanto esmero que {este} llevó con paz y moderación las riendas del reino y de la patria hasta el año vigesimoquinto de su reinado, siguiendo la pauta de su abuelo el noble Alfonso” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 341).

¹⁹⁷ “[...] fiel reflejo de una época plétórica de energías y de dinamismo. Fue heredero de dos grandes monarcas, muy diferentes, es cierto: su abuelo Alfonso VIII, el vencedor de Las Navas, y su padre Alfonso IX de León. Desde el punto de vista personal, Fernando debe mucho a su

Berenguela foi a estrutura principal da educação e da formação de Fernando III. Acerca desse tema, encontramos uma breve passagem de outro cronista real, do século XVII, Don Alonso Nuñez de Castro (1627-1695). Em sua obra *Vida de San Fernando el tercer rey de Castilla y León, ley viva de principes perfectos*, escrita em 1673¹⁹⁸, apresenta, uma vez mais, as influências de Berenguela sobre a educação e formação de seu filho. O cronista afirma que

Em sua juventude (a quem San Enodio discretamente chamou de naufrágio das idades) a mais prudente rainha dona Berenguela tentou ocupá-lo, sem interromper o estudo das línguas, das histórias, dos exercícios que tornam um cavaleiro plausível, e mais a um príncipe, no manejo de armas e cavalos; que, encontrando todas as portas fechadas para o ócio, a malícia não encontrou caminho para o seu coração, nem entrada, nem mesmo o conhecimento dos prazeres [...] ¹⁹⁹ (NUÑEZ DE CASTRO, 1673, p. 6).

Alonso Nuñez de Castro escreve que Berenguela se preocupou em fornecer a seu filho não apenas o estudo das línguas, como analisamos anteriormente, mas também a educação de um cavaleiro. Pouco antes de Don Alonso Nuñez de Castro, outro afamado biógrafo de santos, Pedro Ribadeneira (1526-1611), fez uma comparação da educação dada por Berenguela a Fernando III com a que a sua irmã Blanca, a rainha da França, deu a seu próprio filho, Luís:

Criou a rainha dona Berenguela em seus os seios a seu filho Fernando como a sua irmã dona Blanca fez com São Luís, irmãs verdadeiramente dignas de elogios especiais, que criaram em seus seios reis santos [...] Parece que a criança mamou com o

madre, doña Berenguela, a cuya sombra se crio y cuyo consejo inspiró [...]” (MARTINEZ DIEZ, 1993, p. 7).

¹⁹⁸ Don Alonso Nuñez de Castro, em sua obra **Vida de San Fernando el tercer rey de Castilla y León, ley viva de principes perfectos** (1673). Disponível em: http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/imagen.cmd?path=10072150&posicion=1®istrardownload=1. Também utilizamos para consulta uma versão de 1787, disponibilizada pela Biblioteca Digital de Castela e Leão no link http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10067416.

¹⁹⁹ No original: “En la juventud (á quien llamó discretamente San Enodio el naufragio de las edades) procuró la prudentísima Reyna Doña Berenguela ocuparle, tan sin intermisión en el estudio de las lenguas, de las historias, en los ejercicios, que hacen plausible á un Caballero , y mas á un Príncipe, en el manejo de las armas y los caballos; que hallando cerradas todas las puertas el ocio, no halló paso á su corazón la malicia, ni entrada, ni aun conocimiento los deleytes [...]” (NUÑEZ DE CASTRO, 1787, p. 14).

leite as virtudes da sua santa mãe: e ela, tendo o uso da razão, o criou no temor de Deus e nos bons costumes, e deu-lhe professores que ensinassem as letras e artes que convêm a um príncipe²⁰⁰ (RIBADANEIRA apud ANSÓN, 1998, p. 43).

Ao considerarmos que as duas citações anteriores remontam ao século XVII e que suas escritas foram feitas por membros da corte espanhola e da própria Igreja, não podemos descartar a existência de certa intencionalidade na fala dos autores, tendo em vista que o rei foi canonizado em 1671. Entretanto, à parte dessas intencionalidades, o que podemos extrair desses relatos é a tradição de indicar a participação de Berenguela na vida de seu filho de forma a demonstrar uma mulher forte, inteligente e corresponsável pelo sucesso do reinado de Fernando III.

Outro dado relevante sobre a educação de Fernando III é a provável permanência do monarca em um monastério cisterciense. Quem nos apresenta essa ideia é P. Retana, para quem o infante teria tido acesso a um novo tipo de educação, pois

Parece que para sua educação e instrução seu pai o colocou com os monges do Cister, em Valparaíso, onde os homens talentosos o imbuíram de piedade e o infundiram com sólidos conhecimentos jurídicos e elevados princípios de governo, que mais tarde guiaram sua vida muito ativa. [...] Cluny foi o centro de onde vieram os princípios que agitaram a Europa na Idade Média [...] ²⁰¹ (RETANA apud ANSÓN, 1998, p. 47- 48).

A Ordem de Cister²⁰², a qual Fernando teria sido entregue para ser educado nas leis e nos princípios de governo, desempenhou papel fundamental

²⁰⁰ No original: “Crio la reina doña Berenguela a los pechos a su hijo Fernando como doña Blanca su hermana a san Luis, hermanas verdaderamente dignas de especial alabanza, que criaron a sus pechos reyes santos [...] Parece que mamó el niño con la leche las virtudes de su santa madre: y ella, en teniendo uso de razón, le crió en temor de Dios y buenas costumbres, y le dio maestros que le enseñasen las letras y artes que convienen a un príncipe” (RIBADANEIRA apud ANSÓN, 1998, p. 43).

²⁰¹ No original: “Parece ser que para su educación e instrucción le puso su padre con los monjes de Cister, en Valparaíso, donde aventajados varones le imbuyeron la piedad y le infundieron los sólidos conocimientos jurídicos y los altos principios de gobierno, que guiaron después su activísima vida. [...] Cluny fue el centro de donde salieron los principios que removieron a Europa en la Edad Media [...]” (RETANA apud ANSÓN, 1998, pp. 47- 48).

²⁰² A Ordem do Cister foi fundada em 1098 na região da Borgonha, na França. São conhecidos como os monges brancos e podem ser considerados beneditinos reformados. Seu fundador foi Roberto de Champagne, juntamente com alguns outros irmãos que abandonaram a Ordem de Cluny. Seus religiosos buscavam uma vida mais ascética, um afastamento do mundo com alto

no reino de Castela e Leão, tendo em vista a dedicação que os monarcas tiveram para com tal Ordem monástica. Tal relação remonta ao governo de Alfonso VII, o Imperador (1136-1157), que teria sido um dos primeiros reis a transferir, de certo modo, sua atenção da ordem beneditina para a de Cister. Posteriormente, essa conexão se fortaleceu no governo de Alfonso VIII de Castela, que fundou, em 1169, o monastério de *Las Huelgas*²⁰³, na cidade de Burgos. Esse local tornou-se o Panteão Real, onde foram enterrados diversos membros da coroa como Alfonso VIII, Berenguela, Henrique I e Leonor da Inglaterra, além de ser o local em que Fernando III armou-se como cavaleiro (VALDÉS FERNÁNDEZ, 2003, p. 241).

rigor litúrgico. A Ordem do Cister já foi considerada uma crítica ao relaxamento institucional da Ordem de Cluny. Todavia, para García-Guijarro Ramos (1995), é um erro considerar a Cister como uma resposta à degeneração de Cluny. A Cister teria surgido como uma nova interpretação da Regra Beneditina, com foco maior à dedicação monástica, que devido à reforma romana, nos séculos X e XI, buscava uma vida ascética e participação ativa na sociedade (GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, 1995, pp. 68-69).

²⁰³ O monastério de *Las Huelgas*, em Burgos, mostrou-se, também, como uma complexa unidade de colonização agropecuária (VALDÉS FERNÁNDEZ, 2003, p. 242). De acordo com Jérôme Baschet (2006), os monastérios foram utilizados, principalmente na Alta Idade Média, como uma forma de a Igreja combater o paganismo e “finçar os pés nos campos” (BASCHET, 2006, p. 66). Conforme García-Guijarro Ramos (1995), a Ordem de Cister foi uma resposta às necessidades de uma sociedade feudal em expansão. Ficavam situadas em lugares remotos, acompanhando o aumento demográfico nesses locais distantes. A capacidade de organização dessa Ordem ajudou, inclusive, a desenvolver as atividades agropecuárias das regiões em que se instalavam (GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, 1995, pp. 68 e 69). Para Sánchez Jiménez (2001), *Las Huelgas* foi construída por Alfonso VIII para ser o panteão real de Castela; para isso, seguiu o modelo do panteão real do reino de Leão, San Isidoro de Leão. O monarca pretendia utilizar *Las Huelgas* como um de seus instrumentos de consolidação do poder real. Com o passar dos anos, o local virou um centro de propaganda dos reis de Castela. Ali muitos reis foram armados cavaleiros, a começar por Fernando III, pela autoridade divina (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 49). Resulta dessa importância a imponência do monastério de *Las Huelgas*.

FIGURA 3

Figura 3. Mosteiro de Santa María la Real de Las Huelgas. Por Lourdes Cardenal - Obra do próprio, CC BY-SA 3.0. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=2939362>

FIGURA 4

Figura 4. Mosteiro de Santa María la Real de Las Huelgas.
Fonte: <https://burgospedia1.wordpress.com/2010/09/01/monasterio-de-las-huelgas-reales/>

A hipótese de Fernando III ser educado pelos cistercienses é plausível se levarmos em consideração que os mosteiros eram grandes centros de saber. Esses locais preservaram saberes da Antiguidade e, inclusive, incentivaram a inovação. Um segundo elemento que colabora para a tese de que o monarca fora educado pela Ordem Cisterciense está no fato de que Fernando III, já como governante de Castela e Leão, em 1232, mandou construir, com seus próprios recursos, um novo mosteiro para a Ordem na cidade de Valparaíso, local onde possivelmente teria realizado os seus estudos no antigo mosteiro²⁰⁴ (RETANA *apud* ANSÓN, 1998, p. 47- 48).

Embora haja carência de informações relativas à educação de Fernando III, a partir da discussão anterior podemos concluir alguns aspectos sobre a sua criação, são eles: a infância na região da Galícia e, portanto, o domínio da língua galega; a influência de Berenguela em sua educação religiosa, cultural e política; e a sua formação pela ordem cisterciense. Tais aspectos foram determinantes na maneira como o monarca representava a sociedade em que vivia e, conseqüentemente, no modo com que se utilizou dos aspectos culturais para governar.

3.2 A cultura como “bens” e “ferramentas” no reinado de Fernando III

Nossa análise teórica referente à cultura como um instrumento de legitimação do poder é fundamentada na teoria desenvolvida pelo sociólogo e linguista israelita Itamar Even-Zohar²⁰⁵. Sua abordagem teórica da cultura

²⁰⁴ Esse mosteiro, denominado *Nuestra Señora de Valparaíso*, foi construído em 1137 e renovado por Fernando III; no entanto, acabou abandonado e espoliado em 1835. A atenção e zelo de Fernando III pela Ordem do Cister podem ser confirmados pela quantidade de benefícios concedidos à Ordem e a seus mosteiros quando analisamos os diplomas de seu governo. Entre os diplomas que citam essas concessões citamos os de número 47, 61, 82, 84, 87, 93, 101, 118, 120, 143, 171, 173, 193, 221, 247 e 694. Os diplomas de seu reinado são encontrados na monumental obra de GONZÁLEZ, Julio. **Reinado y diplomas de Fernando III**. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986. 3 Volumes.

²⁰⁵ Itamar Even-Zohar é professor da Universidade de Tel Aviv. Atua como sociólogo, linguista, crítico e pesquisador da cultura. Ficou famoso por ser um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da *Teoria dos Polissistemas* como um método de análise da cultura, que acabou por inovar os estudos nessa área. Um levantamento completo de suas publicações pode ser acessado por meio do link: https://www.tau.ac.il/~itamarez/ez_vita/ez-publications.htm. Neste capítulo, utilizamos suas premissas teóricas para analisarmos a cultura de duas maneiras distintas, como “bens” e como “ferramentas”. Para isso, nos baseamos em três artigos principais: EVEN-ZOHAR, Itamar. Culture repertoire and the wealth of collective entities. **Under construction**: Links for the site of literary theory. Essays in honour of Hendrik Van Gorp, 2000,

também foi utilizada por Antonio Sánchez Jiménez em sua tese: “*La literatura en la corte de Alfonso VIII de Castilla*” (2001). Nela, o historiador adota a concepção de literatura como “bens” e “ferramentas”²⁰⁶.

Escolhemos essa teoria de Even-Zohar pois, a nosso ver, suas concepções teóricas atinentes à cultura se harmonizam muito bem com as que verificamos da Nova História Cultural e que utilizamos nesta tese. Suas ideias nos ajudam a diferenciar como a cultura foi utilizada por Fernando III de forma ativa ou passiva em seu processo de legitimação do poder.

Conforme o seu artigo “*Culture repertoire and the wealth of collective entities*” (2000), a cultura pode ser dividida em dois conceitos principais, como “bens” e “ferramentas”. Para definir tais conceitos, ninguém melhor do que seu próprio autor. Assim, segundo Itamar Even-Zohar (2000), na concepção como um “bem”

[...] a cultura é considerada um conjunto e estoque de bens avaliáveis, cuja posse significa riqueza, status elevado e prestígio. O possuidor de tal conjunto de bens pode usá-lo para uma variedade de propósitos, todos talvez obedecendo ao simples princípio de ganhar poder exibindo riquezas. Este é, portanto, um procedimento (uma estratégia) que pode ser adotado tanto por um indivíduo quanto por um coletivo organizado de indivíduos, ou seja, uma entidade social.²⁰⁷ (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 389).

pp. 389-403; La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa. Avances en **Teoría de la literatura**: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas, 1994, p. 357-377; La literatura como bienes y como herramientas. **Sin fronteras**: ensayos de literatura comparada en homenaje a Claudio Guillén. Madrid: Castalia, 1999, pp. 27-36.

²⁰⁶ A teoria de Itamar Even-Zohar possui grande aceitação entre os estudiosos da linguagem e da literatura comparada, que utilizam suas ideias para compreender a relação entre literatura e história, assim como seu espaço social. Como exemplo, citamos os trabalhos JIMÉNEZ, Antonio Sánchez. **La literatura de la corte de Alfonso VIII de Castilla**. 2001. Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca; GUTIÉRREZ GARCÍA, Santiago. "Galician Portuguese Medieval Poetry and the Iberian Interliterary System". **CLCWeb**: Comparative Literature and Culture. 13.5, 2011; LLUCH, Mónica Castillo; IZQUIERDO, Marta López. **Modelos latinos en la Castilla medieval**. Vervuert Verlagsgesellschaft, 2010; RÍOS-FONT, Wadda C. Literary history and canon formation. **The Cambridge History of Spanish Literature**, 2004, pp. 15-35.

²⁰⁷ No original: “[...] culture is considered as a set and stock of evaluable goods, the possession of which signifies wealth, high status, and prestige. The possessor of such a set of goods can use it for a variety of purposes, which all perhaps obey the simple principle of gaining goods power by displaying riches. This is therefore a procedure (a strategy) which can be adopted by an individual as well as by an organized collective of individuals, namely a social entity” (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 389).

Nessa concepção, os elementos culturais como “bens” devem ser analisados como de valor. Entre esses itens podem ser incluídos as ideias, objetos, atividades etc. Geralmente são tidos como propriedades e podem ser palpáveis ou impalpáveis, materiais e semióticas. Contudo, o que devemos frisar é que esses elementos de “bens” não são igualmente obtidos pela sociedade. De fato, tais bens culturais são privilégios para aqueles que o podem possuir ou realizar e, além disso, definem o valor daqueles que o possuem. Para um governante, tais bens podem ser parte do que Itamar Even Zohar denomina “[...] **indispensabilia de poder**”. Ao longo da história, os governantes propagaram a ideia de sua superioridade, distinguindo-se do resto da sociedade ou de governantes “inferiores”, por assim dizer.”²⁰⁸ (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 391, grifo nosso). Desse modo, a cultura como “bens” deve ser entendida como elementos que propiciam poder e distinção social para aqueles que o possuem.

A segunda forma de compreendermos a cultura, de acordo com Itamar Even-Zohar, é vê-la como “ferramentas”. Em suas palavras:

[...] a cultura é considerada um conjunto de ferramentas operativas de organização da vida, tanto no plano coletivo como no individual. As 'ferramentas' são basicamente de dois tipos [...] Ferramentas “passivas” são procedimentos com a ajuda dos quais a “realidade” é analisada, explicada e compreendida para e por humanos. [...] Ferramentas ativas são procedimentos com os quais um indivíduo e uma entidade coletiva podem lidar com qualquer situação encontrada, bem como produzir tal situação. [...] Este aspecto, ao contrário do das ferramentas passivas, está, portanto, principalmente relacionado com noções de “ação”, em vez de “compreensão”. Evidentemente, “compreensão” é indispensável para “agir”, mas o ponto principal aqui é a tomada de decisões ativas e desempenho, ao invés de “dar sentido” a determinadas situações²⁰⁹ (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 392-393).

²⁰⁸ No original: “[...] *indispensabilia of power*. Along history, rulers propagated the idea of their superiority, distinguishing themselves from the rest of society, or from ‘lesser’ rulers, as it were” (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 391).

²⁰⁹ No original: “[...] considered as a set of operating tools for the organization of life, both on the collective and individual levels. The ‘tools’ are basically of two types [...] ‘Passive’ tools are procedures with the help of which ‘reality’ is analyzed, explained, and made sense of for and by humans. [...] Active tools are procedures with the help of which both an individual and a collective entity may handle any situation encountered, as well as produced any such situation. [...] This aspect, unlike that of the passive tools, is therefore mostly linked with notions of ‘acting’ rather than with ‘understanding’. Evidently, ‘understanding’ is indispensable for ‘acting’, but the main point here is the making of active decisions and performing, rather than ‘make sense’ of given situations” (EVEN-ZOHAR, 2000, pp. 392 e 393).

Essa concepção de cultura como ferramentas ativas e passivas nos remete à discussão que realizamos no primeiro capítulo desta tese. Quando analisamos os conceitos de representação e ideologia, conseguimos estabelecer uma ligação muito clara com a teoria apresentada por Itamar Even-Zohar. Vimos, nos tópicos 1.3.1 e 1.3.3, que as representações e ideologias podem ser utilizadas de forma “passiva” para compreender a sociedade em que vivemos, assim como, de forma “ativa”, para agir e mudar o seu contexto de acordo com suas intencionalidades.

Diante dessa maneira de analisar a cultura, indagamos: quais os elementos culturais desenvolvidos por Fernando III que lhe trouxeram a legitimidade de uma forma passiva (bens)? E quais foram utilizados de forma ativa para se estabilizar e se perpetuar no poder (ferramentas)? São esses aspectos culturais que analisamos nos tópicos seguintes.

3.2.1 A cultura como “bens” no reinado de Fernando III

O desenvolvimento da cultura como “bens”, por um governante, surge da necessidade de demonstrar seu poder e de conseguir prestígio. Tendo em vista que essa é uma atividade de reconhecimento social, tanto dentro de seu reino quanto fora dele, não são quaisquer elementos que proporcionam tais resultados. Esses “bens” estão conectados às demandas de seu próprio contexto. Nesse sentido, para conseguir reconhecimento seria necessário implementar algumas novidades e/ou, em outras situações, renovar medidas criadas por seus antecessores.

Por conseguinte, diante da complexidade do contexto de Fernando III, selecionamos dois elementos culturais que de acordo com a teoria de Even-Zohar podem ser considerados como “bens”. Primeiro, a confirmação das universidades e dos centros de saber criados por seu pai, em Leão, e por seu avô, em Castela, e a sua utilização como *status* e poder. Segundo, o patrocínio da escrita de obras literárias e de artistas, músicos, poetas e compositores.

No que tange à utilização das universidades como bens, podemos afirmar que estava relacionada ao seu contexto histórico. As décadas que antecederam o governo de Fernando III foram de grande apreço pelo conhecimento, haja vista

as novas demandas da Igreja com o III Concílio de Latrão, em 1179. Conforme o próprio Júlio González (1980, p. 15): “Desde o século XII estava enraizada a ideia de fomentar a cultura como um meio de progresso intelectual e moral”. Para Alan David Deyermond (2003, p. 103), a expansão da educação foi um dos fatores mais importantes do renascimento do século XII. Portanto, o apego pelo desenvolvimento do saber já estava presente nos governos anteriores de Castela e Leão.

Com o crescimento das cidades e a insuficiência dos monastérios existentes em Castela e Leão, surgiu uma necessidade por novos centros de ensino. Esses foram criados juntamente às catedrais, em cidades como Compostela, Burgos, Valladolid e o famoso *Studium Generale* da cidade de Palência²¹⁰. Seu principal objetivo era ensinar gramática aos clérigos e às demais pessoas das cidades ou do bispado (GONZÁLEZ, 1980, p. 16). Adeline Rucquoi (1998) assevera que o ensino de gramática almejado na Península Ibérica do século XII estava direcionado à moralidade, conduzindo aos estudos da disciplina de direito, que seria a “rainha” das matérias ensinadas no *Studium Generale* de Palência (RUCQUOI, 1998, p. 11).

Esse centro de estudo, desde a segunda metade do século XII, por volta de 1178-1180, recebeu o patrocínio e a proteção de Alfonso VIII e de sua esposa Leonor da Inglaterra, que mandaram trazer professores e juristas diretamente da Itália e França (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 75). O apreço de Alfonso VIII por tal centro de saber faria com que reconhecesse ali, oficialmente, a Universidade²¹¹ de Palência, a primeira da Península Ibérica e uma das primeiras da Europa. Nesse mesmo período, estavam surgindo os primeiros centros de ensino superior como Bolonha, em 1088; Oxford, 1096; Paris, em

²¹⁰ De acordo com Joseph Laurentie, os primeiros colégios de Palência remontam ao ano de 1030, no reinado de Sancho, o Grande (LAURENTIE, 1910, p. 29). Para mais informações acerca da fundação e desenvolvimento dessa universidade, consultar a obra SAN MARTÍN, Jesús. **La antigua universidad de Palencia**. Madrid: Afrodísio Aguado, 1942.

²¹¹ O termo universidade foi utilizado na Península Ibérica somente a partir da segunda metade do século XIII, com Alfonso X. Antes disso, tanto a universidade de Palencia quanto a de Salamanca, que analisamos a seguir, recebiam o nome de *Studium Generale*. Para Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bezares (1991), “el término «universidad» con la significación que hoy se le otorga no aparece en los documentos salmantinos hasta el s. XV, y que durante el XIII esta palabra poseía una significación corporativa. Es, por lo tanto, el título de «Estudio General» el que manifiesta la diversidad de sus enseñanzas, su característica no privada (abierto a todos) y la validez de sus graduaciones” (RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, 1991, p. 10).

1150; Modena, em 1175; e no século XIII, Cambridge, em 1208²¹². Essa última instituição tornou-se centro de estudos jurídicos da mesma forma que Bolonha, uma vez que muitos de seus professores foram trazidos dessa universidade; prova disso são os vestígios das lições de Ugolino de Sesso (DIVAR GARTEIZAURRECOA, 2008, p. 189 e 190).

O cronista do século XIII, Jiménez de Rada, versa sobre a criação dessa universidade, narrando os acontecimentos após a vitória de Alfonso VIII na batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212. O bispo de Toledo escreve que

[...] Para que o buquê de suas obras de caridade, que recaíram sobre ele pela obra do Espírito Santo, não faltasse nenhuma flor, ele fez buscar aos sábios da Gália e da Itália para que o culto do saber nunca faltasse em seu reino, e reuniu em Palencia aos professores de todas as disciplinas, aos quais concedeu ampla remuneração para que o conhecimento de qualquer assunto corresse como maná na boca de todos que desejassem aprender. E embora esses estudos tenham sofrido alguma interrupção, eles ainda subsistem pela graça de Deus²¹³ (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 304).

Jiménez de Rada menciona a busca por professores na França e na Itália como parte das obras de caridade de Alfonso VIII, assinalando que o monarca providenciou para que o “culto do saber” nunca faltasse em seu reino. Patrocinar e possuir um centro de estudos superiores em Palência foram uma estratégia de utilizar a cultura como “bens”. Alfonso VIII, “para não faltar flor alguma” precisava desenvolver os centros de saber diante do dinâmico e inovador contexto dos séculos XII e XIII. O monarca buscava o prestígio das universidades para igualar-

²¹² Para maior aprofundamento sobre as universidades medievais, recomendamos a monumental e clássica obra RASHDALL, Hastings. **The universities of Europe in the Middle Ages**. Oxford: Clarendon Press, 1895. 3 vols. Nela, o autor investiga o surgimento e as principais características das universidades que surgiram ao longo da Idade Média, assim como apresenta os principais documentos que podem ser utilizados para o estudo do tema. A respeito das universidades espanholas, consultar AJO, Cándido María; ZÚÑIGA, Sáinz de. **Historia de las universidades hispánicas: orígenes y desarrollo desde su aparición hasta nuestros días**. Impr., Lit., Ed. La Normal, 1979. Adeline Rucquoi faz um panorama geral da educação na Península Ibérica em seu artigo: RUCQUOI, Adeline. *Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale*. In: **Histoire de l'éducation**, n° 69, 1996, pp. 3-36.

²¹³ No original: “Y para que el ramillete de sus obras de caridad, que recayeron sobre él por obra del Espíritu Santo, no careciera de flor alguna, hizo buscar a los sabios de las Galias e Italia para que el culto del saber nunca faltara en su reino, y reunió en Palencia a los maestros de todas las materias, a los que concedió amplias remuneraciones para que el saber de cualquier materia fluyera como el maná en la boca de todo el que deseara aprender. Y aunque estos estudios sufrieron alguna interrupción, sin embargo aún subsisten por la gracia de Dios” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 304).

se a outras potências europeias que já o estavam realizando há algumas décadas.

Além dessa “competição” externa, existia outro agravante na situação de Alfonso VIII. Como rei de Castela, havia uma rivalidade muito grande com o reino de Leão, porque esse último era considerado herdeiro da condição imperial dos visigodos, uma *primazia*, eis que era o reino mais antigo e tradicional. Já Castela surgira de um condado vassalo ao reino de Leão (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 45). Desenvolver os “bens” culturais²¹⁴ foi uma das maneiras encontradas pelo monarca para mostrar a grandeza e superioridade do reino de Castela, utilizada como propaganda de seu poder, como podemos analisar na passagem de Jiménez de Rada anteriormente apresentada.

Um argumento que corrobora a importância do desenvolvimento das universidades e dos centros de saber como um “bem cultural” de legitimação e poder é o fato que, quando Alfonso VIII morreu, Palência perdeu a sua proteção real, e Alfonso IX, em 1218, apressou-se para mover o *Studium Generale* a Leão, transformando-o na Universidade de Salamanca²¹⁵. A pressa do rei de Leão em transferir tal instituição ao seu reino demonstra a sua importância para o contexto do século XIII. Segundo Hastings Rashdall (1895), assim como Palência, Salamanca foi essencialmente uma criação real. Nesse sentido, ficaram “sozinhas” até a metade do século XIV (RASHDALL, 1895, p. 69). Salamanca foi uma universidade voltada principalmente ao direito, a partir do modelo de Bolonha, em contraposição à preferência pelas artes e teologia que caracterizaram as universidades de Paris e Oxford²¹⁶ (RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, 1991, p. 10).

²¹⁴ Uma análise mais aprofundada nos demonstra que, além da Universidade de Palência servir como uma cultura de “bens” que trazem legitimidade e prestígio, podemos perceber que também pode ter sido utilizada como uma “ferramenta”, pois como explica António Sanchez Jimenez (2001): “me parece que también se podrían entender que ciertos propósitos de fortalecimiento de la autoridad real fueron una de las motivaciones que llevaron a Alfonso VIII a pagar a maestros extranjeros para fundar la Universidad de Palencia, ya a comienzos del siglo XIII. En efecto, Alfonso VIII pudo pensar que Palencia le sería al rey de Castilla lo que Bolonia, centro de difusión del derecho romano, le era al Emperador del Sacro Imperio Romano. En cualquier caso, una universidad castellana sería enormemente útil a la hora de producir burócratas que pudieran trabajar en la creciente cancillería real” (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 48).

²¹⁵ Atualmente, é considerada a universidade mais antiga da Península Ibérica das que continuam em funcionamento.

²¹⁶ Para o aprofundamento nos estudos relativos às universidades medievais, indicamos as seguintes obras: VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Editora da

Ao seguir as influências de seus antecessores, Fernando III também se dedicou a estabelecer esses centros de saber em seu reino como um “bem” cultural. Podemos afirmar que a corte²¹⁷ do rei santo foi fortemente influenciada pelas tradições apresentadas e seguidas pelos governos de Alfonso VIII e de Alfonso IX²¹⁸. Lembramos que o resgate e manutenção das tradições dos reinos anteriores eram fatores de legitimação de poder.

Antes de unificar os reinos, em 1230, Fernando III e um dos fundadores da Universidade de Palência, o bispo dessa mesma cidade, Don Tello Téllez de Menezes, ordenaram a reforma desse estúdio fundado por Alfonso VIII, permitindo que, para isso, essa instituição utilizasse um quarto dos impostos das *tercias de fábrica* dessa diocese para pagar os professores durante cinco anos. Inclusive, teria “implorado” a ajuda do papa Honório III²¹⁹ (SAN MARTÍN, 1942, p. 29-31).

Posteriormente, ao unificar os reinos de Castela e Leão, Fernando III também apresentou sua intenção de proteger e cuidar da universidade criada por seu pai em Salamanca. De acordo com Hastings Rashdall, a primeira fundação dessa universidade por Alfonso IX fracassou. Foi preciso esperar Fernando III para realmente prosperar (RASHDALL, 1895, pp. 69-70). A relação

Universidade de São Paulo, 1990; CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1996; HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Balneário Camboriú: Livraria Danúbio Editora, 2015; JANOTTI, Aldo. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. São Paulo: Edusp, 1992.

²¹⁷ Importante definirmos que, assim como outros reis medievais Fernando III possuía uma corte itinerante; sendo assim, a corte é o lugar onde estão o monarca e seus órgãos de administração (SALVADOR MIGUEL, 2000, p. 685).

²¹⁸ O filho primogênito de Fernando III, Alfonso X, assim como seu pai e avôs, também foi responsável pela criação dos chamados Centros de Saber ou *Studium Generalis*. De acordo com Jaime Estevão dos Reis (2012), uma das primeiras manifestações culturais de Alfonso X foi, justamente, a revitalização da Escola de Tradutores de Toledo. Foi um local de grande produção intelectual da Baixa idade Média, tendo em vista a pluralidade de idiomas e culturas trabalhadas ali. Em seu governo, outras cidades que haviam sido conquistadas por Fernando III transformaram-se em Centros de Saber, tais como Sevilha. Sua preocupação para com essas instituições era tão zelosa que o próprio monarca circulava por esses centros para vistoriar o trabalho realizado. O investimento e cuidado a esses centros seria justificado por sua utilização para a construção de códices que colaborassem na unificação jurídica dos reinos de Castela e Leão, um dos principais objetivos políticos de Alfonso X (REIS, 2012, pp. 113-120).

²¹⁹ Em 1228, o Concílio de Valladolid chegou a restaurar o *Studium Generale* de Palência, porém mesmo com os esforços de Fernando III para reformar essa instituição, após alguns anos de sua morte, a concorrência e a competência das universidades de Salamanca e da recém-surgida Valladolid, muito próxima a Palência, levaram a sua derrocada na década de 1260 (GONZÁLEZ, 1980, p. 18; DIVAR GARTEIZAUURECOA, 2008, p. 191).

do monarca com essa universidade fica ainda mais clara do que com os cuidados direcionados ao centro de saber de Palência, pois encontramos em seus diplomas ordens expressas de proteção e cuidado por tal instituição²²⁰.

No diploma expedido no dia 06 de abril de 1243, Figuras 2 e 3, na cidade de Valladolid, consta que

Connoscida cosa sea a todos quantos esta carta uieren como yo don Fernando, por la gracia de Dios rey de Castiella et Toledo, de León et de Gallizia et de Córdoua, **porque entiendo que es pro de myo regno et de mi tierra**, otorgo et mando que aya escuelas en Salamanca; et mando que todos aquellos que hy quisieren uenir a leer que uenga seguramientre; et yo recibo en mi comienda et en mio defendimiento a los maestros et los escolares que hy uinieren, et a soso mes et sus cosas, quantas que hy troxieren. Et quiero et mando que aquellas costumbres et aquellos fueros que ouieron los escolares en Salamanca en tiempo de myo padre quando estableció hy las escuelas, tan bien en casas como en las otras cosas, que esas costumbres et esos fueros ayan; et ninguno que les **fiziesse tuerto nin fuerça nin demás a ellos nin a soso mes nin a sus cosas aurie mi ira**, e pechar mye en coto mil morabetinos, et a ellos el danno duplado [...] ²²¹ (GONZÁLEZ, 1986, p. 262, grifo nosso).

No dia 12 de março de 1252, o monarca expediu um segundo diploma a favor da Universidade de Salamanca:

Connoscida cosa sea a todos quantos esta carta uieren como yo don Fernando, por la gracia de Dios rey de Castiella, de Toledo, de León, de Gallizia, de Seuilla, de Córdoua, de Murcia, et de

²²⁰ Jesús de San Martín (1942) apresenta um debate historiográfico acerca de um possível favoritismo do monarca pela universidade fundada por seu pai em Salamanca. Isso ficaria explícito pelos diplomas emitidos pelo rei, colocando essa universidade e seus alunos sob a sua proteção. No entanto, esse debate mostra-se complexo e infrutífero, pois fica expresso na bula expedida por Honório III em Latrão, no dia 20 de outubro de 1220, o pedido pessoal de ajuda de Fernando III e Don Tello em favor da Universidade Palentina. Essa bula pode ser encontrada no Anexo I do livro de SAN MARTÍN, Jesús. **La antigua universidad de Palencia**. Madrid: Afrodísio Aguado, 1942, pp. 77 e 78.

²²¹ No original: “Connoscida cosa sea a todos quantos esta carta uieren como yo don Fernando, por la gracia de Dios rey de Castiella et Toledo, de León et de Gallizia et de Córdoua, porque entiendo que es pro de myo regno et de mi tierra, otorgo et mando que aya escuelas en Salamanca; et mando que todos aquellos que hy quisieren uenir a leer que uenga seguramientre; et yo recibo en mi comienda et en mio defendimiento a los maestros et los escolares que hy uinieren, et a soso mes et sus cosas, quantas que hy troxieren. Et quiero et mando que aquellas costumbres et aquellos fueros que ouieron los escolares en Salamanca en tiempo de myo padre quando estableció hy las escuelas, tan bien en casas como en las otras cosas, que esas costumbres et esos fueros ayan; et ninguno que les fiziesse tuerto nin fuerça nin demás a ellos nin a soso mes nin a sus cosas aurie mi ira, e pechar mye en coto mil morabetinos, et a ellos el danno duplado [...]” (GONZÁLEZ, 1986, p. 262).

Jahen, otorgo que los escolares que estudiaren en Salamanca que non den portadgo por quantas cosas aduxieren para sí mismos, ellos o soso mes por ellos, nin de ida nin de uenida. **Et otrosí, otorgo et mando que uengan et uayan seguros por todas las partes de mio regno con todas sus cosas**, e que non sacando cosas uedadas de mio regno **que ninguno non sea osado de enbargalos nin de facerles mal nenguno nin de pendrarlos, si no fuere por su debda propia o por fiadura que ellos mismos ayan fecha, ca quiquier que lo fiziesse auríe mi ira** e pecharmíe en coto cient maravedís, et a ellos o a qui su uoz touiesse todo el danno duplado²²² (GONZÁLEZ, 1986, p. 421, grifo nosso).

Em ambos os documentos, é demonstrado o zelo do monarca pela segurança dos professores e alunos da Universidade de Salamanca, outorgando medidas para garantir a segurança e a vinda de novos estudantes para o seu reino. Chama a atenção a frase “*porque entiendo que es pro de myo regno et de mi tierra*/porque entendo que é em favor do meu reino e de minha terra”. Fica evidente que o desenvolvimento dessa instituição é de vontade e proveito para o monarca. De acordo com Adeline Rucquoi (1993), Fernando III protegeu e financiou, além das universidades de Palência e de Salamanca, as escolas catedralícias de Santiago, Pamplona, Toledo, Leão, Burgos de Osma, assim como a famosa Escola de Tradutores de Toledo. Fato marcante foi a tradução da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, por Herman, o Alemão, obra que influenciaria determinadamente a teologia cristã na Baixa Idade Média (RUCQUOI, 1993, p. 18).

²²² No original: “Connoscida cosa sea a todos quantos esta carta uieren como yo don Fernando, por la gracia de Dios rey de Castiella, de Toledo, de León, de Gallizia, de Seuilla, de Córdoua, de Murcia, et de Jahen, otorgo que los escolares que estudiaren en Salamanca que non den portadgo por quantas cosas aduxieren para sí mismos, ellos o soso mes por ellos, nin de ida nin de uenida. Et otrosí, otorgo et mando que uengan et uayan seguros por todas las partes de mio regno con todas sus cosas, e que non sacando cosas uedadas de mio regno que ninguno non sea osado de enbargalos nin de facerles mal nenguno nin de pendrarlos, si no fuere por su debda propia o por fiadura que ellos mismos ayan fecha, ca quiquier que lo fiziesse auríe mi ira e pecharmíe en coto cient maravedís, et a ellos o a qui su uoz touiesse todo el danno duplado” (GONZÁLEZ, 1986, p. 421).

Figura 5

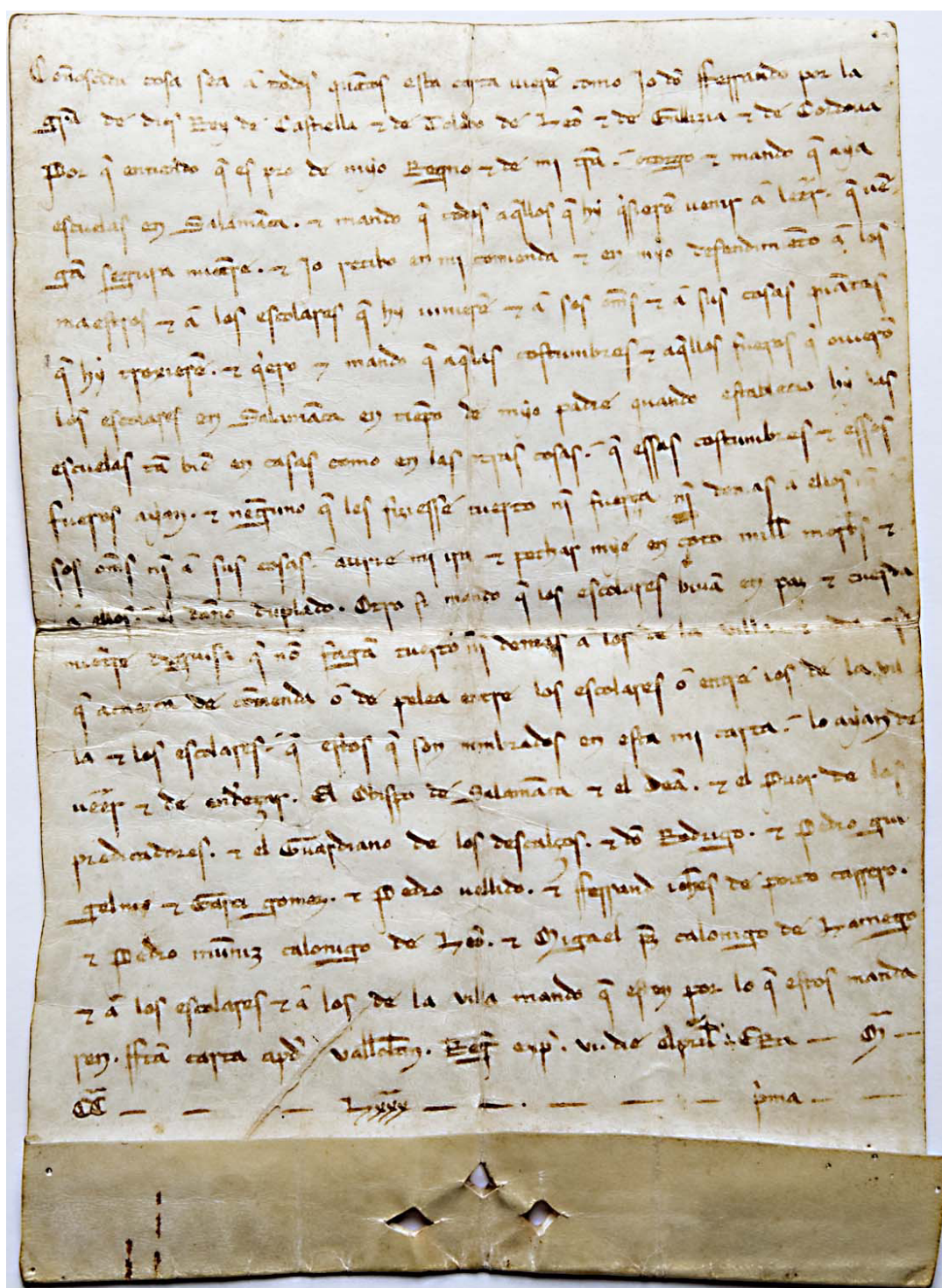


Figura 5: Diploma expedido por Fernando III em 6 de abril de 1243 é o documento mais antigo que se conserva sobre a universidade de Salamanca. Página 01. Fonte: Universidade de Salamanca.

Disponível

em:

<https://ausa.usal.es/imagen.php?serie=documentosreales&libros=AUSA%2CC.1%2C1&verPagina=1#estados> Acesso em 28 de nov. de 2020.

Figura 6

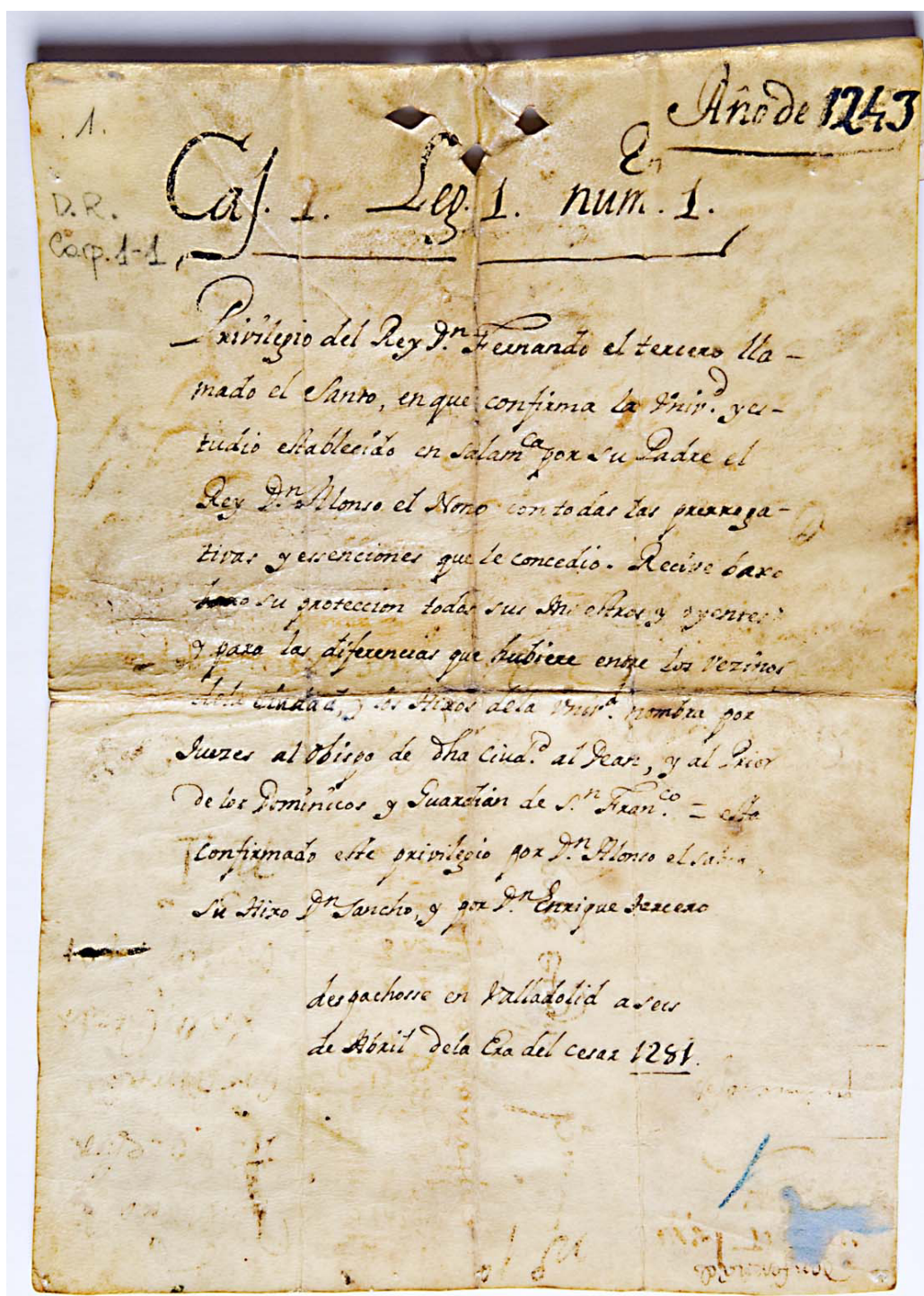


Figura 6: Diploma expedido por Fernando III em 6 de abril de 1243 é o documento mais antigo que se conserva sobre a universidade de Salamanca. Página 02. Fonte: Universidade de Salamanca.

Disponível

em:

<https://ausa.usal.es/imagen.php?serie=documentosreales&libros=AUSA%2CC.1%2C1&verPagina=2#estados> Acesso em 28 de nov. de 2020.

Durante o seu reinado, Fernando III precisava demonstrar a continuação da busca pelo conhecimento, da mesma forma que seus antecessores o fizeram. Era preciso colocar seu reino como um centro de saber frente as outras potências europeias, que também estavam desenvolvendo cada vez mais seus próprios centros.

Diante disso, podemos considerar os *Studios Generales* como elementos culturais de “bens”. Seu patrocínio e proteção se davam para obter prestígio e poder na Península Ibérica e fora dela. Se assim não fosse, por que monarcas como Alfonso VIII, Alfonso IX e Fernando III despenderiam tão grandes somas de dinheiro, impostos, relações diplomáticas com a Santa Sé e com os bispados se isso não lhes trouxesse um retorno?

O patrocínio e a detenção do conhecimento e da sabedoria eram princípios legitimadores do poder real em Castela e Leão. Segundo Adeline Rucquoi (1993), a legitimação dos reis estava relacionada ao seu processo de sacralização. Para os reis ibéricos, ao longo da Baixa Idade Média, a sacralização monárquica não recorria aos elementos “místicos” como consagrações, símbolos, rituais e crenças da mesma forma como França e Inglaterra faziam. Isso se explica por dois principais motivos: primeiro, os monarcas da Península Ibérica governaram durante a Reconquista, e a própria missão de retomar o território dos muçulmanos já concedia a maior parte do reconhecimento necessário para a legitimação de seu poder. Segundo, e mais importante para nós nesse momento, apesar de os reis hispânicos do século XIII não recorrerem a esses elementos “místicos” da monarquia francesa e inglesa, eles possuíam outra forma de criar suas bases teológicas para justificar seu poder, a saber, a construção da imagem de reis sábios (RUCQUOI, 1993).

Da mesma forma que o saber científico das universidades, a literatura foi um dos principais elementos utilizados por Fernando III como um “bem cultural” de legitimação. Assim como as universidades, a literatura estava ligada aos elementos tradicionais de poder em Castela e Leão. Antes de darmos prosseguimento a nossa análise, precisamos tecer uma consideração teórica.

A cultura pode ser dividida em “bens” e “ferramentas”, de acordo com Itamar Even-Zohar, e a literatura, mesmo sendo uma das categorias da cultura, também pode ser assim dividida. Em seus artigos *La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa* (1994) e *La literatura como bienes y como*

herramientas (1999), o sociólogo explica que a literatura pode ser usada como uma fonte de riqueza, “bens”, ou como uma “ferramenta” de interpretação e manipulação da sociedade²²³.

A respeito da literatura²²⁴ como “bens”, Itamar Even-Zohar explana que essa tem sido uma de suas principais funções ao longo da história. Em sua aceção,

A literatura nunca renunciou à sua influência como fato significativo de poder e distinção, e esta talvez tenha sido sua função primordial como atividade organizada. **Os governantes, mantendo o hábito de perpetuar as atividades textuais, sinalizavam sua superioridade, distinguindo-se do resto da sociedade ou de outros dirigentes "indignos" [...] Em suma, ter uma "literatura" era um dos *indispensabilia* do poder por dizer dessa forma**²²⁵ (EVEN-ZOHAR, 1994, pp. 361-362, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a literatura pode ser analisada como um objeto de poder e distinção social daqueles que a possuem e a controlam. Afinal, durante séculos, foram essas atividades escritas que propiciaram a perpetuação seletiva daquilo que permaneceria em uma sociedade. O governo de Fernando III foi marcado pelo desenvolvimento dessa literatura nas mais diversas áreas. Para compreendermos esses elementos, é necessário voltarmos para o reinado que influenciou de maneira poderosa essas questões, o de Alfonso VIII de Castela.

²²³ Nesse primeiro momento, analisamos esse caráter passivo da literatura como “bens”, fonte de prestígio, no reinado de Fernando III. Em seguida, no subitem 3.2.2 – A cultura como “ferramenta” no reinado de Fernando III – analisamos como a cultura/literatura foi utilizada de maneira ativa, como “ferramenta”, para atingir determinados objetivos do monarca.

²²⁴ Para Itamar Even-Zohar, o conceito de literatura pode ser definido de uma forma mais ampla como: “[...] un conjunto de actividades, sólo parte de las cuales son los "textos para ser leídos", o "textos para ser escuchados", o incluso "comprendidos". En pocas palabras (para una discusión del concepto más pormenorizado me remito a mi trabajo *Polysystem Studies*, 1990), estas actividades incluyen la producción y el consumo, el mercado y las relaciones de negociación entre normas” (1994, p. 362). De acordo com o linguista, é preciso nos libertarmos da concepção de que literatura é apenas uma coleção de textos, de sua concepção *sui generis*. É preciso compreendê-la como uma complexa rede de atividades (1999, p. 29).

²²⁵ No original: “la literatura nunca renunció a su influencia como hecho que significa poder y distinción, y ésta ha sido posiblemente su función primordial como actividad organizada. Los gobernantes, manteniendo el hábito de perpetuar actividades textuales, señalaban su superioridad, distinguiéndose a sí mismos del resto de la sociedad o de otros dirigentes "indignos" [...] En resumen, poseer una "literatura" era uno de los *indispensabilia* del poder. por decirlo de algún modo” (EVEN-ZOHAR, 1994, p. 361 e 362).

Esse monarca foi responsável por um grande desenvolvimento da literatura e tornou-se um dos grandes “mecenas” da cultura ibérica nos séculos XII e XIII.

No ano de 2001, António Sánchez Jiménez defendeu sua tese denominada “*La literatura en la corte de Alfonso VIII de Castilla*”. Nela, também adota a concepção de literatura como “bens” e como “ferramentas”. O autor elenca alguns argumentos que explicam de que forma Alfonso VIII estava, de certa maneira, forçado a incentivar a literatura.

Primeiramente, era necessário dar continuidade à tradição da literatura de corte que já existia em Castela, pois monarcas como Alfonso VI (1040-1109) e Alfonso VII (1105-1157) colaboraram muito para o desenvolvimento dessa área. Lembramos que a manutenção desses elementos tradicionais foi essencial para a estabilidade do poder. Segundo, era preciso acompanhar o desenvolvimento literário de outras cortes europeias, como a dos Hohenstaufen no Sacro Império Romano Germânico, de Enrique II, na Inglaterra, e de Alfonso II, em Aragão. Em consonância com António Sánchez Jiménez (2001),

A literatura serviu aos Plantageneta para multiplicar seu prestígio, isto é, como propaganda. Era natural que sua filha, dona Leonor, também apreciase a literatura trovadoresca, e que seu nome atraísse muitos trovadores à corte castelhana, como veremos adiante. Também era natural que Afonso VIII e os seus conselheiros tivessem em conta estes aspectos (o prestígio e a riqueza dos Plantageneta, e a sua associação a uma poderosa literatura de propaganda) ao escolher dona Leonor como futura rainha de Castela. O prestígio de casar com uma Plantageneta em vez de, por exemplo, uma princesa aragonesa, deve ter reforçado a autoridade de Afonso VIII tanto dentro de seu próprio reino como internacionalmente²²⁶ (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 48).

Conforme podemos analisar, para manter a imagem de Castela como uma potência europeia, era necessário possuir uma literatura cortês tão forte

²²⁶ No original: “La literatura les servía a los Plantagenet para multiplicar su prestigio, es decir, como propaganda. Era natural que su hija, doña Leonor, también apreciara la literatura trovadoresca, y que su nombre atrajera a muchos trovadores a la corte castellana, como luego veremos. También era natural que Alfonso VIII y sus consejeros tuvieran en cuenta estos aspectos (el prestigio y riqueza de los Plantagenet, y su asociación con una poderosa literatura propagandística) a la hora de elegir a doña Leonor como futura reina de Castilla. El prestigio que suponía casarse con una Plantagenet en vez de, por ejemplo, una princesa aragonesa, debió de reforzar la autoridad de Alfonso VIII tanto dentro de su propio reino como a nivel internacional” (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 48).

quanto os seus exércitos. A rivalidade com o reino de Leão fazia com que a necessidade de prestígio dentro e fora da Península Ibérica fosse ainda maior. Era preciso competir com a produção literária leonesa para conseguir um destaque (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 75). Como resultado do empreendimento realizado por Alfonso VIII, Alan Deyermond (2003) afirma que a partir da batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, tiveram início as universidades espanholas e o desenvolvimento literário foi admirável, contando com um “florescer” da prosa romance e da poesia narrativa culta (DEYERMOND, 2003, p. 108). Esses gêneros teriam um amadurecimento ainda maior nos governos de Fernando III e, posteriormente, no de Alfonso X.

Podemos afirmar que, durante o reinado de Fernando III, houve uma valorização da atividade literária. Nicasio Salvador Miguel (2000) aponta que o interesse pessoal do monarca estaria, especialmente, na música e na poesia (2000, p. 690). A prova estava na quantidade de artistas que viviam em sua corte, escreviam sobre seu reinado ou, ainda participavam de suas campanhas militares. Lembramos que a presença desses artistas na corte deve ser interpretada como um “bem” cultural, símbolo de prestígio e poder. Investigamos, a seguir, a presença desses artistas na corte do monarca.

Trovadores fizeram referências sobre Fernando III desde muito cedo, fossem eles provençais ou galegos. Entre os provençais, citamos Ademar Lo Negre (1190-1230), que escreve: “Canção, saúda-me o infante de Castela, pois penso que ninguém vale tanto desde (*apesar*)²²⁷ a sua juventude²²⁸” (Ademar Lo Negre *apud* ALVAR, 1977, p. 165). Provavelmente esse trecho da cantiga *Era'm vai mieills qe non sol* é o testemunho trovadoresco mais antigo acerca do infante.

Ao longo de seu reinado, outros trovadores fizeram referência a Fernando III. Como exemplo, Peire Bremon Ricas Novas (1195-1265), que em três composições escreveu sobre o governo do monarca. As cantigas são *Pus partit na lo cor* (1237); *En la mar major* (1240-241) e *Rics pres, ferms e soberains*

²²⁷ Diferença de tradução. O historiador Salvador Miguel, 2000, p. 691, coloca como “apesar”.

²²⁸ No original: “Chanssos, l'enfan me saluda, de Castella, q'ieu enten c'om no l val de son joven”. No espanhol moderno: “Canción, saludame al infante de Castilla, pues pienso que nadie vale tanto desde su juventude”.

(1228 a 1257). Alguns o fizeram de modo negativo, como Sordello da Goito²²⁹ (1200/1210-1269), que em 1236 escreveu um lamento chamado *Plahn per Blancata (1236)*, no qual, ao lamentar a morte de Blacatz (1165-1232) – grande trovador e protetor das artes – criticou, em forma de sátira, diversos reis do século XIII, inclusive Fernando III. O trovador escreveu:

[...] e o rei castelhano convém que coma por dois,
pois tem dois reinos e não tem mérito para um;
porém, se quiser comê-lo, convém que como as escondidas,
pois, se o souber sua mãe, o golpearia com um bastão²³⁰
(Sordello da Goito *apud* ALVAR, 1977, p. 171).

Em seu texto, Sordello da Goito²³¹ critica Fernando III, chamando-o de dependente e subordinado a sua mãe. E que devido a isso, apesar de possuir dois reinos, Castela e Leão, não era merecedor de um. Apesar da crítica realizada pelo trovador, destacamos o fato de que mesmo ao questionar a obediência do monarca para com sua mãe, ao mesmo tempo reconhece Fernando como rei unificador desses reinos. O mesmo fez Elias de Barjols (1191-1230) em sua cantiga *Amors be.m platz*:

Ao bravo rei de Leão, que é senhor dos castelhanos
e de quem sou amigo seguro. Eu envio, se te agrada, minha
música. E se for bem recebida por ele, será melhor cantada
e ouvida, porque ele é generoso, hábil e gentil
entre os mais valiosos²³² (Elias de Barjols *apud* ALVAR, 1977, p.
170).

²²⁹ Sordel de Goit ou Sordello da Goito é um daqueles personagens emblemáticos. Considerado um dos mais famosos trovadores do século XIII e até mesmo da Idade Média, esteve presente em diversas cortes reais como as de Alfonso IX, de Leão; Fernando III e Jaime I, de Aragão. O trovador ficou tão famoso que chegou a ser lembrado por Dante Alighieri em sua passagem pelo purgatório na obra *A Divina Comédia*.

²³⁰ No original: “... e lo reys castelas tanh quén manje per dos,/quar dos regismes tem, e per l’um non es pros;/ mas, s’elh en vol manjar, tanh qu’en manja rescos,/ que si.l mair’o sabia, batria.l ab bastos” (Sordello da Goito *apud* ALVAR, 1977, p. 171).

²³¹ Vicenç Beltran (2005) e sua obra “**La corte de Babel**: lenguas, poética y política en la España del siglo XIII” realiza um grande resgate histórico literário explicando a relação de Sordel com o reino de Castela (2005, pp. 39 a 65).

²³² No original: “Al valen rei de Leo/ qu’es senher dels castelãs/ cui eu soi amicx sertas/ tramet, si.ll platz, ma chanso;/ e si er per lui grazida/ meils n’er cantad’et auzida/ qu’el es sobre’ls plus valens/ lars e adrciz e plazens” (Elias de Barjols *apud* ALVAR, 1977, p. 170).

Como podemos analisar, Elias de Barjols descreve Fernando III como o “valente rei de Leão e senhor dos Castelhanos”. Esses trovadores provençais percorriam as mais diversas cortes europeias e o reconhecimento do poder real em seus poemas nos permite inferir a legitimidade do monarca na Europa para além dos Pirineus.

Ainda entre os trovadores provençais que passaram pelo reino de Fernando III estão Guilhem Ademar (1190/1195-1212), Aimeric de Belenoi (1215-1242) e Uc de Saint-Circ (1217-1253). Por fim, podemos assinalar que aproximadamente oito trovadores provençais mencionam o monarca em suas obras; destas, a historiografia confirma que pelo menos quatro efetivamente referem-se a ele.

Mesmo diante desses relatos, Nicasio Salvador Miguel (2000) relata que quando Fernando III começou a reinar, em 1217, a época de esplendor da poesia provençal estava terminando. Contudo, seria sucedida na Península Ibérica pela poesia galego-portuguesa, que vivia, nesse contexto, o seu primeiro grande desenvolvimento, denominado etapa pré-alfonsina, período de 1200/1201 a 1245/1248 (SALVADOR MIGUEL, 2000, p. 695).

Um fato que devemos ressaltar é que foi justamente na corte castelhana, durante o reinado de Fernando III, que ocorreram os primeiros contatos entre a lírica provençal com a galego-portuguesa, provavelmente pelo encontro de João Soárez Coelho com Sordello (ALVAR, 1977, p. 174-175). Os trovadores provençais não tiveram contato direto com Portugal e Galícia; sendo assim, foi na corte castelhana-leonesa que os principais cavaleiros, fidalgos portugueses e trovadores galegos, tiveram o primeiro contato com a lírica provençal (SALVADOR MIGUEL, 2000, p. 695). Essa relação se produziu em meio às campanhas militares. As conquistas políticas e territoriais do monarca atraíram para o seu reino cavaleiros e nobres de várias regiões da Europa, como Portugal e França, permitindo o contato da lírica provençal com a galego-portuguesa.

A divulgação da lírica galega estava apoiada nas conquistas de reinos e cidades, como a de Murcia, onde a divisão de suas terras por Fernando III e seu filho Alfonso propiciaram a permanência de diversos cavaleiros portugueses em terras castelhanas.

A dinâmica político-cultural da corte de Fernando III possibilitou que os mais diversos trovadores acompanhassem o monarca em suas viagens,

inclusive em suas campanhas bélicas²³³ contra o Islã. Esses trovadores e menestréis foram atrás dos botins de suas campanhas, nas quais os reis se “mostravam generosos” (MONTROYA MARTÍNEZ, 2003, p. 181).

De acordo com Julio González:

Entre todos destacou-se Alfonso Eanes do Cotón, talvez mais por suas canções de maldição. Gonzalo Eanes do Viñal serviu ao rei também com a espada, relacionando-se com o príncipe herdeiro; Ele participou da conquista de Sevilha, em cuja distribuição obteve herança. [...] continuou na corte de Alfonso X²³⁴ (GONZÁLEZ, 1980, p. 21).

O historiador discorre sobre outros trovadores que estiveram na corte itinerante de Fernando III, dos quais ressaltamos o trovador galego Pero da Ponte²³⁵:

Amigo e seguidor do anterior foi Pero da Ponte, o qual triunfou na corte de Don Fernando durante vinte anos. Dele se conservaram composições escritas em momentos importantes: morte da Rainha Dona Beatriz; a de Don Lope; a de Don Alfonso Telléz, e, também, a conquista de Valencia. Outras duas fez ao conquistar Sevilha e ao morrer o rei. Depois também seguiu com Alfonso X²³⁶ (GONZÁLEZ, 1980, p. 21).

²³³ Em relação aos trovadores-guerreiros, nos chama atenção a história de um nobre. Segundo Alvar: “Savaric de Mauleon destaca en el marco trovadoresco no sólo por sus cualidades de poeta, sino también como noble feudal, protector de trovadores, en continua actividad política: era señor de Mauleon y tenía extensas posesiones en el Poitou y Aquitania, que fueron aumentando continuamente gracias a su afortunada belicosidad: luchó primero contra Juan Sin Tierra, quien lo hizo prisionero; Savaric consiguió escapar, reconciliándose con el rey inglés; éste lo nombró senescal del Poitou. Más tarde se enfrenta a Simón de Montfort, poniéndose al lado de Raimon VI de Tolosa (1211) [...] Tres años más tarde lo documentamos, como cruzado, en España [...] Tal vez el mismo año de 1218 Savaric abandonó la corte castellana; se hizo cruzado y embarcó hacia oriente: su viaje fue corto, pues en 1220 está, de nuevo, en el Poitou. En noviembre de se le atestigua como muerto” (ALVAR, 1977, pp. 168-169).

²³⁴ No original: “Entre todos destacó Alfonso Eanes do Cotón, acaso más por sus cantares de maldecir. Gonzalo Eanes do Viñal prestó servicio al rey también con la espada, relacionándose con el infante heredero; asistió a la conquista de Sevilla, en cuyo repartimiento obtuvo heredad. Siguió en la corte de Alfonso X” (GONZÁLEZ, 1980, p. 21).

²³⁵ Pero da Ponte foi um dos principais trovadores galegos presentes no reino de Fernando III e que prosseguiram na corte de Alfonso X. Inclusive, a historiografia apresenta a disputa poética realizada entre pero da Ponte e o monarca de Castela, Alfonso X. Acerca dessa intrigante disputa, recomendamos a consulta da monumental obra BELTRAN, Vicenç. **La corte de Babel: lenguas, poética y política en la España del siglo XIII**. Gredos, 2005, mais especificamente nas páginas 124 a 187.

²³⁶ No original: “Amigo y seguidor del anterior fue Pero da Ponte, el cual triunfó en la corte de don Fernando durante una veintena de años. De él se conservaran composiciones escritas en momento salientes: muerta de la reina doña Beatriz; la de don Lope; la de don Alfonso Téllez, e

Além do famoso Pero da Ponte, registramos o impulso das canções galegas no reinado de Fernando III com compositores como Bernardo de Bonaval, Abril Pérez, Martín Sánchez e, provavelmente, Airas Nunnez²³⁷ (GONZÁLEZ, 1980, p. 20-21).

A importância da literatura para Fernando III ultrapassava a presença dos trovadores em suas cortes, e é provável que o próprio monarca tenha escrito uma cantiga. Em 1918, na inauguração da Revista Histórica: *investigaciones, bibliografía, metodología y enseñanza de la Historia*, E. López-Aydillo S. Rivera Manescau publicaram a primeira, das três partes, do artigo *Fernando III, poeta Gallego-Portugués: Una cantiga desconocida del rey Santo*. Nele, é analisado um manuscrito do século XIII que apresenta uma cantiga de autoria desconhecida no códice de Santa Cruz. Ao longo das três partes do artigo, os autores fizeram análises históricas e linguísticas e chegaram à conclusão, ainda que sem provas suficientes, de que aquela cantiga teria como autor Fernando III, mesmo que não tivesse sido escrita por seu próprio pulso.

De acordo com os autores, durante as suas primeiras campanhas, o recém-coroadado monarca de Castela transitava com frequência pelas proximidades de Saldaña e Valcabado devido aos conflitos com as tropas leonesas de seu pai. Em uma dessas expedições, Fernando III teria parado para descansar no monastério em Valcabado, local onde possivelmente proclamou a seguinte composição poética, *Cántiga de Loor a Santa María / Cantiga de louvor a Santa Maria* – D. Fernando III:

I

Virgem mãe gloriosa
do Rei [porque] a todos mantém,
mansa, sábia, piedosa,
a Ti servir o dom que nos deu,
[muitos]anos do teu bem
nobre, rica, poderosa,

incluso la conquista de Valencia. Otras dos hizo al conquistarse Sevilla y al morir el rey. Después también siguió con Alfonso X" (GONZÁLEZ, 1980, p. 21).

²³⁷ Especula-se que o carinho de Fernando III pela língua e poesia galega decorria de sua provável educação na região da Galícia, como analisamos no tópico 3.2, A Educação e a formação de Fernando III: um levantamento historiográfico de suas primeiras influências. Com o provável domínio dessa língua, pressupõe-se que o monarca teria sido o autor de uma cantiga galega, ainda que não existam provas suficientes.

seguir a quem a Ti vem,
de Deus mãe, filha, esposa,
que sem Ti, não há [outro] valor.

II

Direito tens de nos manter,
porque para nós Tu [és] pura:
se Deus quis teu filho ser,
___coisa tão descomunal___
foi por nós e não por outra coisa
que deixaremos de nela crer,
nós, que fizemos grande mal [pecado]
Tu bem já nos pode ver
injustos, (sem razão), se Tu saíesses deste mundo.

III

Deus viu a nossa dor [sofrimento]
por isso quis de Ti nascer;
viu em Ti muita graça,
em Ti por nós fazer o bem;
Virgem de grande beleza!
faça-nos como és, sempre sábia,
não nos deixes perecer,
do nosso maior sofrimento,
faz-nos vê-la no céu.

IV

Teu poder [nos] vemos,
quem podes a Deus implorar,
da grande dor que sofremos,
podes nos mostrar grandes virtudes.
Virgem de grande beleza!
quanto menos nós valemos,
tanto nos debes mais amar,

.....
.....

Sem juízo é quem a outro confia,
nem outra há por Senhora,
se não a Ti, Virgem Maria,
mais bela que nenhuma flor
dona das outras a melhor!
a Ti louvar noite e dia,
e dá-nos juízo e alegria
e grande adereço.

.....
.....
238

(LÓPEZ-AYDILLO; MANESCAU, 1918^a, p. 8) ²³⁹.

²³⁸ As linhas pontilhadas estão no texto original. Significam que faltam dois versos na estrofe IV e um verso na última estrofe.

²³⁹ Tradução do original em galego realizada pela Prof. Dr. Clarice Zamonaro Cortez. No original: "I - Virgin madre gloriosa/ do Rei [ca] todos mantem./ manse, saje, piadosa, /a(d) ti servir don nos en;/ danos parte en no te[u] bem/ noble, rica, poderosa,/ segur' é qu[en] a ti ven./ de Deus madre,

Segundo os historiadores, provavelmente ao ouvir essa cantiga, um dos monges presentes achou valioso registrá-la, deixando-a guardada por séculos nos arquivos desse mesmo mosteiro²⁴⁰ (LÓPEZ-AYDILLO; MANESCAU, 1918).

Em relação à veracidade desse poema como composição fernandina, existe um debate intenso. Autores como Juan Saez Duran (2010), José Luís Couceiro (2003) e Elvira Fidalgo Francisco (2009) discutem acerca da sua composição e autoria. Cogita-se que, de fato, a cantiga seja da primeira metade do século XIII; no entanto, poderia ser uma obra de um compositor que fizesse parte do grupo de autores de Alfonso X ou ainda um dos primeiros esforços do rei Sábio. O desajuste estrutural e as suas irregularidades métricas poderiam ser um motivo para que essa cantiga não tenha sido parte da compilação “oficial” de Alfonso X.

Todavia, independentemente se Fernando III foi um rei poeta, tal qual seu filho, o que podemos concluir ao analisarmos a sua educação, a influência de seus antecessores em Castela e Leão, bem como a riqueza cultural de seu reinado é que havia, sim, uma valorização da literatura como um “bem”, uma fonte de prestígio e diferenciação social. Como pudemos averiguar, o monarca buscou não apenas o prestígio do saber das universidades, mas também o da literatura. Alfonso X apresenta essa paixão de Fernando III pelas artes e o saber em sua obra *Setenario*:

fil/a, esposa, / que ti e/ non val ren./ II - Dereito as de nos manteer / ca para nos [és] tu tal: / si Deus quis t[e]u fil/o seer, / —cousa tan descomunal—/ por nos fu[i], e non por al; / que [le]ixemus d'el creer, / a nos fizimus gran mal; / ja tu ben [nos] podes veer / tortes, si tu ben nos [s]al. / III - Viu Deus la nosa coita / por en quis(o) de ti naçer; / dí[u] en ti graça tan m[oi]ta, / en ti por nos ben fazer; / ¡Virgin d[o] bon parecer!, / fa[z] nos c[omm]'as sempre d[oi]ta, / no[n] nos leixees perecer, / a la nosa maior coita, / fa[z]nos [lo çeo] veer. / IV - Teu podere [nos] veemus, / quen p[o]des a Deus rogar, / da gran coita que sofremus / p[o]des gran virtu[d] mostrar. / ¡Virgin do bon seme[ll]jar!, / quanto nos menos valemus,

tan nos debes ma[i]s amar; / / V - Falid' é(s) qu[en] por al fia / nin o[u]tro á por Señor, / si non a ti Virgin Maria / ma[i]s bela de nula fror / ¡dona das o[u]tras mellor!,

a ti loar no[i]te e dia, / e dea-nos sen e sabor / e gran maña.....” (LÓPEZ-AYDILLO; MANESCAU, 1918a, pp. 8 e 9).

²⁴⁰ Para mais informações, consultar: LÓPEZ-AYDILLO, Eugenio; MANESCAU, Saturnino Rivera. Fernando III, poeta Gallego-Portugués: una Cántiga desconocida del Rey Santo. In: **Revista Histórica**: investigaciones, bibliografía, metodología y enseñanza de la Historia, Año 1, Números 1 a 3, 1918.

Et ssin todo esto era mannosso de todas buenas maneras que buen cauallero deuyese vsar; que él ssabíe bien boffordar e alançar e tomar armas e armarse muy bien e mucho apuestamente. Era muy sabidor de caçar toda caça; otrosí de jugar tablas e ascaques e otros juegos buenos de muchas maneras; e pagándose de omnes cantadores e sabiéndolo él ffazer; **et otrosí pagándose de omnes de corte que ssabían bien de trobar e cantar, e de joglares que ssopiesen bien [4u] tocar estrumentos; ca desto sse pagaua él mucho e entendía quién lo ffazían bien o quién non**²⁴¹ (ALFONSO X, 2009, p. 13, grifo nosso).

Em um claro elogio a seu pai, Alfonso X primeiramente exprime a nobreza de um cavaleiro e a destreza com armas de um guerreiro. Porém, logo em seguida, descreve seu pai como um grande e generoso mecenas, além de um grande conhecedor. A forma como essa exaltação é desenvolvida nos fornece pistas sobre a importância e o valor que a cultura possuía como um “bem” para o século XIII.

Contudo, mesmo a cultura tendo esse valor de “bens”, não devemos nos esquecer de que também é uma “ferramenta”. Fernando III promoveu a sua imagem por toda a Europa e conseguiu prestígio, mas esses mesmos aspectos literários poderiam e foram utilizados como instrumentos de legitimação e estabilidade de seu poder, capazes de contribuir para as ideologias de seu reinado. Analisemos agora de que maneira a cultura foi utilizada pelo monarca como uma “ferramenta” de consolidação do poder.

3.2.2 A cultura como “ferramenta” no reinado de Fernando III

Embora cultura como um “bem” seja uma fonte de prestígio, isso não justifica completamente o grande gasto que os monarcas despendiam ao patrocinar a criação de obras literárias, escolas, universidades e a permanência de letrados em suas cortes. Nesse sentido, passamos agora a analisar a cultura

²⁴¹ No original: “Et ssin todo esto era mannosso de todas buenas maneras que buen cauallero deuyese vsar; que él ssabíe bien boffordar e alançar e tomar armas e armarse muy bien e mucho apuestamente. Era muy sabidor de caçar toda caça; otrosí de jugar tablas e ascaques e otros juegos buenos de muchas maneras; e pagándose de omnes cantadores e sabiéndolo él ffazer; et otrosí pagándose de omnes de corte que ssabían bien de trobar e cantar, e de joglares que ssopiesen bien [4u] tocar estrumentos; ca desto sse pagaua él mucho e entendía quién lo ffazían bien o quién non” (ALFONSO X, 2009, p. 13).

e a literatura²⁴² como “ferramentas” ativas de Fernando III para compreendermos como foram utilizadas para fortalecer o poder do rei. O primeiro aspecto que focalizamos é uma das áreas que mais se destacou em seu governo: as crônicas como gênero histórico.

Jaume Aurell (2013) explica que, assim como outras manifestações intelectuais, a escrita histórica fora um dos principais emissores da cultura e uma das responsáveis pela

[...] consolidação cultural no século XIII. A expressiva prosa cronística e os testemunhos das cruzadas substituem os sóbrios anais e as esquemáticas genealogias, que haviam dominado o campo da escrita histórica desde o século XII²⁴³ (AURELL, 2013, p. 23).

No primeiro capítulo desta tese, discutimos acerca desse gênero literário na Idade Média. Destacamos que os cronistas não podem ser considerados historiadores no sentido moderno do termo. A H(h)istória na Idade Média não possuía a intenção de ser ciência. Seus objetivos eram outros, como, por exemplo, a preservação de fatos e personagens. O principal poder do historiador medieval era decidir quem entraria para a eternidade de forma gloriosa ou vergonhosa (GUENÉE, 2002, pp. 526-527).

Itamar Even-Zohar argumenta que

As chamadas lutas canônicas na história da produção de textos são, sem dúvida - particularmente quando a literatura mantém uma posição forte - conflitos de interesse sobre quem terá a legitimidade e a capacidade de produzir e propor repertórios que funcionem como depósitos de ferramentas para administrar a vida (coletiva e individual)²⁴⁴ (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 33).

²⁴² Vide nota 224.

²⁴³ No original: “[...] consolidación cultural en el siglo XIII. La expresiva prosa cronística y los testimonios de cruzadas sustituyen a los sobrios anales y las esquemáticas genealogías, que habían dominado el campo de la escritura histórica hasta el siglo XII” (AURELL, 2013, p. 23).

²⁴⁴ No original: “Las llamadas luchas por el canon en la historia de la fabricación de textos son sin duda -en particular cuando la literatura mantiene una posición fuerte- conflictos de intereses acerca de quién tendrá la legitimación y la capacidad para producir y proponer repertorios que funcionen como almacenes de herramientas para manejar la vida (colectiva y individual)” (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 33).

A retomada do passado foi utilizada como uma “ferramenta” de autoridade e controle da vida “coletiva e individual”. Desse modo, as crônicas como literatura poderiam agir como

Ferramentas para atuar no mundo. Em segundo caso, trata-se de modelos de atuação. Em outras palavras, os textos fornecem não apenas explicações, justificativas e motivos, mas também ou às vezes em primeiro lugar - esquemas (ou scripts) de ação. As pessoas que leem ou ouvem (ou assistem) esses textos não apenas recebem deles concepções e imagens coerentes da realidade, mas também podem extrair deles instruções práticas para seu comportamento cotidiano. Assim, os textos propõem não apenas como se comportar em casos particulares (por exemplo, como comer ou falar, beijar ou reagir a um acontecimento qualquer), mas também como organizar a vida: se exercitar ou não, e de que forma, diversas opções. Por exemplo, apaixonar-se, casar-se, ter filhos, trabalhar ou evitar todo o trabalho, sentir-se feliz por morrer pela pátria ... Em resumo, trata-se de um repertório bastante restrito de modelos para sua execução²⁴⁵ (EVEN-ZOHAR, 1999, p. 32).

As crônicas como “ferramentas” poderiam ser utilizadas para cumprir os objetivos do monarca, assim como dos religiosos que as escreveram no século XIII, estabelecendo modelos que acabavam por determinar o comportamento da sociedade. Devido a esse valor ideológico, não podemos menosprezar a historiografia medieval e classificá-la como uma simples narrativa. Na verdade, muitas dessas obras, especialmente as crônicas, foram construídas a partir de objetivos conscientes.

Exemplo disso é a obra do chanceler de Castela, Diego García de Campos²⁴⁶, que em *Planeta* (1218) demonstra, de forma bem transparente, sua preocupação para com importantes elementos históricos considerados

²⁴⁵ No origina: “Herramientas para actuar en el mundo. En el segundo caso, se trata de modelos de actuación. Es decir que los textos proporcionan no sólo explicaciones, justificaciones y motivos, sino también o a veces en primer lugar— esquemas (o scripts) de acción. La gente que lee o escucha (o mira) estos textos no sólo reciben de ellos concepciones e imágenes coherentes de la realidad, sino que puede extraer de ellos instrucciones prácticas para su comportamiento cotidiano. Así, los textos proponen no sólo cómo comportarse en casos particulares (por ejemplo, cómo comer o hablar, besar o reaccionar a un acontecimiento cualquiera), sino cómo organizarse la vida: si ejercitar o no, y de qué manera, diversas opciones. Por ejemplo, enamorarse, casarse, tener hijos, trabajar o evitar todo trabajo, sentirse feliz de morir por la patria... En resumen, se trata de un repertorio bastante restringido de modelos para su ejecución” (EVEN-ZOHAR, 1999, p. 32).

²⁴⁶ Diego García de Campos (1140-1220) foi chanceler do reino de Castela durante os reinados de Alfonso VIII e Enrique I. Importante lembrar que era pai de Juan Díaz – futuro bispo de Osma –, que por sua vez foi o chanceler de Castela durante o reinado de Fernando III (JIMÉNEZ, 2001).

“modernos”: *“Primum est cui scribo. Secundum quum scribo. Tercium quare scribo. Quartum de quo scribo”*²⁴⁷ (DIEGO GARCÍA, 1752, p. 13). Em resumo, no prólogo de sua obra, o chanceler se preocupava com as seguintes questões: Para quem escrevo? Quando escrevo? Por que escrevo? O que escrevo?

Tal preocupação com a escrita foi importante para a historiografia do século XIII, pois foi nesse período que ocorreu a afirmação das crônicas reais, criadas a serviço das monarquias que estavam passando por uma importante transformação: a centralização do poder e a constituição dos Estados. Em meio a essa transição, os historiadores passaram a utilizar o passado, muitas vezes mitológico, para gerar as novas bases e estruturas do processo de centralização do poder político²⁴⁸. Conforme revela Itamar Even-Zohar (2000), a “herança cultural” pode ser utilizada como uma “ferramenta”. Apesar de aparentemente estar vinculada à área de “bens” e de prestígio, é comum que fosse utilizada como “ferramenta para validar a eficácia de um repertório estabelecido (historicamente acumulado) e para assegurar sua perpetuação” (EVEN-ZOHAR, 2000, p. 395).

Sendo assim, diante desse contexto de centralização do poder na Península Ibérica do século XIII e das preocupações de “para quem escrevo, quais os meus objetivos e como faço que me entendam”, as obras históricas redigidas durante o governo de Fernando III auxiliaram em seu desenvolvimento político, uma vez que a construção ideológica e simbólica da legitimidade do poder passou a ser realizada pela produção historiográfica.

No governo de Fernando III, a História passou a ser escrita em uma proporção que não encontramos em nenhum outro reino da Península Ibérica nesse mesmo período. Durante seu reinado, foram escritas três obras históricas

²⁴⁷ “Primeiro, para quem escrevo; Segundo, quando escrevo; Terceiro, por que escrevo; Quarto, o que escrevo” (DIEGO GARCÍA, 1752, p. 13). Para consulta, utilizamos um manuscrito editado em 1752 disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?field=todos&text=Garc%C3%ADa%2c+Hispano+Diego&showYearItems=&exact=on&textH=&advanced=false&completeText=&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=3>. O manuscrito original, MSS/10108, data de 1218 e também está disponível na Biblioteca Digital Hispânica: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?field=todos&text=Planeta&showYearItems=&exact=on&textH=&advanced=false&completeText=&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=3>.

²⁴⁸ Como exemplifica muito bem George Orwell em sua clássica obra **1984**, ao se referir ao lema do Partido: “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47).

responsáveis por essa construção ideológica e intelectual, culminando no sucesso político (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, 2003, pp. 93-94). A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, do bispo Juan de Osma; *Chronicon mundi*, do bispo Lucas de Tuy; e *Historia de los Hechos de España*, do arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada.

Não nos cabe agora aprofundar essa discussão nas crônicas, tendo em vista que a utilização dessa “ferramenta” como legitimação do poder é o centro de nossa análise no próximo capítulo. Por ora, é importante compreendermos que o esforço e gastos despendidos para a criação de crônicas iam além de simplesmente resgatar os feitos históricos de Castela e Leão. Era uma forma de propagar as ideologias de poder desenvolvidas pela Igreja e por Fernando III na primeira metade do século XIII. Elementos capazes de não apenas legitimar o poder, mas também de criar um modo de coesão e organização social.

Um segundo elemento cultural utilizado por Fernando III para legitimar seu poder foi a língua galego-portuguesa²⁴⁹ e suas cantigas. No capítulo segundo desta tese, mais especificamente no tópico 2.3, *O último dos reis cruzados hispânicos: de unificador dos reinos de Castela e Leão a “rei invicto”*, investigamos a unificação dos reinos de Castela e Leão em 1230, assim como a necessidade de um processo de pacificação e aceitação dos nobres leoneses, particularmente dos galegos.

Em meio a esse complexo cenário de organização e legitimação de seu poder no reino de Leão, do qual as terras galegas faziam parte, Fernando III teria se utilizado da poesia galego-portuguesa como um elemento de coesão nos recém-unificados reinos.

A princípio, quando analisamos o esplendor das cantigas galegas no reinado de Fernando III²⁵⁰, tendemos a presumir que foi fruto do seu gosto pela

²⁴⁹ No reinado de Fernando III apareceu uma novidade, a utilização da língua “romance” ou vulgar em uma substituição gradativa do latim. Não foi apenas o galego que recebeu um lugar de destaque. O castelhano foi empregado, pela primeira vez, nos diplomas de Fernando III. Essa língua foi sendo empregada de forma crescente nos documentos reais ao longo do reinado, até se consolidar nas últimas décadas. Paralelamente a essa utilização oficial, também passou a ser utilizada na cultura da corte real e também nas casas das famílias nobres. Como aponta Salvador Miguel: “O desenvolvimento e a evolução da literatura em castelhano teriam sido impensáveis sem o apoio que o uso dessa língua é oficialmente fornecido por Fernando III, que a impões para os vários documentos oficiais e assuntos estrangeiros, enquanto estimula a obra cultural de seu filho Alfonso” (SALVADOR MIGUEL, 2000, p. 690).

²⁵⁰ Vide ítem 3.2.1 A cultura como “bens” no reinado de Fernando III.

língua, ou uma consequência da evolução que a cantiga galega passava nas primeiras décadas do século XIII, ou ainda, uma influência de seu pai Alfonso IX. Entretanto, para Jesús Montoya Martínez (2003), a utilização do galego pelo monarca ia além do que um simples gosto, na verdade, a sua utilização seria uma estratégia política.

No esforço por pacificar o reino de Leão e as terras galegas, Fernando também buscava aliados para realizar a expansão do território cristão no processo de Reconquista. O novo rei de Castela e Leão, buscava nas pessoas de seu reino, os instrumentos necessários para essa tarefa. Para o historiador, Fernando III

[...] não podia perder a oportunidade; de aproveitar uma corrente literária de grande enraizamento no povo para **unir seus homens, procedentes do recém incorporado reino de Leão com os de Castela**; nem os menestréis, oportunistas por definição, passaram despercebidos, que viram um novo panorama territorial e senhorial que lhes oferecia ao aproximar-se da conquista da Andaluzia. Um espaço geográfico e moral, onde as novas pessoas herdeiras deveriam sentir-se *dadivosas*²⁵¹ (MONTROYA MARTÍNEZ, 2003, p. 178, grifo nosso).

A língua galega e seus poemas foram utilizados por Fernando III como um elemento de coesão entre os recém-unificados reinos de Castela e Leão para unir os homens que disputavam o poder e combatiam entre si. Todavia, apesar de parecer algo inovador, a perspicácia do monarca não estava na inovação, mas sim na sua esperteza de utilizar a antiga tradição castelhano-leonesa para consolidar o seu poder. A passagem a seguir, de Antônio Sanchez Jimenez (2001), nos ajuda a compreender melhor esse fato, pois de acordo com o autor, o reino de

[...] Leão contava com uma antiga tradição literária em galego-português com a qual Castela devia competir. Devemos supor que **este galego-português era a língua poética da lírica da corte quando Castela e Leão estavam unidos sob Afonso**

²⁵¹ No original: “[...] no se le podía escapar esta oportunidade; la de aprovechar una corriente literaria de gran arraigo en el pueblo para cohesionar a sus hombres, procedentes del recién incorporado reino de León con los de Castilla; como tampoco le pudo pasar inadvertida a los juglares, oportunistas por definición, quienes veían un nuevo panorama territorial y señorial. Un amplio espacio geográfico y moral, donde las nuevas gentes heredadas deberían sentirse *dadivosas*” (MONTROYA MARTÍNEZ, 2003, p. 178).

VII, como ocorreu mais tarde quando se uniram novamente com Fernando III e Alfonso X. Porém, quando os dois reinos se separaram na morte de Afonso VII, Castela ficou sem linguagem lírica, posto que o tradicional galego-português se identificava com o reino de Leão, a quem pertenciam os condados da Galícia²⁵² (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 46, grifo nosso).

Ao trazer as cantigas galegas de volta para a sua corte e financiar o seu desenvolvimento, Fernando III buscava unificar os reinos “rivais” por meio de um elemento já tradicional. O galego fora utilizado como língua poética na época de Alfonso VI (1065-1072) até Alfonso VII, o Imperador (1105-1157), em um período em que os reinos de Castela e Leão²⁵³ estavam sob o mesmo comando.

Dessa maneira, Fernando III, durante a Reconquista Ibérica, utilizou-se da cultura e língua galega como elementos integradores dos reinos de Castela e Leão. Por isso, podemos afirmar que uma das principais conquistas do monarca em relação ao desenvolvimento da *Hispania* foi:

[...] costurar a grande tradição épica e lírica do tempo dos godos, interrompida por cinco séculos com a invasão árabe-berbere. Pois, de fato, durante seu reinado a lírica do noroeste – a galega – conectou-se de novo com a veia popular hispânica que durou, como um empréstimo, nos lugares da Andaluzia²⁵⁴ (MONTROYA MARTÍNEZ, 2003, p. 168).

Foi por meio de um resgate histórico – da longínqua tradição goda e da língua que uniu Castela e Leão na época de Alfonso VII – que Fernando III unificou reinos. Podemos entender a utilização das cantigas galegas como um elemento que Itamar Even-Zohar denomina “coesão sociocultural”. Para o

²⁵² No original: “[...] León contaba con una temprana tradición literaria en galaico-portugués con la que Castilla debía competir. Debemos suponer que este galaico-portugués era la lengua poética de la lírica de la corte cuando Castilla y León estaban unidos bajo Alfonso VII, como ocurrió más tarde cuando volvieron a estar unidos con Fernando III y Alfonso X. Sin embargo, al separarse los dos reinos a la muerte de Alfonso VII, Castilla queda sin lenguaje lírico, puesto que el tradicional galaico-portugués se identificaba con el reino de León, a quien pertenecían los condados de Galicia” (SÁNCHEZ JIMÉNEZ, 2001, p. 46).

²⁵³ Os reinos foram separados após a morte de Alfonso VII. O reino foi dividido entre dois filhos: Sancho III herdou o reino de Castela e Fernando II, o reino de Leão. Seriam novamente unificados apenas em 1230, com Fernando III.

²⁵⁴ No original: “[...] suturar la gran tradición épica y lírica del tiempo de los godos, rota por cinco siglos con la invasión árabe-berber. Porque, en efecto, durante su reinado la lírica del Noroeste – la gallega – conectó de nuevo con la vena popular hispánica que perduraba, como préstamo, en los lugares de Andalucía [...]” (MONTROYA MARTÍNEZ, 2003, p. 168).

sociólogo, a literatura possui essa função de criar um sentimento de união entre um grupo de pessoas sem que seja necessária a sua imposição pela força física. Cria-se uma

disponibilidade [...] uma disposição mental que empurra as pessoas a atuar de um modo que de outro modo, podia ser contrário a suas inclinações naturais. Por exemplo, ir à guerra para provavelmente ser assassinado na luta contra outros homens, seria o caso extremo [...] ²⁵⁵ (EVEN-ZOHAR, 1994, p. 360).

A literatura é capaz de criar essa “disponibilidade”, a coesão sociocultural. Não se trata de um fator exclusivo nem mesmo o mais importante, mas com certeza refere-se a um dos elementos que possui um efeito mais duradouro.

A coesão realizada pela literatura é fruto de uma relação existente entre a língua utilizada, a cultura na qual está envolvida e a criação de uma identidade em comum, pois

[...] a língua identifica o indivíduo como parte de uma sociedade, inserindo-se, portanto, na cultura desta sociedade. O indivíduo, enquanto parte dessa sociedade, compartilhando sua cultura, está em constante processo de construção identitária. A identidade é fluida, movente e está em constante processo de construção, assim como a língua e a cultura, que, apesar de possuírem um corpo sistemático que as constitui, não são herméticas, prontas e acabadas. Nesse sentido, tanto a língua, quanto a cultura e a identidade fazem parte do processo de constituição do indivíduo em sujeito (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 33).

A valorização e a utilização do galego fizeram parte da estratégia de “construção de uma identidade unitária do reino” (SOKOLOWSKI, 2016, p. 104). Fernando III fez uso da língua galega para criar um sentimento de identidade entre os nobres castelhanos, galegos e leoneses, resgatando a identidade de um império unificado que existira anteriormente com Alfonso VI (1065-1072) até Alfonso VII, entre 1127 e 1157. O objetivo era levá-los a trabalhar em conjunto

²⁵⁵ No original: “La disponibilidad es una disposición mental que empuja a la gente a actuar en un modo que, de otra manera, podría ser contrario a sus "inclinaciones naturales. Por ejemplo, ir a la guerra para ser probablemente asesinado en la lucha contra otros hombres, sería el caso extremo” (EVEN-ZOHAR, 1994, p. 360).

para o seu principal objetivo, o combate ao Islã e a reconquista das terras da Hispania.

3.3 Considerações finais sobre o capítulo

Ao longo deste capítulo, investigamos o desenvolvimento cultural no reinado de Fernando III. Para tanto, empreendemos um levantamento da educação e formação do infante para compreendermos suas bases e como elas influenciaram suas decisões de utilizar a cultura para legitimar o poder. Em seguida, analisamos como a cultura, especialmente a literatura, em seu sentido mais amplo, foi utilizada pelo monarca tanto como “bens” para assinalar a sua superioridade, prestígio e distinção social, quanto como “ferramenta” capaz de fortalecer, legitimar e estabilizar a sua autoridade, a literatura como um elemento indispensável do poder²⁵⁶.

Nessa direção, podemos afirmar que o desenvolvimento cultural no reinado de Fernando III foi tão importante quanto o seu sucesso político-militar, ainda que não tenha adquirido a mesma fama. A cultura foi utilizada para legitimar o seu poder e para fortalecer a união entre os reinos de Castela e Leão.

Cientes da utilização desses elementos como estratégias de Fernando III, podemos agora, no quarto capítulo, verticalizar a nossa discussão na análise das características técnicas e históricas da CLRC. Essa investigação fornecerá as últimas bases para a nossa compreensão dos sistemas ideológicos de legitimação do poder de Fernando III no capítulo cinco.

²⁵⁶ Segundo Even-Zohar: poseer una "literatura" era uno de los indispensabilia del poder (1994, p. 362).

CAPÍTULO IV

A CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E HISTÓRICAS

[...] deve-se constatar que a construção dos interesses pelos discursos é ela própria socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais de que dispõem aqueles que a produzem. [...] o objeto fundamental de uma história que visa a reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a sua prática e a seus discursos parece residir na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou comunidades e, de outro lado, as restrições, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar enunciar e fazer [...] (CHARTIER, 2002, p. 91 e 97).

Como todo estudo relativo aos sistemas ideológicos, a análise das representações de legitimidade do poder na *Crónica Latina de los reyes de Castilla* não significa determinar o que é verdadeiro ou falso. O exame das ideologias presentes na CLRC é uma busca por entender como o autor compreendia a sua sociedade e como construía sua visão do mundo que o cercava.

Ao termos em mente esses apontamentos iniciais, dividimos o quarto capítulo em duas partes. Primeiro, exploramos as características técnicas e históricas da CLRC, uma vez que o conhecimento da autoria, seu período de composição em diferentes etapas, assim como a sua estrutura de argumentação são os pilares essenciais aos quais nos atemos para compreender as estratégias e práticas desenvolvidas pela crônica no processo de legitimação de Fernando III. Na segunda parte, a partir das estruturas apresentadas, investigamos quais ideologias foram criadas, reutilizadas e/ou adaptadas pelo cronista para atingir o seu objetivo.

Em suma, com base na teoria da Nova História Cultural (Capítulo 1), no contexto histórico/político (Capítulo 2) e no cenário de desenvolvimento cultural de seu reino como instrumento de poder (Capítulo 3), demonstramos quais ideologias foram utilizadas pelo cronista da CLRC para legitimar o poder de Fernando III. Afinal, como um filho advindo de um casamento ilegítimo será lembrado pelo resto da história como um santo padroeiro da cidade de Sevilha?

4.1 A autoria “anônima” da Crônica Latina dos Reis de Castela

A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (CLRC) é uma fonte com características únicas para a primeira metade do século XIII. Ao contrário de outras crônicas contemporâneas, como a *Historia de los Hechos de España*, de Jiménez de Rada, e a *Chronicon mundi*, de Lucas de Tuy, a CLRC não obteve um registro histórico glamoroso e nem foi celebrada ao longo dos séculos. Pelo contrário, foi encontrada muito tardiamente, apenas no início do século XX, pelo historiador francês Georges Cirot²⁵⁷ durante seus estudos do manuscrito G-1 pertencente à *Real Academia de la Historia de Madrid*.

De acordo com Luís Charlo Brea (1999), a Crônica faz parte de um manuscrito do século XV contendo vários textos medievais sob o título de *Chronica B. Isidori iun. et aliorum*, com 280 folhas de pergaminho. O documento que aqui estudamos está contido entre as folhas 89 a 122. A similaridade de sua escrita com outro manuscrito, o G-2 da mesma coleção, traz a ideia de que o redator ou o financiador foi don Lorenzo Galíndez de Carvajal²⁵⁸ (BREA, 1999, p. 5-6). Georges Cirot publicou a crônica pela primeira vez em 1912 intitulada “*Une Chronique latine inédite des rois de Castille jusqu’en 1236*”²⁵⁹.

²⁵⁷ Georges Cirot (1870-1946) foi um historiador francês que dedicou a sua vida acadêmica aos estudos hispânicos e aos assuntos relacionados à província de Bordeaux, no sul da França. Apesar de ter nascido em uma comuna no norte da França, Neuilly-sur-Seine, em 1896, tornou-se professor da Universidade de Bordeaux. Seus primeiros trabalhos foram direcionados à literatura e língua francesa, no entanto devido a uma forte tradição hispânica presente na província de sua universidade, foi necessária a criação de um centro de estudos hispânicos. Tal tarefa foi assumida por Cirot, que criou esse centro de estudos em 1898. Ademais, desenvolveu naquela universidade, sob os Anais da Faculdade de Letras, o *Bulletin hispanique*, revista que ao longo dos anos tornou-se e continua referência internacional de estudos hispânicos. O link para acesso da revista é: <https://journals.openedition.org/bulletinhispanique/index.html>. Para saber mais acerca da carreira acadêmica do historiador consultar o artigo de Charles-V. Aubrun (1946) - Le doyen Georges Cirot (1870-1946). In: **Bulletin Hispanique**. Tome 48, N°4, 1946, p. 289-293. Acesso em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hispa_0007-640_1946_num_48_4_3062.

²⁵⁸ Derek Lomax (1963) assinala que existe uma cópia desse manuscrito feita no século XIX e que está no British Museum, Egerton ms. 1125 (LOMAX, 1963, p. 205).

²⁵⁹ Nesta tese, utilizamos quatro versões da crônica. A edição e tradução de Luís Charlo Brea: *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Ed. Luis Charlo Brea. Madrid: Akal, 1999, assim como sua versão bilingue, latim-espanhol, publicada em 1984 pela Universidade de Cadiz. Também utilizamos a tradução para o inglês *The Latin Chronicle of the Kings of Castile*, editada por Joseph F. O'CALLAGHAN, em 2002. Como suporte, utilizamos também, a publicação original em latim, feita por Georges Cirot no *Bulletin hispanique*, nas primeiras décadas do século XX. A obra foi publicada em sete partes sucessivas. Contudo, antes da crônica, a primeira publicação foi um estudo acerca da CLRC com a seguinte referência: Cirot Georges. *Une chronique latine inédite des Rois de Castille (1236)*. In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n°1, 1912, pp. 30-46. Acesso em:

Essa demora em relação a sua descoberta está relacionada a duas questões: primeiro, a não existência de outras cópias desse documento, como encontramos na *Historia de los Hechos de España*, de Jiménez de Rada. Um fato intrigante, haja vista o conteúdo da fonte e a defesa que realiza do reino de Castela. Aparentemente, as cópias dessa crônica foram destruídas, ou ainda escondidas após a morte de seu escritor.

A segunda questão deve-se ao fato de tratar-se de um manuscrito anônimo, sem a comprovação documental de quem teria sido o autor, o que traz, para a nossa pesquisa, um desafio investigativo. Uma vez que as representações são determinadas pelos grupos sociais que as criam, com a intenção de instituir uma autoridade de seu grupo social sobre os outros (CHARTIER, 2002b, p. 17), para atingir o nosso objetivo principal, de analisar as ideologias e as representações de poder na CLRC, é de extrema importância constatar quem foi o seu provável autor. Tal constatação nos permitirá descobrir, ao mesmo tempo, o seu grupo social e a forma como buscava instituir as suas ideologias.

Portanto, iniciamos a nossa análise da crônica investigando quem a historiografia considera ser o seu autor. Nesse sentido, Georges Cirot não pode nos dar uma precisão sobre quem teria escrito a CLRC. Ao editar e publicar a crônica a partir de 1912, na revista *Bulletin Hispanique*²⁶⁰, explicou que apesar

https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912_num_14_1_1745. Em seguida foi publicada a crônica em sete partes distintas, das quais colocamos a referência e o local de acesso a seguir. Parte 01: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236. In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n°2, 1912, p. 109-118. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912_num_14_2_1757. Parte 02: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n° 3, 1912, p. 244-274. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912m_num_14_3_1775. Parte 03: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n°4, 1912, pp. 353-374; Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912_num_14_4_1789. Parte 04: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°1, 1913, pp. 18-37. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_1_1803. Parte 05: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°2, 1913, pp. 170-187. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_2_1813. Parte 06: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°3, 1913, p.268-283. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_3_1822. Parte 07: Cirot Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite et fin). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°4, 1913, pp. 411-427. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_4_1837.

²⁶⁰ O acesso atual a essa revista pode ser feito por meio dos links: <https://journals.openedition.org/bulletinhispanique/> ou <https://www.persee.fr/collection/hispa>.

de seus esforços, não foi possível encontrar evidências externas da autoria do texto, nem mesmo por aqueles que compilaram as crônicas no manuscrito G-I.

No ano de 1963, o historiador britânico Derek William Lomax, em seu artigo *The authorship of the "Chronique latine des rois de Castille"*, afirmou que embora a inexistência de evidências externas, era possível, por meio de indícios internos, identificar o seu autor com “certa medida de probabilidade” (1963, p. 205). Desde então, a questão tem sido debatida pela historiografia tendo como cerne de análise os principais assuntos abordados pelo cronista, a saber: direito canônico, diplomacia e acontecimentos estrangeiros, todos voltados para o engrandecimento do reino de Castela.

Em complemento a Derek Lomax, o editor da CLRC, Charlo Brea (1984; 1999), apresenta quais indícios do texto colaboram para a descoberta do cronista: a) o autor era um castelhano; b) conhecia perfeitamente a geografia, caminhos e cidades do reino de Castela; c) era um regionalista da parte mais antiga do reino; d) conhecia e utilizava os clássicos latinos; e) era um eclesiástico que esteve no Concílio de Latrão; f) possuía acesso aos documentos do reino; g) era vinculado à família real; e, por fim, g) fora testemunha ocular de muito dos eventos que narra (BREA, 1999, p. 14-15).

Com base nessas informações, é possível depreendermos que o cronista

Como um clérigo, inteligente, bem treinado, versado na lei canônica, com um amplo conhecimento da política espanhola e europeia, que cita Virgílio (C.14) e Horácio (C.18), recebe, ou lê as cartas de Jaime I de Aragão (C.55), conversa com um legado papal (C.54), e, já em 1205 está em Roma, sem dúvidas como um agente de algum bispo ou rei, dificilmente poderia falhar em ascender alto na hierarquia eclesial. Não seria extravagante procurar por ele, como sugeriu Cirot, entre os bispos castelhanos vivos em 1236²⁶¹ (LOMAX, 1963, p. 207).

O historiador foi muito preciso ao afirmar que um homem no século XIII que fosse um escritor, clérigo, conhecedor do direito, dos autores da antiguidade e dos acontecimentos de dentro e fora da Península Ibérica, dificilmente não teria

²⁶¹ No original: “Such a cleric, intelligent, well-trained, versed in canon law, with a wide knowledge of Spanish and European politics, who quotes Virgil (C.14) and Horace (C.18), receives, or reads, the letters of Jaime I of Aragon (C.55), chats with a papal legate (C.54), and, as early as 1205 is in Rome, no doubt as agent for some bishop or king, could hardly fail to rise high in the ecclesiastical hierarchy. It would not be extravagant to look for him, as Cirot suggested, among the Castilian bishops alive in 1236” (LOMAX, 1963, p. 207).

se tornado um bispo. Resta-nos descobrir qual dos bispos pertencentes à Castela, na primeira metade do século XIII, teria escrito a obra.

Por meio das características indicadas, Derek Lomax e Charlo Brea identificaram alguns presbíteros como os prováveis autores da crônica, seriam eles: Domingo de Avila, Bernardo de Segovia, Tello de Palência, Mauricio de Burgos, Juan Perez de Calahorra e Juan de Osma (LOMAX, 1963, p. 207; BREA, 1999, p. 16). O conhecimento de que o cronista fora um bispo é o primeiro elemento chave para compreendermos a autoria. Passamos agora a análise de outras características que permitem descobrir qual dos bispos citados acima teria escrito a CLRC.

Um segundo aspecto a ser levado em consideração é o domínio do direito canônico. O cronista preocupou-se principalmente com as questões referentes ao incesto entre as famílias de nobres²⁶², como podemos analisar no capítulo 11,

[...] com Afonso, rei de Leão, se casou uma das filhas do rei de Castela, **contra o mandato de Deus e as leis canônicas**, visto que os reis, como filhos de dois irmãos, eram parentes de segundo grau [...] ²⁶³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 36, grifo nosso).

Ou ainda quando o cronista explica o casamento entre os pais de Fernando III:

[...] Finalmente, com a assinatura de uma trégua entre o rei marroquino e o rei de Castela, o primeiro retornou a Marraquexe, capital de seu reino, e a paz foi restaurada entre os reis de Leão e Castela. Paz que não poderia ser realizada senão pelo casamento de dona Berenguela, filha do rei de Castela, com o rei de Leão, em um casamento de facto, porque de acordo com a lei não era possível, visto que os reis eram parentes no segundo grau de consanguinidade²⁶⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 42, grifo nosso).

²⁶² Os comentários relativos ao incesto podem ser encontrados na CLRC, nos capítulos 11, 14, 15, 32 e 65.

²⁶³ No original: “[...] con Alfonso, rey de León, se desposará una de las hijas del rey de Castilla, contra el mandato de Dios y las leyes canónicas, pues los reyes, como hijos de dos hermanos, era familiares en segundo grado [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 36).

²⁶⁴ No original: “[...] Finalmente con la firma de una tregua entre el rey marroquí y el rey de Castilla, aquel se volvió a Marrakech, capital de su reino, y se rehízo la paz entre los reyes de

O domínio das leis canônicas demonstra que o escritor da crônica, possivelmente, tenha estudado em uma universidade como Bolonha ou Paris. A historiadora Ana Rodríguez López (2006), em seu artigo “*Modelos de legitimidad política en la Chronica Castellae de Juan de Osma*”, enuncia que o direito canônico aplicado pela CLRC se enquadra nas normas modificadas pelo Concílio de Latrão em 1215²⁶⁵, realizado aproximadamente dez anos antes da provável escrita do texto. Esse conhecimento pode ser uma evidência da presença do autor da crônica em Roma durante o concílio²⁶⁶ (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2006, *on-line*).

Um terceiro aspecto que devemos considerar é que o seu escritor é um homem da “velha” Castela²⁶⁷. Conforme Derek Lomax, são frequentes as passagens que retratam as disputas políticas ao norte do rio Douro, e seu interesse pela região mais ao sul do reino está ligado apenas aos acontecimentos da Reconquista (LOMAX, 1963, p. 207).

O autor é capaz de citar as pequenas vilas, castelos e cidades da *Tierra de Campos* e do norte do reino de Castela, o cronista se reporta às terras ao sul com certo desconhecimento, se não descaso, como “[...] outras vilas próximas a Extremadura, e Toledo e toda a Transierra até aquelas partes²⁶⁸ [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 33-34). Como aponta Charlo

León y Castilla. Paz que no pudo llevarse a cabo sino por el matrimonio de doña Berenguela, hija del rey de Castilla, con el rey de León, en un matrimonio de hecho, porque según derecho no era posible, ya que los reyes eran parientes en segundo grado de consanguinidad” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 42).

²⁶⁵ “one of the most important events in the history of the medieval Church” (HOLT; WITCOMBE, 2020, p. 5).

²⁶⁶ Derek Lomax aponta que as dificuldades com as documentações do Concílio de Latrão impedem que o seu estudo ajude na identificação do cronista da CLRC. De acordo com o autor, todos os bispos poderiam ser considerados testemunhas do Concílio, mesmo sem estarem presentes. Para além disso, outro problema se encontra no fato de que as listas de participantes criadas no período identificam apenas os bispos e não abordam outros clérigos que estavam presentes. Temos, assim, a necessidade de analisarmos outros aspectos do cronista para descobrirmos sua possível identidade (LOMAX, 1963, p. 206).

²⁶⁷ Para colaborar no entendimento do que seria a “velha” Castela conferir, o Mapa 7, p. 158. Nele, é possível identificarmos as cidades que estão ao norte ou ao sul do rio Douro.

²⁶⁸ No original: “[...] otras villas cercanas en Extremadura, y Toledo y toda la Transierra hacia aquellas partes [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 33 e 34).

Brea (1999), fica evidente que se trata de “um castelhano *viejo* com traços regionalistas”²⁶⁹ (BREA, 1999, p. 14).

²⁶⁹ No original: “un castellano “viejo” con ribetes regionalistas” (BREA, 1999, p. 14).

Mapa 7



Mapa 7. Recorte do reino de Castela em 1217. Destacamos em azul o rio Douro que, como apresenta a Derek Lomax (1963), delimitava a “velha” Castela ao norte desse rio, região de amplo conhecimento do possível autor da CLRC. A seta em vermelho aponta a localidade de nascimento do nosso cronista. Fonte: Adaptado de MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 137.

Desse modo, por ora, sabemos que o autor da CLRC era um bispo, nascido e criado ao norte do rio Douro, na chamada “velha” Castela e que em algum momento esteve no Concílio de Latrão, em 1215.

Um quarto fator, um dos mais determinantes e que devemos ponderar em nossa discussão, são os conhecimentos diplomáticos e o acesso a documentos oficiais do reino por parte do cronista. Segundo Julio González (1980),

As notícias diretas que fornece sobre alguns documentos, concretamente os tratados de Benavente e Anagni (1230), ou sobre a conquista baleares pela carta de Jaime I [...] assim como os dados que fornece sobre a sede de Leão e o conhecimento do aspecto político e também dos acontecimentos ocorridos em outros países, coincidem plenamente com o chanceler de Fernando III²⁷⁰ (GONZÁLEZ, 1980, p. 38).

Ao longo da CLRC, encontramos passagens que demonstram que seu autor possuía conhecimento dos assuntos diplomáticos. Contudo, mais do que o interesse, é possível identificarmos que o cronista tinha acesso a eles de uma forma que apenas um chanceler possuía (BREA, 1999, p. 14; LOMAX, 1963, p. 208). Como exemplo, citamos o capítulo 33 da obra, que após explicar os direitos de sucessão no reino de Castela, versa sobre as características do documento deixado por Alfonso VIII e o local onde estava guardado: “[...] este tinha sido o desejo do glorioso rei por uma carta, selada com seu selo de chumbo, [...] e que foi encontrada em um armário da igreja de Burgos”²⁷¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 66).

Em outras duas situações, o cronista evidencia conhecimento dos arquivos reais ao apresentar tratados estabelecidos por Fernando III. O primeiro foi o acordo realizado entre o rei com suas irmãs pelo direito ao trono de Leão. O escritor demonstra conhecer muito bem os termos estabelecidos:

²⁷⁰ No original: “Las noticias directas que suministra sobre algunos documentos, concretamente los tratados de Benavente y Anagni (1230), o sobre la conquista baleárica por carta de Jaime I [...] asó como los datos que da sobre la sede de León y el conocimiento del aspecto político y también de acontecimientos ocurridos en otros países, concuerdan plenamente en el canciller de Fernando III” (GONZÁLEZ, 1980, p. 38).

²⁷¹ No original: “[...] está había sido la voluntad del rey glorioso por una carta, sellada con su sello plúmbeo, [...] y que fue encontrada en un armario de la iglesia burgalés” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 66).

As condições, então, da concórdia foram estas: o rei designou a suas duas irmãs em lugares fixos 30.000 maravedís, que deveriam receber anualmente enquanto vivessem, acrescentou muitas condições que estão contidas nas cartas sobre isto escritas. As irmãs, por sua vez, renunciaram ao direito, se algum tinham no reino, e destruíram as cartas paternas sobre a sucessão ou sobre a doação do reino a elas²⁷² (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

Em outro momento, o cronista relata o acordo realizado por Fernando III com Aben Hut, que, uma vez mais, indica o conhecimento dos diplomas do reino²⁷³:

[...] e se firmou o pacto sob esta condição, concedida além disso uma trégua e firmada a Avenhut e a seus súditos por até seis anos, de tal forma, porém, que Avenhut entregaria cada um dos anos quadrimestralmente ao rei de Castela quarenta mil e doze mil maravedís [...] ²⁷⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 101).

Além desses dois momentos, o capítulo 55 da crônica auxilia a historiografia a identificar o seu autor como alguém ligado à chancelaria do reino. Ao explicar a tomada da ilha de Mallorca pelo rei de Aragão, Jaime I, o cronista escreve: “Que o Deus altíssimo seja louvado, a quem é igualmente fácil vencer no pouco como no muito!, pois como conhecemos pelas cartas desse ilustre rei [...]”²⁷⁵ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 87). Em consonância com Derek Lomax (1963), esse conhecimento do autor como um

²⁷² No original: “Las condiciones, pues, de la concordia fueron éstas: el rey asignó a sus dos hermanas en lugares fijados 30.000 maravedís, que habían de recibir anualmente mientras vivieran, añadidas muchas condiciones que se contienen en cartas sobre estos escritas. Las hermanas, por su parte renunciaron al derecho, si alguno tenía en el reino, y destruyeron las cartas paternas sobre la sucesión o sobre la donación del reino a ellas” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

²⁷³ Em conformidade com Derek Lomax (1963, p. 208), esses trechos da CLRC demonstram o conhecimento e a utilização de conceitos diplomáticos. Por exemplo: “*et firmatum est pactum sub predicta conditione, data insuper treuga et firmata*” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 99).

²⁷⁴ No original: “[...] y se firmo el pacto bajo dicha condición, concedida además una tregua y firmada a Avenhut y a sus súbditos de hasta seis años, de tal forma, sin embargo, que Avenhut entregara cada uno de los años cuatrimestralmente al rey de Castilla cuarenta mil y doze mil maravedís [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 101).

²⁷⁵ No original: “¡Alabado sea Dios excelso, a quien es igualmente fácil vencer en lo poco como en lo mucho!, pues según conocimos por cartas de este ilustre rey [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 87).

chanceler também colabora no entendimento de uma última evidência, de como o cronista possuía um amplo conhecimento dos eventos externos ao reino de Castela e Leão, como a revolução Almóada no Marrocos, a Cruzada Albigense, as cruzadas de Felipe Augusto, Frederico Barbarossa e Ricardo Coração de Leão; o Império Latino de Constantinopla, o cerco a Avinhão [...] ²⁷⁶. O espaço dedicado a acontecimentos estrangeiros na CLRC é maior do que em qualquer outra crônica de sua época. As informações chegavam à corte por meio de cartas destinadas à realeza, sendo conseqüentemente do conhecimento de sua chancelaria (LOMAX, 1963, p. 205-208).

Assim, as características aqui indicadas de bispo, regionalista da “velha” Castela, eclesiástico presente no Concílio de Latrão em 1215 e, principalmente, conhecedor dos documentos diplomáticos reais, fizeram com que a historiografia – primeiramente Derek Lomax (1963) e depois a maioria dos historiadores envolvidos na pesquisa da CLRC, como Julio González (1980), Charlo Brea (1999) e Inés Fernández Ordóñez (2006) – designasse a autoria da “*Crónica Latina de los Reyes de Castilla*” ao bispo que ocupou o cargo de chanceler de Fernando III entre os anos de 1217 a 1246, a saber: Juan, bispo de Osma ²⁷⁷, também conhecido como Juan de Soria.

Com a identificação do cronista, é importante conhecermos alguns aspectos de sua biografia e de seu contexto, porque é com essas informações que podemos identificar se suas ideologias e representações eram frutos da sociedade em que vivia ou criações próprias para modificar o seu meio.

²⁷⁶ Os feitos sincrônicos extra peninsulares podem ser encontrados principalmente nos capítulos 29 a 30; 51 a 52; 58 a 59 e 68. Para mais detalhes vide Quadro 2. Macroestrutura da Crónica Latina de los Reyes de Castilla, página 169.

²⁷⁷ A historiografia, durante alguns anos, debateu a respeito de quem seria o chanceler de Fernando III, buscando descobrir qual seria o seu sobrenome e a qual família pertencia. Juan Loperraez Corvalan, em sua obra **Descripción histórica del Obispado de Osma** de 1788, apresenta o bispo como Juan de Medina, de acordo com o que podia-se ler em seu epitáfio em Burgos (LOPERRAEZ CORVALAN, 1788, p. 229). Posteriormente defendeu-se que seria Juan Domínguez, um erro derivado do século XVI (GONZÁLEZ, 1980, p. 504). Até hoje, não se sabe ao certo o sobrenome de Juan de Osma, no entanto, essa discussão foi aprofundada e pode ser conferida em dois artigos principais: SERRANO, Luciano. El canceller de Fernando III de Castilla. **Hispania**, v. 1, n. 5, p. 3, 1941 e FERNÁNDEZ MARTÍN, Pedro. El obispo de Osma, canceller de Fernando III el Santo, no se llamaba don Juan Domínguez. **Celtiberia**. n. 27, 1964, pp. 79-95. Julio González realiza uma síntese dessa discussão: Supone que pertenecía a la familia de los Hinojosa, y que sería pariente de Jiménez de Rada, y que acaso le conociese la reina doña Berenguela durante los años 1206-1208 en que este arzobispo era capitular de Burgos, y que pudo introducir le en la cancellería de Alfonso VIII si era Juan Díaz, acaso el don Juan que se documenta con don Mauricio en 1215. En realidad, son suposiciones no probadas (GONZÁLEZ, 1980, p. 505).

D. Juan, doravante designado Juan de Osma, nasceu na região de Soria²⁷⁸, ao norte do Rio Douro, entre os anos de 1190 e 1195. Vinculado à Igreja, tornou-se escrivão em 1209 e notário em 1215²⁷⁹. Em 1217, foi escolhido chanceler dos reinos de Castela e Leão a partir de 1230/1231, cargo que manteve até o ano de sua morte, em 1246²⁸⁰ (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 247-248; LOMAX, 1963, p. 208-209; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006).

Seu trabalho como chanceler rendeu-lhe cargos religiosos importantes nos reinos de Castela e Leão. A respeito de seus ministérios, o tomo I do livro *Descripción histórica del Obispado de Osma*²⁸¹, escrito por Juan Loperraez Corvalan em 1788, e o *Episcopologio vallisoletano*²⁸², de Manuel de Castro Alonso, em 1904, ambos redigidos segundo a documentação de suas respectivas dioceses, explicam a trajetória eclesiástica do cronista. Juan tornou-se abade de Santander de 1217 a 1219, quando foi nomeado abade de Valladolid até aproximadamente 1230/1231. Nesse ano, tornou-se o bispo da cidade Osma, cargo pelo qual ficou conhecido historicamente. No entanto, foi nos anos finais de sua vida, em 1240, que se tornou o bispo da importante região de Burgos – como vimos anteriormente, esse era considerado um dos principais centros da espiritualidade da coroa de Castela – onde permaneceu até a sua morte, em 1246. Ambos os documentos reforçam o fato de que Juan de Osma foi escolhido por Fernando III para ser o seu chanceler (LOPERRAEZ

²⁷⁸ Para auxiliar na compreensão geográfica, indicamos a região de Soria, no Mapa 7, por uma seta vermelha. Seu local de nascimento faz parte da fronteira delimitada do que anteriormente explicamos ser a chamada “velha” Castela, que influencia a sua forma de pensar e representar o mundo, principalmente em relação à Reconquista e à rivalidade com o reino de Leão.

²⁷⁹ De acordo com essa datação, Juan ainda não havia se tornado bispo em 1215, ano do Concílio de Latrão. Sendo assim, o seu nome não é registrado nas listas de presença episcopais do Concílio. No entanto, é provável que estivesse presente como um clérigo acompanhante, provavelmente do bispo Jiménez de Rada (BREA, 1999, p. 19), ou ainda como acompanhante de Santo Domingo de Guzmán (1170-1221), do qual possui influência nos conhecimentos bíblicos, e o bispo Diego (GONZÁLEZ, 1980, pp. 504-505).

²⁸⁰ Foi a rainha Berenguela que escolheu Juan como o chanceler de Fernando III, tendo em vista a idade do monarca em 1217. Juan de Osma seria um clérigo culto, advindo de uma diocese famosa por formar “clérigos exemplares”. Teve fama de “sapiéntíssimo” reconhecida pelo próprio cronista Lucas de Tuy (GONZÁLEZ, 1980, pp. 504-506).

²⁸¹ LOPERRÁEZ CORVALÁN, Juan. **Descripción Histórica del Obispado de Osma**, Con El Catálogo De Sus Prelados. Madrid: Imprenta Real, 1788.

²⁸² CASTRO ALONSO, Manuel. **Episcopologio vallisoletano**. Valladolid: Tipografía y Casa Editorial Cuesta, 1904.

CORVALAN, 1788, p. 229; CASTRO ALONSO, 1904, p. 60-61; AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 248).

O cargo de Juan de Osma como chanceler do reino pode ser confirmado pela própria CLRC. No capítulo 73, o cronista, ao relatar a conquista da grande cidade de Córdoba por Fernando III, revela que após a tomada da cidade e antes mesmo da procissão solene, a mesquita foi feita igreja pela expulsão da “heresia muçulmana” e santificação do local com água benta e sal. Esse feito foi realizado pelo chanceler, a saber, bispo de Osma²⁸³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 102). Ao sabermos que entre os anos de 1231 e 1240 Juan de Soria foi o bispo da cidade de Osma e a conquista de Córdoba ocorreu em 1236, fica evidente o seu papel como chanceler do reino.

Diante dessas informações, sabemos então que Juan de Soria foi um bispo da “velha” Castela, com conhecimentos diplomáticos, e ainda vivo na tomada de Córdoba, em 1236. Conforme o editor da CLRC, Charlo Brea (1999), parece ser conclusivo que em:

Juan, bispo de Osma, cumprem-se todos os requisitos que postulamos para o autor de nossa crônica: é um personagem proeminente em Castela; eclesiástico constituído em dignidade; secretário-chanceler de Fernando III, a quem acompanhou em suas campanhas de guerra, como o próprio Rodrigo afirma da de Córdoba; e participou do Concílio de Latrão de 1215, embora não fosse então bispo, como companheiro de Toledano, como atesta a lista de personagens hispânicos presentes no referido Concílio²⁸⁴ (BREA, 1999, pp. 18-19).

Ainda que não possamos ter certeza da autoria da CLRC, possuímos o consenso da historiografia atual em apontar Juan de Osma como seu autor. Como assinala Carlo Brea (1999) na citação supracitada, o bispo de Osma e Burgos é o que se enquadra melhor, do que qualquer outro eclesiástico do período, nas características apresentadas pela crônica.

²⁸³ No original: “Por la tarde el canciller, a saber el obispo de Osma” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 100).

²⁸⁴ No original: “[...] Juan, obispo de Osma, se cumplen todos los requisitos que postulábamos para el autor de nuestra crónica: es un personaje destacado en Castilla; eclesiástico constituido en dignidad; canceller-secretario de Fernando III, a quien acompañaba en sus campañas guerreras, como el mismo Rodrigo afirma de la de Córdoba; y asistió al Concilio de Letrán de 1215, aunque no fuera entonces obispo, como acompañante del Toledano según atestigua la relación de personajes hispanos asistentes a dicho Concilio” (BREA, 1999, pp. 18-19).

Se buscamos, com o respaldo da Nova História Cultural, compreender as representações e ideologias de legitimidade do poder da CLRC, é relevante a definição de sua autoria, porque auxilia-nos a compreender como a crônica foi um produto e, também, uma produtora de seu contexto.

Analisar a História por meio da cultura é compreendê-la como um conjunto de significados compartilhados pelos indivíduos de uma mesma sociedade com o objetivo de explicar a sua própria realidade (PESAVENTO, 2003). São as características, assinaladas anteriormente, que compõem parte do modo de representar e significar o mundo do cronista: um eclesiástico participante do IV Concílio de Latrão, abade de Santander, Valladolid e bispo a partir de 1230; um político importante com o cargo de chanceler do reino; nascido no território conhecido como “velha” Castela e conseqüentemente regionalista com tendências a criticar outros reinos; vinculado à família real, e portanto, testemunha ocular de diversos acontecimentos dos quais narra; membro ativo das campanhas de Reconquista fernandinas. Tais características contextualizam a criação de uma representação única acerca dos acontecimentos do reino por parte do cronista.

Cientes das principais características de Juan de Osma que colaboraram para sua maneira de representar o mundo, passamos agora à segunda parte da análise técnica: período de composição e estruturas da CLRC.

4.2 As características técnicas da Crônica Latina dos Reis de Castela: período de composição e estrutura

Sabemos que apenas após um debate historiográfico foi possível atribuir a composição da CLRC a Juan de Osma. Do mesmo modo, ocorreu um debate sobre o período de sua escrita e estrutura. Ao final da primeira metade do século XX, surgiu uma controvérsia acerca da sua composição que pode ser descrita em duas vertentes principais: 1) a possibilidade de a crônica possuir um segundo escritor, além do bispo de Osma; 2) a possibilidade de sua escrita ter ocorrido em etapas distintas, o que explicaria as diferenças presentes ao longo do texto.

O primeiro ponto se desenvolveu em 1995, quando Luis Charlo Brea publicou um artigo, intitulado “¿Un segundo autor para la última parte de la

*Crónica latina de los reyes de Castilla?*²⁸⁵, investigando a hipótese de que as diferenças apresentadas nos últimos capítulos da CLRC seriam resultado da escrita de uma segunda pessoa que não fosse Juan de Soria (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 251). O historiador George Martin, em 2006, também sustentava essa possibilidade ao analisar os últimos capítulos da crônica e questionava se teria sido o mestre Lope: “[...] o companheiro que teria substituído o chanceler na composição de sua crônica?”²⁸⁶ (MARTIN, 2006, on-line, nota 69).

Contudo, no mesmo colóquio²⁸⁷ em que foi publicado esse artigo de George Martin, em 2006, a filóloga e medievalista Inés Fernández Ordóñez²⁸⁸, em seu estudo “*La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1227-1237) de Juan de Soria*”, apresentou uma nova abordagem referente à composição da crônica. Segundo a historiadora, a CLRC não foi escrita por duas pessoas. Na verdade, foi composta por Juan de Osma em pelo menos quatro etapas distintas entre os anos de 1223 e 1237, sendo essa separação temporal a responsável pelas mudanças léxicas e de estilo.

Para compreender a sua composição²⁸⁹, Inés Fernández Ordóñez (2006) apresenta uma macroestrutura da crônica da seguinte forma, ilustrada a seguir.

²⁸⁵ CHARLO BREA. ¿Un segundo autor para la última parte de la Crónica latina de los reyes de Castilla? *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval*. Madrid, 1995, pp. 25-256.

²⁸⁶ No original: “S’agit-il de l’acolyte qui aurait relayé le chancelier dans la composition de sa chronique?” (MARTIN, 2006, nota 69).

²⁸⁷ No ano de 2006, foi organizado por Georges Martin um colóquio específico sobre a CLRC denominado: *Chronica regum Castellae* (2006): sources, forme, sens et influence, realizado na Universidade Paris-Sorbonne nos dias 2 a 3 de junho. O objetivo principal desse encontro foi realizar um grande estudo sobre a terceira grande crônica produzida no reinado de Fernando III, a CLRC escrita pelo chanceler Juan de Osma. Para mais informações, consultar: MARTIN, George. Prefácio. *e-Spania* [Online], 2, 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/405>

²⁸⁸ Inés Fernández Ordóñez Hernández é filóloga e membro da Real Academia Espanhola. A sua abordagem como filóloga e crítica textual da Crônica Latina foi fundamental para a compreensão da estrutura e do período de composição de nossa fonte. Acerca de seus trabalhos e linhas de investigação, consultar: <https://www.uam.es/FyL/Fern%C3%A1ndez-Ord%C3%B3%C3%B1ez-Hern%C3%A1ndez.-In%C3%A9s-1242658495653.htm?pid=1242658433973>

²⁸⁹ Como o manuscrito da crônica não apresenta nenhum tipo de divisão em capítulos e livros, a historiografia organizou a estrutura cronística em pelo menos três vertentes. A primeira foi feita pelo editor da crônica, Georges Cirot, que propôs uma divisão em três seções contendo ao todo 75 capítulos. A primeira, de Fernán Gonzalez a Sancho III (caps. 1 a 8); a segunda, no reinado de Alfonso VIII (caps. 9-30); e a última, composta pelo governo de Enrique I e Fernando III (caps. 31-75). Essas seções foram divididas em subpartes e essas, por seu turno, em parágrafos (BREA, 1999, p. 7; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line). Charlo Brea retirou essa divisão

Quadro 2

Bloco 1	Introdução: da morte de Fernán González a de Sancho III	Caps. 1 ao 8
Bloco 2	Alfonso VIII	Caps. 9 ao 28
Bloco 3	Feitos sincrônicos extra peninsulares do 30º ano de Alfonso VIII em diante	Caps. 29 a 30
Bloco 4	Enrique I (1214-1217), e Fernando III (1217-1226)	Caps. 31 e 32 e 33 a 50
Bloco 5	Feitos sincrônicos extra peninsulares (1224-1229)	Caps. 51 a 52
Bloco 6	Continuação de Fernando III (1227-1230)	Caps. 53 a 57
Bloco 7	Feitos sincrônicos extra peninsulares (1228-1230)	Caps. 58 a 59
Bloco 8	Continuação de Fernando III (1230-1235)	Caps. 60 a 67
Bloco 9	Feitos sincrônicos extra peninsulares (1235-1236)	Cap. 68
Bloco 10	Continuação de Fernando III (1236) – Fim abrupto.	Caps. 69 a 75

Quadro 2 – Macroestrutura da Crónica Latina de los Reyes de Castilla. Fonte: Inéz Fernández Ordóñez (2006, *on-line*).

De acordo com essa macroestrutura, a crônica está organizada por núcleos principais, que, por seu turno, são sincronizados com notícias de outros reinos da Europa. Essas informações seriam complementos à narrativa principal

em sua edição de 1984, mas por questões didáticas, as divisões em subpartes e parágrafos foram reintegradas em suas edições na década de 1990. Por questões práticas, assim como o restante da historiografia, utilizamos essa divisão em nossa tese para facilitar o processo de citação e referência. Francisco Javier Hernández (2003) escreve sobre uma divisão cronológica na crônica de acordo com o ano de reinado do monarca. Essa divisão pode ser analisada em sua nota de rodapé 28 entre as páginas 111 e 112 de seu texto: *La corte de Fernando III y la casa real de Francia documentos, crónicas, monumentos*. In: **Fernando III y su tiempo** (1201-1252): VIII Congreso de Estudios Medievales. Fundación Sánchez-Albornoz, 2003. Por fim, temos a divisão da historiadora Inés Fernández Ordóñez (2006) a qual utilizamos em nosso texto, da qual Carlo Ayala Martínez adjetiva como “convincente hipótese” (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 251).

e seriam utilizadas para colocar o reino de Castela em um panorama internacional. Como podemos observar no Quadro 2, antes de Alfonso VIII (bloco 2) não são apresentadas notícias extrapeninsulares. Tais informações acerca do estrangeiro foram apresentadas pela primeira vez entre a morte de Alfonso VIII e o breve governo de Enrique I. Destarte, ao iniciar o reinado de Fernando III, os comentários internacionais tornam-se frequentes e passam a ocorrer em intervalos mais curtos.

Essa organização em blocos seria resultado da forma como a CLRC foi redigida em diferentes etapas. A primeira parte da crônica, blocos 1 ao 4, apenas referente até o ano de 1220²⁹⁰, foi escrita entre a metade de 1223 e o começo de 1224. A partir de então, a obra foi atualizada três vezes: os anos correspondentes a 1224 a 1226, blocos 4 e 5, foram escritos entre 1229 e 1230; os acontecimentos de 1227 a 1230, blocos 6 e 7, aproximadamente em 1234 e, por fim, o relato sobre os anos de 1230 a 1236, blocos 8 a 10, foram escritos entre 1236 e 1237. É importante levarmos em consideração que as atualizações estavam sempre relacionadas aos avanços de Fernando III na Reconquista²⁹¹ (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Diante dessas informações, o período de composição e atualizações da crônica podem ser esquematizados da seguinte forma²⁹², como apontamos na sequência.

²⁹⁰ A CLRC apresenta uma lacuna temporal entre os anos de 1221 e 1223, os anos 4 a 6 do reinado de Fernando III. Para Hernández (2003), essa falha temporal fez com que o autor deixasse de fora de seu relato importantes acontecimentos, como o nascimento do herdeiro Alfonso X, em novembro de 1221, assim como a rebelião dos nobres contra Fernando III e uma possível entrega de Castela para o rei da França (assunto já investigado em nossa tese no capítulo 2). Conforme o historiador, essa lacuna seria fruto de um descuido do cronista ou mesmo algum acidente posterior à escrita da obra (HERNÁNDEZ, 2003, pp. 111-112).

²⁹¹ A ideologia de cruzada é um dos principais fios condutores da escrita da CLRC. Abordamos esse aspecto no capítulo 5.

²⁹² Os sistemas de datação utilizados pela CLRC são notadamente distintos do utilizado pelas outras crônicas do mesmo período. Inéz Fernández Ordóñez (2006) realiza uma longa análise acerca desse sistema e o apresenta em forma de quadros, no Anexo IV desta tese para eventual consulta. É a partir dos diferentes sistemas de datação encontrados na CLRC que a historiadora cria a divisão apresentada no Quadro 3.

Quadro 3

Blocos de Composição	Período retratado pela CLRC	Período de escrita	Capítulos
A	Introdução, reinado de Alfonso VIII, Enrique I e início do governo de Fernando III até 1220.	Entre a segunda metade de 1223 e início de 1224.	1-39
B	Início das campanhas militares de Reconquista por Fernando III; Conquista de Quesada, Salvatierra e Capilla (1224 – 1226)	1229 a 1230	42-51
C	Feitos sincrônicos extra peninsulares (1224-1229); Continuação de Fernando III (1227-1230); Feitos sincrônicos extra peninsulares (1228-1230)	1234	52-59
D	A unificação dos reinos de Castela e Leão (1230); Conquista de Úbeda e Córdoba por Fernando III (1230 – 1236)	De novembro de 1236 a julho 1237	60-75

Quadro 3. Quadro explicativo sobre o período de composição das diferentes etapas de escrita da CLRC. Fonte: Desenvolvido pelos autores com base nas informações apresentadas por Inéz Fernández Ordóñez (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

A descoberta do período de composição de cada etapa da crônica colabora no processo de análise das redes sociais e políticas (SPIEGEL, 1999) que Juan de Osma buscava moldar e que se organiza ao seu redor. Apesar das diferentes etapas de composição, é possível identificarmos a manutenção de dados elementos e características que comprovam a existência de um único

autor²⁹³. São eles: uma unidade ideológica cruzadista, a utilização do calendário litúrgico e as citações bíblicas. Por conseguinte, a análise do documento demonstra que as diferentes seções apresentadas foram frutos de uma composição progressiva de um único autor. Apesar dos diferentes períodos de escrita,

[...] não se pode deduzir, entretanto, que mais de um autor interveio na crônica. Apesar das divergências percebidas entre algumas seções e outras, tanto a ideologia subjacente ao texto quanto outros dados formais são comuns a toda a crônica e demonstram, em minha opinião, sem dúvidas, a existência de um único autor. Agora, um autor que não redigiu seu texto em um único ato de escrita, mas que foi revisando e atualizando ao longo do tempo. Essa progressiva tarefa de "atualização" é o que explica as pequenas diferenças observadas na forma de datação, nas fontes utilizadas, no léxico utilizado ou no tratamento dado aos diferentes personagens²⁹⁴ (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

O fio condutor ideológico a que a autora se refere é a importância do reino de Castela no combate ao islamismo na Península Ibérica. A crônica tem por objetivo traçar um paralelo entre a guerra empreendida pela Igreja contra os albigenses e os muçulmanos na Palestina com a luta travada por Fernando III contra o Islã (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line, parágrafo 54). É essa ideologia de cruzada que determina a autoria única da crônica. Ela é mantida ao longo do texto como um dos principais aspectos das representações e ideologias que o cronista utiliza para demonstrar a legitimidade do poder de Fernando III. Em tempo, a hipótese de que a escrita da crônica ocorreu em diferentes momentos nos ajuda a compreender como as suas ideias ao longo das décadas de 1220 a 1240 foram se transformando de acordo com o contexto de sua escrita.

²⁹³ Javier Hernández (2003) também não aceita a hipótese de uma escrita por mais de um autor (2003, p. 106).

²⁹⁴ No original: [...] no puede deducirse, sin embargo, que en la Chronica haya intervenido más de un autor. Pese a las divergencias percibidas entre unas secciones y otras, tanto la ideología subyacente al texto como otros datos formales son comunes a toda la Chronica y demuestran, en mi opinión sin lugar a dudas, la existencia de un único autor. Ahora bien, un autor que no compuso su texto en un único acto de escritura, sino que lo fue revisando y actualizando a lo largo del tiempo. Esa tarea de "puesta al día" progresiva es la que explica las pequeñas diferencias observadas en la forma de datar, en las fuentes manejadas, en el léxico empleado o en el tratamiento dado a diversos personajes (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line, parágrafo 51).

Por meio das características técnicas/estruturais apresentadas ao longo dos tópicos 4.1.1 e 4.1.2, podemos iniciar a nossa análise relativa às principais características da crônica, pois assim como a autoria, estrutura e período de escrita, estas compõem o alicerce de compreensão das representações e ideologias apresentadas pelo cronista.

4.3 Castelhanismo e personalidade: a Crônica Latina dos Reis de Castela, uma crônica singular

As representações, intenções e o modelo histórico utilizado por Juan de Osma fizeram da *Crónica Latina de los reyes de Castilla* um documento singular para o seu período. As suas concepções e a sua forma de escrever a história eram muito diferentes das disseminadas por outros cronistas do mesmo contexto, como os já mencionados Jiménez de Rada e Lucas de Tuy. Foram justamente essas diferenças as prováveis responsáveis por um abandono e esquecimento da CLRC no fim da Idade Média e nos séculos seguintes a sua escrita, de modo que isso resultou na dificuldade e na demora desse documento ser encontrado pelos historiadores contemporâneos.

O abandono da crônica pela própria historiografia medieval é um aspecto que nos chama a atenção, pois diferentemente da *Historia de los Hechos de España* e da *Chronica Mundi*, a CLRC foi a única grande crônica da primeira metade do século XIII a não ser utilizada como fonte para a obra histórica realizada pelo herdeiro de Fernando III, Alfonso X²⁹⁵. Em razão disso,

²⁹⁵ Alfonso X entrou para a história como um dos monarcas mais importantes do século XIII, principalmente no que tange a sua “extraordinária produção cultural” que lhe concedeu a sua alcunha de rei sábio, ou ainda “imperador da cultura” (REIS, 2007, p. 12). Esse monarca foi responsável, direta e indiretamente, pela produção de obras literárias, jurídicas, artísticas, científicas e históricas. Nos interessa aqui o desenvolvimento dessas últimas, da qual destacamos a *Primera crónica general de España*. Essa obra teria sido baseada nas crônicas *Historia de los Hechos de España* de Jiménez de Rada e da *Chronica Mundi* de Lucas de Tuy, contudo, não há vestígios da utilização da *Crónica Latina de los reyes de Castilla*. Ao longo do tópico 4.3, investigamos como os motivos desse esquecimento estão ligados a características únicas apresentadas pela fonte. No que tange às obras históricas de Alfonso X, consultar: PROCTER, E. **Alfonso X de Castilla, patrono de las letras y del saber**. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 2002; CATALÁN, Diego. **La Estoria de España de Alfonso X: creación y evolución**, Madrid, Seminario Menéndez Pidal, Fundación Ramón Menéndez Pidal, Universidad Autónoma de Madrid, 1992; FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. **Las Estorias de Alfonso el Sabio**. Madrid, Istmo, 1992; FUNES, Leonardo. Alfonso el Sabio: su obra histórica y el fecho del imperio. *Exemplaria Hispánica*, 2-3 (1992-1993), pp. 76-92.

investigamos como as principais ideias de Juan de Osma moldaram a sua obra em um formato único e diferente do que existia até então e, conseqüentemente, culminaram em seu abandono.

Um primeiro conjunto de fatores a considerarmos é o regionalismo castelhanista de Juan de Osma e o seu conseqüente afastamento de uma ideologia até então dominante nas crônicas ibéricas e no trabalho de Jiménez de Rada e Lucas de Tuy²⁹⁶: o neogoticismo (BAUTISTA, 2006, on-line).

O neogoticismo medieval desenvolveu-se como uma ideologia, no século IX, que buscava legitimar o poder dos monarcas cristãos e a guerra de Reconquista contra o islamismo. Segundo José Fernando Tínocho Díaz (2017), o neogoticismo

Acabou formando uma parte essencial da sociedade hispânica ao longo da Idade Média, amadurecendo e aperfeiçoando-se com o tempo, de modo que configurou um marco teórico que contribuiu para construir laços de união e legitimidade governamental, e definia um programa determinado de atuação política da monarquia hispânica, onde qualquer tarefa tornava-se incluída no projeto histórico: a legítima recuperação de um território herança da monarquia visigoda. Esta ideia fundamentava-se sobre uma motivação principal: a necessidade de recuperar o senhorio político sobre o antigo território do reino visigodo e a restauração da Igreja hispana nesta terra²⁹⁷ (TINOCO DÍAZ, 2017, p. 55).

Nesse sentido, podemos perceber que o neogoticismo centrava-se na ideia de que os cristãos ao norte da Península eram os herdeiros legítimos dos

²⁹⁶ Tanto Jiménez de Rada quanto Lucas de Tuy se utilizaram dessa ideologia para a legitimação dinástica de Fernando III após a unificação dos reinos de Castela e Leão (CRESPO LÓPEZ, 2015, pp. 47 e 48). Para Juan Fernández Valverde (1989), é importante considerar que Jiménez de Rada não acreditava no neogoticismo como uma continuação do reino visigodo, pois essa civilização teria acabado com a invasão dos árabes, em 711. No entanto, o cronista utilizava a recuperação da tradição goda e sua organização política como uma maneira de superar os fortes regionalismos locais da Península Ibérica que impediam a formação de um grande reino como o da França e da Inglaterra (FERNÁNDEZ VALVERDE, 1989, p. 47). Para maiores informações referentes à ideologia asturiana nas crônicas do século XIII, consultar: BRONISCH, Alexander Pierre. La ideología asturiana y la historiografía en época de Fernando III. In: **Fernando III: tiempo de cruzada**. Madrid: Silex, 2012.

²⁹⁷ No original: “[...] acabó formando una parte esencial de la sociedad hispánica lo largo de la Edad Media, madurando y perfeccionándose con el tiempo, de manera que configuró un marco teórico que contribuyó a construir lazos de unión y legitimidad gubernamental, y definía un programa determinado de actuación política de la monarquía hispánica, donde cualquier empresa quedaba incluida en un proyecto histórico: la legítima recuperación de un territorio herencia de la monarquía visigoda. Esta idea se asentaba sobre una motivación principal: la necesidad de recuperar el señorío político sobre el antiguo territorio del reino visigodo y la restauración de la Iglesia hispana en esta tierra” (TINOCO DÍAZ, 2017, p. 55).

povos visigodos que dominavam o território antes da invasão muçulmana em 711. Tal conceito foi amplamente utilizado pelos cronistas e religiosos para legitimar o poder dos monarcas do reino de Leão, pois, de acordo com o neogoticismo, eram eles os descendentes diretos do reino que iniciou a resistência cristã, o asturiano-leonês, e, por conseguinte, os legítimos herdeiros do território.

Essa ideologia também foi utilizada como um elemento de coesão e unificação dos reinos cristãos hispânicos ao longo da Idade Média. Como explica Josué Villa Prieto (2010):

A unidade hispânica, simbolizada pelo reino visigodo, havia sido quebrada por causa da invasão muçulmana; era preciso, então, expulsar os invasores e estender o domínio cristão, cujo poder havia sido reformulado no reino asturiano-leonês. Esta alegação resume bem o sentimento neogótico da época²⁹⁸ (VILLA PRIETO, 2010, p. 125).

Carlos de Ayala Martínez (2020) afirma que no final do século X e início do XI, os monarcas leoneses expressavam o seu crescente desejo serem reconhecidos como senhores de toda Península Ibérica, tendo como argumento principal a ideologia neogoticismo (AYALA MARTÍNEZ, 2020, pp. 15-16).

Posto isso, o neogoticismo foi uma das principais ideias de legitimação do poder utilizada pelos autores cristãos da Península Ibérica, inclusive dos cronistas do século XIII. Por essa razão, é no mínimo intrigante a decisão do cronista de rejeitar o neogoticismo. Sendo Juan de Osma um eclesiástico de grande importância do reino, por que haveria de abandonar uma ideia que colaborava para a legitimação de Fernando III?

A resposta para nossa pergunta manifesta-se quando compreendemos o caráter extremamente leonês do neogoticismo. Tal característica fez com que Juan de Osma se afastasse desse modelo ideológico e até mesmo o desprezasse: “De Goticismo, portanto, nada”²⁹⁹ (BRONISCH, 2012, p. 450).

²⁹⁸ No original: “la unidad hispánica, simbolizada por el reino visigodo, había sido quebrantada a causa de la incursión musulmana; era preciso, pues, expulsar a los invasores y extender el dominio cristiano, cuyo poder había sido refundido en el reino astur-leonés. Este alegato resume bastante bien el sentimiento neogótico de la época”(VILLA PRIETO, 2010, p. 125).

²⁹⁹ No original: “De goticismo, por tanto, nada” (BRONISCH, 2012, p. 450).

O cronista, como um castelhanista regionalista, buscou a realização de uma história com enfoque em Castela. Como consequência, o autor acabava por desvalorizar o reino de Leão em seu discurso, criticando particularmente o rei Alfonso IX. Um de seus objetivos primários era pautar o reino de Fernando III e de seu avô, Alfonso VIII, como uma referência de resistência cristã, não somente na Península Ibérica, mas para toda cristandade (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 250).

O seu posicionamento castelhanista pode ser visto no modo como retrata Alfonso IX. Apesar de ser pai de Fernando III, é representado pelo cronista como alguém presunçoso³⁰⁰, altamente influenciável, rancoroso e maldoso, como mostra a seguinte passagem:

O rei de Leão, que ia em auxílio ao rei de Castela, chegou a Toledo e por conselho de alguns satélites de Satanás converteu-se em um arco de maldade, buscando oportunidades para separar-se do amigo, e de amigo se fez inimigo cruel, pois guardava na profundidade de sua alma a memória do que aconteceu nas cortes celebradas em Carrión [...] ³⁰¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 39-40).

Em outro momento, o rei de Leão é apresentado como alguém que não colaborava com o processo de Reconquista e combate ao Islã,

[...] enquanto os reis católicos e seus vassallos expunham a vida e os reinos pela exaltação do nome cristão, o rei de Leão, como havia feito na época da outra guerra, declarou guerra ao rei de Castela ³⁰² (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 56).

³⁰⁰ No original: “Pero el rey no quiso escuchar los ruegos, sino que, llevado de vanagloria que había concebido [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 62).

³⁰¹ No original: “El rey de León, que iba en ayuda del rey de Castilla, llegó a Toledo y por consejo de algunos satélites de Satanás se convirtió en arco de maldad, buscando ocasiones para apartarse del amigo, y de amigo se hizo enemigo cruel, pues guardaba en la profundidad de su alma el recuerdo de lo que sucediera en las Cortes celebradas en Carrión [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 39-40).

³⁰² No original: “[...] mientras los reyes católicos y sus vasallos exponían vida y reinos por la exaltación del nombre cristiano, el rey de León, como había hecho en tiempos de la otra guerra, declaró la guerra al rey de Castilla” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 56).

Como podemos depreender do excerto, Alfonso IX, além de não colaborar, é representado como um traidor, porque enquanto Alfonso VIII realizava a grande vitória de *Las Navas de Tolosa*, o rei de Leão se aproveitava do momento de instabilidade para declarar guerra ao reino de Castela.

A mudança de perspectiva do cronista no tocante ao reino de Leão ocorre após a morte de Alfonso IX, em 1230. O cronista traça um breve elogio escrevendo: “[...] morreu com final feliz, segundo se acredita, concluindo sua vida em um zelo pela justiça, perseguindo viril e prudentemente a ladrões e outros malvados³⁰³” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 90). Podemos compreender tal mudança de perspectiva ao analisarmos o período da escrita. As duas primeiras passagens sobre Alfonso IX foram retiradas dos primeiros blocos da crônica, sendo assim redigidas entre 1223 e 1224, a escrita do relato da morte de Alfonso IX ocorreu após 1234³⁰⁴, quando Fernando III já era rei de Leão e o discurso antileonês havia sido minimizado pelo cronista.

Ao abandonar o discurso neogótico e criticar o monarca leonês, o autor retirava de seu texto a ideia, predominante no Norte da Península, de que o reino leonês era o herdeiro legítimo da monarquia visigoda que perderia o seu poder na invasão muçulmana do século VIII. O cronista delega ao reino de Castela e a Fernando III, de forma inédita, o papel de defensores da cristandade na Península Ibérica (BAUTISTA, 2006, on-line) e os compara a outros grandes defensores da Europa, como o reino da França e da Inglaterra. Ressaltamos que a ideologia principal da crônica é a de abordar a guerra de Reconquista de Fernando III e da monarquia castelhana como uma guerra paralela da Igreja católica contra os muçulmanos no Oriente Médio, dos albigenses na França etc. (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Assim, no afastamento do neogoticismo por Juan de Osma temos nossa primeira resposta ao possível abandono da CLRC pelos cronistas posteriores. Após a unificação definitiva de Castela e Leão, em 1230, o discurso fortemente

³⁰³ No original: “[...] murió con final feliz, según se cree, concluyendo su vida en el celo de justicia, persiguiendo viril y prudentemente a ladrones y otros malvados” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 90).

³⁰⁴ Vide Quadro 3, p.171.

castelhanista, contrário ao reino de Leão e crítico do neogoticismo, não possuía mais espaço, fazendo com que a historiografia alfonsina³⁰⁵ ignorasse a CLRC³⁰⁶.

Um segundo conjunto de fatores singulares da crônica de Juan de Osma está na forma como o autor elabora o texto de modo pessoal e voltado para a descrição de seu presente. Diferentemente de Jiménez de Rada e Lucas de Tuy, Juan de Osma não busca no passado a legitimação histórica para as suas ideologias³⁰⁷ e não apresenta uma definição do presente pelo passado (BAUTISTA, 2006, on-line). Como explica o historiador Carlos de Ayala Martínez,

[...] ao contrário de outros grandes cronistas do século XIII, o autor do texto compõe a sua narração a partir de sua experiência pessoal e do recurso de sua memória: não são as obras de outros autores as que servem Juan de Osma para compor com autoridade a sua própria³⁰⁸ (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 251).

Ao analisarmos a composição e o período de escrita da CLRC, é possível inferirmos que o cronista possuía como foco os eventos presentes, dos quais, em grande parte, ele mesmo fora um personagem histórico. A crônica menciona uma expressão de suas recordações e opiniões sobre os acontecimentos, sem

³⁰⁵ ALFONSO X. **Primera crónica general de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289**. Ed. Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos, v. 2, 1955.

³⁰⁶ Apesar de a obra histórica de Alfonso X aceitar e utilizar o neogoticismo como elemento de coesão na Península Ibérica, Inéz Fernández (2003) alerta: “Alfonso X se separa de Lucas y Rodrigo en afirmar el poder absoluto del señor natural tanto ante las dignidades eclesiásticas como ante la nobleza laica, postura que, como es bien sabido, acabaría por acarrearle una deposición de facto a finales de su reinado. Por otra parte, la *Estoria de España* alfonsí se aleja de sus antecesoras al proponer un concepto de Hispania basado en la unidad geográfica formada por la Península Ibérica y que, en consecuencia, incluye a todos sus habitantes, y no sólo a los miembros de una gens, a los practicantes de una religión o a los de una parte del territorio. Puesto que es la entidad geográfica peninsular la que delimita el ámbito de la obra, la historia queda estructurada como la historia del dominio que ejercieron sobre ella los varios pueblos que la enseñorearon desde sus primeros pobladores. No es ya la historia de uno de sus pueblos dominadores, los godos” (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2003, p. 115). Dessa forma, após o reinado de Fernando III e a unificação dos reinos de Castela e Leão, o neogoticismo permanece como importante ideologia de legitimação, no entanto ela é ampliada para os demais povos que possam habitar a Península Ibérica, não somente os herdeiros dos godos.

³⁰⁷ Vide, Capítulo 1, item 1.3.2 As Crônicas Medievais: a história como “legitimação política”, a discussão teórica acerca da “Estrutura ideológica do Argumento”.

³⁰⁸ No original: “Por otra parte, a diferencia de los otros grandes cronistas del XIII, el autor del texto compone su narración sobre la base de su experiencia personal y el recurso de su memoria: no son las obras de otros autores las que le sirven a Juan de Osma para componer autoritativamente la suya propia” (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 251).

a intermediação de uma fonte ou terceiro³⁰⁹. Podemos verificar esse traço de personalidade na ausência da formalidade tão presente nos outros cronistas. Juan de Osma expressa abertamente suas opiniões pessoais, julgamentos e anedotas:

[...] as irregularidades formais, os conteúdos no "entorno da ficção", revelam uma grande liberdade composicional. Liberdade que talvez tenha desfrutado Juan de Soria por não ter sofrido a pressão habitualmente exercida pelas *auctoritas* dos modelos textuais ³¹⁰ (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

O uso da memória do autor na escrita da crônica pode ser notado, por exemplo, quando, ao narrar a viagem de Juan de Abbeville pela Espanha, deixa uma marca de personalidade ao relatar que foi o bispo sabinense enviado pelo papa como um legado “como ele próprio nos disse em voz alta³¹¹” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 86).

A personalidade de seu relato pode ser conferida na forma como expressa suas opiniões sobre o comportamento de outros monarcas, censurando-os. Já demonstramos como o cronista veicula sua opinião a respeito de Alfonso IX; como complemento a nossa argumentação, apresentamos a crítica de Juan de Osma a Frederico II³¹², imperador do Sacro Império Romano Germânico:

[...] no ano da Encarnação do Senhor de 1228, Frederico, imperador dos Romanos, filho do Imperador Henrique e neto do Imperador Frederico I, **que há muito era um Cruzado, mas não estava atrás de Cristo**, não queria de forma alguma cumprir o voto que fizera ao receber a cruz e procurava ocasiões frívolas

³⁰⁹ Essa característica, de basear a crônica em sua própria memória, colabora para a nossa análise acerca de suas ideologias e representações, tendo em vista que o autor não é influenciado pelas ideias de cronistas de outros períodos.

³¹⁰ No original: “[...] las irregularidades formales, los contenidos en los “aledaños de la ficción”, revelan una gran libertad compositiva. Libertad que quizá disfrutó Juan de Soria por no haber sufrido la presión habitualmente ejercida por la auctoritas de los modelos textuales” (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

³¹¹ No original: “[...] como el mismo nos dijo de viva voz (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA” (1999, p. 86).

³¹² Frederico II, da dinastia dos Hohenstaufen, nasceu em 1194 e morreu em 1250. Foi imperador do Sacro Império Romano Germânico, da Itália, da Sicília e de Jerusalém. Acerca de sua biografia, em 1927 Ernst Kantorowicz publicou a clássica obra “*Kaiser Friedrich der Zweite*”. A sua publicação em inglês, no ano de 1957, “*Frederick the Second*”, pela editora Fraderick Ungar Publishing, está disponível para ser consultada no Internet Archive no link <https://archive.org/details/fredericktheseo000027mbp/page/n5/mode/2up> Acesso em 28/08/2021.

para ficar na Sicília e na Apúlia, onde governava como rei. Foi, finalmente, excomungado pelo Papa Gregório IX; obrigado e relutante, e sem obter a solução nem tampouco, como convinha, pedi-la, por volta da festa da exaltação da Santa Cruz, embarcou com poucos soldados e legou à Terra Santa [...] e permaneceu naquela terra durante todo o inverno, **sem empreender nada importante como convém à majestade imperial [...]**³¹³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 88-89, grifo nosso).

O trecho grifado “*que há muito era um Cruzado, mas não estava atrás de Cristo*” demonstra bem a personalidade do cronista, evidenciando claramente sua opinião. Obviamente, uma opinião comungada pela Igreja cristã e pelo próprio papa Gregório IX. O fato de a obra ser baseada na memória do autor justifica outras particularidades. A título de exemplo, temos seu conhecimento detalhado da doença de Don Fernando em 1211; a melhor precisão de datas a partir de 1211, pois já trabalhava para a chancelaria real desde 1209; algumas citações erradas dos clássicos e da Vulgata demonstram que escreveu de acordo com a sua memória e formação como clérigo e, por fim, o relato mais preciso e prolixo a partir dos anos em que vivenciou os fatos sem um padrão de datação definido (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Esse modelo, baseado na memória e no uso da personalidade, em contraponto à formalidade recorrente do século XIII, pode ser conectado com o conjunto de características assinaladas anteriormente. Quando Juan de Osma se distancia do passado e foca principalmente em seu presente, o cronista permite o afastamento do neogoticismo leonês e, conseqüentemente, um foco no reino de Castela (BAUTISTA, 2006, on-line).

Esses atributos se diferenciavam de uma forma marcante das outras crônicas. Peter Linehan, em seu artigo “*Juan de Soria: the Chancellor as Chronicler*” (2006), levantou a seguinte hipótese: seria a CLRC apenas um

³¹³ No original: “[...] en el año de la Encarnación del Señor de 1228, Federico, emperador de los romanos, hijo del emperador Enrique y nieto del emperador Federico I, que hacía mucho tiempo era Cruzado pero no detrás de Cristo, no quería de manera alguna cumplir el voto que había hecho al recibir la Cruz y buscaba ocasiones frívolas para permanecer en Sicilia y en Apulia, en las que gobernaba como rey. Fue, por fin, excomulgado por el papa Gregorio IX; obligado y reticente, y sin obtener la solución ni tampoco, como convenía, pedirla, alrededor de la fiesta de la exaltación de la Santa Cruz, se embarcó con pocos soldados y legó a Tierra Santa [...] y permaneció en esa tierra to el invierno, sin acometer nada importante como conviene a la majestad imperial [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 88-89).

rascunho de anais?³¹⁴ Seria a crônica um compilado de informações para ser posteriormente analisado pela chancelaria e Juan de Osma um compilador? (LINEHAN, 2006, on-line).

A hipótese de Peter Linehan é plausível e interessante tendo em vista as diferenças relatadas pela CLRC. Entretanto, se o documento foi escrito apenas como um compilado de informações para ser analisado pela chancelaria, como podemos explicar a influência desse documento sobre as já citadas obras de Jiménez de Rada, *Historia de los Hechos de España* e de Lucas de Tuy, *Chronicon mundi*? Como pontuamos, a CLRC foi esquecida ao longo dos séculos seguintes a sua escrita, especialmente por causa de suas características particulares. No entanto, um novo debate historiográfico nos chama atenção: a possível influência do texto de Juan de Osma sobre Jiménez de Rada e Lucas de Tuy. O texto escrito por Juan de Osma possuiria uma confiabilidade tão grande em seu período que fora utilizado pelos principais cronistas concomitantes de seu período.

De acordo com Francisco Bautista (2006), a CLRC foi escrita para a leitura de um público interno ao reino de Castela e Leão (BAUTISTA, 2006, on-line). A prova para essa afirmação pode ser obtida pela análise das crônicas de Jiménez de Rada e Lucas de Tuy e dos impactos de Juan de Osma sobre os seus trabalhos, o que demonstra o sucesso da crônica em alcançar o “público interno” dos reinos de Castela e Leão para a qual foi destinada³¹⁵. São dois elementos principais que indicam a utilização da CLRC por Jiménez de Rada.

Primeiro, a omissão dos acontecimentos entre julho de 1220 a julho de 1223. Por motivos desconhecidos, Juan de Osma deixou esses três anos como uma lacuna em seu relato, dando a impressão de um descuido ou mesmo de um acidente posterior. Javier Hernández (2003), apresenta a hipótese de que Jiménez de Rada utilizou-se do texto do chanceler e, por isso, a sua crônica apresenta a mesma lacuna, inclusive omitindo o nascimento do herdeiro de

³¹⁴ Francisco Javier Hernández explica que de forma “curiosa” a CLRC organiza o reinado de Fernando III no modelo de escrita de anais (JAVIER HERNÁNDEZ, 2003, p. 111).

³¹⁵ O fato de a crônica ter sido escrita para a circulação interna do reino de Castela pode ser vinculado aos interesses da nobreza no contexto da Reconquista. As atitudes de violência e manifestação do poder pelas famílias nobres explicam o caráter propagandístico da CLRC e a necessidade de criar representações e ideologias que legitimassem o poder real dentro do próprio reino. Dessa forma, a composição da CLRC está vinculada diretamente à necessidade de ratificar o poder de Fernando III diante da nobreza.

Fernando III, Alfonso. O historiador chega a afirmar que o último livro da HHE, IX, com exceção de seu último capítulo, não passa de uma “paráfrase e comentário, as vezes discrepante, da Crônica do Chanceler³¹⁶ (JAVIER HERNÁNDEZ, 2003, p. 112). Como aponta Peter Linehan (2006), não são as semelhanças que comprovam a influência da CLRC no trabalho do bispo Toledano, mas sim, a ausência dos mesmos fatos (LINEHAN, 2006, on-line).

Um segundo elemento é que ambas as crônicas são finalizadas com a tomada de Córdoba em 1236, o último evento histórico descrito por Juan de Osma. Para além disso, tal fato é considerado por Inés Fernández Ordóñez como uma prova de que, apesar da *Crónica latina de los reyes de Castilla*, a *Historia de los Hechos de España* e *Chronicon mundi*

[...] não coincidem nem literalmente nem de forma aproximada na maior parte da redação, creio que há indícios que sustentam a hipótese de que foi o diácono leonês (Lucas de Tuy) quem manejou a crônica do chanceler. A interrupção do relato dos três historiadores de Fernando III após a conquista de Córdoba teria, afinal, uma explicação muito simples: a dependência dos dois grandes compiladores, Lucas e Rodrigo, da crônica do chanceler, cujo relato, em grande medida, procuraram camuflar e ajustar ao seu modelo historiográfico³¹⁷ (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Dessa forma, as duas mais famosas crônicas castelhano-leonesas do século XIII foram diretamente influenciadas por Juan de Osma. O que nos leva a uma questão: se o seu trabalho era tão influente e confiável em seu contexto, por que ficou esquecido nas décadas seguintes e praticamente desapareceu nos séculos posteriores?³¹⁸

³¹⁶ No original: “[...] paráfrasis y comentario, a veces discrepante de la *Crónica del Canciller*” (JAVIER HERNÁNDEZ, 2003, p. 112).

³¹⁷ No original: “[...] no coinciden ni literalmente ni de forma aproximada en la mayor parte de la redacción, creo que hay indicios que apoyan la hipótesis de que fue el diácono leonés (Lucas de Tuy) el que manejó la *Chronica del canceller*. La interrupción del relato de los tres historiadores de Fernando III tras la conquista de Córdoba tendría, después de todo, una explicación muy simple: la dependencia de los dos grandes compiladores, Lucas y Rodrigo, de la *Chronica del canceller*, cuyo relato, en gran medida, trataron de camuflar y ajustar a su modelo historiográfico” (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

³¹⁸ O debate historiográfico sobre a utilização da CLRC por Jiménez de Rada e Lucas de Tuy e o seu respectivo abandono por esses mesmos cronistas no século XIII, consultar: HERNÁNDEZ, Francisco Javier. *La corte de Fernando III y la casa real de Francia: documentos, crónicas, monumentos*. In: **Fernando III y su tiempo (1201-1252): VIII Congreso de Estudios Medievales**. Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, pp. 103-156; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. *La*

A utilização camuflada da CLRC por Jiménez de Rada e o fato de não ter sido utilizada no trabalho historiográfico elaborado por Alfonso X, algumas décadas depois, podem ser explicados, primeiramente, em razão da forma subjetiva que a crônica foi escrita, tendo em vista que expressa opiniões pessoais, um desenvolvimento ideologizado, além de o autor possuir um grau muito próximo aos personagens envolvidos. Um segundo motivo seria que, quando Alfonso X chega ao poder e inicia o trabalho historiográfico de seu reino, Castela e Leão estavam irreversivelmente unificadas, e a crônica tem um viés exclusivamente castelhano, e em diversos momentos, subestima o reino de Leão (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 250).

Nessa mesma linha investigativa, porém mais radical, Peter Linehan levanta a possibilidade de a CLRC ter sido intencionalmente suprimida por Jiménez de Rada, ou algum aliado, para evitar a acusação de uma possível cópia. Na concepção do autor,

É de se imaginar que D. Rodrigo fosse o responsável pelo fato de que, se não fosse pela sobrevivência fortuita da única cópia publicado por Cirot, e seu descendente moderno, a Crônica Latina nos seria desconhecida? Ou seja, o desaparecimento quase total da obra foi acidental? Ou foi deliberado? Dito de outra forma, deveríamos mesmo pensar em termos de um ato de depuração, de eliminação do competidor que o eclipsou? E, nesse caso, esse desaparecimento foi devido ao próprio D. Rodrigo, em sua qualidade de executor do testamento do autor em 1246, ou de uma leal claque toledana mais tarde ativa e com a intenção de promover o relato do ex-arcebispo dos tempos modernos?³¹⁹ (LINEHAN, 2006, on-line).

composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria. **e-Spania**. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006. Assim como o artigo da mesma autora: De la historiografía fernandina a la alfonsí. **Alcanate**: Revista de estudios alfonsíes, 3, 2003; LINEHAN, Peter. Juan de Soria: the Chancellor as Chronicler. **e-Spania**. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana. Sucesión regia y legitimidad política en Castilla en los siglos XII y XIII. Algunas consideraciones sobre el relato de las crónicas latinas castellano-leonesas. **Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales**, v. 16, n. 1, 2004, pp. 21-41.

³¹⁹ No original: "Is it thinkable that D. Rodrigo was responsible for the fact that, but for the chance survival of the unique copy published by Cirot, and its modern descendent, the Latin Chronicle would be unknown to us? That is to say, was the almost complete disappearance of the work accidental? Or was it deliberate? To put it another way, ought we even to be thinking in terms of an act of *depuración*, of elimination of the competitor who had eclipsed him? And in that case was that disappearance due either to D. Rodrigo himself, in his capacity as executor of the author's will in 1246, or of a loyal Toledan claque later active and intent on promoting the former archbishop's account of modern times?" (LINEHAN, 2006, on-line).

Todavia, apesar da possibilidade de uma “queima de arquivo”, é mais provável que a ausência³²⁰ da CLRC nas obras de Alfonso X tenha ocorrido por ser a crônica mais distante do modelo historiográfico assumido pelo rei sábio. Como realça Francisco Bautista,

[...] o modelo historiográfico desenhado por Juan de Soria acabou inevitavelmente extemporâneo, de modo que o declínio da relevância histórica de seus fundamentos (tanto o anti-goticismo quanto a linguagem cruzada) significou também o declínio da crônica (BAUTISTA, 2006, on-line).

O caráter castelhanista, que se afasta do neogoticismo e, conseqüentemente, tem uma visão bastante distante do reino leonês, se esforça por colocar Fernando III como centro da defesa cristã na Península Ibérica. Possui um caráter extremamente pessoal do autor por não se utilizar de fontes externas e exprimir suas próprias opiniões dos eventos, buscando narrar a história pelo seu próprio presente e não por uma justificativa do passado. Suas características fizeram com que fosse marginalizado pela historiografia posterior, porém sua influência se faz presente nas duas crônicas hispânicas do século XIII que se tornaram mais populares: HHE de JDR e CM de Lucas de Tuy.

Ao se afastar do neogoticismo, escrever de forma pessoal e baseado em sua memória, Juan de Osma fora obrigado a desenvolver novas estratégias ideológicas para legitimar o poder de Fernando III. São essas estratégias que investigamos no próximo capítulo.

4.4 Considerações finais sobre o capítulo

Neste quarto capítulo, investigamos as características técnicas e históricas da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Pesquisamos quem foi seu provável autor, suas características, em que período foi escrita, as fases de composição e, por fim, suas particularidades para o século XIII, que determinaram os sistemas ideológicos e de representações do cronista.

³²⁰ Para Inés Fernández Ordóñez, existe uma herança direta da CLRC para a obra histórica de Alfonso X, a utilização de notícias externas e a contextualização do Castela e Leão de maneira internacional, tendo em vista que os trabalhos de Jiménez de Rada e Lucas de Tuy não possuíam essa característica (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Pelos dados historiográficos levantados, apuramos que o autor responsável pela escrita da CLRC foi o bispo Juan de Osma. Um eclesiástico e chanceler de Castela, que ao longo de sua obra recusou o neogoticismo e, que de uma maneira pessoal, caracterizou Fernando III e o reino de Castela como os únicos capazes de liderar o processo de reconquista contra os muçulmanos. Foram justamente as características particulares, que fizeram com que a crônica caísse no “esquecimento” após a morte de seu escritor.

No capítulo a seguir, perquirimos, com o respaldo da Nova História Cultural, os sistemas ideológicos e as representações desenvolvidas por Juan de Osma, na CLRC, para legitimar o poder de Fernando III.

CAPÍTULO V

A CRÔNICA LATINA DOS REIS DE CASTELA E A LEGITIMAÇÃO DO PODER DE FERNANDO III

Durante o reinado de Fernando III, houve uma considerável produção de crônicas, levando em consideração a escrita das mencionadas *Crônica Latina de los Reyes de Castilla*, com autoria atribuída a Juan de Osma, bem como a *Chronicon mundi*, de Lucas de Tuy, e a *Historia de los Hechos de España*, de Jiménez de Rada. Apesar da relação entre Lucas de Tuy e Jiménez de Rada com a monarquia castelhana, foi a proximidade de Juan de Osma com Fernando III, assim como o seu cargo político como chanceler, que possibilitou a CLRC “[...] retratar com milimétrica exatidão a imagem que o monarca desejava projetar de si mesmo; estamos, com toda segurança, diante do “retrato oficial” do rei Fernando” (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 248). Como aponta Javier Hernández (2003), o chanceler Juan de Osma, em sua crônica, representa a opinião mais próxima do trono castelhana (HERNÁNDEZ, 2003, p. 108).

Desse modo, neste capítulo, temos o objetivo de analisar o sistema ideológico e as representações³²¹ desenvolvidas por Juan de Osma como parte do discurso oficial da monarquia para legitimar o poder de Fernando III. No item a seguir, indicamos a perspectiva teórica – analisada no Capítulo 1 – que desenvolvemos para a realização dessa investigação.

5.1 Ideologias e representações na Crônica Latina dos Reis de Castela

Iniciamos com o seguinte questionamento: sendo a CLRC o texto que representa os interesses de Fernando III, de que forma o seu autor criou e/ou adaptou ideologias que fossem capazes de legitimar o poder do monarca? Se a ideologia pode ser definida como: “[...] um projeto de agir sobre determinado circuito de representações no intuito de produzir determinados resultados sociais” (BARROS, 2011, p. 53), bem como: “[...] uma determinada forma de

³²¹ A cerca das crônicas como ideologias e representações, realizamos essa discussão teórica em nosso primeiro capítulo. Vide item 1.3.1 *As crônicas medievais como representação* e 1.3.3 *As crônicas medievais: uma legitimação ideológica*.

construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses” (BARROS, 2011, p. 54), como Juan de Osma se utilizou, principalmente, da ideologia de rei cruzado para construir representações que transformassem o seu contexto, e, assim, atingir o seu objetivo de legitimar o poder de Fernando III?

Um elemento que devemos considerar é que Juan de Osma, em seu processo de legitimação oficial, não se utilizou de fontes externas para escrever a CLRC³²². As ideologias e as representações são frutos do seu próprio espaço social, assim como de sua forma de pensar e legitimar o poder de Fernando III. Destarte, se o cronista construiu o seu relato baseando-se em sua memória, isso significa que: “Juan de Soria influenciou muito mais o pensamento e mentalidade de sua época”³²³ (BRONISCH, 2012, p. 454), com as suas próprias ideias. Essa perspectiva nos permite, alicerçados na Nova História Cultural, compreender a CLRC como um espelho da sociedade e, ao mesmo tempo, uma modificadora da realidade social³²⁴, possuindo, assim, “uma função passiva e ativa” (AURELL, 2006, p. 824).

Segundo a Nova História Cultural, as narrativas cronísticas, como a CLRC, podem ser consideradas representações e, desse modo, ressignificações do contexto daquele que as escreve (PESAVENTO, 2002, p. 94). Como pontua Jacques Le Goff (1994, p. 11), a noção de representação é generalista, porque: “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida”. Em nossa análise, utilizamo-nos desse conceito como um sistema utilizado pelos indivíduos e grupos sociais para “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e consultas” (CHARTIER, 2002b, p. 17).

³²² Vide item 4.3 Castelhanismo e personalidade: a Crónica Latina dos Reis de Castela, uma crônica singular.

³²³ No original: “Juan de Soria influyó mucho más el pensamiento y la mentalidad de su época” (BRONISCH, 2012, p. 454).

³²⁴ Para compreendermos essa influência, retomamos a ideia de “Lógica Social do Texto” de Gabrielle Spiegel apresentada no item 1.3.2 As Crônicas Medievais: a história como “legitimação política”, para analisar nossa fonte tanto como um produto quanto como um agente em ação daquela sociedade. Historiadores hispânicos, como Ana Rodríguez López (2004b, nota 3), utilizam-se dessa mesma teoria para analisar as crônicas.

Nessa direção, neste capítulo direcionamos nossa análise para duas ideologias e três representações, que embora investigadas separadamente, aparecem de maneira articulada na CLRC. Investigamos como elas fazem da CLRC um único produto ideológico, um elemento de doutrinação, intencionalidade e manipulação (TINOCO DÍAZ, 2017, p. 145).

Na primeira etapa de composição³²⁵, o cronista se utiliza da ideologia de legitimidade dinástica para fundamentar o poder do monarca. Nessa concepção, Fernando III é representado como o filho de Berenguela e neto de Alfonso VIII, portanto o herdeiro legítimo do reino de Castela. Na segunda fase de composição, o cronista faz uso de seu principal sistema ideológico para legitimar o poder de Fernando III – e que pode ser considerada como o fio condutor para as demais etapas de composição –, a de Cruzada³²⁶.

Nela, tanto o reino de Castela quanto o seu monarca são os principais representantes na luta contra os muçulmanos na Península Ibérica. Com base em seu castelhanismo, na religião e em seus conhecimentos diplomáticos, Juan de Osma adaptou e desenvolveu uma ideologia de legitimação do poder: Fernando III como um rei cruzado, um *miles Christi*. A ideologia de Cruzada, em um primeiro momento, direciona a representação de Fernando III para os aspectos políticos e bélicos, uma estratégia para desvincular a imagem do monarca de sua mãe e, assim, caracterizá-lo como um rei guerreiro (*rex noster*).

Em um segundo momento, na mesma ideologia de Cruzada, analisamos os aspectos religiosos e sagrados que também o colocavam como um rei

³²⁵ Vide Quadro 3, p. 171.

³²⁶ A compreensão de que a ideologia de cruzada fora o principal sistema ideológico utilizado por Juan de Osma é debatida pela historiografia. Acerca desse tema, consultar as obras: BAUTISTA, Francisco. Escritura cronística e ideología histórica. *La Chronica Latina regum Castellae. e-Spania*. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006. RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. Légitimation royale et discours sur la croisade en Castille aux XII et XIII siècles. In: *Journal des savants*, 2004, n°1. pp. 129-163; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. La composición por etapas de la *Chronica latina regum Castellae* (1223-1237) de Juan de Soria. *e-Spania*. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006. Assim como as obras do historiador Carlos de Ayala Martínez: *Empire and Crusade under Fernando III*. In: *The Sword and the Cross: Castile-León in the Era of Fernando III*. Brill, 2020. p. 15-43; Fernando III: figura, significado y contexto en tiempo de cruzada. In: *Fernando III: tiempo de cruzada*. Madrid: Silex, 2012; Fernando III y la Cruzada Hispánica. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*. v. 42, n. 1, 2017, p. 3. La realeza en la cronística castellano-leonesa del siglo XIII: la imagen de Fernando III. In: *Monarquía, crónicas, archivos y cancellerías en los reinos hispano-cristianos: siglos XIII-XV*. Institución Fernando el Católico, 2014, pp. 247-276. Não podemos deixar de citar a clássica obra de Julio González: *Reinado y diplomas de Fernando III*. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980. V.1.

cruzado (*miles Christi*). Essas representações se articulam para legitimar o poder de Fernando III e, ao mesmo tempo, consolidá-lo como um dos principais monarcas do processo de Reconquista Ibérica.

Para auxiliar na compreensão desse sistema, apresentamos um organograma que tem por objetivo demonstrar as principais estruturas ideológicas da crônica, suas representações e como esses aspectos se comunicam entre si, de modo a produzir e adaptar uma nova forma de legitimar o poder de Fernando III.

FIGURA 7

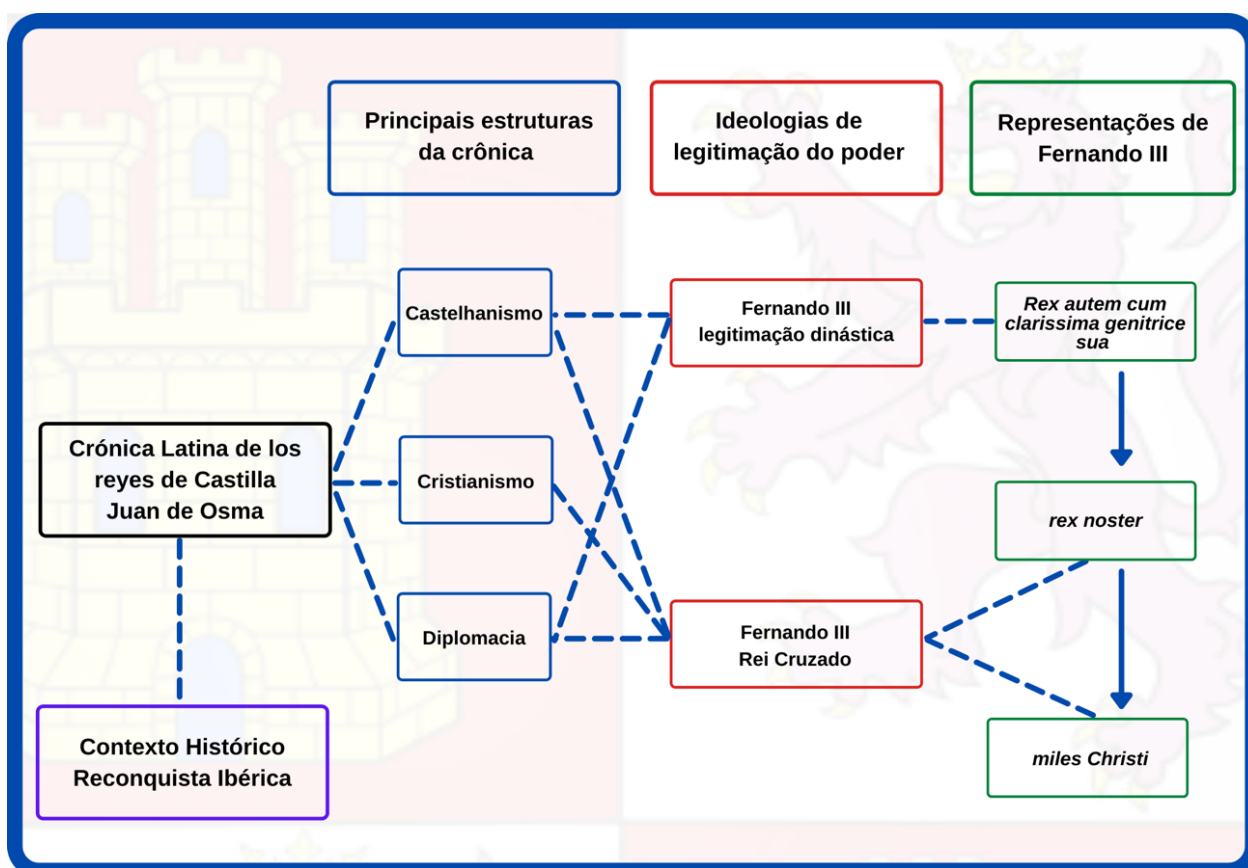


Figura 7. O organograma apresenta as principais estruturas da crônica e a forma como juntas produzem a ideologia de legitimação do poder. Fonte: Elaborado pelo autor.

A coluna de contornos em azul apresenta o que denominamos as principais estruturas da CLRC, as bases sem as quais não é possível compreender as ideologias de legitimação do poder desenvolvidas pelo cronista, as quais, por sua vez, são expressadas pela coluna de contornos vermelhos. A primeira concepção desenvolvida é a da legitimação dinástica, seguida pela ideia

de Fernando III como um rei cruzado defensor do cristianismo na Península Ibérica.

Para melhor compreensão dessas ideologias, dividimos nossa análise em três representações principais, demonstradas pela coluna de contornos verdes (Figura 7). Primeiramente, utilizamos a expressão *Rex autem cum clarissima genitrice sua* para designar a imagem³²⁷ de Fernando III como herdeiro legítimo de Castela ao associá-lo com sua mãe e o apoio que ambos receberam dos nobres. Abaixo está a representação de *rex noster* e de *miles Christi*. Estas ilustram as duas principais imagens desenvolvidas acerca do monarca: a de um rei castelhano e guerreiro, indicado na Figura 7 pela expressão *rex noster*, e a imagem de um rei inspirado pelo Espírito Santo e auxiliado pelo próprio Cristo, reproduzido como *miles Christi*, ou como José Nieto Soria (1986) denominou, como a imagem religiosa do *Rex inspiratus Dei*.

Por último, as setas em azul, ao lado direito (Figura 7), conectam as representações e têm por objetivo indicar o processo pelo qual Fernando III, ao longo da CLRC, deixa de ser, unicamente, o filho de Berenguela e herdeiro dinástico para se tornar um rei castelhano guerreiro e, por fim, um rei inspirado e auxiliado por Cristo em sua Cruzada. Isto é, indica o processo de transformação da sua imagem na medida em que a crônica era escrita e o monarca expandia o domínio cristão.

Com base nessa organização, podemos, alicerçados na Nova História Cultural, analisar como Juan de Osma criou e/ou adaptou formas de representar Fernando III de acordo com o momento histórico em que escrevia. De maneira gradativa, investigamos como, na primeira etapa da crônica, bloco A,³²⁸ o monarca passou de *puerum*/menino e *filium suum maiorem*/filho maior, seguido da confirmação como o rei de Castela. Na segunda e terceira etapas, blocos B

³²⁷ É fundamental ressaltarmos que, neste capítulo, o conceito de imagem utilizado possui uma correlação teórica com o conceito de representação, tendo em vista que as imagens religiosas expressam uma ideologia, assim como, as representações. O historiador José Manuel Nieto Soria utiliza essa perspectiva teórica em seu artigo *Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII*. **En la España medieval**, v. 9, 1986, p. 709. O autor explica que: “as imagens religiosas do poder real devem ser inseridas no estudo das ideologias. Enquanto que as ideologias são sistemas de representação cujo o objetivo é justificar uma conduta, essas imagens religiosas expressam uma ideologia. Além disso, essas imagens religiosas do poder real possuem as características próprias de toda ideologia. São sistemas completos e globalizantes” (NIETO SORIA, 1986, p. 712).

³²⁸ Vide, Quadro 3, p. 171.

e C, analisamos de que modo o cronista realiza a desvinculação da imagem do monarca da de sua genitora, momento em que passa a ser representado como *rex noster* / nosso rei e *miles*³²⁹ *Christ* / cavaleiro de Cristo.

Na sequência, no bloco D, Fernando III passa a ser retratado como um verdadeiro rei cruzado, o *regi potentissimo Castelle et Legionis* / muito poderoso rei de Castela e Leão e, por fim, o *miles Christi fortissimus rex Fernandus* / o mais valente cavaleiro de Cristo³³⁰.

5.2 Bloco A – A legitimação dinástica de Fernando III: *Rex autem cum clarissima genetrice sua*³³¹

O reinado de Fernando III pode ser considerado um momento de maior desenvolvimento da ideologia de cruzada na Hispania, assim como nas crônicas daquele período (NIETO SORIA, 2003, p. 60). A ideia de cruzada pode ser considerada o principal sistema ideológico presente na *Crónica Latina de los reyes de Castilla*, visto que Juan de Osma, nas diferentes etapas de sua composição³³², usou da linguagem de cruzada para legitimar o poder de Fernando III. No entanto, antes mesmo de poder empregar essa ideologia, o cronista precisou desenvolver uma forma de validar os primeiros anos do reinado do monarca, de 1217 a 1224, tendo em vista que, nesse período, o rei de Castela ainda não havia rompido as tréguas e iniciado a guerra contra os muçulmanos.

³²⁹ De acordo como Jean Flori (2013), a palavra *miles*, a partir do século XII, ganha um sentido honorífico e se tornaria o equivalente a *chevalier*, cavaleiro (FLORI, 2013, p. 220). Dessa forma, levando em consideração que a CLRC foi escrita no século XIII e segundo autores como Joseph F. O’Callaghan (2002), empregamos o conceito de cavaleiro para a tradução de *miles* quando Juan de Osma se refere a Fernando III em sua crônica.

³³⁰ Diante do desafio de compreender o processo ideológico desenvolvido por Juan de Osma a partir da Nova História Cultural, a análise textual das expressões utilizadas pelo cronista é fundamental. Sendo assim, por questões metodológicas, decidimos ao longo deste capítulo apresentar essas expressões na forma “latim/ português”, para que se averigue a expressão no original. De modo geral, utilizamos o latim apresentado por Luís Charlo Brea em sua publicação bilíngue **Crónica Latina de los reyes de Castilla**. Ed. Luis Charlo Brea. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz, 1984. No entanto, quando encontramos alguma divergência, voltamos para a primeira edição realizada por Georges Cirot, entre os anos de 1912 e 1913. As traduções para o português foram realizadas via traduções do espanhol realizadas por Luís Charlo Brea. Como auxílio na tradução para o português utilizamos FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-Português**. Rio de Janeiro, FENAME, 1975.

³³¹ “O rei com a sua iluminada mãe”.

³³² Vide Quadro 3, p. 171.

Nos anos iniciais de seu reinado, 1217 a 1224, Fernando III ainda não possuía o seu poder reconhecido por todos³³³ e, por isso, teve que enfrentar uma série de obstáculos. Primeiro a própria Igreja, visto a ilegitimidade religiosa do casamento de seus pais. Posteriormente, em 1217, o não reconhecimento pelo seu próprio pai, Alfonso IX de Leão. Terceiro, a revolta de alguns nobres do reino de Castela³³⁴ na primeira metade da década de 1220.

O período mais conturbado do governo de Fernando III foi retratado por Juan de Osma, em sua crônica, entre os anos de 1223 e 1224. O cronista teve como seu primeiro desafio desenvolver uma justificativa teórica que defendesse a legalidade do poder monárquico quando o jovem rei ainda não havia iniciado suas campanhas e, portanto, não podia ser representado como um rei cruzado. Nesse contexto, como poderia o cronista legitimar o poder monárquico sem as campanhas bélicas? Quais representações poderiam ser criadas para autenticar e, ao mesmo tempo, ratificar esse poder?

A solução encontrada foi a criação de uma legitimidade dinástica baseada nas leis, na vontade do “ilustre” rei Alfonso VIII e, especialmente, na aceitação da nobreza castelhana.

A criação da legitimidade dinástica é realizada nos capítulos 33 ao 41 (Bloco A), escritos nos anos de 1223 e 1224³³⁵. Nesses capítulos, Juan de Osma, estrategicamente, apresenta uma linguagem que vincula Fernando III à rainha Berenguela e, conseqüentemente, ao rei Alfonso VIII. Contudo, antes dessa relação, foi preciso desenvolver formas de legitimar o poder da própria rainha, realizada a partir de duas estratégias³³⁶: a primeira, mostrar a legalidade jurídica do poder da rainha; segunda, como um argumento final, demonstrar o apoio da nobreza para com os dois monarcas.

³³³ Vide item 2.1 A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela.

³³⁴ Vide capítulo 2 Fernando III (1201-1252): um rei ilegítimo? A discussão acerca da revolta dos nobres de Castela, particularmente os irmãos Cameros, e o contato com o rei da França para lhe oferecer o reino.

³³⁵ Vide Quadro 3, p. 171.

³³⁶ Retomamos o conceito de estratégia trabalhado no capítulo 1. Como as representações não são neutras, logo possuem “estratégias e práticas” cujo objetivo é instituir algum tipo de autoridade sobre outro grupo social que não seja aquele a que seu autor pertença. Como pontuamos, os discursos visam “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e consultas” (CHARTIER, 2002b, p. 17).

Em nossa investigação³³⁷, concluímos que o poder de Berenguela como rainha de Castela era legítimo quando consideramos o direito³³⁸, a tradição e especialmente a vontade de seu pai, Alfonso VIII³³⁹. Juan de Osma faz uso dessa argumentação para sustentar a sua tese de legitimidade do poder de Fernando III.

Essa estratégia fica clara quando o cronista descreve o exato momento em que Berenguela descobre a morte de seu irmão, o rei Enrique I:

Conhecida a morte de seu irmão, ainda que não havia sido divulgada, imediatamente **a rainha Berenguela enviou seus mensageiros, nobres e poderosos, Lope Díaz e Gonzalo Rodríguez** ao rei de Leão, que então se encontrava em Toro, **para que removessem do poder paternal com qualquer fingimento e qualquer trama o seu filho primogênito don Fernando, que então estava com o seu pai**, e eles o levariam até ela, com o propósito, como verdadeiramente se demonstrou depois que aconteceu, **entregar ao filho mais velho o reino de seu pai, que pertencia à mesma rainha, visto que era mais velha que as outras irmãs e não sobrevivia nenhum filho homem do rei Alfonso.**

Afirmou-se também que esta tinha sido a vontade do glorioso rei por meio de uma certa carta lacrada com seu selo de chumbo, que fora escrita nas Cortes de Carrión e que se encontrava em um gabinete da igreja de Burgos³⁴⁰ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51, grifo nosso).

³³⁷ Vide itens 2.1 A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela e 2.2 Da consolidação do poder em Castela a unificação com Leão: um novo processo de legitimação do poder.

³³⁸ Vide 2.1 A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela.

³³⁹ Na corte de Carrión, em 1188, Alfonso VIII fez com que todo o seu reino reconhecesse os direitos de Berenguela como sua sucessora no caso de sua morte sem herdeiros.

³⁴⁰ No original: “Conocida la muerte de su hermano, aunque todavía no había sido divulgada, inmediatamente la reina doña Berenguela envió sus mensajeros, nobles y poderosos, Lope Díaz y Gonzalvo Rodríguez al rey de León, que entonces estaba en Toro, para que sacaran de la potestad paterna con cualquier fingimiento y cualquier trama a su hijo primogénito don Fernando, que entonces estaba con su padre, y lo llevaran a ella, teniendo el propósito, como se mostró verdaderamente después de sucedido, de entregar al hijo mayor el reino de su padre, que pertenecía a la misma reina, puesto que era mayor en edad a las restantes hermanas y no sobrevivía ningún hijo varón del rey Alfonso. Se afirmaba además que ésta había sido la voluntad del rey glorioso por cierta carta sellada con su sello plúmbeo, que había sido escrita en las Cortes habidas en Carrión y que fue encontrada en un armario de la iglesia burgales” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51).

Nesse excerto, identificamos quatro artifícios utilizados por Juan de Osma para legitimar o poder de Berenguela. Primeiramente, a concessão do título de *regina/rainha* de forma precoce. Isto porque Berenguela aparece pela primeira vez nos capítulos 11, 15 e 17 e é apresentada como *rex Castelle filiam suam dominam Berengariam* / a filha do rei de Castela³⁴¹. No entanto, o título de rainha passa a ser concedido, já no capítulo 20, após a morte do filho primogênito de Alfonso VIII, Fernando, quando a rainha vigente, Leonor, ainda estava viva, e mesmo assim, o cronista se refere a ela como *regina domina Berengaria*³⁴². Para o editor da crônica, Luís Charlo Brea (1999, nota 164), trata-se de um evidente anacronismo. Todavia, como realizamos uma análise concepção ideológica, cabe-nos, minimamente, questionar: tratava-se de um anacronismo de fato ou do início do processo de legitimação da futura rainha de Castela?

O tratamento de *regina* se torna frequente a partir do capítulo 31, após o relato da morte de Alfonso VIII, quando a rainha Leonor permanecia viva, assim como o legítimo herdeiro do trono, Enrique I: “[...] Como la reina doña Leonor estaba muy enferma, encomendó su hijo, el rey Enrique, y su reino a su hija, la reina doña Berenguela³⁴³”(CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 63). A partir de então, Berenguela recebe o tratamento de *regina domina Berengaria* ao longo dos capítulos 31 ao 44³⁴⁴, e também de *regina nobilis*³⁴⁵.

O segundo artifício que podemos observar no excerto é a legitimação do direito ao trono por meio da tradição e do direito castelhano. Conforme Juan de Osma, Berenguela possuía o direito, “visto que era mais velha que as outras irmãs e não sobreviviam nenhum filho homem do rei Alfonso” (CRÓNICA LATINA

³⁴¹ Crónica Latina de los reyes de Castila, 1984, p. 19.

³⁴² Crónica Latina de los reyes de Castila, 1984, p. 26.

³⁴³ No original: “Como la reina doña Leonor estaba muy enferma, encomendó su hijo, el rey Enrique, y su reino a su hija, la reina doña Berenguela” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 63).

³⁴⁴ Após o capítulo 44, o aparecimento de Berenguela na CLRC é esporádico e pontual, acontecendo principalmente em momentos de crise política, nos quais a rainha aparece como uma solucionadora desses problemas. Por exemplo, nos capítulos 60 a 62, a rainha é apresentada como uma das responsáveis por resolver o problema de sucessão no reino de Leão ao negociar com a segunda esposa de Alfonso IX, Teresa de Portugal, e suas duas filhas. Nos capítulos 65 a 70, Berenguela e a esposa de Fernando III aparecem como *prudentes domine* para resolver um problema do rei com o nobre Álvaro Pérez. Essa desvinculação e “sumiço” da rainha a partir do capítulo 45 da CLRC é analisada a seguir.

³⁴⁵ Crónica Latina de los reyes de Castila, 1984, pp. 53 e 63.

DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51). A prerrogativa de Berenguela era juridicamente legal, pois as leis castelhanas não excluían as irmãs de assumirem o poder. De acordo com as *Siete Partidas*,

[...] Homens sábios e entendidos, ao buscarem o bem comum [...] estabeleceram por direito que o senhorio não seria detido por ninguém que não fosse o filho mais velho com a morte de seu pai. [...] E para evitar tantos males que ocorreram no passado e que ainda podem acontecer, estabeleceram que o senhorio real fosse sempre herdado por quem vem da linhagem direta, assim como que se não houvesse filho do sexo masculino, a primogênita que seria a herdeira³⁴⁶ (PARTIDA II, Título XV, Ley II).

Nesse mesmo sentido da tradição e das leis, Juan de Osma recorre à imagem e à vontade de Alfonso VIII na corte de Carrión, em 1188, na qual esse monarca concedia seu reino a Berenguela caso morresse sem filho homem: “Afirmou-se também que esta tinha sido a vontade do glorioso rei por meio de uma certa carta lacrada com seu selo de chumbo, que fora escrita nas Cortes de Carrión e que se encontrava em um gabinete da igreja de Burgos”³⁴⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51). O reconhecimento por Alfonso VIII da primogenitura de Berenguela foi um dos principais argumentos da legitimidade de seu poder em Castela e prevaleceu até a sua morte, em 1246 (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 98).

O terceiro artifício a que aludimos é a representação de Berenguela como uma mulher de habilidades políticas. Segundo a CLRC, assim que recebeu a notícia da morte de seu irmão, Berenguela enviou seus nobres para buscarem o seu filho mais velho, Fernando, que estava no reino de seu pai, Alfonso IX (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 66). A ascensão ao poder de Berenguela estava vinculada à garantia de um sucessor masculino,

³⁴⁶ No original: “[...] los hombres Sabios y entendidos, al buscar el bien común [...] establecieron por derecho que el señorío no lo habría de tener nadie más que el hijo mayor a la muerte de su padre. [...] Y a fin de evitar muchos males acaecidos en el pasado y que podrían aún suceder, dispusieron que el señorío real debería ser siempre heredado por aquellos que proceden de la línea derecha, así como que si no había hijo varón, la primogénita mujer sería la heredera” (Partida II, Título XV, Ley II).

³⁴⁷ No original: “Se afirmaba además que ésta había sido la voluntad del rey glorioso por cierta carta sellada con su sello plúmbeo, que había sido escrita en las Cortes habidas en Carrión y que fue encontrada en un armario de la iglesia burgales” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51).

capaz de liderar o reino de acordo com as tradições castelhanas. A rainha precisava de Fernando para demonstrar aos nobres a continuação da linhagem de Alfonso VIII; o jovem príncipe era a prova da viabilidade de sua entrada no poder e do papel que poderia desempenhar no reino (SHADIS, 2009, p. 96).

Na aceção de Javier Hernández (2003), Berenguela possuía as habilidades culturais necessárias para isso, porque

Embora isso fosse anormal na época, não deveria surpreender que as netas de Leonor da Aquitânia constituíram uma pequena comunidade de escritoras e leitoras. [...] É sabido que a cultura monárquica do século XIII utilizava as filhas dos reis como peças de um complexo jogo de casamentos diplomáticos que prestavam pouca ou nenhuma atenção à personalidade e ambições das noivas. Mas, como foi dito sobre outra Eleanor da mesma família, o sistema não poderia ter funcionado se elas não tivessem recebido uma parcela de dignidade e poder. Para acessá-la, porém, era necessário ter acesso aos textos sagrados, jurídicos e administrativos em torno dos quais girava aquela sociedade; era preciso saber ler e escrever, técnicas que Berenguela exhibe nesta e em outras ocasiões [...] ³⁴⁸ (HERNÁNDEZ, 2003, p. 107-108).

O conhecimento cultural, a leitura, a escrita e o contato com os documentos do reino por Berenguela foram fundamentais para o sucesso de Fernando III, elementos demonstrados pelo cronista ao indicar as habilidades da rainha. Nos capítulos 60 e 62, após um longo hiato³⁴⁹, a rainha é novamente mencionada quando

[...] a rainha Teresa veio com suas filhas e apoiadores a Villalobos e escreveu à rainha dona Berenguela implorando-lhe que se dignasse vir a Valência de don Juan que se encontraria com ela na mesma cidade, e assim foi.

³⁴⁸ No original: “Aunque eso fuera anormal en la época, no debería sorprender que las nietas de Leonor de Aquitania constituyeran una pequeña comunidad de escritoras y lectoras. [...] Se da por sabido que la cultura monárquica del XIII disponía de las hijas de los reyes como piezas de un complejo juego de matrimonios diplomáticos que prestaban poco o ninguna atención a la personalidad y ambiciones de las novias. Pero como se ha dicho a propósito de otro Leonor de la misma familia el sistema no habría podido funcionar si no se les hubiese concedido una parcela de dignidad y poder. Para acceder a ella, sin embargo, era necesario poder tener acceso a los textos sagrados, legales y administrativos alrededor de los cuales giraba aquella sociedad; era necesario saber leer y escribir, técnicas que Berenguela despliega en ésta y en otras ocasiones” [...] (HERNÁNDEZ, 2003, pp. 107-108).

³⁴⁹ Berenguela é referenciada pelo cronista pela última vez no capítulo 50; após 10 capítulos a rainha é apresentada novamente.

Nesta cidade a paz e a concórdia foram acordadas pelas rainhas, entre o rei e as irmãs. Se firmou a paz e a concórdia entre eles em Benavente, estando presente na cidade as duas rainhas citadas, o rei e as irmãs os arcebispos de Toledo e Compostela e muitos barões e conselheiros³⁵⁰ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 85).

Esse trecho, além de apontar a presença de Berenguela, indica a presença da alta nobreza no acordo que unificaria os reinos de Castela e Leão, fato que podemos relacionar à segunda estratégia desenvolvida por Juan de Osma nessa primeira etapa de composição: a negociação e aceitação dos nobres.

No excerto “a rainha dona Berenguela enviou seus mensageiros, nobres e poderosos, Lope Díaz y Gonzalvo Rodríguez” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51), fica evidenciado que mesmo Enrique I se tornado rei, sob a tutela da família Lara, permaneceram fiéis à rainha Lope Díaz, Gonzalo Ruiz, entre outros nobres. A habilidade de negociação de Berenguela foi um dos principais aspectos do seu sucesso político; apontar isso na CLRC era primordial. Nesse momento, é fundamental nos atentarmos para o fato de que foram os interesses da nobreza e as suas manifestações de poder os principais responsáveis pela necessidade de Juan de Osma criar todo um sistema ideológico de legitimação de Fernando III e de Berenguela³⁵¹.

³⁵⁰No original: “[...] la reina Teresa vino con sus hijas y partidarios a Villalobos y escribió a la reina doña Berenguela rogándole que se dignara venir a Valencia de don Juan y ella misma llegaría junto a ella en la misma villa, y así se hizo.

En esta villa se trató por las reinas de la paz y concordia entre el rey y las hermanas. Se firmó la paz y concordia entre ellos en Benavente, estando presentes en la villa las dos reinas citadas, el rey y las hermanas y los arzobispos toledano y compostelano y muchos barones y consejeros” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 85).

³⁵¹ A relação entre rei e a nobreza é um tema amplamente discutido pela historiografia, e sua complexidade necessitaria de um estudo próprio. Entretanto, temos por objetivo, nesse momento, a análise das representações e ideologias do poder presentes na CLRC. Analisamos como Juan de Osma vinculava o poder de Berenguela e Fernando III a uma decisão e escolha da nobreza castelhana. A bibliografia sobre o desenvolvimento e poder da nobreza ao longo da Idade Média, bem como de seu papel nas decisões reais é extensa, das quais podemos citar MOXÓ, Salvador. **Feudalismo, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000; GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza, 1997; ÁLVAREZ BORGE, Ignacio. **La Nobleza Castellana en la Edad Media: Familia, Patrimonio y Poder**. Universidad de La Rioja: 2001; GARCÍA VERA, María José; CASTRILLO LLAMAS, María Concepción. **Nobleza y poder militar en Castilla a fines de la Edad Media**. Madrid: 1993; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. **La aristocracia hispánica. Castilla y León (siglos XXIII)**. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**, n.2, 2008; MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. **La nobleza en España: ideas, estructuras, historias**. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015. Acerca da disputa de poder entre a nobreza e o rei indicamos

De acordo com Jaime Estevão dos Reis (2007),

[...] a nobreza castelhana, como grupo social diferenciado, gozava de um estatuto jurídico próprio, que normatizava suas obrigações (militares e fiscais) e seus direitos (privilégios, isenções e recompensas) em relação ao monarca. [...] Em meados do século XIII a nobreza era reconhecida como um dos três estados do reino e formava, juntamente com os membros da Igreja e com os demais membros da sociedade – camponeses, artesãos, comerciantes, entre outros – o corpo político, cuja cabeça era o rei (REIS, 2007, p. 211-212).

A nobreza fazia parte da estruturação do reino como um de seus três estados. Apesar da sucessão dinástica ser um assunto complexo e com critérios de decisão diferenciados, ainda assim essa definição estava intrinsecamente ligada aos círculos nobiliários do reino, pois

[...] a transmissão do poder em um reino envolve um grupo familiar e círculos nobiliários que ocupam diferentes posições ao redor dos monarcas, integra de maneira dialética formas dinásticas consolidadas e uma negociação inevitável com os grupos poderosos e está sujeita a importantes restrições que transformam constantemente suas rotas de acesso³⁵² (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004b, p. 34).

Ao levarmos em consideração o delicado momento político vivido por Berenguela entre 1216 e 1217³⁵³, a sua ascensão ao poder dependia do processo dialético entre o seu direito ao trono e as negociações com os nobres dos reinos. Esse embate fica claro na CLRC com a morte de Enrique I e o “resgate de Fernando” do reino de Leão, quando o cronista, em um curto espaço de tempo, utiliza diversas vezes expressões como: “Depois de deliberar, então, a rainha com os nobres, que a acompanhavam, chegaram a Palência, onde mãe

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o sábio (1252 – 1284)**. Tese de doutorado. Assis, 2007 e a dissertação RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. **Rei versus nobreza: a revolta nobiliária de 1272/1273 na crônica de Alfonso X**. 2017. 127 f. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

³⁵² No original: “[...] la transmisión del poder en un reino implica a un grupo familiar y a unos círculos nobiliarios que ocupan diversas posiciones en el entorno de los monarcas, integra de manera dialéctica unas formas dinásticas consolidadas y una negociación inevitable con los grupos de poderosos y se encuentra sometida a importantes restricciones que transforman constantemente sus vías de acceso” (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004b, p. 34).

³⁵³ Vide Capítulo 2, item 2.1 A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela.

e filho foram recebidos com honra [...]”³⁵⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 67); ou ainda: “A rainha com os seus chegou a Valladolid, onde foram recebidos com honra. Depois, e após uma prudente deliberação, lhes pareceu a todos atravessar o Duero e entrar na Extremadura”³⁵⁵ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 67). O autor, mais uma vez, apresenta a reunião dos nobres para decidir quem seria o monarca: “Chegaram a Segovia e encontraram esses homens reunidos e os induziram por si mesmo e por amigos seus a se reunirem de novo em Valladolid para tratar a substituição do rei: como foi feito”³⁵⁶ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 67).

O cronista torna-se ainda mais incisivo acerca dessa argumentação de legitimação da negociação com os nobres quando condiciona a existência de um rei à decisão e escolha dos nobres castelhanos. Esse condicionamento fica claro no excerto:

Porém Castela tinha então um rei, a saber Dom Fernando, filho de Dona Berenguela, pois os extremaduros e os da Transierra reunidos em Valladolid, no segundo dia de julho, isto é, três dias antes da chegada do rei de Leão a Arroyo, trataram sobre a substituição do rei, e como cada um pensava de forma diferente, Ele, por quem os reis reinam e os príncipes dominam, não querendo privar Castela do consolo de seu próprio rei e querendo ao mesmo tempo reprimir a tola arrogância e vanglória do rei de Leão, levou a concórdia a discórdia dos discordantes³⁵⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 53).

³⁵⁴ No original: “tras deliberar, pues, la reina con los magnates, que con ella estaban, llegaron a Palencia, donde la madre y el hijo fueron recibidos honoríficamente [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 67).

³⁵⁵ No original: “La reina con los suyos llegó a Valladolid, donde fue recibida con honor. Después, y tras una prudente deliberación, les pareció a todos pasar el Duero y entrar en Extremadura” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 67).

³⁵⁶ No original: “Llegaron a Segovia y encontraron a dichos hombres congregados y los indujeron por sí mismo y por amigos suyos a que se reunieran de nuevo en Valladolid para tratar de la sustitución del rey: como así se hizo” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 67).

³⁵⁷ No original: “Pero Castilla entonces tenía rey, a saber don Fernando, hijo de doña Berenguela, pues los extremeños y los de la Transierra, reunidos en Valladolid, en el segundo día del mes de julio, o sea, tres días antes de que el rey de León llegase a Arroyo, trataron sobre la sustitución del rey, y como cada cual pensara de manera distinta, Aquel, por el que los reyes reinan y los príncipes dominan, no quiso privar a Castilla del solaz de rey propio y, queriendo al mismo tiempo reprimir la tonta soberbia y vanagloria del rey de León, llevó a la concordia la discordia de los discordantes” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 53).

Juan de Osma, ciente da importância dos nobres para tal decisão, deixa claro em seu texto que foi a própria nobreza castelhana, por inspiração divina, que escolheu Berenguela e Fernando III para serem os monarcas. O seguinte trecho colabora na compreensão dessa questão:

Uma das pessoas dos povos, **em nome de todos os que consentiram com ele, reconheceu que o reino de Castela se devia por direito à rainha Berenguela e que todos a reconheciam como a senhora e rainha do reino de Castela.** No entanto, todos unanimemente pediram-lhe que entregasse o reino, que era seu por direito de propriedade, ao seu filho mais velho, D. Fernando, porque, sendo ela mulher não poderia suportar o peso do governo do reino. Ela, vendo o que ardentemente desejava, concordou gratamente com o pedido, e concedeu o reino ao filho antes mencionado³⁵⁸. Todos exclamaram em voz alta: Viva o rei!³⁵⁹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 68, grifo nosso).

Essa passagem é um dos momentos mais representativos, uma vez que conclui a argumentação a respeito da importância da nobreza no processo ideológico desenvolvido por Juan de Osma. Em um curto espaço, três capítulos, o cronista veicula a mesma ideia: demonstrar que os nobres, das mais diversas regiões, estavam se reunindo para decidir quem seria o novo rei. O excerto é emblemático, pois a legitimação do poder de Fernando III vem justamente do reconhecimento dos nobres do direito ao trono de Berenguela e

³⁵⁸ Jiménez de Rada, na HHE, apresenta uma versão diferente do ocorrido. Segundo o bispo de Toledo, foi uma decisão da própria rainha a de não assumir o trono e não do conselho de nobres, como consta na CLRC. De acordo com a HHE, “ella, refugiándose en los muros del pudor y la modestia por encima de todas las mujeres del mundo, no quiso hacerse cargo del reino” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 337). Na versão de Rodrigo Jiménez de Rada, Berenguela decidiu sozinha renunciar a seu direito ao trono em favor de seu filho; foi sua análise política da situação que a levou a essa decisão, ela não renuncia ao seu legítimo direito por vontade e pedido popular, sua decisão seria parte de sua própria estratégia de manutenção de sua linhagem no poder (SHADIS, 2009, p. 100).

³⁵⁹ No original: “Uno de las personas de los pueblos, en nombre de todos que consentían en lo mismo, reconoció que el reino de Castilla se debía por derecho a la reina doña Berenguela y que todos la reconocían señora y reina del reino de Castilla. Sin embargo, todos por unanimidad suplicaron que cediera el reino, que era suyo por derecho de propiedad, a su hijo mayor don Fernando, porque siendo ella mujer no podría soportar el peso del gobierno del reino. Ella, viendo lo que ardentemente había deseado, accedió gratamente a lo pedido, y concedió el reino al hijo antes dicho³⁵⁹. Todos exclamaron a viva voz: ¡Viva el rey!” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, pp. 53-54).

consequentemente de seu filho. É importante notarmos que a rainha possuía o direito, mas foi a aceitação dos nobres o elemento chave desse processo.

Conforme Salvador de Moxó (2000), durante o século XIII a nobreza “vieja”³⁶⁰ castelhana detinha poder suficiente para interferir nas decisões políticas do reino, assim como manter uma rivalidade política com os monarcas. Sua força advinha justamente de seu enriquecimento, força militar e do prestígio social que adquiriu ao longo dos séculos (MOXÓ, 2000, p. 259).

Dessa forma, a ascensão ao trono era um jogo pelo qual as regras estavam em contínua transformação, a não ser pelo fato de que o vencedor desse jogo seria aquele que tivesse maior aceitação das famílias nobres. Para Julio González (1980), o poder da nobreza durante o governo de Fernando III estava vinculado mais a sua natureza e raízes históricas do que a sua força econômica. De acordo com o autor, seu brilho estava presente no sangue real que circulava em suas veias (GONZÁLEZ, 1980, p. 124-125). Suas raízes históricas detinham a legitimidade de decidir quem seria o novo rei ou rainha.

Ana Rodríguez López (1994) enuncia que a consolidação de Fernando III como monarca somente ocorreu devido às constantes relações entre rei, nobreza e papado. O sucesso da expansão territorial fernandina será fundamentada nessas relações feudais (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 7). Por isso, para Juan de Osma era primordial afirmar, por diversas vezes, a reunião dos nobres e a aceitação de Berenguela e Fernando III como herdeiros legítimos do reino de Castela.

A legitimação de Berenguela garantia o poder de Fernando III por meio da titularidade do reino e da linhagem real, o que o tornava senhor natural de seus vassallos (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 252-253). Contudo, apesar desse direito, Juan de Osma precisou desenvolver uma estratégia que vinculasse

³⁶⁰ Salvador de Moxó publicou uma obra primorosa: **Feudalismo, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval**. Madrid: Real Academia de la História, 2000. O historiador demonstra o desenvolvimento de uma forte e poderosa nobreza medieval castelhana que, apesar de todo o seu poder, manteve uma centralização monárquica para a manutenção do processo de Reconquista. Acerca da nobreza, Salvador de Moxó (2000) a divide em três categorias: uma “aristocracia primitiva” da Alta Idade Média, outra que se consolida juridicamente no século XIII denominada “nobreza velha” e por fim, uma “nova nobreza” resultante das transformações políticas e sociais na metade do século XIV. Dessa forma, durante o governo de Fernando III prevalecia a nobreza velha que segundo o historiador pode ser definida como a nobreza: “que se formó en la etapa más dinámica de la Reconquista [...] representando la más viva expresión de tal nobleza las familias o linajes cuyos miembros ocupan puestos destacados o rectores en la dinámica política y social durante los siglos XIII y XIII (MOXÓ, 2000, pp. 255-256).

Fernando III, agora rei, a sua mãe e verdadeira herdeira do trono. Era preciso substituir a imagem do filho de casamento ilegítimo para a de um filho da legítima herdeira do trono, tanto pela jurisdição quanto pela escolha dos nobres.

Com tal intento, nos capítulos 36, 38 e 41 (Bloco 4), escritos entre os anos de 1223 e 1224, Juan de Osma frequentemente vinculou a imagem do jovem rei a sua mãe e a legítima herdeira do trono. Assim, o cronista utilizou-se de expressões que demonstrassem a ação e o vínculo do jovem rei em conjunto com sua mãe.

A primeira aparição de Fernando, na CLRC, ocorre no capítulo 33, no qual é descrito como *filium suum maiorem natu* / o filho maior (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51), assim como *puerum* / menino (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 51). Em sua próxima aparição, no capítulo 35, o jovem é representado como o sucessor legítimo do reino de Castela: *Castella uero tune regem habebat, scilicet dominum Fernandum, filium domine Berengarie* / Mas Castela então tinha um rei, a saber don Fernando, filho de dona Berenguela (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 53). A partir de então, Fernando será tratado como rei. Todavia, durante essa primeira parte, até o capítulo 43, o monarca é frequentemente associado à sua mãe. Era preciso legitimá-lo pela dinastia.

Nos capítulos seguintes a sua aclamação como rei, Juan de Osma inicia as relações entre Berenguela e Fernando III. No capítulo 36, é descrita a ação dos monarcas sempre em conjunto *Regina uero cum filio suo rege* / A rainha com seu filho o rei (CIROT, 1913a, p. 30), ou *Rex autem et regina mater eius* / O rei e a rainha, sua mãe (CIROT, 1913a, p. 32). Ou ainda, *rex cum matre sua* / o rei com sua mãe (CIROT, 1913a, p. 33); ou também, *ad reginam dñam berengariam et ad regem filium eius* / a rainha dona Berenguela e ao rei seu filho (CIROT, 1913a, pp. 36-37). E por fim, uma conexão seguida por um elogio à rainha / *Rex autem cum clarissima genitrice sua* / O rei com a sua iluminada mãe (CIROT, 1913a, p. 36).

É em uma espécie de diarquia, “o rei e a rainha, sua mãe”, que Fernando III é retratado até o fim do capítulo 42. Legitimar o seu poder pelo direito que sua mãe possuía tornou-se “um argumento axial da legitimidade dinástica sobre o qual descansa a propriedade do reino” (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 254). Esse modelo de diarquia fica evidente quando o cronista aponta que:

Assim, pela misericórdia divina que este fez, em menos de seis meses, a perturbação do reino de Castela, que alguns acreditavam ser para sempre, se dissipou, **e o rei com a sua mãe começaram a exercer seus deveres reais em todas as partes do reino**³⁶¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 57, grifo nosso).

Assim, pela graça divina, Fernando e Berenguela conseguiram a paz e iniciaram o seu governo “em todas as partes do reino”. A estratégia do autor de mostrar uma diarquia prossegue nos primeiros anos do monarca, como demonstra o trecho do capítulo 42:

No sétimo ano do rei Dom Fernando, o rei de Jerusalém Juan veio a caminho de Santiago para tomar por esposa uma das filhas do rei de Leão [...]

Enviou o dito rei à frente seu mensageiro a rainha Berenguela e ao rei seu filho, pedindo-lhe que lhe agradasse em cumprimentá-los. Eles estavam então em Toledo. **Pareceu bem ao rei e à rainha e assim ao rei**, aproximar-se de Toledo. Ele foi recebido com honra pelo rei e pela rainha, com quem discutiu o casamento da filha da rainha e da irmã³⁶² (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 61, grifo nosso).

Nessa passagem, o rei de Jerusalém envia um mensageiro a Fernando III e a Berenguela, que juntos, aparentemente, tomam a decisão de recebê-lo com honrarias. Fica evidente como Juan de Osma demonstra essa governança conjunta dos dois monarcas nos primeiros anos de seu reinado. Entretanto, essa passagem do capítulo 42 é a última a fazer essa relação direta de poder entre Fernando III e Berenguela.

³⁶¹ No original: “Así, por la misericordia divina que esto hizo, en menos de seis meses, la turbación del reino de Castilla, que por algunos se esperaba perpetua, se disipó, y el rey con su madre empezó a ejercer sus deberes reales en todas las partes del reino” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 57).

³⁶² No original: “En el año séptimo del rey don Femando, el rey de Jerusalén Juan venía camino de Santiago para tomar como esposa a una de las hijas del rey de León [...] / Envió dicho rey por delante su mensajero a la reina doña Berenguela y al rey su hijo, pidiéndole que les fuera grato el saludarles. Estaban entonces en Toledo. Les pareció bien al rey y a la reina y así el rey, acercándose a Toledo. Fue recibido con honor por el rey y la reina, con los que trató del matrimonio de la hija de la reina y de la hermana” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 61).

No capítulo seguinte, o 43, inicia-se a segunda etapa de composição da crônica³⁶³ (Bloco B). Escrita em torno de 1229-1230, o cronista narra os acontecimentos dos anos de 1224 a 1226, período em que Fernando III inaugurou suas campanhas contra os muçulmanos. Nessa segunda etapa, uma nova imagem do rei será formada, e nessa nova estratégia de legitimação, observamos uma nítida perda do protagonismo político de Berenguela e a ascensão de uma representação do rei guerreiro defensor do cristianismo.

Desvincular essa imagem tornou-se necessária conforme o monarca ganhava destaque no cenário internacional e passava a ser representado como o defensor cristão da Península Ibérica. Observamos, por exemplo, em nosso terceiro capítulo³⁶⁴, o poema de Sordello de Goito de 1236, *Plah per Blancata*, que mesmo após as primeiras campanhas bélicas de sucesso, satirizava Fernando III como um menino obediente a sua mãe e que não poderia nem mesmo comer bolo sem a sua prévia autorização³⁶⁵.

Juan de Osma, como representante oficial da Coroa de Castela e atento ao seu momento histórico-político, pouco a pouco desenvolveu uma nova estratégia na forma de representar e legitimar o poder de Fernando III. Estando assegurada a legitimidade dinástica de seu reinado a partir de sua linhagem de Berenguela e Alfonso VIII, o cronista passa gradualmente a desvincular a imagem do monarca da de sua mãe e rainha.

5.3 Bloco B e C – A emancipação de Fernando III: de *Rex noster* a *miles Christi*³⁶⁶

A partir do capítulo 42 (Bloco B)³⁶⁷ da CLRC, ocorre uma transformação abrupta na representação de Fernando III. De filho da legítima herdeira de Castela, gradualmente o monarca se transforma em um rei guerreiro. Sabemos

³⁶³ Vide Quadro 3, p. 171.

³⁶⁴ Vide página 139.

³⁶⁵ “[...] e o rei castelhano convém que coma por dois,/pois tem dois reinos e não tem mérito para um;/porém, se quiser comê-lo, convém que coma as escondidas, pois, se o souber sua mãe, o golpearia com um bastão” (Sordello da Goito apud ALVAR, 1977, p. 171).

³⁶⁶ “De nosso rei a soldado de Cristo”.

³⁶⁷ Vide Quadro 3, p.171.

que esse capítulo é o primeiro da segunda etapa de composição da CLRC (Bloco B), escrita entre 1229-1230, e retrata os anos de 1224 a 1226, período no qual ocorreram as primeiras conquistas bélicas do monarca contra os muçulmanos. Nesse novo momento de composição, não havia mais o questionamento da legitimidade dinástica, as revoltas nobiliárias internas haviam sido pacificadas e o reino de Castela organizado. Dessa forma, nos capítulos 43 e 44, o cronista realiza uma “emancipação” da representação de Fernando III em relação a sua mãe, desvinculando suas imagens.

Com esse propósito, a primeira estratégia utilizada pelo cronista é a construção de uma narrativa dialogada e teatralizada entre os monarcas Fernando III e Berenguela. É o único momento em toda a CLRC que alguém se pronuncia de maneira direta, quebrando o padrão estabelecido até então.

Nesse novo artifício, o cronista descreve o último episódio de dependência de Fernando III para com sua mãe e realiza, ao mesmo tempo, uma ruptura, garantindo maior independência do rei. Sem dúvidas, trata-se de um dos momentos mais importantes da CLRC no que tange à representação de poder e legitimação³⁶⁸. Sua relevância faz com que o apresentemos na íntegra:

Um dia, sem que ninguém o esperasse, humilde e devotamente como um filho da obediência, **quando o Espírito do Senhor desceu sobre ele**, diante de sua nobre mãe, estando presentes todos os principais, falou desta forma:

«Querida mãe e doce senhora: **De que me adianta o reino de Castela que vossa bondade, como devido a ela por direito, abdicou de si e a mim me concedeu: que nobre esposa trazida de terras distantes por sua solícitude e diligência, e unida a mim em um matrimonio com honra indizível: que você antecipa meus desejos com doçura materna e antes que eu os concebesse já os tiveste realizado com fruto formidável, se estou entorpecido pela preguiça, se a flor da minha juventude envelhece sem fruto, se a luz da glória real, que havia começado a brilhar com certos raios se extinguem em si mesma e se aniquila?**

Eis que por Deus onipotente é revelado um tempo, no qual, a não ser que como covarde e relutante deseja-se fingir, **posso servir contra os inimigos da fé cristã ao Senhor Jesus Cristo, por quem reinam os reis, para a honra e glória de seu nome. A porta está aberta e o caminho está livre.** A paz foi

³⁶⁸ Para o historiador Carlos de Ayala Martínez (2020), trata-se de um dos principais aspectos da propaganda ideológica cruzada realizada por Juan de Osma na CLRC (AYALA MARTÍNEZ, 2020, p. 22).

restaurada no nosso reino: a discórdia e profundas inimizades entre os mouros semearam-se e as lutas recomeçaram. Cristo, Deus e homem, do nosso lado; do lado dos mouros, o infiel e condenado apóstata Maomé. O que falta? **Imploro, misericordiosa mãe, de quem, depois de Deus, tenho tudo o que possuo, para que te agrade que eu declare guerra aos mouros».**

Tendo dito essas coisas, o rei, cujo coração havia acendido e inflamado a esperança do Senhor, ficou em silêncio. Todos os barões que estavam presentes ficaram admirados por causa da grande alegria e quase todos choraram vendo a animosidade e o propósito glorioso do rei.

A nobre rainha, vendo o coração do filho inflamado e aceso por tão grande nobre desejo, falou ao filho, como era seu costume com breves palavras:

«Querido filho, minha glória e minha alegria vos sois; sempre desejei de coração e, tanto quanto pude, busquei sua felicidade e bem-estar. **Seus vassallos estão presentes, a corte está reunida. Que eles nos aconselhem como é seu dever e siga seus conselhos sobre este assunto».**

O rei, a pedido dos nobres, se retirou por um breve período. Os barões, permanecendo com a nobre rainha, depois de um pequeno contato e deliberação, concordaram com a mesma opinião: que o rei declare guerra de qualquer modo aos sarracenos. Depois de conhecer a vontade da mãe e escutar a resposta dos nobres, o rei se alegrou no Senhor mais do que se poderia acreditar³⁶⁹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 74 e 75, grifo nosso).

³⁶⁹ No original: “Cierta día, sin que nadie lo esperara, humilde y devotamente como hijo de obediencia, como irrumpiera en él el Espíritu del Señor, delante de su nobilísima madre, estando presentes todos los principales, habló de esta manera: «Queridísima madre y dulcísima señora: ¿De qué me aprovecha el reino de Castilla que vuestra benignidad, como debido a ella por derecho, abdicó de sí y a mí se me concedió: qué una esposa nobilísima traída de lejanas tierras por vuestra solicitud e industria, y unida a mí en matrimonio con honor indecible: qué el que os adelantéis a mis deseos con dulzura materna y antes de que yo los haya concebido ya los hayáis llevado a efecto con fruto formidable, si entorpezco de pereza, si la flor de mi juventud encanece sin fruto, si la luz de la gloria real, que ya había comenzado a difundir como ciertos rayos se extingue en sí misma y se aniquila?

He aquí que por Dios omnipotente se revela un tiempo, en el que, a no ser que como pusilánime y desidioso quisiera disimular, puedo servir contra los enemigos de la fe cristiana al Señor Jesucristo, por quien los reyes reinan, para honor y gloria de su nombre. La puerta está abierta y el camino expedito. La paz nos ha sido devuelta en nuestro reino: discordia y profundas enemistades entre los moros sembradas y riñas de nuevo originadas. Cristo, Dios y hombre, de nuestra parte: de parte de los moros, el infiel y condenado apóstata Mahoma. ¿Qué falta? Ruego, clementísima madre, de la que, después de Dios, tengo todo lo que poseo, que os agrade que declare la guerra a los moros».

Dichas estas cosas, el rey, cuyo corazón había encendido e inflamado la esperanza del Señor, guardó silencio. Todos los barones que estaban presente se quedaron boquiabiertos a causa del excesivo gozo y casi todos lloraron viendo la animosidad y propósito glorioso del rey.

Essa forma teatralizada – única em toda CLRC – indica uma estreita relação entre o discurso político e religioso. De acordo com José Manuel Nieto Soria (2003), Juan de Osma, em sua argumentação, apresenta o acontecimento como uma revelação divina “*reuelatur ab omnipotente Deo*”, reconhecendo em Cristo o fundamento da realeza “*domino Iesu Christo, per quem reges regnam*”, sendo o seu objetivo o serviço a Deus contra os inimigos da fé [...]”³⁷⁰ (NIETO SORIA, 2012, p. 59-60).

Antes de realizar a emancipação do monarca frente a sua mãe, o cronista lembra o interlocutor da legitimidade jurídica de Berenguela: “Queridísima madre y dulcísima señora: ¿De qué me aprovecha el reino de Castilla que vuestra benignidad, como debido a ella por derecho, abdicó de si y a mí se me concedió [...]”³⁷¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74). Essa fala é seguida por um pedido do jovem rei: combater o Islã, tarefa sem a qual a sua juventude não teria significado³⁷². Fernando, então, uma última vez, será representado pedindo autorização a sua mãe, reconhecendo que a ela tudo deve: “Imploro, misericordiosa mãe, de quem, depois de Deus, tenho tudo o que possuo, para que te agrade que eu declare guerra aos mouros” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

Diante de tal solicitação, Juan de Osma cria um cenário comovente

La noble reina, viendo el corazón del hijo inflamado y encendido por tan gran noble deseo, habló al hijo, como era su costumbre con breves palabras:

«Hijo querido, mi gloria y mi gozo vos sois; siempre de corazón deseé y, cuanto pude, procuré vuestra felicidad y bienandanza. Están presentes vuestros vasallos, la corte está reunida. Que ellos nos aconsejen como es su deber y seguid en este hecho el consejo de ellos».

El rey por deseo de los magnates se retiró aparte un poco de tiempo. Los barones, permaneciendo con la noble reina, después de un pequeño contacto y deliberación, coincidieron todos en la misma opinión: que el rey declarara la guerra de cualquier modo a los sarracenos. Tras conocer la voluntad de la madre y escuchar la respuesta de los magnates, el rey se alegró en el Señor más de lo que podría creerse” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, pp. 74 e 75).

³⁷⁰ No original: “revelación divina “*reuelatur ab omnipotente Deo*”, reconociendo en Cristo al fundamento mismo de la realeza “*domino Iesu Christo, per quem reges regnam*”, siendo su objetivo el servicio a Dios contra los enemigos de la fe [...]”³⁷⁰ (NIETO SORIA, 2012, pp. 59-60).

³⁷¹ No original: “¿De qué me aprovecha el reino de Castilla que vuestra benignidad, como debido a ella por derecho, abdicó de si y a mí se me concedió [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

³⁷² A mesma fórmula se repete no capítulo 55: “El rey de Aragón, por su parte, queriendo consagrar a Dios los comienzos de su juventud, reunió un ejército de Cataluña [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 87).

Tendo dito essas coisas, o rei, cujo coração havia acendido e inflamado a esperança do Senhor, ficou em silêncio. Todos os barões que estavam presentes ficaram admirados por causa da grande alegria e quase todos choraram vendo a animosidade e o propósito glorioso do rei (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75).

O clímax dessa teatralização acontece quando Berenguela, “vendo o coração de seu filho incendiado por tão nobre desejo”, lhe responde, com um argumento primordial para a legitimação do seu poder: a aprovação de seus nobres. A ideia é marcada pela fala: “Están presentes vuestros vasallos, la corte está reunida. Que ellos nos aconsejen como es su deber y seguid en este hecho el consejo de ellos³⁷³” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75).

Novamente, Juan de Osma descreve a nobreza como a instituição responsável por tão importante decisão política. Nesse momento, é solicitado a Fernando que se retire do local para que a rainha e os nobres pudessem decidir sobre tal pedido. É a última vez, durante toda a CLRC, que o jovem rei é afastado para a deliberação dos nobres³⁷⁴. Essa passagem representa o monarca como uma espécie de refém das relações políticas com a nobreza, na qual Berenguela detém total controle, um poder que provavelmente adquiriu frente às crises nobiliárias após a morte de Alfonso VIII e Enrique I (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004, p. 25). Após a deliberação, é a nobreza que lhe dá a resposta final: “Depois de conhecer a vontade da mãe e escutar a resposta dos nobres, o rei se alegrou no Senhor mais do que se poderia acreditar” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75).

Quando analisamos o mesmo episódio, porém narrado pela HHE, encontramos uma disparidade no discurso. Na crônica de Jiménez de Rada, o desejo de dedicar a juventude às campanhas militares contra os mouros não

³⁷³ De acordo com Peter Linehan (2006), trata-se de uma “lição prática e embaraçosa sobre a meticulosidade constitucional” (LINEHAN, 2006, on-line).

³⁷⁴ Segundo Ana Rodríguez López, esse excerto deixa explícita a escassez de recursos do monarca, que não poderia participar da discussão das cúrias com seus nobres. A imagem retratada é a de um rei de 20 anos, que após 8 anos de governo ainda não tem autoridade para articular suas ideias juntamente à nobreza sem a intervenção de sua mãe (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004, p. 27).

partiu de Fernando, mas sim de Berenguela: “Mas diante do desejo da mãe do rei, a nobre rainha Berenguela, de mantê-lo afastado das afrontas dos cristãos quis oferecer ao Senhor os primeiros frutos de sua vida militar e se negou a prolongar por mais tempo a trégua com os árabes” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 344)³⁷⁵. No capítulo 4, foi apresentada a discussão historiográfica acerca de Jiménez de Rada ter se utilizado da CLRC para escrever a HHE. Dessa maneira, o que justifica essa diferença em um momento tão crucial para a imagem de Fernando III?

A narrativa do arcebispo toledano está relacionada a uma exaltação de Berenguela, ao passo que a CLRC, como vimos anteriormente, representa a visão oficial do monarca castelhano. Trata-se de um processo de libertação da interferência de Berenguela nos assuntos do Estado, tanto por parte de Fernando III quando do próprio cronista³⁷⁶ (LINEHAN, 2006, on-line). Juan de Osma evidencia a autoridade do rei frente à rainha e a seu círculo de nobres, em uma demonstração de autonomia³⁷⁷ (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004, p. 26). Desse momento em diante, a participação da rainha e a sua intervenção no governo decresce (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

No processo de desvincular Fernando III de Berenguela³⁷⁸, colocar a iniciativa militar sobre os ombros do jovem monarca era essencial,

³⁷⁵ No original: “Pero ante o deseo de la madre del rey, la noble reina Berenguela, de mantenerlo alejado de las afrontas de los cristianos quiso ofrecer al Señor las primicias de su vida militar y se negó a prolongar por más tiempo la tregua con los árabes” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 344)

³⁷⁶ Conforme Peter Linehan (2006), as três crônicas escritas durante o governo de Fernando III teriam uma relação direta com Berenguela. Os prólogos de *De rebus Hispanie* de Jiménez de Rada e *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy explicitam o fato de que foram escritas por instruções da rainha. Sendo assim, possuem um vínculo muito forte com a sua imagem. Contudo, apesar de a CLRC de Juan de Osma não possuir prólogo, o historiador inglês nos chama atenção para o fato de que foi a rainha a responsável por conseguir a sua ascensão ao cargo de chanceler em 1217, e sendo assim, estava diretamente vinculado ao poder de Berenguela. Por conseguinte, nas narrações a partir de 1224, Juan luta para liberar não apenas Fernando, mas ele mesmo, das influências e interferências de Berenguela nos assuntos de Estado (LINEHAN, 2006, on-line).

³⁷⁷ A aparência de fraqueza de Fernando III frente aos seus nobres parece contraditória à imagem do monarca que busca sua autonomia e quer iniciar suas campanhas contra os muçulmanos. Isso demonstra as dificuldades do cronista para criar um sistema ideológico que justifique o poder do jovem rei. As crônicas de forma involuntária apresentam os indícios de contradições do sistema político ao qual estavam inseridas e, portanto, eram produtos (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004, p. 27).

³⁷⁸ A partir de então, Fernando para de ser associado frequentemente a sua mãe. Ganha destaque a expressão nosso rei / *rex noster*, que aparece nos capítulos da CLRC 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 53; 54; 60; 61; 64; 67; 69; 71; 72; 73.

principalmente quando se iniciava a representação de um rei cruzado de inspiração divina. Na visão de Carlos de Ayala Martínez, trata-se de uma ênfase ao caráter sagrado e ao caudilhismo do monarca (2017, p. 30).

Esse aspecto iniciou-se no já citado capítulo 43. Segundo Juan de Osma, “quando o Espírito do Senhor desceu sobre ele”, Fernando III é inspirado pelo “*Spiritus Domini*” em sua fala. A expressão utilizada é um recurso bíblico encontrado no *Livro dos Juízes*:

Sansão desceu a Tamna e, ao chegar perto dos vinhedos de Tamna, viu um pequeno leão que se aproximava rugindo / O espírito de lahweh (*Spiritus Domini*)³⁷⁹ veio sobre ele e, sem nada ter nas mãos, despedaçou-o como se fosse um cabrito; mas não contou a seu pai nem a sua mãe o que tinha feito (JUÍZES, 14: 5-6).

O “*Spiritus Domini*” que desce sobre Sansão e lhe dá força para despedaçar um leão é o mesmo que invade Alfonso VIII³⁸⁰ e o prepara para a guerra contra os muçulmanos. A partir do capítulo 43, na segunda etapa de composição, desce também sobre Fernando III³⁸¹ e lhe fornecerá a força

³⁷⁹ A expressão utilizada pela Vulgata é “*Spiritus Domini*”: “inruit autem spiritus Domini in Samson et dilaceravit leonem quasi hedum in frusta concerperet nihil omnino habens in manu et hoc patri et matri noluit indicare (LIBER IUDICUM, 14:6). É também a expressão utilizada por Juan de Osma ao retratar a inspiração divina de Alfonso VIII e Fernando III na CLRC.

³⁸⁰ Alfonso VIII, modelo de rei na CLRC, também é invadido pelo Espírito do Senhor logo antes de declarar guerra ao rei marroquino que resultará na famosa batalha de Las Navas (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 46). Acerca de Alfonso VIII e a batalha de “Las Navas” vide nota 119.

³⁸¹ Não podemos deixar de incluir nessa discussão um parágrafo que precede a cena teatralizada por Juan de Osma. Na acepção do cronista: “Celebrada solemnemente la fiesta de Pentecostés de la era de 1262 en Burgos, el rey se retiró al lugar llamado Muño [...] Cierta día, sin que nadie lo esperara, humilde y devotamente como hijo de obediencia, como irrumpiera en él el Espíritu del Señor” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74). A partir desse excerto, traçamos uma relação que até o momento não encontramos na historiografia. Estaria a festa de Pentecostes relacionada ao recebimento do *Spiritus Domini* por Fernando III? Para a historiadora Fernández Ordóñez (2006), trata-se do modelo de datação utilizado pelo cronista ao se basear no ano litúrgico para colocar os eventos do reino em ordem cronológica. Contudo, não podemos nos esquecer de que Pentecostes para o cristianismo é o momento em que os apóstolos recebem o Espírito Santo e se tornam capazes de proclamar o Evangelho em várias línguas: “Tendo-se completado o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído como o agitar-se de um vendaval impetuoso, que encheu toda a casa onde se encontravam. Apareceram-lhes, então, línguas como de fogo, que se repartiam e que pousaram sobre cada um deles. E todos ficaram repletos do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia se exprimissem” (ATOS DOS APÓSTOLOS, 2: 1-4). Não encontramos uma historiografia que desse suporte a essa ideia, porém em nosso trabalho sobre representações e ideologias não podemos deixar de apontar essa ideia. Acerca do Espírito Santo no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos, consultar: VELOSO,

necessária para combater o Islã, o monarca passa a ser representado como um *Rex inspiratus Dei*.

Segundo José Nieto Soria (1986), Fernando III é representado como *Rex inspiratus Dei*, um monarca que nunca era abandonado por Deus e nos momentos de maiores dificuldades recebe a inspiração divina para indicar o que seria melhor para ele e para o reino. Junto a essa imagem de um rei inspirado está presente a ideia de um monarca utilizado como instrumento de um Deus vingador ou mesmo reparador. Desse modo, por mais que nos reinos de Castela e Leão, de fato, não existissem os rituais de unção e sacralização do monarca, esse caráter sagrado era considerado algo inerente a todo rei que fosse considerado bom (NIETO SORIA, 1986, p. 722-723).

Esse mesmo recurso textual / teológico do *Rex inspiratus Dei*³⁸² será utilizado novamente, nessa mesma etapa de composição, em mais duas ocasiões. Primeiramente, logo após a exortação do monarca. O cronista relembra a seus interlocutores a inspiração divina sobre a qual o monarca estava: “Tendo dito essas coisas, o rei, cujo coração havia acendido e inflamado o Espírito do Senhor”³⁸³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75).

Fernando III será inspirado novamente pelo *Spiritus Domini* no capítulo 48, quando é narrada a sua decisão de voltar para as fronteiras. Entretanto, essa referência será realizada de uma forma muito mais elaborada, na qual, pela primeira vez, o monarca desobedece os seus nobres para seguir um conselho mais saudável.

O rei, tendo o firme e irrevogável propósito de destruir aquele povo maldito, desde que ele foi tocado pelo Espírito de Deus, por volta da festa da festa de Todos os Santos, quis voltar àquelas terras para visitar e consolar o mestre de Calatrava e aos outros que havia deixado na fronteira. **Cuja vontade quase todos os seus nobres e conselheiros se opuseram**, não porque quisessem atrapalhar por desleixo ou preguiça, mas temendo o rigor do tempo invernal e a inundaçã

Mario. El Espíritu Santo en el libro de Hechos de los Apóstoles. **DavarLogos**, v. 13, n. 2, 2014, pp. 77-106.

³⁸² Analisamos essa questão de forma mais detalhada no item 5.4 Bloco D - Fernando III: miles Christi fortissimus rex Fernandus.

³⁸³ No original: “Dichas estas cosas, el rey, cuyo corazón había encendido e inflamado el Espíritu del Señor” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75).

das águas, já que este fato poderia ser prejudicial ao propósito do rei para o futuro verão, visto que pela escassez de soldados, e de outros homens temia-se que não se poderia danificar aos mouros e poderia haver perigo para ele e os seus.

Porém o rei, em quem o Espírito do Senhor havia descido, guiado por um conselho mais saudável, como o do Espírito do Senhor, pondo de lado para não dizer desprezando as opiniões e conselhos de todos, saiu rapidamente de Toledo e começou a caminhar até aquelas terras ³⁸⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 69, grifo nosso).

No excerto, Juan de Osma ressalta a aspiração de Fernando III em destruir os muçulmanos, característica predominante de um rei cruzado. Todavia, o fato que chamamos atenção nessa passagem está na inversão de estratégia realizada pelo cronista. Até o início dessa segunda etapa de composição, capítulos 43 e 44, fica evidente a importância dos nobres para as decisões do reino, sendo estes apresentados pela crônica como os responsáveis por aprovar a campanha bélica do monarca.

Pela primeira vez, Fernando III é representado acima de qualquer instituição de poder, inclusive de seu próprio conselho de nobres. O jovem rei é a “cabeça do reino”, que inspirado por Deus posterga, ou mesmo despreza, a opinião de seus nobres, pois ele, como um rei cruzado, tem a capacidade de discernir o que é melhor para o seu reinado e o que deve ser realizado para libertar os cristãos da opressão do Islã.

Ao descrever Fernando III como um monarca inspirado pelo “Espírito do Senhor”, Juan de Osma se utiliza de um

[...] recurso bíblico que nos remete aos líderes do Antigo Testamento que, por iniciativa de Deus e sem outra mediação senão a sua vontade, consagraram a vida à libertação do povo

³⁸⁴ No original: “El rey, teniendo el firme e irrevocable propósito de destruir aquella gente maldita, puesto que estaba tocado por el Espíritu de Dios, alrededor de la festividad de Todos los Santos, quiso volverse a aquellas tierras para visitar y consolar al Maestre de Calatrava y a los otros que había dejado en la frontera. A cuya voluntad casi todos sus magnates y consejeros se oponían, no porque quisieran entorpecer por dejadez y desidia, sino temiendo la aspereza del tiempo invernal y la inundación de las aguas, ya que este hecho podría ser perjudicial al propósito del rey para el futuro verano, puesto que por la parquedad de soldados, y de otros hombres se temía que no se podría dañar a los moros y podría haber peligro para él y los suyos.

Pero el rey, en quien había irrumpido el Espíritu del Señor, guiado por un consejo más saludable, como el del Espíritu del Señor, postergados por no decir despreciados los pareceres y consejos de todos, salió rápidamente de Toledo y comenzó a caminar hacia aquellas tierras” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 69).

eleito. Obviamente, por trás de uma consideração sagrada dessa natureza, esconde-se uma perspectiva excepcional de poder que facilmente coloca o líder acima de qualquer outra iniciativa ou aparência humana. **Nem mesmo a figura do papa adquire neste discurso relevância alguma. A monarquia, através do recurso de uma guerra tão inequivocamente santa, se reforçava de maneira considerável, e inclusive encontrava nela o próprio sentido de sua existência.** O cronista atribui ao rei um raciocínio realmente contundente: a guerra e as circunstâncias com que Deus agora facilitava foram os meios que esse mesmo Deus colocou no caminho do rei para guiar sua vida e evitar o desperdício de sua juventude. Pois bem, esta importante passagem que nos transmite a ideia de que é a guerra contra o Islão que justifica o reinado [...] ³⁸⁵ (AYALA MARTÍNEZ, 2017, p. 30, grifo nosso).

A guerra santa ³⁸⁶ que Fernando III está realizando tornar-se-á o sentido da existência de seu reinado. A partir desse momento, Juan de Osma se utilizará de uma ideologia bélica, de base religiosa, para manipular o contexto no qual estava inserido, a fim de legitimar o poder do monarca. Essas ideologias militares foram utilizadas como sistemas de representações que forneciam as

³⁸⁵ No original: “[...] recurso bíblico que nos remite a los caudillos vetero–testamentarios que, por iniciativa de Dios y sin otra mediación que su voluntad, consagraban su vida a la liberación del pueblo elegido. Obviamente tras una consideración sacra de esta naturaleza se esconde una excepcional perspectiva de poder que sitúa con facilidad al caudillo por encima de cualquier otra iniciativa o parecer humanos. Ni siquiera la figura del papa adquiere en este discurso relevancia alguna. La monarquía, a través del recurso a una guerra tan inequívocamente santa, se reforzaba de manera considerable, e incluso encontraba en ella el propio sentido de su existencia. El cronista atribuye al rey un razonamiento realmente contundente: la guerra y las circunstancias con que Dios ahora la facilitaba era el medio que ese mismo Dios ponía en el camino del rey para orientar su vida y evitar la dilapidación de su juventud. Pues bien, este importante pasaje que nos trasmite la idea de que es la guerra contra el islam lo que justifica el reinado [...]” (AYALA MARTÍNEZ, 2017, p. 30).

³⁸⁶ A guerra santa foi uma ideologia legitimadora do poder real. Na hispania, a guerra santa representada pela Reconquista assegurava o poder dos monarcas e justificava o seu processo de expansão. A discussão sobre guerra justa e santa na Idade Média é prolixa. Indicamos para consulta as obras: FLORI, Jean. **Guerra Santa**: formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013; GARCÍA FITZ, Francisco. **La Edad Media**: guerra e ideología (justificaciones religiosas y jurídicas). Madrid: Silex, 2003; DEMURGER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo**: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (séculos XI – XVI). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. DEMURGER, Alain. **Os templários**: uma cavalaria cristã na Idade Média. Rio de Janeiro: Difel, 2007; MATTOS, José D. F. B. de. O conceito de guerra justa. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1964; TUDELA VELASCO, M. I. P. La consideración ética de la guerra y el uso de la violencia en la España Medieval. In: **En La España Medieval**, vol. 30, 2007; Acerca da formação do conceito de guerra santa e sua aplicação na Península Ibérica, realizamos essa discussão de maneira detalhada em nossa dissertação de mestrado, principalmente no Capítulo 1 Teoria da Guerra Medieval in: MORETTI JUNIOR, Augusto J. Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, 2015.

justificativas necessárias para as ações cotidianas dos monarcas. A ideia de Reconquista, assim como a de Cruzada, fornecia à sociedade um sistema de crenças superior, capaz de justificar qualquer ação do rei na luta contra os seus inimigos (GARCÍA FITZ, 2009, p. 151). No excerto apresentado, a inspiração divina e a luta contra os muçulmanos fazem parte da ideologia que justifica a desobediência do monarca frente ao seu conselho de nobres.

É justamente com Fernando III, na primeira metade do século XIII, que houve um aumento da construção ideológica da guerra santa e da cruzada como elemento legitimador do poder. Lutar contra os muçulmanos se dá para legitimar a guerra, os gastos, o processo de integração territorial e inclusive a supremacia do rei na Península Ibérica (AYALA MARTÍNEZ, 2017, p. 23).

A respeito da questão do rei cruzado, destacamos um detalhe no excerto da CLRC assinalado anteriormente³⁸⁷. Quando analisamos a versão latina do texto, no final da passagem, encontramos: *et uersus partes illas gloriosus miles Christi cepit ire* (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 69, grifo nosso). Porém, nas traduções realizadas pelo editor de Luís Charlo Brea para o espanhol, tanto a de 1984 quanto a de 1999, a passagem assim se encerra: “salió rápidamente de Toledo y comenzó a caminar hacia aquellas tierras” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 69) ou: “salió rápidamente de Toledo y se dirigió a aquellas tierras” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 79). Não podemos deixar de notar que escapa à tradução, intencionalmente ou não, a expressão *miles Christi*. Na versão original de Georges Cirot, a expressão utilizada é “*gloriosus miles XPI*”³⁸⁸ (CIROT, 1913b, p. 182). O historiador Joseph O’Callaghan, em sua tradução da CLRC para o inglês, faz a tradução da expressão como “*glorious knight of Christ*” (THE LATIN CHRONICLE OF THE KINGS OF CASTILE, 2002, p. 97).

Apesar de não traduzida pela edição espanhola, trata-se de uma expressão importante para o nosso trabalho, tendo em vista que é a primeira vez que Fernando III é denominado *miles Christi* na CLRC. É a concretização da representação e, conseqüentemente, da ideologia de cruzada arquitetada por

³⁸⁷ Vide pp. 211-212.

³⁸⁸ Conforme o *Glossarium mediæ et infimæ latinitatis* (1883-1887), *XPI* é uma contração da palavra Cristo em grego “ΧΡΙΣΤΟΣ”.

Juan de Osma para legitimar o poder do monarca. A partir desse momento, encontramos na crônica a ação divina nas vitórias do rei.

De acordo com Julio González (1980), apresentar Fernando III como o *miles Christi* significava representá-lo como o ideal mais puro de cruzado que existia naquele momento, aquele que sofre e luta em defesa da cristandade (1980, p. 78). Todavia, cientes da influência da Igreja e do papa na maneira de representar o mundo de Juan de Osma³⁸⁹, devemos realizar um questionamento nesse momento: com respaldo de qual aspecto religioso o cronista se baseou para poder representar o rei de Castela como um cruzado? A resposta possuía título e nome: Papa Honório III.

A Península Ibérica constituía a segunda frente de Cruzada para o papa Honório III. Quando ocorreu a disputa entre Fernando III e seu pai, Alfonso IX, pelo reino de Castela, em 1217/1218³⁹⁰, o papa escolheu como o seu legado o bispo Rodrigo Jiménez de Rada com o objetivo de estabelecer a paz o mais breve possível entre esses reinos. Segundo Carlos de Ayala Martínez (2020), o papa não confiava em Alfonso IX como seu representante cruzado na frente ocidental. A ascensão de Fernando, descendente do próprio Alfonso VIII, seria uma escolha mais viável. Por conseguinte, antes mesmo da unificação dos reinos de Castela e Leão, “[...] o papa colocou em prática um plano destinado a converter Fernando III no mais poderoso dos monarcas peninsulares e o líder indiscutível de uma cruzada hispânica”³⁹¹ (AYALA MARTÍNEZ, 2020, p. 22).

Um ano após Fernando III ter declarado guerra aos muçulmanos, na Cúria de Carrión, em 1224, o papa Honório III, por meio de cartas e bulas, consagrou o monarca como o “campeão da fé na Espanha”³⁹². Dessa forma, a

³⁸⁹ Vide Capítulo 4, A Crônica Latina de los Reyes de Castilla: características técnicas e históricas.

³⁹⁰ Vide item 2.1 A legitimação do poder de Fernando III: de filho ilegítimo à rei de Castela.

³⁹¹ No original: “the pope had put in place a plan destined to convert Fernando III into the most powerful of the peninsular monarchs and the undisputed leader of a Hispanicized crusade” (AYALA MARTÍNEZ, 2020, p. 22).

³⁹² Ayala Martínez (2020) enuncia que o papa Honório III endereçou a Fernando III duas cartas que comprovam o interesse de “convertê-lo” em um rei cruzado. A primeira, em setembro de 1225, que concedia a proteção papal ao rei, sua família e ao reino. A segunda, também em setembro de 1225, enfatizava o papel de Fernando III na luta contra o islã na Península Ibérica e lhe concedia as mesmas indulgências fornecidas aos cruzados da Terra Santa (AYALA MARTÍNEZ, 2020, p. 22).

representação de rei cruzado criada por Juan de Osma, nos anos seguintes, foi baseada nas decisões do próprio papa (AYALA MARTÍNEZ, 2020, pp. 20-22).

Ao termos ciência de que o capítulo 48, bloco B, foi escrito por Juan de Osma entre os anos de 1229-1230, é provável que, desde 1225, o cronista já sabia da intenção de Honório III de colocar Fernando III como rei cruzado da Península Ibérica. A partir de então, o monarca será representado como tal.

Representado como um rei cruzado, *miles christi*, no capítulo 49 (Bloco B), Juan de Osma descreve outras características de Fernando III como rei cruzado. Por exemplo, como o monarca conseguiu recuperar o famoso castelo de Salvatierra por virtude e graça divina. Nas palavras do cronista:

Assim, aquele famoso castelo, defendido natural e artificialmente, que o mais ilustre Alfonso, embora tenha recuperado todos os outros que se haviam perdido naquelas terras na época da guerra de Alarcos e adquirido novamente alguns outros para além do porto de Muradal, por algum motivo não pode obter, o rei Fernando, cujas as ações foram dirigidas pelo Senhor, com pouco trabalho e em pouco tempo o adquiriu pela virtude e graça de nosso Senhor Jesus Cristo³⁹³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 70).

É importante notarmos que no excerto Fernando III é descrito como um rei capaz de fazer algo que nem mesmo o “ilustríssimo Alfonso VIII” conseguiu: recuperar o castelo de Salvatierra. Alfonso VIII, ao longo da CLRC, é retratado de uma forma extraordinariamente positiva. No entanto, Juan de Osma representa Fernando III como um rei sem comparações, a que nem mesmo Alfonso VIII se iguala (AYALA MARTÍNEZ, 2017, p. 31; BAUTISTA, 2006, online). Lembramos que na primeira etapa de composição, o cronista busca incessantemente legitimar o poder de Fernando ligando-o a Berenguela e, conseqüentemente, a Alfonso VIII. Porém, na segunda etapa de composição, estando com seu poder assegurado, Juan tem a possibilidade de colocar Fernando acima de seu avô, o herói de Las Navas.

³⁹³ No original: “Así pues aquel famoso castillo, defendido natural y artificialmente, que el ilustrísimo Alfonso, aunque recuperara todos los otros que se habían perdido por aquellas tierras en el tiempo de la guerra de Alarcos y adquiriera de nuevo algunos otros más allá del puerto de Muradal, por alguna razón no pudo obtener, el rey Fernando, cuyos hechos eran dirigidos por el Señor, con poco trabajo y en breve tiempo lo adquirió por virtud y gracia de nuestro Señor Jesucristo” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 70).

Nesse sentido, cria-se em Fernando a imagem do monarca cruzado, capaz de recuperar o castelo de Salvatierra de uma forma rápida. Essa capacidade é representada em razão da virtude e graça de Jesus Cristo. Sendo assim, “[...] a derrota e a vitória não eram senão expressões da providência divina, porque, [...] a fortuna militar que desfrutava não foi senão uma concessão de Deus³⁹⁴ (GARCÍA FITZ, 2009, p. 141). Por conseguinte, na segunda etapa de composição de sua crônica, Juan de Osma iniciou a representação de Fernando III como um rei cruzado defendido e querido pelo próprio Cristo.

Para fechar o bloco B da CLRC, Juan de Osma, em meio a essa representação sacra/militar, se utiliza de outra estratégia ao exaltar as habilidades políticas e bélicas de Fernando III, colocando-o acima de outros monarcas ibéricos. Tal imagem é parte relevante de sua ideologia pois retratava o rei castelhano como o único capaz de defender o cristianismo em toda a Península Ibérica.

No capítulo 50, em seus primeiros parágrafos, são realizados elogio e exaltação das habilidades políticas e militares de Fernando III. Em campanha para tomar o castelo de Capilla, o monarca encontra muitas dificuldades para conseguir conquistá-lo; no entanto, o cronista faz questão de demonstrar que é a perseverança do rei que prevalece:

Nosso rei, insistindo viril e infatigavelmente no empreendimento, impugnava como podia, de dia e de noite sem interrupção, o castelo que havia sitiado. [...] E ainda que parecesse impugnável para alguns, que, quando souberam da morte do rei de Baeza, aconselharam o rei a se retirar do cerco e passar para as terras de Córdoba, onde poderia inferir muitos males aos mouros e principalmente aos de Córdoba em vingança ao seu nobre vassalo o rei de Baeza, o rei, no entanto, seguindo o prudente conselho de sua mãe, que o havia aconselhado a não se retirar de modo algum do cerco até que tomasse o castelo, firme e constante, com perseverança e propósito, não dava aos mouros sitiados descanso nem de dia e nem de noite. [...] e então entregaram o castelo de Capilla a nosso rey para honra e glória de Nosso Senhor Jesus Cristo³⁹⁵ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 71-72, grifo nosso).

³⁹⁴ No original: “[...], la derrota y la victoria no eran sino expresiones de la providencia divina, porque, como le recordaron sus súbditos a Alfonso VII, la fortuna militar de la que disfrutaba no era sino una concesión de Dios” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 141).

³⁹⁵ No original: “Nuestro rey, insistiendo viril e infatigablemente en la empresa, impugna como podía, de día y de noche sin interrupción, el castillo que había asediado. [...] Y aunque les parecía

Percebemos uma apologia aos esforços realizados pelo monarca para conquistar o castelo de Capilla, prevalecendo a sua imagem de perseverança. É a segunda vez, na CLRC, que o monarca desconsidera o conselho de seus nobres. Fernando III segue o conselho de sua mãe de manter o cerco até que o castelo se rendesse e, novamente, obtém sucesso em sua campanha.

Analisado de forma isolada, o excerto anterior aparenta ser um elogio aos esforços de Fernando III para conquistar o poderoso castelo de Capilla³⁹⁶. Destarte, quando analisamos o final desse mesmo capítulo, 50, percebemos que existe uma segunda intenção.

No mesmo verão, o rei leonês sitiou Badajoz e o rei português Elvás, próximo a Badajoz, os quais, depois de um longo cerco, frustradas as suas esperanças, retiraram-se das cidades sitiadas, voltando cada um a sua terra. O que fizeram e como se comportaram os reis e seus vassallos no ato tão nobre que haviam empreendido por acordo comum firmado entre eles muitos dias antes, não cabe a nós dizer, já que pessoas diferentes opinam diferentemente, ainda que seja de acordo e comum sentença de todos que, depois de inumeráveis gastos e mortes de homens, os sarracenos se vangloriam pela defesa das cidades e as retém até hoje. Afirma-se, no entanto, por muitos dignos de crédito, **que o rei de Portugal, abandonado pelos seus, gemendo e lamentando além do que se pode acreditar, se retirou, e o rei de Leão, não querendo tolerar o fogo do calor no verão marchou até a Galícia**, preparando-se para visitar o sepulcro do apóstolo São Tiago³⁹⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 82, grifo nosso).

impugnables a algunos, que, cuando conocieron la muerte del rey de Baeza, aconsejaron al rey que se retirara del asedio y pasara a tierras cordobesas, donde podría inferir muchos males a los moros y principalmente a los cordobeses en venganza de su noble vasallo el rey de Baeza, el rey, sin embargo, siguiendo el prudente consejo de su madre, que le había recomendado no retirarse en modo alguno del asedio hasta que tomara el castillo, firme y constante, con perseverancia en el propósito, no daba a los moros asediados descanso no de día ni de noche. [...] y entonces entregaron el castillo de Capilla a nuestro rey para honor y gloria de Nuestro Señor Jesucristo” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, pp. 71-72).

³⁹⁶ No site <https://arteenruinas.com/castillo-de-capilla/> é possível observar imagens do Castelo de Capilla conquistado por Fernando III em 1226. Pelas fotos, é possível compreender as dificuldades de sua tomada devido ao ponto estratégico em que foi construído. Vide Figura 8.

³⁹⁷ No original: “En el mismo verano, el rey leonés asedió Badajoz y el rey portugués Elvás, junto a Badajoz, los cuales, después de un largo asedio, frustradas sus esperanzas, retirándose de las villas asediadas, volvieron cada cual a su tierra. Qué hicieron y cómo se comportaron los reyes y sus vasallos en el hecho tan noble que habían acometido por pacto común firmado entre ellos muchos días antes, no es de nosotros decirlo, ya que personas diversas opinan diversamente, aunque sea concorde y común sentencia de todos que, después de innumerables gastos y muertes de hombres, los sarracenos se glorían por la defensa de las villas y las retienen hasta hoy.

No início do capítulo 50, o cronista faz questão de exaltar a perseverança de Fernando III para tomar o castelo de Capilla. No final, o cronista apresenta o rei de Portugal e o de Leão como líderes que desistiram de sua campanha, fornecendo aos muçulmanos motivos para se vangloriar. O rei de Portugal é apresentado como alguém destituído pelos seus nobres e que reclama mais do que devia, ao passo que Alfonso IX, rei de Leão, desiste de tão importante tarefa apenas para não enfrentar o calor do verão. O que fica evidente no sistema ideológico desenvolvido é que:

Obviamente, a retidão de intenção do monarca e seu papel de líder da Cristandade na Península não são comparáveis com a dos reis peninsulares, e nem sequer com a de seus predecessores imediatos e gloriosos³⁹⁸ (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 260).

Mais do que uma crítica aos monarcas de Portugal e Leão, trata-se de uma articulação retórica para exaltar o rei de Castela como o único capaz de liderar a cruzada hispânica. Com base em seu castelhanismo, Juan de Osma aponta em Fernando III a persistência e apoio divino necessário para o cumprimento dessa tarefa e a liderança da Península Ibérica.

Se afirma, sin embargo, por muchos dignos de crédito, que el rey de Portugal, destituido por los suyos, gimiéndose y doliéndose más de lo que puede creerse, se retiró, y el rey de León, no queriendo tolerar el fuego del calor en verano, marchó hacia Galicia, disponiéndose a visitar el sepulcro del apóstol Santiago” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 82).

³⁹⁸ No original: “Obviamente, la rectitud de intención del monarca y su papel de líder de la Cristiandad en la Península, no son parangonables con los de los reyes peninsulares, y ni siquiera con el de sus inmediatos y gloriosos antecesores” (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 260).

FIGURA 8



Figura 8. Vista geral do Castelo de Capilla. Foto de Adolfobrigido - Trabajo propio, CC BY-SA 4.0, Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=46782471>. Acesso em 06 de out. de 2021.

Após essa exaltação de Fernando III como rei cruzado, ocorre a transição do bloco B para o C, escrito, provavelmente, em 1234. É o bloco mais curto de todos, contendo apenas oito capítulos. Nos capítulos 52 a 59, há uma atualização dos feitos extrapeninsulares, inicialmente com o rei da França, Luís. Novamente, o cronista visa igualar as conquistas de Fernando III a de outros reis, considerados cruzados, da Europa. Essa comparação era um dos principais aspectos do sistema ideológico desenvolvido por Juan de Osma para apresentar o monarca de Castela como o principal representante da cruzada hispânica.

5.4 Bloco D - Fernando III: *miles Christi fortissimus rex Ferdinandus*³⁹⁹

Os capítulos 60 a 75 fazem parte do bloco D e foram redigidos entre novembro de 1236 a julho de 1237. Trata-se do bloco em que Juan de Osma finaliza a sua legitimação do poder de Fernando III, assim como o modelo de monarca cruzado que representou ao longo da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*.

Podemos dividir esse bloco em dois momentos principais: primeiro, e mais breve, o providencialismo divino na unificação dos reinos de Castela e Leão nas mãos de Fernando III; segundo, a campanha e conquista de Córdoba como resultado do providencialismo divino e do sucesso do monarca como um rei cruzado.

Em 1230, Fernando III, após mais uma de suas incursões à cidade de Jaén, recebeu a notícia de que seu pai, Alfonso IX, rei de Leão, havia falecido⁴⁰⁰. Como analisamos no capítulo 2⁴⁰¹, esse evento deu início a uma disputa pelo poder do reino de Leão entre as filhas de Teresa de Portugal e o monarca de Castela. Apesar das indicações de que o acordo fora realizado por intermediação da rainha Berenguela, Juan de Osma mantém o seu discurso de emancipação do rei e faz questão de destacar que a unificação era resultado da vontade divina:

E assim, em pouco tempo, **posto que o dispôs Deus, em cujas mãos está o reino dos homens**, nosso rei dispôs de paz no reino paterno [...] **Na pessoa, então, de nosso rei, se unificaram os dois reinos, que se haviam separado na morte do imperador**⁴⁰² (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92, grifo nosso).

³⁹⁹ “o mais valente cavaleiro de Cristo”.

⁴⁰⁰ É importante notarmos que no capítulo 60, Juan de Osma, ao narrar a morte de Alfonso IX, adota um tom mais brando e, diferentemente de passagens anteriores, realiza elogios ao monarca: “murió con final feliz, según se cree, concluyendo su vida en el celo de la justicia, persiguiendo viril y prudentemente a ladrones y otros malvados” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 90).

⁴⁰¹ Vide 2.2 Da consolidação do poder em Castela à unificação com Leão: um novo processo de legitimação do poder.

⁴⁰² No original: “Y así pues, en breve tiempo, puesto que lo dispuso Dios, en cuya mano está el reino de los hombres, nuestro rey poseyó en paz el reino paterno [...] En la persona, pues, de nuestro rey, se unieron los dos reinos, que se habían separado a la muerte del emperador” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

Apresentar a unificação dos reinos como um resultado do favor divino fazia parte do processo de emancipação de Fernando III em relação a sua mãe, porque

A inspiração de Berenguela é substituída pela inspiração divina, seguida pelo rei prontamente e desencadeando uma atividade bélica que coloca Fernando III sob o patrocínio exclusivo de Deus e da religião cristã⁴⁰³ (BAUTISTA, 2006, on-line).

Sendo assim, o cronista atribui a unificação dos reinos à vontade de Deus e não à habilidade política de Berenguela. Além de indicar essa vontade divina como a responsável pela unificação dos reinos, o cronista faz um importante apontamento: “Na pessoa, pois, de nosso rei, se uniram os dois reinos, que se haviam separado na morte do imperador” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92). Fernando III é representado como aquele que foi capaz e, ao mesmo tempo, escolhido por Deus para fazer a unificação dos reinos de Castela e Leão após a sua divisão com a morte do imperador Alfonso VII, em 1157. Fernando III é o monarca que supera o “ilustre” Alfonso VIII, de Las Navas; é o escolhido para unificar e liderar a Península Ibérica no processo de Reconquista cristã.

Essa ideia se torna ainda mais poderosa a partir do capítulo 69, quando Juan de Osma inicia a descrição da conquista da cidade de Córdoba, campanha que o próprio cronista presenciou. Desde o início, a estratégia utilizada é de representar a expedição contra Córdoba como uma inspiração divina e uma concretização do espírito cruzadista de Fernando III.

O cronista deixa clara a inspiração divina dos cristãos para dar início ao processo de conquista:

Aconteceu, então, que alguns cristãos, **como que excitados pelo Espírito Santo**, depois de conhecerem previamente o estado de Córdoba [...] chegaram à noite e por escadas escalaram o muro após matar os sentinelas, e ocuparam aquela

⁴⁰³ No original: “la inspiración de Berenguela es sustituida por la inspiración divina, seguida por el rey puntualmente y desencadenante de una actividad bélica que pone Fernando III bajo el solo patrocínio de Dios y de la religión cristiana” (BAUTISTA, 2006, on-line).

parte da cidade⁴⁰⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 97, grifo nosso).

A participação divina ganha espaço para além da inspiração dos cristãos e se mostra como a força necessária na luta efetiva contra os muçulmanos:

Córdoba viu um povo de outra religião e língua, que ela não tinha criado, matar, como em seu próprio seio, a seus filhos, e, como que atordoada, não podia fortalecer as mãos sem forças e os fracos joelhos contra os inimigos, aqueles que, **ainda que fossem poucos, não lhes podiam resistir, já que a indignação de Nosso Senhor Jesus Cristo e seu poder oprimiam a multidão tão grande e forte dos mouros**⁴⁰⁵ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98, grifo nosso).

Nos dois trechos, Juan de Osma utiliza como primeira estratégia a indicação de que a tomada de Córdoba, desde seu início, foi uma vontade divina que inspirou os cristãos a realizar a tomada de parte da cidade. Mais do que isso, o Deus cristão é representado como aquele que fornece a força necessária para resistir aos ataques muçulmanos, ainda que fossem minoria no combate. É essa resistência divina que, segundo o cronista, forneceu o tempo necessário para que Fernando III fosse avisado sobre o acontecido.

Juan de Osma relata a invasão de Córdoba por alguns cristãos como algo favorecido e oferecido por Deus

Os mencionados mensageiros, portanto, pediram ao rei para que ajudasse a seus vassallos, que por seu serviço e em honra à fé cristã se expuseram a tão grande perigo e a tomaram com ousadia a ocasião que o Senhor havia favorecido e oferecido [...] ⁴⁰⁶ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98, grifo nosso).

⁴⁰⁴ No original: “Había sucedido, pues, que unos cristianos, como excitados por el Espíritu Santo, tras conocer con anterioridad el estado de Córdoba [...] llegaron de noche y por escalas subieron al muro tras dar muerte a los centinelas, y ocuparon aquella parte de la ciudad” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 97).

⁴⁰⁵ No original: “Córdoba vio un pueblo de otra religión y lengua, al que no había nutrido, dar muerte, como en su propio seno, a sus hijos, y, como aturdida, no podía robustecer las manos sin fuerzas y las débiles rodillas contra los enemigos, a los que, aunque eran pocos, nos les podía resistir, ya que la indignación de Nuestro Señor Jesucristo y su poder oprimía la multitud tan grande y fuerte de los moros” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98).

⁴⁰⁶ No original: “Instaban pues los citados nuncios al rey para que ayudara a sus vasallos, que por su servicio y por honor de la fe cristiana se habían expuesto a tan gran peligro y tomara con

Diante dessa exposição, inicia-se, no capítulo 70, a maior exortação realizada por Juan de Osma na CLRC: de Fernando III como um rei cruzado inspirado, agora, única e exclusivamente por Deus. Analisemos esse excerto:

O Espírito do Senhor, então, desceu sobre o rei, e colocando a sua esperança no Senhor Jesus Cristo, **ele tapou os ouvidos para não ouvir os conselhos daqueles que, como encantadores, procuravam impedir tão nobre ato**, alegando que o rigor do inverno, que inundava com chuvas mais do que o costume, os perigos das estradas, as inundações dos rios, os poucos nobres que com ele estavam, o duvidoso êxito de tão grande perigo, e, o que mais se temia, a inumerável multidão do povo de Córdoba, que superava desde a antiguidade os restantes mouros cismarinos em coragem e exercício das armas [...]

Mas, desprezadas todas essas coisas e nada consideradas, **o mais valente soldado de Cristo, o rei Fernando**, na manhã seguinte saiu de Benavente rapidamente, **saudou, de longe a sua mãe, que estava em Leão, por meio de mensageiros que lhes anunciaram fielmente o que estava acontecendo e o firme propósito do filho, que por nenhuma razão poderia ser mudado**⁴⁰⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 94, grifo nosso).

O cronista inicia o capítulo utilizando a passagem bíblica do livro de Juízes 14:6, empregada por ele anteriormente. Fernando III, novamente, é inspirado pelo Espírito do Senhor / *Domini Spiritus* para ignorar os conselhos daqueles que queriam afastá-lo dos desígnios divinos. Nesse excerto, o monarca, além de ignorar o conselho de seus nobres devido às mais diversas dificuldades, é representado como alguém que não poderia ser dissuadido de sua decisão nem

mano audaz la ocasión que a él el Señor había favorecido y ofrecido [...]" (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98).

⁴⁰⁷ No original: "Irrumpió pues el espíritu del Señor en el rey, y poniendo su esperanza en el Señor Jesucristo, endureció sus oídos para no oír el consejo de los que, como encantadores, con palabras persuadibles, intentaban impedir hecho tan noble, alegando la aspereza del invierno, que inundaba con lluvias más de lo acostumbrado, los peligros de los caminos, las inundaciones de los ríos, los pocos nobles que con él estaban, el dudoso éxito de tan gran peligro, y, lo que era más de temer, la innumerable multitud del pueblo cordobés, que aventajaba desde la antigüedad a los restantes moros cismarinos en valor y ejercicio de las armas. [...]"

Pero, despreciadas todas estas cosas y por nada consideradas, el soldado de Cristo, fortísimo rey Fernando, a la mañana siguiente salió de Benavente con mucha rapidez, saludó, desde lejos a su madre, que entonces estaba en León, a través de un mensajero que le anunciara fielmente lo que sucedía y el firme propósito del hijo, que por ninguna razón podía cambiarse" (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 94).

mesmo por sua mãe. De uma forma bastante sutil, o cronista aponta que Fernando III “saudou, de longe a sua mãe, que estava em Leão, por meio de mensageiros que lhes anunciaram fielmente o que estava acontecendo e o firme propósito do filho, **que por nenhuma razão poderia ser mudado**” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98, grifo nosso).

A influência de Berenguela é definitivamente substituída pela inspiração divina. A conquista de Córdoba, na cruzada hispânica, coloca Fernando III sob o patrocínio de Deus e da religião cristã. É nesse momento, de total inspiração divina e de cruzada, que Juan de Osma utiliza, pela primeira vez, o conceito de “*miles Christi fortissimus rex Fernandus*”, cuja expressão foi traduzida por Charlo Brea como “*el soldado de Cristo, fortísimo rey Fernando*” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98), à medida que Joseph O’Callaghan faz a tradução para o inglês da seguinte forma “*King Fernando, the most brave Knight of Christ*” (THE LATIN CHRONICLE OF THE KINGS OF CASTILE, 2002, p. 134).

Se levarmos em consideração que Juan de Osma está finalizando a sua representação de um rei cruzado, o único capaz de liderar e defender os cristãos da Península Ibérica, faz sentido que a tradução seja mais próxima da de Joseph O’Callaghan, na qual Fernando III é apresentado como o “mais valente cavaleiro de Cristo”.

Nas passagens posteriores a essa exaltação, é possível observarmos que o cronista faz questão de destacar as qualidades de Fernando III como o defensor incansável do cristianismo. Juan de Osma, ao representar a viagem de Fernando III para Zamora, o descreve como a “águia que voa até a presa / *uelud aquila volans ad predam*” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98) em uma referência ao livro de Jó, capítulo 9, versículo 26: “como a águia que se precipita sobre a presa” (JÓ, 9: 26).

Em seguida, no capítulo 71, Juan de Osma representa o monarca como um rei que não “descansou nem de dia e nem de noite, através de uma terra inviável e deserta [...] entre castelos de mouros, cumpridor de sua promessa, chegou a Córdoba no dia 7 do mês de fevereiro”⁴⁰⁸ (CRÓNICA LATINA DE LOS

⁴⁰⁸ No original: “No concediéndose descanso ni de día ni de noche, a través de una tierra inviable y desierta [...] entre castillos de moros, cumplidor del voto, llegó a Córdoba en el día 7 del mes de febrero” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98).

REYES DE CASTILLA, 1999, p. 99). O cronista repete a estratégia utilizada na narrativa de tomada do Castelo de Capilla⁴⁰⁹ e representa Fernando como um rei incansável e que não se rende, enfrentando as maiores dificuldades para proteger o cristianismo.

Em meio à tomada de decisões sobre como deveriam proceder com a tomada de Córdoba, Fernando III, mais uma vez, é representado como alguém inspirado por Deus:

Depois de considerar o que era necessário para a operação, o rei, **guiado pelo conselho do Espírito Santo**, optou por cruzar o rio Betis, entendendo que os mouros de Córdoba poderiam passar livremente a ponte e obter o que necessitassem e fortificar a cidade com suprimento, armas e homens se fosse necessário⁴¹⁰ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 99, grifo nosso).

No final desse mesmo capítulo, o cronista reforça o papel divino na tomada de decisão de Fernando III em desobedecer ao seu conselho de nobres e partir em direção a Córdoba:

O Senhor Jesus Cristo, o Deus dos cristãos, confirmou a sua misericórdia para com aqueles que o **temem e ele que havia inflamado o coração do rei para vir a Córdoba para socorrer a seu povo**, confortou seu espírito e os que com ele estavam, e puseram suas almas em suas mãos [...]⁴¹¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 97, grifo nosso).

De acordo com Alexander Pierre Bronisch (2012), Juan de Osma, na CLRC, estabelece uma íntima relação entre Deus e Fernando III, na qual o monarca possui uma inspiração direta do divino, de forma que o próprio Senhor

⁴⁰⁹ Vide item 5.3 Bloco B e C - A emancipação de Fernando III: de *Rex noster a miles Christi*.

⁴¹⁰ No original: “Después de considerar qué se necesitaba para la operación, el rey, guiado por el consejo del Espíritu Santo, eligió pasar el río Betis, entendiendo que los moros cordobeses podían libremente pasar el puente y obtener lo que necesitaran y fortificar la ciudad con vituallas, armas y hombres si fuese necesario” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 99).

⁴¹¹ No original: “El Señor Jesucristo, Dios de los cristianos, corroboró su misericordia sobre los que le temen y el que había inflamado el corazón del rey para venir a Córdoba para socorrer a su pueblo, confortó su espíritu y el de los que con él estaban, y pusieron sus almas en sus manos [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 97).

luta pessoalmente, através do rei, contra os seus inimigos (BRONISCH, 2012, p. 450). Como aponta José Nieto Soria,

[...] No caso de Fernando III, tudo parecia colocar-se a serviço da representação de um rei pleno de capacidades para o seu cargo, chefe da cavalaria, possuidor de uma legitimidade inquestionável e que recebia as suas qualidades e condições exclusivamente da providência divina, atuando «auctoritate propria»⁴¹² (NIETO SORIA, 2007, p. 100).

José Nieto Soria (1986) explica que Fernando III é representado como *Rex inspiratus Dei*, um monarca que nunca era abandonado por Deus e nos momentos de maiores dificuldades recebe a inspiração divina para indicar o que seria melhor para ele e para o reino. Inclusive, em tais momentos difíceis é a presença divina que garante a tranquilidade do espírito e o temor dos inimigos:

Mas nosso Salvador, que não abandona os que nele confiam, fez vão o pensamento dos mouros e enfraqueceu seus espíritos e forças, e não se atreveram combater com nosso glorioso rei, **com quem estava Deus, para quem é igualmente fácil vencer com poucos ou com muitos**⁴¹³ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 97, grifo nosso).

São, justamente, a participação divina e o trabalho de Fernando III como um rei cruzado os elementos considerados por Juan de Osma como decisivos para a conquista de tão grande e importante cidade:

E assim, **em virtude de nosso Senhor Jesus Cristo**, Córdoba, cidade famosa, dotada de um certo esplendor peculiar e uma riqueza especial, **e que durante tanto tempo, a saber, desde o tempo do rei dos godos Dom Rodrigo, era mantida refém**, foi devolvida ao culto cristão **graças ao trabalho e coragem de nosso rei Fernando**⁴¹⁴ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 99, grifo nosso).

⁴¹² No original: “[...] En el caso de Fernando III, todo pareció ponerse al servicio de la representación de un rey pleno de capacidades para su oficio, cabeza de la caballería, poseedor de una legitimidad no cuestionada y que recibía sus cualidades y condiciones exclusivamente de la providencia divina, actuando «auctoritate propria»” (NIETO SORIA, 2007, p. 100)

⁴¹³ No original: “Pero nuestro Salvador, que no abandona a los que con él confían, hizo vano el pensamiento de los moros y enervó sus espíritus y fuerzas, y no se atrevieron a combatir con nuestro rey glorioso, con quien estaba Dios, al que es igualmente fácil vencer en lo poco que en lo mucho” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 97).

⁴¹⁴ No original: “Y así, por la virtud de nuestro Señor Jesucristo, Córdoba, ciudad famosa, dotada de cierto peculiar esplendor y riqueza especial, y que durante tanto tiempo, a saber, desde el tiempo del rey de los godos don Rodrigo, era retenida cautiva, fue devuelta al culto cristiano

Esse excerto é a última grande exortação do providencialismo divino e da propaganda cruzada realizada por Juan de Osma para legitimar o poder de Fernando III. Além desses dois fatores, já frequentes, o cronista se utiliza de outra estratégia. O trecho “que durante tanto tempo, a saber, desde o tempo do rei dos godos dom Rodrigo, era mantida refém” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 99) pode ser relacionado à ideologia bélica de Reconquista. A representação do passado acerca da injustiça do roubo das terras cristãs pelo Islã fornece a legitimação para as campanhas bélicas, de modo que Fernando III se torna o monarca responsável por lutar e restaurar a herança perdida (GARCÍA FITZ, 2009, p. 150).

Por fim, no final da crônica, Fernando recebe o seu último adjetivo, dessa vez o comparando ao seu avô materno Alfonso VIII: “Se sentou, então, no trono da glória do reino de Córdoba o **íncrito rei**”⁴¹⁵ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 101, grifo nosso). Após a conquista de Córdoba, Fernando III deixa de ser o *rex noster* e passa a receber os mesmos títulos que seu avô; trata-se de uma mensagem/ do cronista de que o monarca cumpriu as expectativas colocadas sobre ele e até mesmo, em determinados momentos, as superou (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Fernando, de filho ilegítimo torna-se o ilustre rei dos cristãos, o responsável por resgatar a herança perdida e liderar a cruzada hispânica a partir da vontade e da participação divina. Entre as articulações retóricas e suas estratégias narrativas, Juan de Osma representa Fernando III e constrói a sua legitimidade – principalmente após o início das campanhas contra os muçulmanos em 1224 – de forma sagrada, acima do conselho dos homens e influenciado diretamente por Deus.

Entretanto, é importante salientarmos que ao mesmo tempo que realiza essa legitimação pelo sagrado, o cronista não o coloca sob a mediação

gracias al trabajo y valor de nuestro rey Femando” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 99).

⁴¹⁵ No original: “Se sentó pues, en el trono de la gloria del reino cordobés el íncrito rey” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 101).

eclesiástica. Fernando é influenciado por Deus, mas está distante do controle da Igreja; trata-se de um novo modelo de realeza

[...] longe dos pressupostos ministeriais e muito mais consciente de suas possibilidades de ação política, se abre um caminho para expressar uma nova ideologia do monarca, que responde a uma ideia de cruzada, convenientemente hispanizada e em que as referências papais, sempre respeitadas e respeitáveis, não são, entretanto, muito condicionantes⁴¹⁶ (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 258).

Por conseguinte, a luta de Fernando III contra o Islã é enquadrada na guerra da Igreja Cristã contra os seus inimigos, contudo Juan de Osma não representa o monarca como alguém submisso à autoridade eclesiástica que renuncia o controle político e territorial. Fernando é o rei que, apesar de respeitar a Igreja e suas decisões, centraliza a defesa do cristianismo na Península Ibérica em sua pessoa e seu governo, como alguém que possuía um vínculo direto com o sagrado (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2006, on-line).

Para isso, o cronista utiliza a linguagem de cruzada como um dos pilares ideológicos fundamentais da CLRC, uma característica sem precedentes na historiografia daquele período. Juan de Osma se utiliza dessa estratégia para elevar Fernando III a líder cruzado e legitimá-lo politicamente, mas não para colocá-lo como servo da Igreja (BAUTISTA, 2006, on-line).

A narrativa da CLRC realiza uma separação da expansão cristã na Península Ibérica da instituição cruzada vinculada ao papado. O processo de Reconquista permitiu um fortalecimento monárquico capaz de colocar à margem a necessidade de negociar com a Santa Sé Apostólica. A narrativa de Juan de Osma, assim como os documentos emitidos pela chancelaria real – também controlada por Juan –, possuíam um discurso relativo ao controle do monarca sobre seus territórios em que demonstrava o exclusivo poder do rei de organizá-los. Desse modo, ao controlar a organização territorial, torna-se evidente que antes de os muçulmanos serem inimigos da Igreja, eram inimigos do próprio rei

⁴¹⁶ No original: “[...] alejado de los presupuestos ministeriales y mucho más consciente de sus posibilidades de acción política, se abre camino para expresar el nuevo ideario del monarca, el que responda a una idea de cruzada, convenientemente hispanizada y en la que las referencias papales, siempre respetadas y respetables, no resulten, sin embargo, demasiado condicionadoras” (AYALA MARTÍNEZ, 2014, p. 258).

(RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2004, p. 160-161). Em suma, a guerra contra o Islã forneceu o apoio ideológico necessário para a consolidação do poder da monarquia castelhana e, conseqüentemente, de Fernando III frente à própria Igreja Católica, levando em consideração que o monarca tinha uma ligação direta com Deus. Como destaca Pierre Bronisch:

[...] Juan apresenta como elemento decisivo para o progresso da história a ideia da íntima relação entre Deus e o rei e da inspiração direta do rei cristão pelo Senhor que luta pessoalmente através do rei e do povo contra os seus inimigos⁴¹⁷ (BRONISCH, 2012, p. 450).

Sendo assim, o próprio processo de sacralização de Fernando III, representado por Juan de Osma, é realizado pela ideia de guerra santa e da guerra contra os mouros. De acordo com Adeline Rucquoi (1993), ao contrário dos reis da França e da Inglaterra, os reis ibéricos, ao longo da Baixa Idade Média, não recorreram aos elementos “místicos” como consagrações, símbolos, rituais e crenças para sacralizar o seu governo. Isso se explica por dois principais motivos: primeiro, os monarcas da Península Ibérica governaram durante a Reconquista, e a própria missão de retomar o território dos muçulmanos já concedia a maior parte do reconhecimento necessário à legitimação do seu poder. Segundo, apesar de os monarcas hispânicos do século XIII não recorrerem a esses elementos “místicos” da monarquia francesa e inglesa, eles possuíam outra forma de criar suas bases teológicas para justificar seu poder, a saber, a construção da imagem de um rei sábio⁴¹⁸ (RUCQUOI, 1993).

Em 1984, Teófilo Ruiz publicou o artigo referente a esse tema denominado *Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen*

⁴¹⁷ No original: “[...] Juan presenta como elemento decisivo para el progreso de la historia la idea de la íntima relación entre Dios y el rey y de la inspiración directa del rey cristiano por el Señor quien lucha personalmente a través del rey y del pueblo contra sus enemigos” (BRONISCH, 2012, p. 450).

⁴¹⁸ A historiadora Adeline Rucquoi (1993) assevera que os monarcas de Castela, ao longo do século XIII, não necessitavam dessas consagrações em seu momento de coroação, pois a sacralização de seu poder ocorria “[...] por meio de sua reivindicação da Sabedoria, se torna um rei-santo afirmando a sua participação em ambos estados, o laico e o eclesiástico” (RUCQUOI, 1993, p. 13), uma vez que, para o cristianismo medieval, o saber vinha de Deus e era controlado pelos clérigos. A explicação dessa maneira de legitimação passa pelo longo contato com a cultura muçulmana, para a qual o saber e a ciência eram elementos fundamentais para alcançar a santidade. No reino de Castela e Leão, santidade e sabedoria estavam ligadas, de forma que o próprio desenvolvimento cultural legitimava o poder do monarca.

Âge,⁴¹⁹ que causou grande repercussão entre os historiadores, especialmente os espanhóis. Nele, o autor afirmava que os monarcas de Castela, ao contrário dos reis da França e da Inglaterra, não possuíam um processo de sacralização do seu poder. Os monarcas castelhanos teriam dispensado os rituais, consagrações com óleo santo, ou ainda a afirmação de poderes de curar doenças. Seus governos seriam legitimados mais pelo caráter bélico de sua sociedade e a natureza pragmática de suas crenças religiosas (RUIZ, 1984).

Tal afirmação provocou a reação de José Manuel Nieto Soria, que em seu artigo *Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII*⁴²⁰ rebateu a argumentação de Teófilo Ruiz, demonstrando que, assim como os monarcas da França e Inglaterra, os de Castela também passavam por processos de sacralização do poder e que podiam ser confirmados com a propagação das ideias de *Rex vicarius Dei*, *Rex christianissimus*, *Rex virtuosissimus*, *Justitia regia-justitia divina*, *Rex miles Dei*, *Rex inspiratus Dei*, *Regalis potestas et auctoritas sacra* e *Regnum Dei: la proyección de un modelo* (NIETO SORIA, 1986). Segundo Adeline Rucquoi, não se deve confundir a ausência do ritual, gestos externos e elementos teatrais com a ausência de bases teológicas que justifique o poder do rei (RUCQUOI, 1993, p. 2).

De acordo com José Nieto Soria, a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* possui como principal ideia de sacralização de Fernando III a de *Rex christianissimus* e a *Rex inspiratus Dei*. A respeito dessa primeira definição, José Nieto Soria (1986, p. 718) enuncia que é na crônica de Juan de Osma que podemos encontrar a melhor definição do que se esperava de um *Rex christianissimus*: “*Domino Iesu Christo, per quem reges regnant, seruire possum contra inimicos fidei christiane ad honorem et gloriam nominis eius / Senhor Jesus Cristo, por quem os reis governam, para honra e glória de seu nome* (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 62). Esse excerto é atribuído a Fernando III em sua fala nas Cortes de Carrión, em 1224, momento

⁴¹⁹ Sobre essa discussão historiográfica, consultar: RUIZ, Teófilo. **Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge**, *Annales E.S.C.*, mai-juin, 1984, pp. 429-453; RUIZ, Teófilo. *Unsacred Monarchy: the Kings of Castile in the Late Middle Ages*, **Rites of Power. Symbolism, Ritual & Politics since the Middle Ages**, ed. por S. WILENTZ, Philadelphia, UPP, 1985, pp. 109-144.

⁴²⁰ SORIA, José Manuel Nieto. *Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII*. **En la España medieval**, v. 9, 1986, p. 709.

em que temos uma mudança decisiva na forma como o monarca passa a ser representado.

Em relação a *Rex inspiratus Dei*, esse tipo de monarca, segundo José Nieto Soria, nunca era abandonado por Deus e nos momentos de maiores dificuldades recebia a inspiração divina para indicar o que seria melhor para ele e para o reino. Junto a essa imagem de rei inspirado está presente a ideia de um monarca utilizado como instrumento de um Deus vingador ou mesmo reparador. Dessa forma, por mais que nos reinos de Castela e Leão, de fato, não existissem os rituais de unção e sacralização do monarca, esse caráter sagrado era considerado algo inerente a todo rei que fosse considerado bom (NIETO SORIA, 1986, pp. 722-723).

Como analisamos ao longo do capítulo 5, são vários os momentos decisivos em que Fernando III é representado como um rei inspirado diretamente por Deus, pelo Espírito do Senhor / *Spiritus Domini*, como exemplo na Corte de Carrión, em 1224: “Quadam uero die rex ex insperato humiliter et deuote tanquam filius obediencie. cum irruisset in eum Spiritus Domini / Um dia, sem que ninguém o esperasse, humilde e devotamente como um filho da obediência, quando o Espírito do Senhor desceu sobre ele [...]”⁴²¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 62), assim como na tomada de Córdoba, em 1236, “*Rex uero, in quem Spiritus Domini irruerat, ductus saniori consilio, tanquam a Domini Spiritu*” / Mas o rei, em quem havia descido o Espírito do Senhor, guiado por um conselho mais saudável, como o do Espírito do Senhor [...]”⁴²² (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 96).

Foi a partir dessas representações sagradas de *Rex christianissimus* e, principalmente, a de *Rex inspiratus Dei* que Juan de Osma desenvolveu o seu processo de legitimação política de Fernando III, construiu a imagem de um rei guerreiro capaz de unificar os reinos de Castela e Leão e, mais importante ainda, de lutar e vencer os muçulmanos em conquistas fundamentais como Capilla e

⁴²¹ No original: “Cierta día, sin que nadie lo esperara, humilde y devotamente como hijo de obediencia, como irrumpiera en él el Espíritu del Señor [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 62).

⁴²² No original: “Pero el rey, en quien había irrumpido el Espíritu del Señor, guiado por un consejo más saludable, como el del Espíritu del Señor [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1984, p. 96).

Córdoba. Fernando III é o rei cruzado cristão capaz de libertar a hispania das mãos do Islã.

5.5 Considerações finais sobre o capítulo

Neste capítulo, investigamos os sistemas de representações desenvolvidos por Juan de Osma na CLRC objetivando legitimar o poder de Fernando III. Examinamos como o autor adota, ao longo da escrita da sua obra, diferentes representações acerca do monarca. Primeiro, empreendemos um resgate teórico da forma como analisamos ideologias e representações na CLRC, assim como apresentamos um organograma demonstrando a estrutura de análise que elaboramos para comprovar a nossa hipótese.

Em seguida, analisamos a CLRC em suas etapas de composição para assim compreendermos como a representação de Fernando III foi transformada na medida em que o cronista escrevia seu texto ao longo de quase quinze anos. Inicialmente, no bloco A, investigamos como Juan de Soria desenvolve uma ideologia baseada na legitimidade dinástica, em que Fernando é vinculado diretamente à herdeira legítima de Castela, a sua mãe Berenguela, filha do vencedor de Las Navas, Alfonso VIII. Em seguida, nos blocos B e C, perquirimos a criação da imagem de um monarca como líder político e militar da Península Ibérica ao mesmo tempo em que o cronista cria representações que desvinculem a imagem do rei da de sua mãe, alterando a estratégia utilizada no Bloco A. Por fim, na análise do bloco D, pesquisamos a criação de uma representação/imagem de Fernando III como o *miles Christi fortissimus rex Fernandus*, um rei cruzado independente de sua mãe, da Igreja e até mesmo de seu conselho de nobres. Um rei inspirado pelo próprio Deus cristão, a criação da imagem de um *Rex inspiratus Dei*.

CONCLUSÃO

É notório que a imagem de Fernando III (1217-1252) se modificou ao longo de sua vida e, também, após a sua morte. De infante, filho de um casamento considerado ilegítimo, que teve seu direito ao trono ameaçado pelo seu próprio pai e por seu círculo nobiliário, o monarca tornou-se o unificador dos reinos de Castela e Leão, em 1230, e conquistador das cidades como Córdoba (1236) e Sevilha (1248), feitos que lhe concederam a imagem de um rei cruzado. Tornou-se um modelo de rei, o que levou a sua santificação mediante um processo de canonização finalizado em 1671.

Não restam dúvidas de que Fernando III enfrentou sérios problemas para legitimar o seu poder ao longo das primeiras décadas de seu reinado. Após a superação da reputação de filho ilegítimo, foi necessário, após 1224, construir uma imagem que o desvinculasse da figura de sua mãe. Essa construção foi realizada pela representação de Fernando III como um rei guerreiro, líder dos cristãos na Reconquista. Um processo que se fortaleceu com a unificação dos reinos de Castela e Leão – divididos desde a morte de Alfonso VII, em 1157 – e também pela conquista da maior extensão de territórios muçulmanos, anexando ao território cristão aproximadamente 104.000km². Ao fim de seu governo, o único reino muçulmano restante era Granada, que estava submetido ao monarca como vassalo. Dessa forma, durante o seu reinado, a Península Ibérica havia sido recuperada quase totalmente do poder muçulmano.

Sendo assim, são inquestionáveis os feitos políticos-militares realizados por Fernando III, contudo nesta tese procuramos estudar o governo desse monarca por outro prisma: o das contribuições culturais. Investigamos a hipótese de que a superação da ilegitimidade política de Fernando III não poderia ocorrer apenas pelos seus sucessos políticos-militares, já reconhecidos pela historiografia, mas também pelo desenvolvimento cultural incentivado por ele durante seu reinado. Como o monarca se utilizou direta ou indiretamente de elementos culturais, como cantigas e crônicas, para consolidar definitivamente o seu poder?

Para responder a essa questão, com o respaldo da Nova Histórica Cultural e do Novo Medievalismo, tivemos a oportunidade de analisar a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* como produto e produtora de sua realidade.

Investigamos de que maneira o seu autor, Juan de Osma, se utilizou da ideologia de rei cruzado, já existente em seu contexto, para criar representações capazes de realizar a legitimação política do monarca e, conseqüentemente, alterar a percepção de seu interlocutor sobre o poder do monarca.

A narrativa e as representações desenvolvidas por esse cronista contribuíram imensamente para Fernando III. Primeiro, para exaltar o reino de Castela; segundo, para legitimar, com base na jurisdição dinástica, o poder do rei ao demonstrar a legalidade do comando de sua mãe Berenguela; terceiro, para desvincular, posteriormente, esse monarca de sua mãe; quarto, para a criação da imagem do monarca como um rei cruzado, *Rex christianissimus* e, principalmente *Rex inspiratus Dei*, o único monarca ibérico capaz de liderar a Península na luta contra o Islã.

Como toda análise de um sistema ideológico, nesta tese não temos a finalidade de descobrir o que era verdadeiro ou falso na argumentação realizada por Juan de Osma. Não se trata de uma investigação de um fato objetivo, mas sim de compreender como o cronista representava o seu mundo; como foi influenciado pelas ideologias e representações existentes em seu dia a dia; e de que forma representou, em sua obra, como o mundo deveria ser e não como de fato era.

Examinamos como o cronista experimentou, interpretou e construiu a sua própria maneira de ver o mundo. E nesse modo de interpretar o mundo, investigamos quais traduções mentais da realidade foram realizadas pelo autor para poder justificar e legitimar o poder de Fernando III no decorrer de seu longo processo de escrita da crônica. Por conseguinte, não se trata da veracidade do conteúdo, mas sim da coerência do relato com as suas motivações e com os problemas e inquietudes de seus interlocutores, especialmente de Fernando III, tendo em vista que a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* pode ser considerada a visão oficial da monarquia castelhana na primeira metade do século XIII.

Juan de Osma possuía os seus próprios objetivos políticos e propagandísticos que delimitaram a forma como representava o mundo. Sabemos que a crônica fora escrita em várias partes e em pelo menos quatro momentos distintos, espaçados em aproximadamente quatorze anos, entre 1223

e 1237. Conforme o governo de Fernando III se transformava, a narrativa e a maneira como o rei era representado também se alteravam.

Em sua construção da legitimidade do poder de Fernando III, o cronista, no Bloco A, escrito entre 1223-1224, utilizou-se da legitimação dinástica, *Rex autem cum clarissima genetrice sua*, associando o jovem rei a sua mãe Berenguela, a verdadeira herdeira do reino de Castela, tanto pela lei quanto pela decisão da nobreza. Passado esse primeiro momento de instabilidade, no Bloco B, escrito entre 1229-1230, o cronista inicia o processo de emancipação da figura do rei em relação a sua mãe, *rex noster*, tendo em vista a fama que se criava naquele contexto de Fernando como alguém dependente das ordens e decisões maternas. Essa independência se inicia com a associação do monarca como um líder militar, um rei cruzado, capaz de livrar a Península Ibérica do poder islâmico, *miles Christi*. Nesses blocos são representadas as suas primeiras conquistas e o seu ímpeto guerreiro. Contudo, fundamentalmente, o bloco B inicia o processo de representação de Fernando III como *Rex inspiratus Dei*, que será finalizado nos blocos seguintes.

No bloco C, escrito em 1234, o cronista efetua uma comparação de Fernando III aos outros reis europeus como uma estratégia ideológica de colocá-lo lado a lado a esses monarcas, demonstrando que na Península Ibérica é ele o rei capaz de liderar o movimento cruzado.

Por fim, o bloco D, escrito entre 1236-1237, é a consagração final da representação de Fernando III: *miles Christi fortissimus rex Fernandus*. A conquista da cidade de Córdoba, por inspiração divina, o torna o *Rex inspiratus Dei*, faz com que seja exaltado definitivamente como o líder cristão ibérico na luta contra os muçulmanos, igualando-o, ou até mesmo superando o seu avô, o ilustre Alfonso VIII de Las Navas. No entanto, em momento algum o cronista coloca o rei sob o poder da Igreja, mas sim como um centralizador e defensor do cristianismo e da própria Instituição, fortalecendo ainda mais a imagem do poder centralizado no monarca.

O castelhanismo, a pessoalidade, o antigoticismo e a linguagem de cruzada são as características que conferem à *Crónica Latina de los reyes de Castilla* um relato único do século XIII; em contraponto, foram também as responsáveis pelo abandono ou mesmo pelo esquecimento dessa narrativa, já

que a tornaram extemporânea a partir do momento da morte de Fernando III e ascensão de Alfonso X.

Juan de Osma, em suas representações, visava instituir e legitimar o poder de Fernando III não apenas aos nobres do reino de Castela, mas sim demonstrar o monarca como o único capaz de liderar a Cruzada contra os muçulmanos em toda a Península Ibérica. Trata-se de um espelho do modelo político instaurado pelo rei a partir da década de 1220, que tem por objetivo gerar uma nova realidade social. Em suma, a crônica de Osma em todas as suas dimensões era um produto do seu contexto histórico, mas não podemos deixar de considerá-la como um importante agente transformador da forma como Fernando III passou a ser representado.

Nessa direção, consideramos a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* como parte relevante do processo de legitimação cultural empreendido por Fernando III, enquadrando-se no que Itamar Even-Zohar chamou de cultura como “ferramenta”. Se as ideologias e suas representações são capazes de modificar as práticas sociais, podemos afirmar que essa crônica obteve sucesso como um mecanismo de autoridade social, pois foi capaz de transformar a imagem de um monarca nascido ilegítimo e que chegou ao final de sua vida como uma autoridade inquestionável da história hispânica. Tal afirmação é sustentada pelo fato de que essa crônica fora utilizada, quando não copiada, direta e – especialmente – indiretamente pelos cronistas contemporâneos, assim como por aqueles que vieram nas décadas seguintes. Desta forma, a CLRC influenciou diretamente os outros cronistas de sua época que, por sua vez, influenciaram a escrita da história dos reinos de Castela e Leão pela corte de Alfonso X, conseqüentemente, as ideias de Juan de Osma se propagaram ao longo da história da Hispania e ajudaram a legitimar historicamente o poder de Fernando III.

As ideias de Juan de Osma colaboraram para o processo de centralização monárquica iniciado por Fernando. Afinal, a *Crónica Latina de los reyes de Castilla* desenvolveu a representação do monarca como o principal líder militar da Península Ibérica e até mesmo o único capaz de comandar o *front* da cruzada ocidental, contribuindo para a criação da imagem de um rei poderoso e independente, inclusive da própria Igreja e de outros monarcas peninsulares.

REFERÊNCIAS

Fontes

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.

VULGATA LATINA. In: **Bíblia Católica Online.** Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/vulgata-latina/liber-genesis/1/>

ACERO DURÁNTEZ, Isabel (2019), «López 1555. 2.15.», en José Manuel Fradejas Rueda (ed.) **7PartidasDigital**, <https://7partidas.hypotheses.org/4990>. Data de acesso 28 set. 2020.

ALFONSO X. **Cantigas de Santa María.** 4v. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_actio_n=&co_autor=1933

ALFONSO X. **Primera crónica general de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289.** Ed. Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos, 1955. v.2.

ALFONSO X. **Setenario.** Ed. Kenneth Vanderford. 1945. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2009. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc4q8c4> Acesso em: 04/08/2019.

CASTRO ALONSO, Manuel. **Episcopologio vallisoletano.** Valladolid: Tipografía y Casa Editorial Cuesta, 1904. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.do?id=1403> Acesso em 12/07/2021.

CIROT, Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236. In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n°2, 1912a. pp. 109-118. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912_num_14_2_1757.

CIROT, Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n°3, 1912b. pp. 244-274. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912_num_14_3_1775.

CIROT, Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 14, n°4, 1912c. pp. 353-374; Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1912_num_14_4_1789.

CIROT, Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°1, 1913a. pp. 18-37. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_1_1803.

CIROT, Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°2, 1913b. pp. 170-187. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_2_1813.

CIROT, Georges. Chronique latine des Rois de Castille jusqu'en 1236 (suite). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°3, 1913c. pp.268-283. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_3_1822.

CIROT, Georges. Chronique latine des rois de Castille jusqu'en 1236 (suite et fin). In: **Bulletin Hispanique**, tome 15, n°4, 1913d. pp.411-427. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1913_num_15_4_1837.

CRÓNICA DE VEINTE REYES. Ed. Hernández Alonso. Burgos: Ayuntamiento, 1991.

CRONICA LATINA de los Reyes De Castilla. Ed. Luis Charlo Brea. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz, 1984.

CRÓNICA LATINA de los Reyes De Castilla. Ed. Luis Charlo Brea. Madrid: Akal, 1999.

DU CANGE et al., **Glossarium mediæ et infimæ latinitatis**. Niort : L. Favre, 1883-1887. Disponível em: <http://ducange.enc.sorbonne.fr/CHRISIMUS> Acesso em 04 de out. de 2021.

GARCÍA, Diego. **Planeta**. Biblioteca Digital Hispánica, 1752. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?field=todos&text=Garc%C3%ADa%2c+Hispano+Diego&showYearItems=&exact=on&textH=&advanced=fal se&completeText=&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=3> Acesso em: 04 de ago. de 2019.

GONZÁLEZ, Julio. **Reinado y diplomas de Fernando III**. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986. 3 Volumes.

JIMÉNEZ DE RADA, R. **Historia de los Hechos de España**. Ed. Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza, 1989.

LAS SIETE Partidas de Alfonso el Sabio. Guadalajara: Colegio de Notarios del Estado de Jalisco; 2009, 7 volúmenes. Disponível em: https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/3587-las-siete-partidas-de-alfonso-el-sabio-segunda-partida?fbclid=IwAR0E-KYCRk7teRkFVMwLuL5M0VnFVI-Jak_fVCdolSd7tobb014ElkjrK0w Acesso em 01 de Nov. de 2021.

LOPERRÁEZ CORVALÁN, Juan. **Descripción Histórica Del Obispado De Osma**, Con El Catálogo De Sus Prelados. Madrid: Imprenta Real, 1788. Disponível em: <https://books.google.es/books?id=puQTAAAYAAJ&pg=PA229&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> Acesso em 12 de jul. de 2021.

NÚÑEZ DE CASTRO, Alonso. **Vida de San Fernando el tercer rey de Castilla y León, ley viva de príncipes perfectos** 1673. Disponível em: http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/imagen.cmd?path=10072150&posicion=1®istrardownload=1. Acesso em 25 de out. de 2020.

NÚÑEZ DE CASTRO, Alonso. **Vida de S. Fernando el III, rey de Castilla y Leon**. Madrid: Imprenta de Pantaleon Aznar, 1787. Disponível em: http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10067416 Acesso em 25 de out. de 2020.

THE LATIN Chronicle of the Kings of Castile. Ed. Joseph F. O'CALLAGHAN. Arizona: Arizona Center for medieval and Renaissance Studies Tempe, 2002.

Bibliografia:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVAR, Carlos. **La poesía trovadoresca en España y Portugal**. Barcelona: Cupsa Editorial, 1977.

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio. **La Nobleza Castellana en la Edad Media: Familia, Patrimonio y Poder**. Universidade de La Rioja: 2001. pp. 221 - 252. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/595379.pdf> Acessado em: 02/10/2021.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ALVARO, Bruno Gonçalves. Bernardo de Sigüenza: A reconquista como fundamento para a dominação através do poder senhorial-episcopal em Castela no Século XII. **Diálogos**, v. 20, n. 3, pp. 116-128, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/34238/pdf> Acesso em 26 de set. de 2021.

AMORIM, Sertório; NETO, Silva. O que é um paradigma? **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 345-354, 2011.

ANSÓN, Francisco. **Fernando III: rey de Castilla y León**. Madrid: Palabra, 1998.

AUBRUN, Charles Vincent. Le doyen Georges Cirot (1870-1946). **Bulletin hispanique**, v. 48, n. 4, p. 289-293, 1946. Acesso em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1946_num_48_4_3062.

AURELL, Jaume. El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos. In: **Hispania**. Vol. LXVI, n. 224, 2006.

_____. La cultura en la Europa del siglo XIII: visiones retrospectivas y agendas historiográficas. In: **La cultura en la Europa del siglo XIII: emisión, intermediación, audiencia: XL semana de estudios medievales**, Estella: Zitur Navarra, 2013, pp. 13-26.

AURELL, Jaume; CROSAS LÓPEZ, Francisco Crosas (Ed.). **Rewriting the Middle Ages in the twentieth century**. Brepols Pub, 2005.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Empire and Crusade under Fernando III. In: **The Sword and the Cross: Castile-León in the Era of Fernando III**. Brill, 2020, pp. 15-43.

_____. Fernando III: figura, significado y contexto en tiempo de cruzada. In: **Fernando III: tiempo de cruzada**. Madrid: Silex, 2012.

_____. Fernando III y la Cruzada Hispánica. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies**. v. 42, n. 1, p. 3, 2017. Disponível em: <https://asphs.net/article/fernando-iii-y-la-cruzada-hispanica/> Acesso em 07 de set. de 2021.

_____. La realeza en la cronística castellano-leonesa del siglo XIII: la imagen de Fernando III. In: **Monarquía, crónicas, archivos y cancillerías en los reinos hispano-cristianos: siglos XIII-XV**. Institución Fernando el Católico, 2014, pp. 247-276.

BALLESTEROS BERETTA, Antonio. **Alfonso X**. Barcelona, El Albir, 1984.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, 2011, pp. 38-63.

_____. Fernand Braudel e a geração dos Annales. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. v. 6, n. 11, 2012.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BAUTISTA, Francisco. Escritura cronística e ideología histórica. La Chronica latina regum Castellae. **e-Spania**. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006.

BELTRAN, Vicenç. **La corte de Babel: lenguas, poética y política en la España del siglo XIII**. Gredos, 2005.

BLOCH, M. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOLTON, Brenda. **A Reforma na Idade Média**. Lisboa: Edições, v. 70, 1986.

BORREGUERO BELTRÁN, Cristina. Nuevas perspectivas para la Historia Militar: La "New Military History" en Estados Unidos". *Hispania*, LIV/1, num. 186 (1994).

BRONISCH, Alexander Pierre. La ideología asturiana y la historiografía en época de Fernando III. In: **Fernando III: tiempo de cruzada**. Madrid: Silex, 2012.

BURKE, P. **A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BURCKHARDT, Jacob Christoph. A cultura do Renascimento na Itália. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CARDOSO, Manuel Egídio Santos; DUNDES, Ana Claudia. Pensando sobre o conceito de ideologia. **Formação** (Online), v. 1, n. 1, 1994. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1065/1071> Acesso em: 14 de Nov. de 2019 às 04:07.

CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (1997). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASSON, A. D. **Cantigas de Santa Maria for Singers**. 2011. Disponível em: <http://www.cantigasdesantamaria.com/> Acesso em 19 de nov. de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Forense Universitária, 2015.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002a.

_____. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002b.

COELHO, Lidiane Pereira; MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes. **EntreLetras**, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267889994.pdf>.

COSTA, Ricardo da. A conquista de Córdoba por Fernando III, o santo. In: Lauand, Jean (org.). **Filosofia e educação – Estudos 13**. São Paulo, Factash Editora, 2008. p. 07–18. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/conquista-de-cordoba-por-fernando-iii-o-santo>

COSTAS RODRÍGUEZ, Jenaro. **Fernando III a través de las crónicas medievales**. Zamora, 2001.

COUCEIRO PÉREZ, José Luis. La cantiga anónima del "Beato de Valcavado". In: **Con Alonso Zamora Vicente: Actas del Congreso Internacional "La Lengua, la Academia, lo Popular, los Clásicos, los Contemporáneos"**. Universitat d'Alacant/Universidad de Alicante, 2003, pp. 527-536.

CRESPO LÓPEZ, Mario. **Rodrigo Jiménez de Rada: vida, obra y bibliografía.** Fundación Ignacio Larramendi, Madrid, 2015.

DEYERMOND, Alan David. **Historia de la literatura española: La Edad Media.** Barcelona: Ariel, 2012.

DIVAR GARTEIZAURRECOA, Javier. Los orígenes de la Universidad en España: El Studium Generale de Palencia (siglos XII y XIII). **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo** - International Association of Cooperative Law Journal, n. 42, p. 187-194, 2008.

DUBY, G. História Social e Ideologia das sociedades. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História Novos Problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DURÁN, Juan Sáez. **La Cantiga de Valcavado: Estudio lingüístico, literario y edición crítica.** Tese de Doutorado. Universidad de Cádiz. Cádiz, 2010

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. V.1.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Culture repertoire and the wealth of collective entities. **Under construction: Links for the site of literary theory.** Essays in honour of Hendrik Van Gorp, 2000, pp. 389-403.

_____. La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa. **Avances en Teoría de la literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas,** 1984, pp. 357-377.

_____. La literatura como bienes y como herramientas. **Sin fronteras: ensayos de literatura comparada en homenaje a Claudio Guillén.** Madrid: Castalia, 1999, pp. 27-36.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-Português.** Rio de Janeiro, FENAME, 1975.

FEBVRE, Lucien Paul Victor. **Combats pour l'histoire.** Paris: Librairie Arman Colin, 1992.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Laura. Muy noble, et mucho alto et mucho honrado. La construcción de la imagen de Fernando III. Ayala Martínez, Carlos; Ríos Saloma, Martín (coords.), **Fernando III tiempo de Cruzada, Madrid, Sílex,** 2012, pp. 137-174.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria. **e-Spania.** Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/283?lang=pt#bodyftn6> Acesso em: 15 de jul. de 2021.

_____. La lengua de los documentos del Rey: del latín a las lenguas vernáculas en las cancillerías regias de la Península Ibérica. In: **La construcción medieval de la memoria regia**. Servei de Publicacions, 2011, pp. 323-362.

_____. De la historiografía fernandina a la alfonsí. **Alcanate: Revista de estudios alfonsíes**, 3, 2003.

FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan. Introducción. In: JIMÉNEZ DE RADA, R. **Historia de los Hechos de España**. Madrid: Alianza, 1989.

FIDALGO FRANCISCO, Elvira. Apuntes para una nueva edición crítica de la "Cantiga de Valcavado". In: **Medievalismo en Extremadura: Estudios sobre literatura y cultura hispánicas de la Edad Media**. Servicio de Publicaciones, 2009. pp. 663-672.

FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

_____. **Guerra Santa: formação da ideia de cruzada no Ocidente Cristão**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

FUNES, Leonardo. La crónica como hecho ideológico: el caso de la Estoria de España de Alfonso X. **La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures**, v. 32, n. 3, 2004, pp. 69-89.

_____. Las crónicas como objeto de estudio. In: **Revista de poética medieval**. 1, 1997, pp. 123-144.

GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. De las conquistas fernandinas a la madurez política y cultural del reinado de Alfonso X. **Alcanate: Revista de Estudios Alfonsíes**, III. El Puerto de Santa María. Cátedra Alfonso X el Sabio, 2003.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)**. Sevilla: Universidad Sevilla, 2001.

_____. En el nombre de Dios. La ideología de la guerra en la Península Ibérica Medieval. Siglos XI-XIII. **Revista de História das Ideias**. Vol. 30, 2009. pp. 137-152.

_____. **La Edad Media: guerra e ideología** (justificaciones religiosas y jurídicas). Madrid: Silex, 2003.

_____. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clío & Crimen**, nº 6, 2009.

_____. **Las Navas de Tolosa**. Barcelona: Ariel, 2005.

GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luis Beltrán. **Papado, cruzadas y órdenes militares (siglos XI-XIII)**. Madri: Cátedra, 1995.

GARCÍA VERA, María José; CASTRILLO LLAMAS, María Concepción. **Nobleza y poder militar en Castilla a fines de la Edad Media**. Madrid: 1993. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/35137/1/50301-214661-1-PB.pdf> Acesso em 02/10/2021.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓMEZ MORENO, A. La guerra en la España Medieval: fuentes literarias e literatura militar. MITRE FERNÁNDEZ, E; ALVIRA CABRER, M. Ideología y guerra en los reinos de la España medieval. **Revista de Historia Militar**. Año XLV, Núm. Extraordinario, Ministerio de Defensa, 2001.

GONZÁLEZ, Julio. **Las conquistas de Fernando III en Andalucía**. Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, 1946.

_____. **Reinado y diplomas de Fernando III**. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986. 3 Volumes.

GONZÁLEZ-CASANOVA, R. Fernando III como rey cruzado en la Estoria de Espanna de Alfonso X: la historiografía como mitografía en torno a la reconquista castellana. **Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas**. 21-26 de agosto de 1995, Birmingham, Vol. 1, 1998 (Medieval y lingüística / coord. Aengus Ward), pp. 193-204.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Fernando III el santo**. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2006.

_____. **Fernando III y el gobierno del reino**. Estudios de Historia de España. Vol. XII, Tomo 1, 2010.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, J; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: EDUSC/Imprensa oficial do Estado, v. 1, 2002, pp. 523-536.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Reconquista: entre o debate historiográfico e a avaliação de uma realidade tardo-medieval. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 12, p. 10-34, 2017. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/364> Acesso em 26 de set. de 2021.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânico**. n. 2, 2012, pp. 67-78.

HERNÁNDEZ, Francisco Javier. La corte de Fernando III y la casa real de Francia: documentos, crónicas, monumentos. In: **Fernando III y su tiempo (1201-1252)**: VIII Congreso de Estudios Medievales. Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, pp. 103-156.

HOLT, Edward L.; WITCOMBE, Teresa. Fernando III and his world. In: HOLT, Edward L.; WITCOMBE, Teresa. **The Sword and the Cross: Castile-León in the Era of Fernando III**. Brill, 2020.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JIMÉNEZ, Antonio Sánchez. **La literatura de la corte de Alfonso VIII de Castilla**. Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca. Salamanca, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LADERO QUESADA, M. A. Introducción. In: O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010.

LAURENTIE, Joseph. **Saint Ferdinand III (1198?-1252)**. Paris: Librairie V. Lecoffre, 1910. Disponível em: <https://archive.org/details/saintferdinandii00laur/page/n21/mode/2up>.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. LE GOFF, J.

NORA, P. (Org.). **História: novos objetos**. v. 2, 1976, pp. 68-80.

_____. **As Raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

_____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. **Uma longa Idade Média**. Civilização Brasileira, 2008.

LINCOLN, Kyle C. Coroporis Incorrpti Inspectio: The Remains of Fernando III and the Science of Confirming Sanctity in Seventeenth Century Sevilla. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies**, v. 42, n. 1, 2017, p. 5.

LINEHAN, Peter. Councils and synods in thirteenth-century Castile and Aragon1. **Studies in Church History**, v. 7, p. 101-111, 1971. Disponível em: <https://ur.booksc.eu/book/53731320/e1232a> Acesso em 07 de set. de 2021.

_____. **Historia e historiadores de la España medieval**. Universidad de Salamanca, 2011.

_____. Historiografía peninsular: el intelectual en la política. In: **La cultura en la Europa del siglo XIII**: emisión, intermediación, audiencia: XL semana de estudios medievales, Estella: Zitur Navarra, 2013, pp. 285-302.

_____. Juan de Soria: the Chancellor as Chronicler. **e-Spania**. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/276> Acesso em: 15 de jul. de 2021.

LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica. 1984.

LOMAX, Derek W. The Authorship of the "Chronique latine des rois de Castille". **Bulletin of Hispanic Studies**, v. 40, n. 4, 1963, p. 205.

LÓPEZ-AYDILLO, Eugenio; MANESCAU, Saturnino Rivera. Fernando III, poeta Gallego-Portugués: una Cántiga desconocida del Rey Santo. In: **Revista Histórica**: investigaciones, bibliografía, metodología y enseñanza de la Historia, Año 1, Número 1, 1918a. Disponível: https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10111414 Data de acesso: 31/08/2019 às 15:58.

_____. Fernando III, poeta Gallego-Portugués: una Cántiga desconocida del Rey Santo. In: **Revista Histórica**: investigaciones, bibliografía, metodología y enseñanza de la Historia, Año 1, Número 2, 1918b. Disponível: https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10111397 Data de acesso: 31/08/2019 às 15:58.

_____. Fernando III, poeta Gallego-Portugués: una Cántiga desconocida del Rey Santo. In: **Revista Histórica**: investigaciones, bibliografía, metodología y enseñanza de la Historia, Año 1, Número 3, 1918c. Disponível: https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10111398 Data de acesso: 31/08/2019 às 15:58.

LOURIE, Elena. **A Society Organized for War: Medieval Spain**. Past & Present, N. 35. Oxford University Press, 1966, pp. 54-76.

LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MARCONDES, Danilo; JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARTIN, George. La contribution de Jean d'Osma à la pensée politique castillane sous le règne de Ferdinand III. **e-Spania**, 2. 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/280#ftn69> Acesso em: 15 de jul. De 2021.

_____. Negociación y diplomacia en la vida de Berenguela de Castilla (1214-1246). Cuestionamiento genérico. **e-Spania**, 4, décembre 2007,

Publicado el 16 diciembre 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/21609>. Acesso em: 29 Set. de 2020.

_____. “Prefácio”, **e-Spania** [Online], 2 | Dezembro de 2006, postado em 22 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/405> Acesso em: 15 de jul. de 2021.

MARTÍN, José Gámez. Los caminos para Dios. Fernando III rey de Castilla y León: la santidad en la Corona de España. In: **XVI Jornada de Historia de Fuente de Cantos**. Lucerna Asociación Cultural de Fuente de Cantos (Badajoz), 2016. p. 255-280.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. **Fernando III (1217-1252)**. Palencia: La Olmeda, 1993.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. La aristocracia hispánica. Castilla y León (siglos XXIII). **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre** | BUCEMA, n.2|2008. Disponível em: <http://cem.revues.org/10052> Acesso: 02/10/2021.

MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. **La nobleza en España**: ideas, estructuras, historias. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015.

METTMANN. Walter. **Cantigas de Santa Maria** (Cantigas 101 a 260). Vol. II. Madrid: Editorial Castalia, 1988.

MITRE FERNÁNDEZ, E. **Textos y documentos de época medieval**: análisis y comentario. Barcelona: Ariel, 1998.

MITRE FERNÁNDEZ, E; ALVIRA CABRER, M. Ideología y guerra en los reinos de la España medieval. **Revista de Historia Militar**. Año XLV, Núm. Extraordinario, Ministerio de Defensa, 2001.

MONSALVO ANTÓN, José María. **Atlas histórico de la España medieval**. Editorial Síntesis, 2010. Disponível em: <https://historiamedievaldeespana.files.wordpress.com/2015/07/atlas-histc3b3rico-de-la-espac3b1a-medieval.pdf> Acesso em: 10 de Nov. 2019 às 16:19.

MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús. Del scriptorium fernandino al de Alfonso X. La *Corte literaria* de Fernando III. **Alcanate: Revista de estudios alfonsíes**, 3, 165-190. 2003, pp. 165 a 190.

MORETTI JUNIOR, Augusto J. **Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, 2015.

MOXÓ, Salvador de. **Feudalismo, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

NIETO SORIA, José Manuel. El poder real como representación en la monarquía castellano-leonesa del siglo XIII. **Res publica**, 17, 2007, pp. 81-104.

NIETO SORIA, José Manuel. Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII. **En la España medieval**, v. 9, 1986, p. 709.

NIETO SORIA, José Manuel. La monarquía fundacional de Fernando III. In: **Fernando III y su tiempo (1201-1252)**: VIII Congreso de Estudios Medievales. Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, pp. 31-66.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **Reconquest and crusade in medieval Spain**. University of Pennsylvania Press, 2004.

O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen. **El Santo Rey Fernando III y su tierra de Zamora**. Zamora: Imprenta de la Diputación Provincial de Zamora, 1945. Disponível em: http://bibliotecadigital.icyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10068798. Acesso em 30 de out. de 2020.

PORRINAS GONZÁLEZ, David. **Guerra y Caballería en la Plena Edad Media**: condicionantes y actitudes bélicas. Castilla y León, siglos XI al XIII. Tese. (Doutorado em História) – Departamento de Historia, Universidade de Extremadura, Cáceres, 2015.

PROCTER, E. **Alfonso X de Castilla, patrono de las letras y del saber**. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 2002.

RASHDALL, Hastings. **The universities of Europe in the Middle Ages**. Oxford: Clarendon Press, 1895. 3 vols.

REIS, J. E. A construção da figura heroica de Fernando III no Livro de los Doze Sábios. In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Livia B.; ABRANTES, Elizabeth Souza. (Org.). **História Antiga e medieval. Sonhos, Mitos e Heróis**: Memória e identidades. 1ed. São Luís: UEMA, v. 5, 2015, pp. 125-136.

_____. A formação militar e política de Alfonso X, o Sábio, rei de Castela e Leão. In: OLIVEIRA, Terezinha. (Org.). **História e Historiografia da Educação nos Clássicos**: estudos sobre Antiguidade e Medievo. Dourados: UEMS, 2010, p. 305-320. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/67.pdf>. Acesso em 03 de dez. de 2020.

_____.; RIBEIRO, L. A. O. As Crônicas medievais como fonte de pesquisa: uma análise comparada de duas edições da Crônica de Alfonso X. **Revista de**

História Comparada, v. 11, n. 1, p. 226-245. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/11001>.

_____. Os centros de saber alfonsinos e a renovação do direito castelhano-leonês no século XIII. In: OLIVEIRA, T. **Conhecimento e educação no medievo**. São Luis. UEMA, 2012, pp.113-123.

_____. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)**. Assis: UNESP, 2007. Tese Doutorado.

RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. **Rei versus nobreza: a revolta nobiliária de 1272/1273 na crônica de Alfonso X**. 2017. 127 f. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

RÍOS SALOMA, Martín F. De la historia de las mentalidades a la historia cultural: notas sobre el desarrollo de la historiografía en la segunda mitad del siglo XX. **Estudios de historia moderna y contemporánea de México**. n. 37, 2009, pp. 97-137.

ROBINSON, I. S. Gregory VII and the soldiers of Christ. In: **History**. Vol. 58, No. 193, 1973.

RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador. Los santos en los procesos de formación de identidades locales: el mito de San Fernando y la ciudad de Sevilla. **Zainak. Cuadernos de Antropología-Etnografía**, n. 28, 2006, pp. 163-181.

RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, Luis Enrique. La Universidad de Salamanca: Evolución y declive de un modelo clásico. **Studia histórica**. n.º IX, 1991. pp. 9-21. Disponível em: [https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/69974/La Universidad de Salamanca Evolucion y .pdf;jsessionid=C1727B239715FA9810ECF34B8668D277?sequence=1](https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/69974/La%20Universidad%20de%20Salamanca%20Evolucion%20y%20.pdf;jsessionid=C1727B239715FA9810ECF34B8668D277?sequence=1) Acesso em 28 de nov. de 2020.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III**. Madrid: CSIC, 1994.

_____. Légitimation royale et discours sur la croisade en Castille aux XII e et XIII siècles. In: **Journal des savants**, 2004, n.º1. pp. 129-163. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_2004_num_1_1_1683 Acesso em 14/07/2021.

_____. Modelos de legitimidad política en la *Chronica regum Castellae* de Juan de Osma. **e-Spania**. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, n. 2, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/433> Acesso em 12/07/2021.

_____. Sucesión regia y legitimidad política en Castilla en los siglos XII y XIII. Algunas consideraciones sobre el relato de las crónicas latinas castellano-

leonesas. **Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales**, v. 16, n. 1, p. 21-41, 2004.

ROIZ, Diogo da S. A Reconstituição do Passado e o Texto Literário: a resposta dos historiadores à "virada linguística". **Diálogos**. v. 13, n.3, 2009, pp. 587-624.

RUCQUOI, Adeline. Contribution des " studia generalia" à la pensée hispanique médiévale. **Pensamiento hispano medieval**. Homenaje a D. Horacio Santiago-Otero, CSIC - Junta de Castilla y León, pp.737-770, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47762123.pdf> Acesso em 28 de nov. de 2020.

RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones**, v. 13, n. 51, 1992, pp. 55-100.

_____. Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale. In: **Histoire de l'éducation**, n° 69, 1996, pp. 3-36. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/hedu_0221-6280_1996_num_69_1_2806.pdf Acesso em: 28 de nov. de 2020.

_____. El rey sabio: cultura y poder en la monarquía medieval castellana. **Repoblación y reconquista**. Actas del III Curso de Cultura Medieval, p. 77-87, 1993.

RUIZ, Teófilo. **Une royauté sans sacre**: la monarchie castillane du bas Moyen Âge, Annales E.S.C., mai-juin, 1984, pp. 429-453.

SALVADOR MIGUEL, Nicasio. La actividad literaria en la corte de Fernando III. In: **Sevilla 1248. Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León**. Sevilla, Real Alcázar. 23-27 de noviembre de 1998. Centro de Estudios Ramón Areces, 2000, p. 685-702.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. **La España Musulmana**. Espasa-Calpe, Madrid, 1973. V. 3

_____. **Spain: a historical enigma**. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1975. 2 Volumes.

SÁNCHEZ JIMÉNEZ, Antonio. **La literatura de la corte de Alfonso VIII de Castilla**. Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca, 2001.

SAN MARTÍN, Jesús. **La antigua universidad de Palencia**. Madrid: Afrodísio Aguado, 1942. Disponível em: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10065764 Acesso em 28 de nov. de 2020.

SHADIS, Miriam. **Berenguela of Castile (1180-1246) and political women in the High Middle Ages**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. Editora Contexto, 2010.

SOKOLOWSKI, Mateus. **Aspectos da cavalaria nas cantigas de Santa Maria de Afonso X (1252-1284)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2016.

SOLANO, Francisco de. **Fernando III el Santo**. Madrid: Publicaciones Españolas, 1959. Disponível em: http://bibliotecadigital.icyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10076210

SPIEGEL, Gabrielle M. Political utility in medieval historiography: a sketch. **History and theory**. v. 14, n. 3, 1975, pp. 314-325.

_____. **Romancing the past: the rise of vernacular prose historiography in thirteen-century France**. Berkeley: University of California Press, 1993.

_____. 'Theory into practice: reading medieval chronicles'. In: **The medieval chronicle**, ed. Erik Kooper, Amsterdam, 1999.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SZPIECH, Ryan. From Founding Father to Pious Son. **Interfaces**, v. 1, 2015, pp. 209-235. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fiviste.unimi.it%2Finterfaces%2Farticle%2Fdownload%2F4935%2F5062%2F17469&psig=AOvVaw3MAK-37oaxSr9SHz-O9NLn&ust=1633751295446000&source=images&cd=vfe&ved=0CA0Q3YkBa hcKEwjw5aaG9LnzAhUAAAAAHQAAAAAQDQ> Acesso 8 de out. de 2021.

TINOCO DÍAZ, José Fernando. **La cruzada en las fuentes cronísticas castellanas de la Guerra de Granada**. *Tesis doctoral*. Universidad de Extremadura, 2017.

TUDELA VELASCO, M. I. P. La consideración ética de la guerra y el uso de la violencia en la España Medieval. In: **En la España Medieval**. vol. 30, 2007.

VALDEÓN BARUQUE, J. **La Reconquista**. El concepto de España: unidad y diversidad. Madrid: Espasa, 2006.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Manuel. Las artes y sus promotores en la época de Fernando III (1217-1252). In: **Fernando III y su tiempo (1201-1252)**: VIII Congreso de Estudios Medievales. Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, p. 235-258.

VELOSO, Mario. El Espíritu Santo en el libro de Hechos de los Apóstoles. **DavarLogos**, v. 13, n. 2, p. 77-106, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5464730.pdf> Acesso em 06 de out. de 2021.

VEREZA, Renata. Reconquista: conceito polissêmico. In: **Anais do 1º Encontro de História Militar Antiga e Medieval**. Rio de Janeiro, 2011, pp. 40-53.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições, v. 70, 1987.

VILLA PRIETO, Josué. La ideología goticista en los pre humanistas castellanos: Alonso de Cartagena y Rodrigo Sánchez de Arévalo. Sus consideraciones sobre la unidad hispano visigoda y el reino astur-leonés. **Territorio, sociedad y poder**, n. 5, 2010. Disponível em: <https://reunido.uniovi.es/index.php/TSP/article/view/9462/9275> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

WARD, Aengus. El Arreglo toledano de la Crónica de 1344: antiguas tradiciones y nuevos usos. **Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval**. Birmingham: The University of Birmingham Press, 2000, pp. 59-79.

ANEXOS

ANEXO I



Urna de prata encontrada na Capilla Real de Sevilla. Produzida em 1690 a mando do arcebispo Jaime de Palafox y Cardona, contém os restos mortais, incorruptos, de Fernando III, o Santo. A urna foi criada por Juan Laureano de Pina e representa um dos ápices do barroco espanhol. Autor da foto: José Luis Filpo Cabana. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fernando III el Santo. Sepulcro.jpg>

ANEXO II



Imagem do corpo incorrupto de Fernando III, o Santo. Disponível em: https://sevilla.abc.es/sevilla/semana-santa/sevi-galeria-apertura-urna-fernando-302536804561-20190530235945_galeria.html

ANEXO III



Imagem do corpo Incorruto de Fernando III, o Santo na Capilla Real de Sevilla.
Disponível em: https://sevilla.abc.es/sevilla/semana-santa/sevi-galeria-apertura-urna-fernando-302536804561-20190530235945_galeria.html

ANEXO IV

BLOCO A:

1. Introducción: De la muerte de Fernán González a la de Sancho III (1-8)	Sin datos cronológicos
2. Alfonso VIII (9-28).	<p>Sin datos cronológicos (9-14)</p> <p>Cronologías relativas a otros acontecimientos del texto (15-28)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Al año siguiente [de la incursión por León de los reyes de Castilla y Aragón], es decir, el tercero después de la batalla de Alarcos: el rey marroquí vino de nuevo a la Trasierra y asedió la villa de Madrid (15) = 1198 • <i>Eodem tempore</i>: Alfonso IX recupera <i>castrum Iudaeorum</i> (15). • <i>Post duos menses et eo amplius</i>: Salvatierra se rinde (19) = 1211. • Al año siguiente después de la toma de Salvatierra por los moros: batalla de Las Navas de Tolosa (19) = 1212 • <i>Elapsis uix XVII^m diebus</i> de la toma de Salvatierra: muere Fernando, hijo de Alfonso VIII (20) = 1211 • <i>Circa festum igitur Penthecostes</i>: reunión de las tropas en Toledo y, al octavo día, llegada de Pedro de Aragón (21) = 1212. • <i>Circa initium quadragesime proximo secute post bellum</i>: Alfonso VIII toma Calatrava la Nueva (26) = 1213. • <i>In die Ascensionis</i>: Alfonso VIII entra en Alcaraz (26) = 1213. • <i>Circa festum Pentecostes</i>: Alfonso VIII vuelve a tierras de Guadalajara (26) = 1213. • <i>In principio mensis decembris [...] usque post festum Purificationis</i>: Alfonso VIII asedia Baeza (26) = 1213. • <i>In quadragesima proxima</i>: Alfonso VIII vuelve a Castilla, donde permanece <i>usque ad initium septembris sequentis</i> (26) = 1214. • <i>Eadem tempestate</i>: Pedro de Aragón sitia Toulouse (27) = 1214. • <i>Circa principium mensis septembris</i>: Alfonso VIII se dirige a Extremadura (28) = 1214. • Alfonso VIII muere: <i>octaua die post festum Sancti Michaelis</i> (28) = 6 de octubre de 1214. • Antes había muerto Diego López de Haro <i>circa festum Exaltationis Sancte Crucis</i> (28) = 22 de septiembre de 1214. • <i>In uigilia Omnium Sanctorum</i>: muere Leonor (28) = 31 de octubre de 1214. <p>Cronología independiente: Alfonso VIII: <i>Mortuus est autem sub era MCCLII</i> (28) = 1214.</p>
3. Hechos sincrónicos en el imperio y en el papado (29-30).	<p>Cronologías relativas a otros acontecimientos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Circa tricessimum annum</i>: conquista de Jerusalén por Saladino (29) = 1187. • <i>Eodem tempore</i>: Ricardo de Inglaterra y Felipe de Francia tomaron Acre (29) = 1191. • <i>Circa quadragesimum annum</i>: cuarta cruzada y hechos de Constantinopla (30) = 1203-1204. • Un año después de la muerte de Alfonso VIII, <i>in festo Omnium Sanctorum</i>: IV Concilio de Letrán (30) = 1215. • <i>et idibus mensis sequentis</i>: muerte del papa Inocencio III (30) = 1216¹.
4. Enrique I (31-32), de 1214 a 1217, y Fernando III (33-42), de 1217 a 1223.	<p>Cronologías relativas a otros acontecimientos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Postea uero circa festum Assumptionis</i>: reunión de los grandes del reino en Valladolid para pactar la regencia en la minoría de Enrique I (32) = 1215. • <i>In yeme sequenti</i>: maquinación contra la reina y muerte de su mensajero (32) = 1216. • <i>In quadragesima proxima</i>: el rey y Álvaro llegan a Valladolid y salen de allí <i>post pascha</i> (32) = 1217. • Muerte de Enrique en Palencia, antes de la pubertad, <i>anno regni sui tercio nonam completo, in mense iunii</i> (32) = 1217. • <i>Secunda die mensis iulii, tertia scilicet die antequam rex Legionis uenisset Arroyo</i>: es aclamado rey Fernando III en Valladolid (35) = 1217. • <i>Decima namque die</i> [después de la matanza de Belorado], <i>quarta scilicet feria quatuor temporum mensis septembris</i>: captura de Alvaro Núñez de Lara en Ferrerueta (38) = 1217. • <i>Sequenti uero estate proxima</i>: Los Lara se rebelan de nuevo con el rey de León (39) = 1218.

BLOCO B

<p>4. Continuación de Fernando III (42-50): años 1224 a 1226.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Septimo anno regis domini Fernand̄i</i>: el rey consorte de Jerusalén, Juan de Brienne, se compromete con Berenguela (42) = 1224. • <i>Celebrato festo Penthecostes tunc instanti sub era MCCLXII</i>: el rey se retiró a un lugar llamado Muñó y manifiesta su deseo de declarar la guerra a los moros (43) = 1224. • <i>In principio igitur mensis iulii</i>: cortes de Carrión y decisión de declarar la guerra (44) = 1224. • <i>Circa festum Assumptionis Beate Marie</i>: el rey entra en Toledo. • <i>In septembri proximo circa festum Sancti Michaelis</i>: atacan a los moros y toman Quesada (44) = 1224. • <i>Tempore illo</i>: el rey de Baeza se hizo afecto a Fernando III (45) = 1224. • <i>tempus yemis instabat</i>: Fernando III se retira de Quesada y el rey de Valencia se hace su vasallo en Moya (46) = 1224. • <i>Sequenti uero anno, sub era MCCLXIII... circa festum Sancti Iohannis</i>: Fernando III pasa el puerto del Muradal y el rey de Baeza se hace vasallo de Fernando III (46) = 1225. • <i>Eadem tempestate</i>: Alfonso Téllez y el obispo de Vuenca asedian Murcia (48) = 1225. • <i>Circa festum omnium Sanctorum</i>: el rey decide marchar otra vez contra los moros (48) = 1225. • <i>Circa festum Penthecostes sub era MCCLXIII</i>: sitio de Capilla (49) = 1226. • <i>Circa festum Assumptionis Beate Marie</i>: regreso a Toledo (50) = 1226. • <i>Eadem estate</i>: el rey de Portugal y el de León sitian Elvas y Badajoz (50) = 1226.
<p>5. Hechos sincrónicos en Francia (51): 1224-1226</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>In anno quo dominus noster rex mouit guerram contra Sarracenos et Quesadam destruxit</i>: Luis, rey de los francos, inicia una campaña en Poitou y conquista Niort y Saint Jean d'Angely (51) = 1224. • Su padre Felipe había muerto <i>sub era MCCLXI</i> = 1223. • <i>In estate illa, in qua dominus noster rex obsedit et per uirtutem Domini nostri Iesu Christi cepit castrum, quod dicitur Capella</i>: Luis atacó a los herejes de la Provenza y tomó Avignon (51) = 1226.

BLOCO C

5. Continuación de hechos sincrónicos en Francia (52): 1229	<ul style="list-style-type: none"> • Anno ab Incarnatione Domini MCCXXIX: destrucción de los muros de Toulouse y final de la herejía (52) = 1229.
6. Continuación de Fernando III (53-57): años 1227-1230.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Post captionem castris, quod dicitur Capella</i>: el rey de Sevilla negocia una tregua con Fernando III (53) = 1227. • <i>Ea uero tempestate</i>: rebelión de Ibn Hud contra los almohades (53) = 1228-1229. • <i>Circa festum Assumptionis, anno ab Incarnatione Domini MCCXXVIII</i>: llega el legado papal Juan de Abbeville (54) = 1228. • <i>Post festum pasche anno ab Incarnatione Domini MCCXXIX</i>: dicta sentencia de divorcio entre Jaime I y Leonor (54) = 1229. • <i>Eisdem diebus</i>: Alfonso IX toma Cáceres (54) = 1229. • <i>In fine mensis Augusti</i>: regresa a Roma (54) = 1229. • <i>Circa festum Natiuitatis Beate Marie</i>: Jaime I atacó en Mallorca (55) = 1229. • <i>Ultima die mensis decembris anno ab Incarnatione Domini MCCXXIX</i>: toma de Mallorca (55) = 1229. • <i>Circa quadragessimam instantem</i>: Alfonso IX toma Mérida y Montánchez (56) = 1230.
7. Hechos sincrónicos del imperio y el papado (58-59): 1228-1230.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Eodem tempore quo agebantur predicta, hoc est anno ab Incarnatione Domini MCCXXVIII</i>: Federico II no quería ir en cruzada, pero excomulgado, <i>circa festum Exaltationis Sancte Crucis</i>, se embarcó a Tierra Santa, permaneció allí todo el invierno, y obtuvo por pactos la ciudad de Jerusalén (58) = 1228. • Anno igitur ab Incarnatione Domini MCCXXIX... <i>circa principium iunii</i>: el emperador Federico volvió a Apulia (59) = 1229. • In principio mensis septembris sub anno MCCXXX: paz entre el emperador y el papa en Anagni (59) = 1230.

BLOCO D

<p>8. Continuación de Fernando III (60-67): años 1230-1235.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Eodem anno circa festum Natiuitatis Sancti Iohannis Bapliste</i>: Fernando III asedia Jaén, y se retira <i>circa festum Sancti Michaelis</i> (60) = 1230. • <i>Paucis diebus ante festum Sancti Michaelis</i>: muere el rey de León (60) = 1230. • <i>Sequenti die</i> [tras entrar en Villalar]: Fernando III es recibido en San Cebrián de Mazote; <i>sequenti die, scilicet in festo Sancti Luche</i>: Fernando III es recibido en Toro (60) = 14 de noviembre de 1230. • <i>Anno proximo sequenti circa natalem Domini</i>: Fernando III pacifica Galicia (62) = 1231. • <i>Sequenti uero hyeme sub era MCCLXXI, in festo Epiphaniæ</i>: el rey asedió Úbeda (64) = 1233. • La villa se entregó en el mes de julio (64) = 1233. • <i>Eodem tempore</i>: el rey aragonés don Jaime asedió y tomó Burriana (64). • <i>In yeme memorata in qua dominus noster Ferrandus obsedit Vbedam</i>: el maestre de Calatrava y el pueblo de Plasencia tomaron Trujillo (64) = 1233. • <i>Post pascha anno gratie MCCXXXIII</i>: matrimonio de la hija de Lope Díaz de Haro con don Nuño, conde de Rosellón (65) = 1234. • <i>Circa idem pascha</i>: Lope Díaz promete a otra hija suya con Álvaro Pérez, contubernio consumado <i>post festum Sancti Michaelis</i> (65) = 1234. • <i>Circa festum Purificationis</i>: las reinas consiguieron la reconciliación del rey con Lope Díaz (66) = 2 de febrero de 1235. • <i>Instante uero initio quadragesime proxime</i>: Álvaro Pérez recupera el favor real (66) = 1235. • <i>Post uere proximo, quod fuit sub anno gratie MCCXXXV</i>: expedición de Fernando III y Álvaro Pérez contra Ibn Hud, que acepta pagar parias (67) = 1235. • <i>In uigilia Assumptionis</i>: Fernando III entra en Burgos (67).
<p>9. Hechos sincrónicos del imperio y el papado (68): 1235-1236.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Tempore quoque proximo <sub era> scripta <in qua> turbatio fuit orta in regno nostro</i>: Federico II auxilia al papa Gregorio IX en su disputa con los romanos (68) = ca.1234. • <i>Sub era MCCLXXIII circa festum Sancti Michaelis</i>: Federico ataca Lombardia (68) = 1236. • <i>Eodem tempore</i>: el emperador de Constantinopla pide ayuda a la Iglesia romana (68) = 1235-1236.
<p>10. Continuación de Fernando III (69-75): año 1236. Fin abrupto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Eodem tempore sub era pro Christo *** scripta, scilicet <MCC>LXXIII.. circa medium ianuarii</i>: Fernando III recibe en Benavente la noticia de que unos cristianos han tomado parte de Córdoba (69) = 1236. • <i>VII die mensis februaryi</i>: llega a Córdoba (71). • <i>Post pascha</i>: llegan las milicias castellanas y leonesas (72). • <i>In felice festo apostolorum Petri et Pauli</i>: rendición de Córdoba (73) = 29 de junio. • <i>Secunda feria, que dies proxima sequebatur</i>: entrada en la ciudad (73). • <i>Circa principium mensis augusti</i>: Fernando III cae enfermo en Toledo (74). • <i>Circa festum Sancti Michaelis</i>: Córdoba se llena de pobladores cristianos (74). • <i>In festo Sancti Luce</i>: muerte de Lope Díaz (75) = 18 de octubre. • <i>In fine mensis nouembris</i>: el rey deja Toledo y llega a Burgos (75).

No anexo IV apresentamos as tabelas desenvolvidas por Inés Fernández Ordóñez (2006) para explicar o sistema de datação utilizado pela CLRC. O quadro está dividido em quatro seções distintas e apresenta as diferentes formas utilizadas pelo cronista para marcar o tempo. Até 1224 as datações são imprecisas e o cronista se utiliza do calendário litúrgico. Porém, a partir de 1224 Juan de Osma passa a utilizar, sempre, a era hispânica e o ano cristão (Fernández Ordóñez, 2006, on-line).